



RC

Relatório e Contas
2012

Foto do autor de João Coutinho | 140 anos do Carris | Menção Honrosa ao 1.º prémio fotográfico trans, metro

RELATÓRIO DE GESTÃO

carris 

Transportes de Lisboa

| | |
|--|----|
| Mensagem do Presidente | 5 |
| Principais Indicadores | 6 |
| Capítulo 1- Apresentação | 7 |
| Capítulo 2 – Serviço Prestado | 10 |
| 2.1 – Rede | 10 |
| 2.2 – Oferta | 12 |
| 2.3 – Procura | 13 |
| 2.4 – Qualidade de Serviço | 14 |
| 2.5 – Tarifário e Mercado | 18 |
| 2.6 – Comunicação e Imagem | 33 |
| Capítulo 3 – Recursos Humanos | 39 |
| 3.1 – Orientações Globais | 39 |
| 3.2 – Evolução do efetivo | 43 |
| 3.3 - Trabalho Suplementar | 45 |
| 3.4 – Absentismo | 47 |
| 3.5 – Formação | 47 |
| 3.6 – Acidentes de trabalho | 48 |
| Capítulo 4 – Recursos Materiais e Tecnologias | 50 |
| 4.1 – Frota de Serviço Público | 50 |
| 4.2 – Infra-Estruturas | 53 |
| 4.3 – Aprovisionamento | 54 |
| 4.4 – Tecnologias de Informação | 56 |
| Capítulo 5 – Recursos Financeiros | 65 |
| 5.1 – Fluxos Financeiros | 65 |
| 5.2 – Investimento Realizado | 65 |
| 5.3 – Estrutura Patrimonial | 66 |
| 5.4 – Gestão de Risco Financeiro | 69 |
| Capítulo 6 – Resultados Económicos | 72 |
| 6.1 – Resultados Globais da Empresa | 72 |
| 6.2 – Resultados por Explorações de Transporte Público | 75 |

| | |
|--|-----|
| 6.3 – Proveitos correntes por Natureza | 76 |
| 6.4 – Custos Totais por Natureza | 77 |
| 6.5 – Produtividade | 80 |
| Capítulo 7 – Governo Societário | 81 |
| 7.1 – Missão, Objetivos e Políticas da Empresa | 81 |
| 7.2 – Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita | 84 |
| 7.3 – Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas | 86 |
| 7.4 – Informação sobre outras transações | 86 |
| 7.5 – Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos Órgãos Sociais | 88 |
| 7.6 – Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais | 92 |
| 7.7 – Análise da sustentabilidade da CARRIS nos domínios económico, social e ambiental | 106 |
| 7.8 – Avaliação sobre o grau de cumprimento dos princípios de bom governo devidamente fundamentada | 118 |
| 7.9 – Código de ética | 121 |
| 7.10 – Prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas | 121 |
| 8 – Decisões mais relevantes adotadas pelo Conselho de Administração no exercício de 2011 | 127 |
| 9 – Auditoria do Tribunal de contas | 136 |
| 10 – Quadro Síntese | 139 |
| Capítulo 8 – Relações Internacionais | 140 |
| Capítulo 9 – Evolução prevista – Perspetiva para 2012 | 141 |
| Capítulo 10 – Proposta de Aplicação de Resultados | 142 |
| Capítulo 11 – Considerações Finais | 142 |
| Contas do Exercício | 144 |
| Relatório e Parecer do Conselho Fiscal | 188 |
| Certificação Legal de Contas | 195 |

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Relatório e Contas de 2012 refere, com detalhe e rigor, a atividade da CARRIS e os resultados obtidos.

O novo Conselho de Administração, nomeado em Agosto, comum ao METROPOLITANO DE LISBOA, deu continuidade, em muitos aspetos, à estratégia que vinha sendo seguida e cujos resultados positivos têm sido reconhecidos, designadamente no aumento dos níveis de eficiência da empresa, que a colocam num lugar destacado, em comparação com os demais operadores de transporte urbano que atuam nas várias cidades europeias.

Na generalidade, os principais objetivos definidos foram alcançados, conforme o Relatório evidencia.

O Conselho de Administração tem um mandato claro para concretizar, a integração operacional da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, bem como desenvolver as ações necessárias que permitam a abertura da gestão e das atuais concessões à iniciativa privada, o que levou já à adoção de um conjunto diversificado de medidas, cujo resultado terá acrescida visibilidade no exercício de 2013.

O exercício de 2012, ano em que a CARRIS completou 140 anos de atividade, foi, assim, simultaneamente, um período em que se encerrou um ciclo de reestruturação da empresa, tendo-se iniciado um novo ciclo que será marcado pela construção de um novo modelo de organização e de funcionamento, assente num diferente enquadramento e em novos paradigmas.

O primeiro permitiu à CARRIS afirmar-se como uma empresa pública com um desempenho diferente, cujo balanço objetivo tornará claro o salto qualitativo que a empresa foi capaz de dar, com resultados que os "Stakeholders" têm distinguido e premiado.

No novo ciclo que, em 2012, foi iniciado espera-se que a CARRIS, num novo enquadramento, mais flexível, com uma dinâmica renovada, com um acrescido enfoque no mercado, com condições que lhe garantam maior sustentabilidade, prossiga e acentue, com inovação, a oferta de novas soluções de mobilidade urbana, capazes de reforçarem o seu importante contributo para a competitividade e para a qualidade de vida em Lisboa.

As pessoas e a sua capacidade para, com ambição, trabalharem em equipa, têm sido o fator determinante para a construção de uma empresa mais sustentável.

Serão estas mesmas pessoas, com as suas capacidades, que, na sua grande maioria, irão construir o futuro da CARRIS.

Lisboa, 13 de fevereiro de 2013



J. Manuel Silva Rodrigues

Presidente do Conselho de Administração

PRINCIPAIS INDICADORES

| OFERTA (milhares) | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Veículos-km S.P. | 41.009 | 41.577 | 41.376 | 38.176 | 34.481 |
| Autocarros | 39.114 | 39.586 | 39.378 | 36.296 | 32.677 |
| Elétricos+Ascensores+Elevadores | 1.895 | 1.991 | 1.999 | 1.880 | 1.803 |
| Veículos-hora S.P. | 2.889 | 2.933 | 2.921 | 2.688 | 2.439 |
| Autocarros | 2.667 | 2.707 | 2.688 | 2.472 | 2.229 |
| Modo Eléctrico | 222 | 226 | 232 | 216 | 210 |
| Lugares-km | 3.716.921 | 3.748.885 | 3.726.362 | 3.431.537 | 3.124.753 |
| Autocarros | 3.534.915 | 3.556.594 | 3.533.571 | 3.251.326 | 2.951.127 |
| Elétricos+Ascensores+Elevadores | 182.005 | 192.291 | 192.791 | 180.211 | 173.626 |
| PROCURA (milhares) | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Passageiros S.P. com Título Transporte Pago | 228.524 | 233.634 | 231.184 | 219.149 | 170.875 |
| Autocarros | 210.614 | 215.210 | 211.946 | 201.710 | 156.374 |
| Elétricos+Ascensores+Elevadores | 17.910 | 18.424 | 19.238 | 17.439 | 14.501 |
| Passageiros S.P. | 234.371 | 240.436 | 240.557 | 232.718 | 182.668 |
| Autocarros | 216.080 | 221.453 | 220.554 | 214.349 | 167.497 |
| Elétricos+Ascensores+Elevadores | 18.291 | 18.983 | 20.003 | 18.369 | 15.711 |
| Passageiros-km S.P. | 758.302 | 786.105 | 794.970 | 769.038 | 596.266 |
| Autocarros | 714.145 | 739.430 | 746.356 | 724.284 | 560.162 |
| Elétricos+Ascensores+Elevadores | 44.157 | 46.674 | 48.614 | 44.753 | 36.104 |
| QUALIDADE DO SERVIÇO | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Velocidade Média de Exploração (km/h) | 14,38 | 14,33 | 14,36 | 14,39 | 14,35 |
| Autocarros | 14,67 | 14,62 | 14,65 | 14,68 | 14,66 |
| Elétricos * | 10,15 | 10,17 | 10,28 | 10,39 | 10,33 |
| * Não inclui ascensores e elevadores | | | | | |
| Taxa de Ocupação (%) | 20,40 | 20,97 | 21,33 | 22,41 | 19,08 |
| Autocarros | 20,20 | 20,79 | 21,12 | 22,28 | 18,98 |
| Elétricos+Ascensores+Elevadores | 24,26 | 24,27 | 25,22 | 24,83 | 20,79 |
| FROTA | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Frota Total | 814 | 817 | 820 | 772 | 697 |
| Autocarros | 749 | 752 | 755 | 707 | 632 |
| Elétricos | 57 | 57 | 57 | 57 | 57 |
| Ascensores+Elevadores | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 |
| RECURSOS HUMANOS | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Efetivo Total em 31 de Dezembro | 2.766 | 2.761 | 2.771 | 2.634 | 2.396 |
| Efetivo Tripulante em 31 de Dezembro | 1.855 | 1.866 | 1.836 | 1.738 | 1.560 |
| RECEITAS (milhares de euros correntes) | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Receitas por Título de Transporte Pago | 83.974 | 78.363 | 78.846 | 84.201 | 85.752 |
| Passes (Inclui compensação 4_18 e sub-23) | 54.969 | 51.227 | 52.262 | 55.583 | 55.903 |
| Pré-Comprados | 9.244 | 7.631 | 13.423 | 15.264 | 17.605 |
| Bilhetes | 19.761 | 19.505 | 13.160 | 13.353 | 12.244 |
| RESULTADOS (milhares de euros correntes) | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Resultados Operacionais | 2.220 | -13.725 | -17.724 | 15197 | -2.554 |

1. APRESENTAÇÃO

O exercício de 2012 refletiu o ambiente económico e social geral que marcou a evolução da economia europeia, num quadro de alguma instabilidade e ausência de crescimento, designadamente na Zona Euro. Portugal prosseguiu a aplicação das medidas previstas no programa de assistência económica e financeira que, no ano anterior, o país tinha assinado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, com o objetivo de assegurar o financiamento necessário para o funcionamento da economia.

O programa contempla a aplicação de um conjunto diversificado de medidas de redução dos desequilíbrios financeiros e orçamentais da economia, bem como a adoção de um conjunto de reformas estruturais para a modernização e o reforço da competitividade das empresas.

No imediato, este programa de ajustamento tem um impacto recessivo na economia, provocando um aumento do desemprego e obrigando, entre outras, à aplicação de um conjunto alargado de medidas restritivas no sector público.

A CARRIS refletiu, como era previsível, o efeito conjugado das várias medidas implementadas, quer as resultantes das políticas públicas adotadas, designadamente as decorrentes da Lei do Orçamento de 2012, quer as que foram implementadas no âmbito da gestão da empresa, tendo-se verificado, globalmente, uma redução significativa dos gastos operacionais e um aumento dos proveitos, que permitiram, uma vez mais, que o exercício se tenha concluído com um EBITDA positivo de 14,9 milhões de Euros.

Neste domínio particular, é de referir que este resultado foi alcançado num quadro em que a Indemnização Compensatória, atribuída pelo Estado, foi reduzida em mais de 63%, tendo passado de 53,0 milhões de Euros, em 2011, para 19,5 milhões, em 2012.

Merece realce a significativa melhoria da taxa de cobertura dos gastos directos da exploração pelas receitas, antes de indemnizações compensatórias, que aumentaram 24,9% no modo autocarro e 39,1% no modo elétrico, consequência do acréscimo de receita e de uma redução muito significativa nos gastos, em ambos os modos, tendo-se cifrado, respetivamente, em 90,8% e 146,9%, o que coloca, uma vez mais, a CARRIS como um dos operadores mais eficientes, no plano europeu.

Por seu lado, ao invés, o resultado financeiro agravou-se significativamente (- 62,2 M€, em 2012, contra - 44,8 M€, em 2011), designadamente, pelo acentuado aumento dos "spreads", em resultado da substituição de dívida de médio e de longo prazo por dívida de curto prazo, o que absorveu, integralmente, os ganhos operacionais obtidos.

Em 2012, procedeu-se à implementação de medidas adicionais de racionalização da Rede, dando continuação aos ajustamentos concretizados em 2010 e 2011, tendo-se verificado uma redução adicional da Oferta de cerca de 10%, o que permitiu um aumento da eficiência, com reflexos positivos na redução dos gastos e, consequentemente, nos resultados operacionais obtidos.

No plano tarifário, foram concretizadas medidas adicionais de reestruturação, dando seguimento à política definida pelo Governo em 2011, que permitiram o aumento da base tarifária média, com o consequente reflexo positivo nos proveitos tarifários.

A empresa continuou, em 2012, a aposta na qualidade do serviço prestado, tendo sido obtida a certificação de mais 6 Linhas/Carreiras de autocarros, o que permitiu ter-se

concluído o exercício de 2012 com um total de 61 linhas/carreiras certificadas, o que representa cerca de 73% do total de linhas/carreiras que constituem a rede da CARRIS, sendo, desta forma, um dos operadores europeus com mais linhas/carreiras certificadas.

A procura retraiu-se significativamente, em consequência da redução da mobilidade, decorrente da situação económica e social atual e de um aumento muito significativo da fraude, resultante do facto de muitos clientes viajarem sem disporem do necessário título de transporte.

Embora muito condicionada pela escassez de recursos financeiros e pelo objetivo de redução de custos, a CARRIS prosseguiu a adoção de várias ações de marketing, tendo em vista o reforço da notoriedade da marca e a valorização do transporte público, como solução alternativa de mobilidade sustentável, tendo em vista a redução da utilização do automóvel na mobilidade urbana.

Neste aspeto particular, deu-se especial atenção aos suportes digitais, tendo sido concretizadas algumas soluções inovadoras, que atingem largas camadas de utilizadores do serviço disponibilizado pela empresa.

No domínio da gestão dos recursos humanos, a CARRIS prosseguiu as orientações que tem vindo a implementar, tendo em vista distinguir e valorizar o mérito, como fator diferenciador do desempenho empresarial, o que, uma vez mais, se refletiu no reconhecimento de vários "stakeholders", concretizado na atribuição de vários prémios, conforme o Relatório adiante detalha.

Foi dada continuação à redução do efetivo e à sua qualificação, com reflexo positivo no desempenho e no aumento da produtividade.

Merece destaque, por a CARRIS ter sido pioneira, uma vez mais no sector dos transportes, a certificação em responsabilidade social, pela NP 4469 e em alinhamento com as recomendações da ISO 26000, num processo em que o pioneirismo da CARRIS foi reconhecido através de uma distinção atribuída pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial.

No domínio do Governo Societário, a empresa adotou todas as medidas necessárias para dar cumprimento aos princípios e normativos aplicáveis, tendo sido prosseguido e intensificado o trabalho que visa a sustentabilidade da empresa, conforme o Relatório bem evidencia, no capítulo próprio.

No plano internacional, a CARRIS prosseguiu a sua participação, de forma ativa, nas Organizações Internacionais de que é membro, designadamente na UITP e no IBBG.

Em Agosto de 2012, foram nomeados os novos Órgãos Sociais, para o mandato 2013/2015, com a particularidade de serem comuns à CARRIS e ao METROPOLITANO DE LISBOA.

O novo Conselho de Administração, composto por 4 elementos, deu continuidade às políticas de reestruturação que a CARRIS tem vindo a implementar, desde 2003, conforme acima é sinteticamente evidenciado e no Relatório fica detalhado, tendo sido reforçada a articulação entre as duas empresas e melhorada a complementaridade modal, o que teve expressão mais destacada no domínio da Oferta e da comunicação e imagem, em que foram desenvolvidas várias ações comuns às duas empresas, com a assinatura "uma viagem que nos une".

Em conclusão, pode afirmar-se que o exercício de 2012 permitiu a consolidação da melhoria operacional que a CARRIS vem evidenciando, de forma clara, em diversos domínios, nos últimos anos, o que, uma vez mais, foi reconhecido e valorizado pelos vários “stakeholders” da empresa.

2 - SERVIÇO PRESTADO

O ano de 2012, à semelhança do que já se verificara em 2011, continuou a ser influenciado pelas fortes restrições orçamentais que determinaram a adoção de um conjunto alargado de ajustamentos da oferta à procura, com vista à redução dos custos de exploração, na sequência do relatório para “Adequação da oferta da rede de transportes coletivos e simplificação do sistema tarifário da Área Metropolitana de Lisboa” apresentado pelo Grupo de Trabalho constituído pelo Despacho n.º 13370/2011, do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

A maioria das referidas medidas de ajustamento da rede e serviços, foram implementadas em março e julho, neste último caso em simultâneo com a extensão da linha vermelha de metropolitano ao Aeroporto de Lisboa, complementadas ao longo do ano, por outras medidas resultantes da necessária dinâmica de ajustamento da Oferta à Procura, baseadas na monitorização permanente do serviço prestado.

Estas alterações de serviço resultaram numa redução da Oferta em cerca de 9,7% relativamente ao produzido em 2011.

A regularidade do serviço prestado manteve-se como a grande preocupação da CARRIS, considerando a sua influência determinante na Qualidade do Serviço. As diferentes causas endógenas e, fundamentalmente, exógenas, foram objeto de cuidada monitorização, de modo a poderem ser tomadas as medidas corretivas adequadas.

O cumprimento do serviço programado, no que respeita à disponibilização dos meios materiais e humanos necessários, foi praticamente total, significando uma gestão bastante eficiente desses meios.

A agudização de alguma conflitualidade social e conseqüente incremento das manifestações com ocupação de via pública, penalizou ainda mais a prestação do serviço pelas frequentes alterações de trajetos das carreiras afetadas.

Algumas alterações da circulação viária, de menor ou maior vulto, provisórias ou definitivas, de que se destaca a normalização do esquema de circulação no Terreiro do Paço e a alteração da circulação na Praça Marquês de Pombal, obrigaram a frequentes intervenções na rede e paragens da CARRIS. Infelizmente, de várias destas alterações, não resultaram, pelo contrário, benefício para o transporte público.

2.1 - REDE

Conforme referido, a necessidade de redução dos custos operacionais, determinou um conjunto de medidas de redução de oferta, aliás na sequência do já realizado em anos anteriores.

O prolongamento da linha vermelha do Metro ao aeroporto e as restrições à circulação na zona da Baixa, a par da necessidade de redução dos custos de operação, determinaram a maioria das medidas de ajustamento da oferta adotadas na rede CARRIS.

- **Carreira 712** - Encurtamento do percurso ao Marquês de Pombal, aos sábados, domingos e feriados (março)
- **Carreira 731** - Alteração de percurso no serviço noturno, passando a servir a Quinta dos Barros (março)

-
- **Carreira 770** - Alteração de percurso, passando a funcionar em regime de circulação com terminal em Sete Rios e tendo deixado de funcionar aos sábados à tarde (abril)
 - **Carreiras 10 - 777 - 790 - 203** - Supressão de funcionamento (março)
 - **Carreira 774** - Prolongamento de percurso no serviço noturno à R. Alfândega (março)
 - **Carreira 798** - Alteração de percurso entre Musgueira e Campo Grande (março)
 - **Carreira 701** - Encurtamento de percurso do percurso ao Campo Grande-Metro e com supressão do serviço noturno (março)
 - **Carreira 703** - Alteração de percurso via Bº. Sete Céus encurtamento de percurso ao Calhariz aos fins-de-semana e feriados (março)
 - **Carreira 706** - Encurtamento de percurso a Gomes Freire, aos fins-de-semana e feriados (março)
 - **Carreira 708** - Prolongamento no Parque Nações Norte à zona do rio Trancão (julho)
 - **Carreira 709** - Encurtamento de percurso a Restauradores e supressão de funcionamento aos sábados à tarde, domingos e feriados e no serviço noturno (março)
 - **Carreira 714** - Alteração de percurso passando a circular entre o Corpo Santo e o Calvário via Rua das Janelas Verdes (abril)
 - **Carreira 717** - Alteração de percurso entre a Av. Brasil e Musgueira, via Lumiar e Campo Grande-Metro (março)
 - **Carreira 723** - Restabelecimento de terminal no Desterro (agosto)
 - **Carreira 732** - Encurtamento de percurso ao Marquês de Pombal (março)
 - **Carreira 760** - Prolongamento de percurso a Gomes Freire, via R. São Lázaro com criação de serviço noturno entre Gomes Freire e Cais Sodré, correspondendo a alternativa à supressão da carreira 790 (março). Alteração de percurso, passando a circular, entre Calvário e Corpo Santo, via Av. 24 de Julho, permitindo melhorar a acessibilidade entre Cais Sodré e eixo definido pela Rua de S. Lázaro e Rua Gomes Freire (abril)
 - **Carreira 794** - Encurtamento de percurso a Terreiro do Paço (março)
 - **Carreira 797** - Encurtamento de percurso à Pç. do Chile (março)
 - **Carreira 18E** - Encurtamento de percurso a Cais do Sodré (março)
 - **Carreira 714 -793** - Supressão de funcionamento no serviço noturno (março)
 - **Carreira 756** - Supressão de funcionamento aos sábados à tarde, domingos e feriados (março)
 - **Carreira 722** - Encurtamento de percurso à Praça de Londres (julho)
 - **Carreiras 21 -745** - Supressão de funcionamento (julho)
 - **Carreira 744** - Encurtamento do percurso ao Marquês de Pombal (julho)

- **Carreira 779** - Alteração de percurso, em Olivais Norte, melhorando a articulação com a nova estação Encarnação da linha vermelha do Metro (julho)
- **Carreira 783** - Passou a circular, em dia útil, alternadamente para a Portela e Prior Velho, no serviço noturno ao Prior Velho e ao fim-de-semana feriado entre Marquês Pombal e Prior Velho, substituindo o serviço da carreira 745 (julho)

Estas alterações resultaram numa redução da extensão total da rede em 10,45% e do número de carreiras de autocarros que passou para 74, (por supressão de 5 carreiras durante o ano que sofreu um decréscimo de 7,5% relativamente à situação no início do ano).

Várias carreiras passaram a adotar o prefixo "7", completando-se a identificação da totalidade das carreiras de autocarros com a "Rede 7".

REDE DE SERVIÇO PÚBLICO EM 31/12/2012

| CARATERÍSTICAS | AUTO | ELECT | TOTAL |
|--|-------------|--------------|--------------|
| Comprimento Total das Carreiras (ida e volta - km) | 1.562 | 58 | 1.620 |
| Extensão da Rede (via simples - km) | 670 | 48 | 677 |
| Nº de Carreiras | 74 | 5 | 79 |
| Comprimento Médio por Carreira (ida e volta - km) | 21,0 | 11,6 | 20,4 |

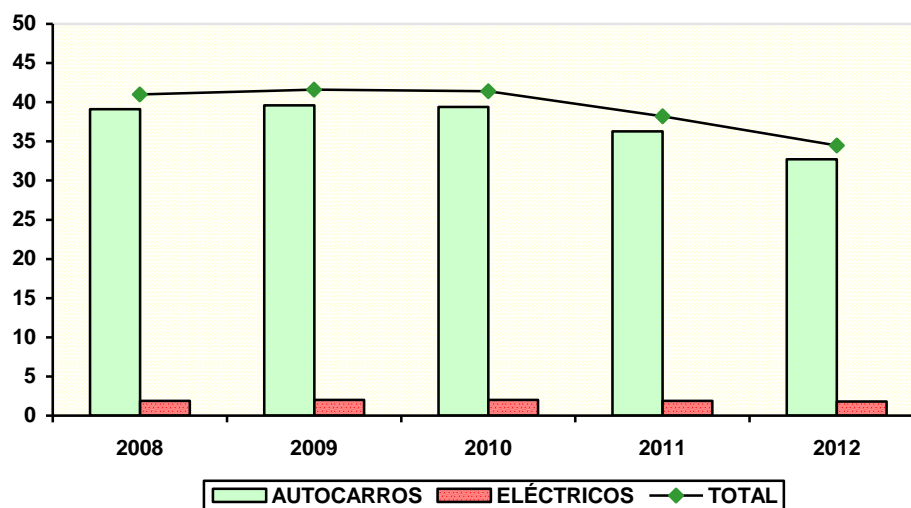
2.2 - OFERTA

A oferta anual, medida pelo número de "veículos x km" produzidos, registou uma acentuada redução de -9,7% relativamente ao ano de 2011, sendo a variação no serviço de autocarros de -10,0% e no serviço de elétricos de -4,1%.

Esta redução de oferta é consequência das várias medidas de ajustamento da oferta anteriormente referidas.

| EXPLORAÇÃO | VEÍCULOS - km (10³) | | | LUGARES - km (10⁶) | | |
|---------------------------------|---------------------------------------|---------------|-------------|--------------------------------------|--------------|-------------|
| | 2012 | 2011 | Δ% | 2012 | 2011 | Δ% |
| Autocarros | 32.677 | 36.296 | -10,0 | 2.951 | 3.251 | -9,2 |
| Elétricos+Ascensores+Elevadores | 1.803 | 1.880 | -4,1 | 174 | 180 | -3,7 |
| TOTAL | 34.481 | 38.176 | -9,7 | 3.125 | 3.432 | -8,9 |

VEÍCULOS-KM (10⁶)



2.3 - PROCURA

A evolução da Procura em 2012, caracterizou-se, relativamente a 2011, por uma redução muito acentuada, aliás na sequência do que se vinha já verificando em 2010. A perda registada decorrerá de diversos fatores associados à situação económica, incluindo o aumento da fraude, assim como da redução da oferta verificada.

A partir de fevereiro de 2012 a repartição das receitas dos passes Navegante e do Bilhete CARRIS/ML 24h, passou a ser realizada pela aplicação dos coeficientes relativos ao Inquérito de 2007, pelo que, estando a metodologia de estimativa dos respetivos passageiros associada aquela repartição, a procura vem a ser afetada em baixa.

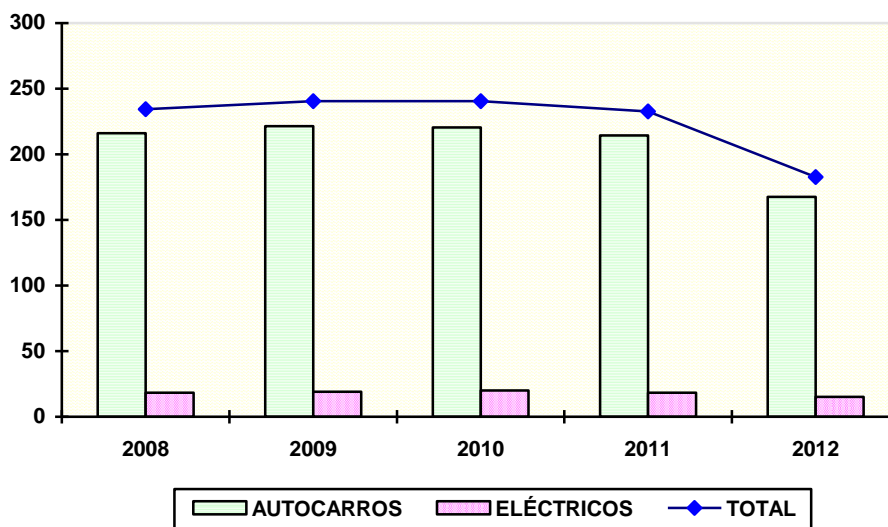
Deste modo, a variação da Procura – Passageiros SP – relativamente a 2011 que seria de -21,5%, cifra-se, efetivamente, em -15,0% se aplicados em 2011 os coeficientes do Inquérito de 2007.

| | PASSAGEIROS TTP (10 ³) | | | PASSAGEIROS SP (10 ³) | | | PASSAGEIROS * KM (10 ⁶) | | |
|----------------------------------|------------------------------------|---------|-------|-----------------------------------|---------|-------|-------------------------------------|-------|-------|
| | 2012 | 2011* | Δ% | 2012 | 2011* | Δ% | 2012 | 2011* | Δ% |
| Autocarros | 156 374 | 185 971 | -15,9 | 167 497 | 197 624 | -15,2 | 560 | 668 | -16,1 |
| Elét.+ Ascen. + Elev. | 14 501 | 16 516 | -12,2 | 15 171 | 17 362 | -12,6 | 36 | 42 | -14,3 |
| TOTAL | 170 875 | 202 487 | -15,6 | 182 668 | 214 986 | -15,0 | 596 | 710 | -16,0 |

2011* - Determinação da Procura 2011, com aplicação dos coeficientes do Inq 2007

| EXPLORAÇÃO | PASSAGEIROS (10 ³) | | | PASSAGEIROS * km (10 ⁶) | | |
|---|--------------------------------|----------------|--------------|-------------------------------------|------------|--------------|
| | 2012 | 2011 | Δ% | 2012 | 2011 | Δ% |
| Autocarros | 167.497 | 214.349 | -21,9 | 560 | 724 | -16,1 |
| Eléctricos+Ascensores + Elevadores | 15.171 | 18.369 | -17,4 | 36 | 45 | -14,3 |
| TOTAL | 182.668 | 232.718 | -21,5 | 596 | 769 | -16,0 |

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (10⁶)



2.4 QUALIDADE DO SERVIÇO

2.4.1. Velocidade Média de Exploração (km/h)

Verificou-se uma ligeira degradação da velocidade média de exploração na rede da CARRIS, relativamente a 2011, de 14,39km/h para 14,35km/h, absorvendo a também ligeira melhoria verificada naquele ano.

Esta redução correspondeu a um decréscimo de 0,5% na rede de elétricos e de 0,1%, na rede de autocarros.

VELOCIDADE DE EXPLORAÇÃO (KM/H)

| | 2012 | 2011 | Δ% |
|-------------------|--------------|--------------|-------------|
| Autocarros | 14,66 | 14,68 | -0,1 |
| Elétricos | 10,33 | 10,39 | -0,5 |
| TOTAL * | 14,35 | 14,39 | -0,3 |

* Não engloba ascensores e elevador

A manutenção do funcionamento, em colaboração com a Polícia Municipal, da equipa de "Vigilantes" para fiscalização de corredores BUS e estacionamento irregular em paragens ou em locais em que dificultam a circulação do Transporte Público, que ao longo do ano efetuou 4.800 atuações e promoveu a remoção por reboque de 318 viaturas irregularmente estacionadas, não se revela suficiente para a melhoria global da circulação do transporte público, sendo cada vez mais necessária uma maior articulação entre as diferentes entidades, sejam gestoras ou fiscalizadoras da via pública.

Não foi ainda em 2012 possível ver resolvidas as condicionantes operacionais decorrentes do desordenamento do interface do Terreiro do Paço e da circulação do transporte público no eixo Arco Cego – S. Sebastião, estando neste último caso preconizada uma solução nada favorável.

2.4.2 - Taxa de Ocupação

O indicador Taxa de Ocupação relaciona a Procura, medida em “Passageiros x km”, com a Oferta, medida em “Lugares x km”.

Em 2012, reflexo do decréscimo acentuado de Procura, a Taxa de Ocupação evidencia um decréscimo de 7,78% relativamente ao ano anterior.

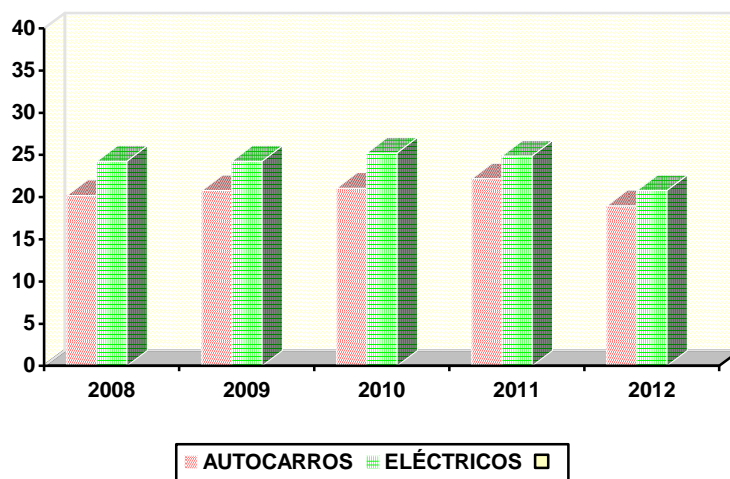
TAXA DE OCUPAÇÃO

| | 2012 | 2011* | Δ % |
|----------------------------|-------|-------|--------|
| Autocarros | 18,98 | 20,54 | -7,59 |
| Elét.+Ascen.+ Elev. | 20,79 | 23,37 | -11,04 |
| TOTAL | 19,08 | 20,69 | -7,78 |

2011* - Determinação da Procura 2011, com aplicação dos coeficientes do Inq 2007

| | 2012 | 2011 | Δ% |
|---|--------------|--------------|---------------|
| Autocarros | 18,98 | 22,28 | -14,82 |
| Eléctricos+Ascensores+Elevadores | 20,79 | 24,83 | -16,27 |
| TOTAL | 19,08 | 22,41 | -14,86 |

TAXA DE OCUPAÇÃO (%)



2.4.3 - Taxa de Acidentes

Face a 2011, verificou-se um decréscimo de 8,3% do número total de Acidentes de Exploração ocorridos em 2012, quebra que não se refletiu na taxa de acidentes, dada a redução mais que proporcional no total de veículos quilómetros de serviço total oferecido pela CARRIS. Assim, face ao ano anterior, quer a taxa de acidentes global quer a do Modo Autocarro apresentaram valores ligeiramente superiores, conforme se pode ler no quadro abaixo. Apenas no Modo Elétrico, a redução de 18,2% do quantitativo de acidentes ocorridos se refletiu na diminuição da taxa de acidentes, de 66,34 acidentes / 10⁶ veículos x km, em 2011, para 56,47 acidentes / 10⁶ veículos x km, em 2012.

Uma condução segura é determinante para a redução da accidentalidade, dependendo esta redução de um melhor desempenho dos Tripulantes, alcançado, nomeadamente, através do cumprimento dos Planos Anuais de Formação e de ações de formação/sensibilização ministradas por Inspetores, nas respetivas Estações.

Assim, em 2012, continuaram a ser concretizadas, ações de formação contínua de Tripulantes, no âmbito do Certificado de Aptidão para Motorista (CAM), bem como ações de reciclagem em "Técnicas de Condução e Prevenção de Acidentes", abrangendo Tripulantes com três ou mais acidentes, em situação de baixa há mais de seis meses ou que tiveram de conduzir novos segmentos de frota, nomeadamente em caso de mudança de Estação.

Também em 2012, o bom desempenho dos Tripulantes continuou a ser premiado, quer anualmente com a atribuição de Prémios de Boa Condução, tendo por base o número de horas de condução sem acidentes, com reflexos positivos na segurança e conforto dos passageiros, quer quadrimestralmente, através do Prémio "Desempenho +", o qual visa promover, distinguir e reconhecer o desempenho dos Tripulantes que, no exercício das suas funções, se referenciam com padrões comportamentais e operacionais superiores, com impacto na qualidade do serviço prestado e/ou na imagem da Empresa, bem como na redução de custos e/ou aumento dos proveitos.

TAXA DE ACIDENTES (por milhão de km)

| | 2012 | 2011 | Δ% |
|-------------------|--------------|--------------|------------|
| Autocarros | 33,82 | 32,62 | 3,7 |
| Elétricos | 56,47 | 66,34 | -14,9 |
| TOTAL | 35,07 | 34,36 | 2,1 |

2.4.4 - Regularidade

A Regularidade é medida pelo indicador indireto "número de quilómetros perdidos, por engarrafamentos e outros problemas de trânsito, por milhar de quilómetros percorridos". O ano 2012 evidenciou uma ligeira degradação global relativamente a 2011, mais significativa nas carreiras de elétricos.

| | ENGARRAFAMENTOS | | |
|-------------------|-----------------|------|------|
| | 2012 | 2011 | Δ % |
| Autocarros | 2,5 | 2,3 | 9,6 |
| Elétricos | 3,4 | 2,0 | 69,8 |
| TOTAL | 2,6 | 2,3 | 14,7 |

2.4.5 - Fiscalização Comercial

Mantiveram-se as preocupações já manifestadas anteriormente resultantes da evolução negativa das condições socioeconómicas e necessidade de contrariar a maior propensão para a fuga ao pagamento do serviço prestado.

Nas vertentes preventiva e, depois, repressiva foi prosseguido o objetivo de maior visibilidade e eficácia da fiscalização, tendo sido substancialmente mais elevado, que em anos anteriores, o número de atuações levantadas.

Continuou a ser feita a sensibilização para a necessidade de detenção de título de transporte válido e da sua validação à entrada dos veículos, bem como das consequências do incumprimento destas regras básicas.

Manteve-se a intervenção da fiscalização em zonas mais problemáticas com o apoio de agentes da polícia descaracterizados e foram realizadas diversas ações de fiscalização de cariz mais intensivo, também com o apoio da PSP.

Ainda dentro do mesmo contexto, a gestão de conflitos e segurança pessoal constituiu preocupação que motivou a realização de ações de formação dirigidas aos agentes de fiscalização.

A Taxa de Fraude Média Detetada pelos agentes de fiscalização, que mede a percentagem de passageiros em fraude entre os passageiros fiscalizados, cifrou-se em 5,11%, o que representa um acréscimo de 0,54 pontos percentuais e um aumento de 11,8% da fraude detetada, relativamente a 2011.

Durante o ano foram fiscalizados mais de 1,3 milhões de passageiros e levantadas quase 19 mil atuações.

2.4.6 - Certificação de Carreiras

Paralelamente à certificação dos “meios” - Sistemas de Gestão da Qualidade, do Ambiente, da Segurança e Saúde no Trabalho e, por último, da Responsabilidade Social, a qual foi obtida, em julho de 2012, de acordo com a norma NP 4469-1 e em alinhamento com os princípios consagrados na NP ISO 26000:2011, a CARRIS apostou também na certificação dos “resultados”, i. é, do serviço prestado, sendo o único operador nacional de transporte público de passageiros a ter linhas/carreiras certificadas de autocarros e de elétricos.

Em Março de 2012, foi obtida a certificação de mais 6 Linhas/Carreiras de Autocarros, pelo que, atualmente, após alguns ajustamentos na oferta, a Empresa dispõe de 61 Linhas certificadas (72,6% do total de linhas), uma das quais é de elétricos.

A Certificação do Serviço, de acordo com a NP EN 13816 e Especificações Técnicas da Entidade Certificadora CERTIF, evidencia o comprometimento da CARRIS com a prossecução

da melhoria contínua da qualidade e o seu contributo para a afirmação do Transporte Público como elemento-chave para o Desenvolvimento Sustentável, assegurando o cumprimento dos níveis de qualidade do serviço e permitindo a redução de custos da não qualidade, a melhoria da imagem da Empresa e o aumento da satisfação dos Clientes, fazendo a diferença no Setor dos Transportes.

2.5 TARIFÁRIO E MERCADO

A CARRIS prosseguiu na adoção de políticas e estratégias comerciais com o objetivo de reforçar a quota de mercado, cativando mais clientes e ao mesmo tempo explorando novos mercados, em especial no domínio da simplificação tarifária, em estreita colaboração com a AMTL e o IMTT.

2.5.1 - Sistema tarifário

2.5.1.1. Revisões Tarifárias

O Despacho Normativo nº 1/2012 de 27 de Janeiro, fixou em 5% a percentagem máxima de aumento médio de preços a vigorar a partir de 1 de Fevereiro de 2012.

Contudo, o mesmo Despacho estipulou a redução de bonificação nos passes de 3ª Idade, Reformado, Pensionista, Estudantes e Social+ de 50% para 25%, o que originou um aumento médio superior em Passes.

Também a introdução da tarifa plana nos pré-comprados (Bilhete Único e Zapping) se traduziu num aumento médio superior neste segmento de títulos.

Deste modo a revisão tarifária de 1 de Fevereiro de 2012, cifrou-se num aumento médio de 14,9%, assim distribuído:

- Passes 15,8%
- Pré-Comprados 12,7%
- Bilhetes 0%

O aumento médio do ano (considerando o mês de Janeiro a tarifas de 2011) foi:

- Passes 14,5%
- Pré-Comprados 11,6%
- Bilhetes 0%

2.5.2 Acontecimentos Tarifários mais importantes

2.5.2.1. Alterações tarifárias de 2012

O diploma legal que decretou a revisão tarifária de Fevereiro de 2012 introduziu ao mesmo tempo algumas alterações e simplificações no sistema tarifário da Região de Lisboa.

2.5.2.2. Alterações nos Passes Sociais

Passes Próprios CARRIS

Foi determinada a descontinuidade imediata dos Passes Anuais da CARRIS.

O mesmo diploma estabeleceu a eliminação dos Passes Próprios da CARRIS e do Metro a 1 de Janeiro de 2013, suspendendo durante 2012 novas adesões a estes títulos, permanecendo contudo em venda até final do ano para os clientes desta modalidade.

Criação dos Passes Navegante Urbano e Navegante Rede

Outra das medidas de simplificação tarifária preconizada em Fevereiro foi a descontinuidade com efeitos imediatos dos Passes Intermodais CARRIS/Metro Urbano 30 dias e CARRIS/Metro Rede 30 dias.

Em sua substituição foram criados os Passes Navegante/Urbano 30 dias e Navegante/Rede 30 dias, com o objetivo de oferecer aos clientes uma mobilidade plena em toda a cidade de Lisboa, rentabilizando os sistemas de transportes já existentes. Estes novos títulos associam ao serviço CARRIS/Metropolitano o serviço dos circuitos urbanos da CP em Lisboa que, durante 2012, foram os troços compreendidos entre:

- Belém-Cais do Sodré (linha de Cascais),
- Benfica-Rossio e Benfica-Oriente (linha de Sintra),
- Oriente-Santa Apolónia (linha de Azambuja)
- Alcântara Terra-Oriente (linha de cintura).

No sentido de promover a migração dos Passes Próprios CARRIS e Metro para os novos títulos, foi concedida uma bonificação especial de 3,00 €, no preço da modalidade normal, a todos os clientes que efetuassem a transferência para um passe Navegante, com efeitos até final de 2012.

Criação de Passes Combinados Navegante

O conceito de passe Navegante foi igualmente estendido a alguns passes que já integravam o serviço CARRIS e Metro, tais como:

- Combinado CA/ML/TT Sx 30 dias,
- Intermodais L/TT-ZE 30 dias e L/SL-Barreiro 30 dias,

os quais foram substituídos pelos combinados:

- Navegante/TT Seixal-Montijo 30 dias,
- Navegante/TT Cacilhas-Trafaria 30 dias e
- Navegante/SL Barreiro 30 dias, respetivamente.

Aplicação do resultado do Inquérito à utilização dos Passes Sociais realizado em 2007

Até janeiro de 2012 a repartição de receitas dos passes intermodais era feita com base no inquérito à utilização dos passes sociais efetuado em 1989, cujos resultados se encontravam muito desajustados da procura atual e das progressivas alterações no sistema de transportes da AML.

Muito embora também não reflita a realidade actual do sistema de transportes da AML, o inquérito realizado em 2007 permite uma maior aproximação a essa realidade, pelo menos em alguns passes. Assim, foi introduzida a aplicação dos resultados do INQ07 aos passes Intermodais Navegante Urbano 30 dias, Navegante Rede 30 dias e ao Bilhete Pré-comprado CARRIS/Metro 24 h.

Alterações nas Modalidades Bonificadas

- **Alterações em Fevereiro**

Em Fevereiro foram introduzidas as seguintes alterações às modalidades de passes com bonificação:

Modalidade Social+ (Portaria 36/212 de 8 de Fevereiro)

- Extensão da Modalidade Social + aos passes intermodais L123 SX e L123 MA
- A modalidade Social+ passou a ter 25% de desconto (em vez de 50%) sobre as modalidades normais para:
 - Reformados e Pensionistas com reforma mensal menor ou igual a 1,2 vezes o valor do IAS - Indexante de Apoios Sociais
 - Beneficiários do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego com montante mensal menor ou igual a 1,2 vezes o valor do IAS
 - Clientes que integrem agregados familiares cujo rendimento médio mensal equivalente seja menor ou igual a 1,2 vezes o valor do IAS
- Foi criado o escalão A na modalidade Social+ com 50% desconto sobre a modalidade normal para
 - Beneficiários do Complemento Solidário para Idosos
 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Modalidade de 3ª Idade e Reformado/Pensionista (Despacho Normativo nº 1/2012 de 27 de Janeiro)

- Os passes de 3ª Idade e Reformado Pensionista passaram a ter 25% de desconto (em vez de 50%) sobre as modalidades normais

Modalidade de Estudante (Portaria 34-A/2012 de 1 de Fevereiro)

- A modalidade 4_18/Sub 23 passou a ter apenas 25% de desconto (em vez de 50%) sobre as modalidades normais

-
-
- Foi criado o escalão A na modalidade 4_18 com 50% de desconto sobre a modalidade normal para beneficiários do escalão A do Apoio Social Escolar
 - **Alterações em Setembro**

Em Setembro foram de novo alteradas as concessões de bonificação aos títulos de Estudante (*Portaria n.º 268 -A/2012, de 31 de agosto, e Declaração de Ratificação n.º 52/2012 de 24 Setembro*):

- A modalidade 4_18 A passou a ter 60% de desconto sobre as modalidades normais para os beneficiários do Apoio Social Escolar escalão A
- A modalidade 4_18 B passou a ter 25% de desconto sobre as modalidades normais para os beneficiários do Apoio Social Escolar escalão B e para estudantes inseridos em famílias com direito à concessão de bonificação Social+
- Foi criado o escalão A na modalidade Sub23 com 60% de desconto sobre a modalidade normal para beneficiários de Acção Social Direta no Ensino Superior
- A modalidade Sub23 B passou a ter 25% de desconto sobre as modalidades normais para os estudantes inseridos em famílias com direito à concessão de bonificação Social+

Outras alterações nos Passes Sociais

- Foram extintos em Fevereiro os passes válidos em dias úteis dos combinados CA/TT (DU) (Cacilhas, Seixal e Montijo)
- Em Junho foram desmaterializados os passes LX/Barraqueiro
- Em Julho foram desmaterializados os passes Intermodais L/Vimeca e combinados CARRIS/Vimeca.

2.5.2.3. Pré-Comprados

Introdução da Tarifa Plana na rede CARRIS

A introdução da tarifa plana na rede CARRIS nos bilhetes pré-comprados era um objetivo de simplificação tarifária, já há algum tempo perseguido pela Empresa, que foi possível concretizar em Fevereiro de 2012.

Assim, a CARRIS passou a ter um Bilhete Único válido para toda a sua rede, eliminando os anteriores bilhetes zonais (1 e 2 zonas).

A tarifa plana foi, igualmente, adotada para o zonamento Zapping, passando desta forma ambos os títulos a serem válidos em toda a rede, durante 60 minutos, entre a primeira e a última validação de entrada.

O lançamento de uma tarifa única para toda a rede apresenta duas vantagens de grande relevância. Por um lado permite eliminar a distorção tarifária que existia entre o preço da tarifa de bordo e o preço do pré-comprado para 2 zonas, que era neste caso 16% mais caro; por outro lado, esta simplificação tarifária, num sistema aberto como o da CARRIS, significa uma redução da fraude, particularmente da fraude involuntária por desconhecimento do processo de validação, facilitando a mobilidade dos clientes ocasionais e podendo ainda funcionar como incentivo à utilização de transporte público.

1. Subsídios atribuídos à CARRIS devido à prática das modalidades de Estudante nos Passes Sociais

O Despacho Normativo que regulamentou o aumento tarifário de Fevereiro introduziu alterações nas bonificações das modalidades de Estudante, tal como atrás foi referido, passando a vigorar dois níveis de desconto relativamente às respetivas modalidades normais: de 50% para o escalão A (apenas na modalidade 4_18) e de 25% para o escalão B.

Esta bonificação foi novamente alterada em Setembro, passando o escalão A a usufruir de 60% de desconto, desta vez alargado à modalidade Sub23.

O Artigo 6º das Portarias 982-A/2009 e 982-B/2009 de 2 de Setembro, determina o direito das Empresas de transportes a serem compensadas financeiramente pela venda das modalidades de estudante em função dos descontos concedidos, tendo em conta o preço pago pelo cliente e o que seria pago pelo passe correspondente de tarifa inteira ou de criança, consoante o título de transporte.

A CARRIS recebeu em 2011 um total de 4,8 M€ relativos à prática das modalidades de estudante (neste ano com desconto de 50%), tendo o IMTT previsto que o valor de 2012 foi de 2,1M€. Esta diferença provém das alterações de bonificação verificadas em 2012 (dois critérios de bonificação: 25% e 50%, posteriormente alterados para 25% e 60%).

O quadro seguinte resume os valores em causa e os períodos a que reportam:

| Subsídios IMTT 2012/2011 | Receita Líquida (10 ³ €) | |
|--------------------------|-------------------------------------|--------------|
| | 2012 | 2011 |
| Modalidade 4_18 | 1.117 | 2.485 |
| Modalidade Sub23 | 983 | 2.373 |
| Total | 2.100 | 4.858 |

2.5.3. Rede de vendas

Em 2012 não se registaram alterações significativas na rede de vendas da CARRIS, sendo a sua constituição, à data de 31 de Dezembro, a seguinte:

| Rede de Vendas | 2012 | 2011 |
|-----------------------|-------------|-------------|
| Lojas mob CARRIS | 2 | 2 |
| Quiosques mob CARRIS | 4 | 4 |
| Pontos mob CARRIS | 99 | 98 |
| Agentes Payshop | 232 | 246 |
| Estações CTT | 74 | 74 |
| Total | 411 | 424 |

A rede de vendas encontra-se dispersa por toda a área geográfica abrangida pelo serviço da CARRIS, permitindo uma boa acessibilidade à aquisição dos títulos de transporte.

Relativamente ao total das vendas efetuadas pela CARRIS, a posição relativa de cada canal é a seguinte:

- Lojas mob CARRIS – 4,9%
- Quiosques mob CARRIS – 9,3%
- Pontos mob CARRIS – 72,3%
- Payshop – 13%
- CTT – 0,5%

Numa breve análise deste indicador e atendendo ao número de estabelecimentos envolvidos, consideramos que o cliente CARRIS continua a preferir os postos próprios (Lojas e Quiosques), muito provavelmente porque nestes locais pode adquirir e resolver todos os assuntos relativos a títulos de transporte.

Como forma de incentivo à captação de clientes por parte dos Pontos mob, durante o ano de 2012, tal como previsto, deu-se continuidade ao concurso "Ponto mob+". Esta iniciativa tem tido grande aceitação por parte dos pontos mob, com bons resultados, visíveis sobretudo na melhoria do atendimento aos nossos clientes.

2.5.4 - Análise da procura e receita por título de transporte pago

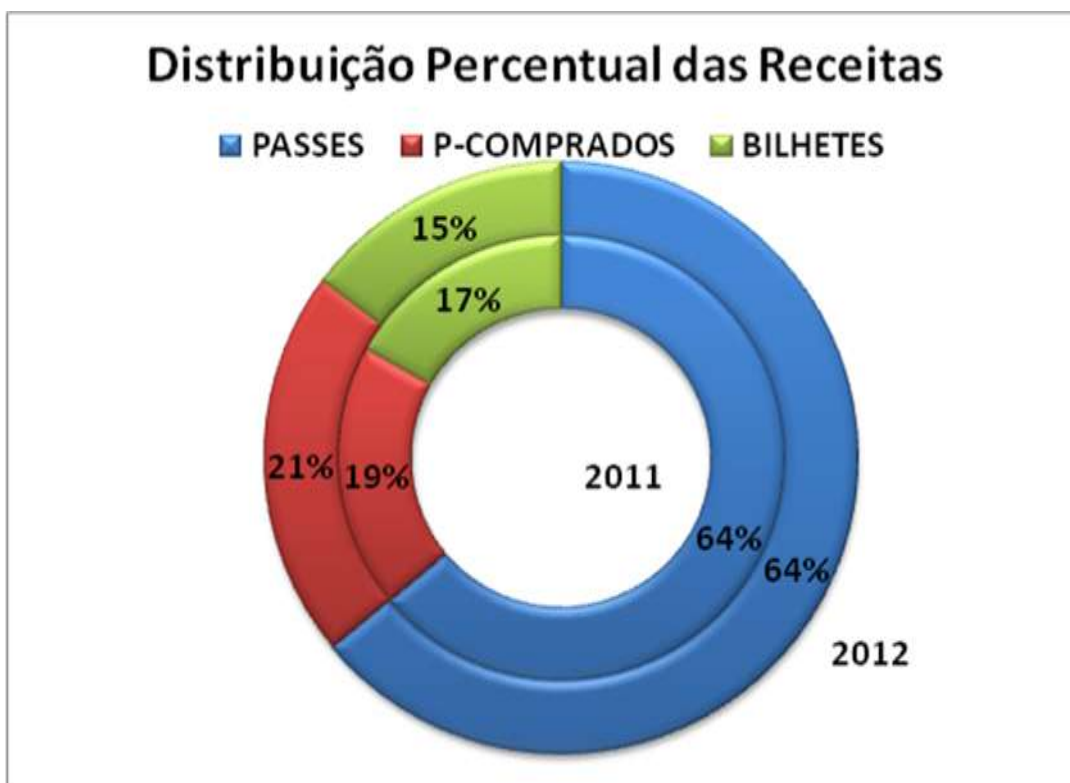
2.5.4.1. Receitas líquidas

⇒ A receita líquida apresenta um acréscimo de +4,4%

| Receita Líquida por Título de Transporte (10 ³ €) | | | |
|--|---------------|---------------|------------|
| (Não inclui subsídios IMTT Passes Estudante) | | | |
| | 2012 | 2011 | VAR % |
| PASSES | 52.996 | 50.699 | 4,5 |
| PRÉ-COMPRADOS | 17.606 | 15.264 | 15,3 |
| BILHETES | 12.242 | 13.353 | -8,3 |
| TOTAL | 82.845 | 79.316 | 4,4 |

A variação positiva das receitas decorre das atualizações tarifárias de 2012, bem como das alterações de bonificação dos passes de Estudante, 3^a Idade e Reformado Pensionista ocorridas em Fevereiro e das alterações de bonificação das modalidades de Social+, ocorridas em Fevereiro e de concessão desta bonificação ocorrida em Setembro.

Não foi considerado no quadro, qualquer verba de subsídios relativa à prática das modalidades de estudante dos diferentes passes sociais.



Considerando os valores de subsídio recebidos pelos referidos passes, os montantes de receita líquida anuais seriam:

| Receita Líquida por Título de Transporte (10³ €) | | | |
|--|---------------|---------------|--------------|
| (Com subsídios IMTT Passes Estudante) | | | |
| | 2012 | 2011 | VAR % |
| PASSES | 52.996 | 50.699 | 4,5 |
| Sub. Est. IMTT | 2.100 | 4.885 | -57,0 |
| Total Passes | 55.096 | 55.584 | -0,9 |
| P-COMPRADOS | 17.606 | 15.264 | 15,3 |
| BILHETES | 12.242 | 13.353 | -8,3 |
| TOTAL | 84.944 | 84.201 | 0,9 |

2.5.5 Passageiros com Título de Transporte Pago

⇒ Registou-se um decréscimo de 22,0% de procura com título de transporte pago (TTP)

| Procura com Título de Transporte Pago (10 ³) | | | |
|--|----------------|----------------|--------------|
| | 2012 | 2011 | VAR % |
| PASSES | 144.485 | 190.529 | -24,2 |
| PRÉ-COMPRADOS | 20.084 | 20.930 | -4,0 |
| BILHETES | 6.305 | 7.690 | -18,0 |
| TOTAL | 170.875 | 219.149 | -22,0 |

Muito embora o Equivalente de Dias Úteis registre uma variação positiva de 0,5% em 2012 relativamente a 2011, para o acentuado decréscimo contribuiu uma variação negativa de 22,5% de PassageiroxKm (SP), bem como dos outros indicadores que influenciam a procura:

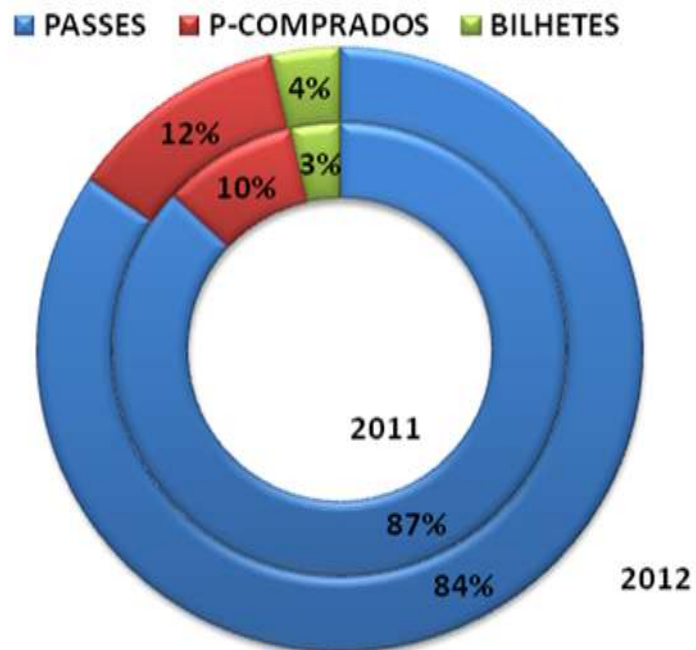
- Equivalente de Passes -17,6%
- Validações de Passe -13,0%

O decréscimo da procura de pré-comprados (-4,0%) deve-se, essencialmente, ao decréscimo de 30,0% do Bilhete Único, uma vez que, quer a procura em Zapping, quer a do Bilhete CA/ML 24 h, apresentam acréscimos de 30,9% e 3,3%, respetivamente.

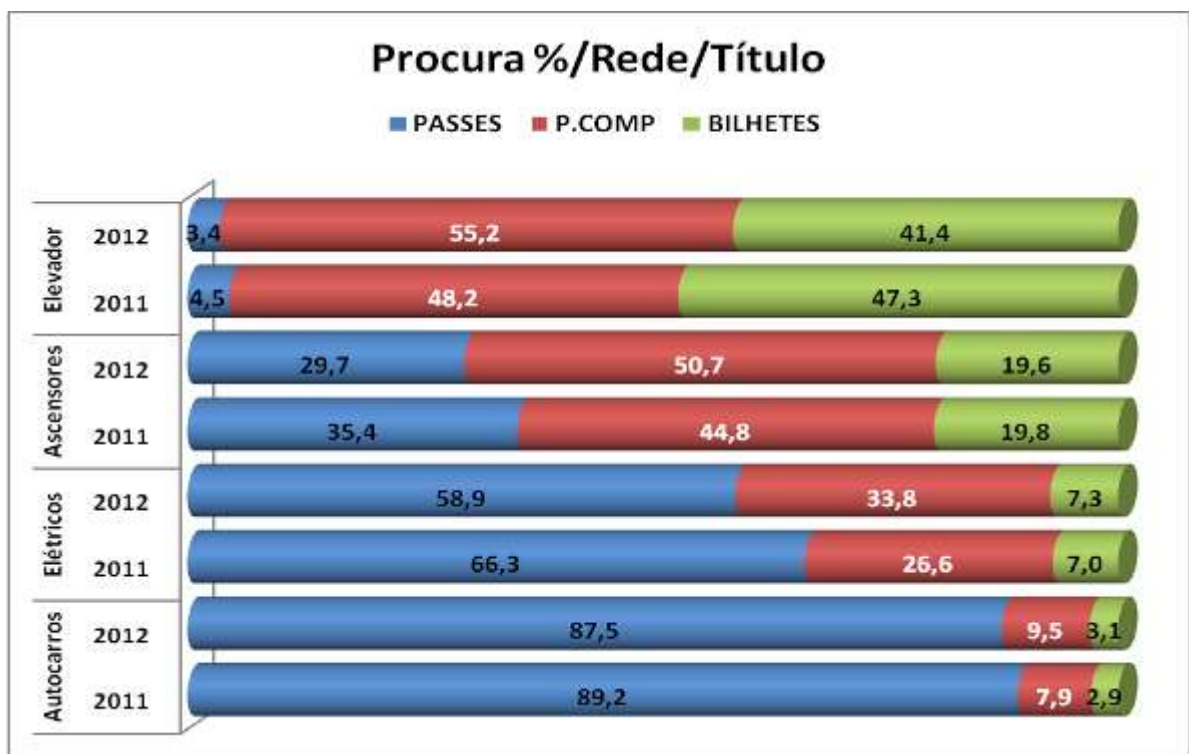
De igual forma, o decréscimo acentuado de procura de Tarifa de Bordo deve-se, essencialmente, ao decréscimo generalizado na Rede, tendo a Rede de Autocarros apresentado o decréscimo de procura mais agravado (-19,0%).

Em termos de distribuição percentual da procura por tipo de título, em 2012 diminuiu o peso da procura com passe, aumentando o peso da procura de pré-comprados e de bilhetes.

Distribuição percentual da procura



Em termos de rede, a distribuição percentual da procura é a seguinte:



O segmento de Passes tem maior expressão na rede de Autocarros e Elétricos, ao passo que os Pré-Comprados são o título preferido nos Ascensores. Quanto ao Elevador de Santa Justa, a procura reparte-se essencialmente entre os Pré-Comprados e a Tarifa de Bordo.

2.5.5.1. Efeito da aplicação do INQ07 à Procura e Receita

Para analisar o efeito da aplicação da chave do INQ07 em 2012, aplicamos os resultados do referido inquérito à receita líquida de 2011. Nesta situação, a variação da receita 2012/2011, sem subsídio, apresentaria um acréscimo de 10,4%, contra o acréscimo de 4,4% de variação real e, com subsídio, apresentaria um acréscimo de 7,0% contra o acréscimo de 0,9%.

Assim, a aplicação dos resultados do INQ07, em 2012, implica uma perda de receita para a CARRIS de cerca de 6,0% (cerca de 5 milhões de €).

| | Rec. Líquida (10 ³ €) | | | Rec. Líquida INQ07 (10 ³ €) | | |
|-----------------------|----------------------------------|---------------|------------|--|---------------|------------|
| | 2012 | 2011 | VAR % | 2012 | 2011 | VAR % |
| Rec. sem subs. | 82.845 | 79.316 | 4,4 | 82.845 | 75.051 | 10,4 |
| Sub. Est. IMTT | 2.100 | 4.885 | -57,0 | 2.100 | 4.324 | -51,7 |
| TOTAL | 84.944 | 84.201 | 0,9 | 84.944 | 79.375 | 7,0 |

Relativamente à procura e com o mesmo exercício, verificamos que, no cômputo anual de procura, a aplicação dos resultados do INQ07 em 2012 implica uma perda de procura da ordem dos 6,4% (cerca de 17 milhões de passageiros com título pago).

| Ano 2011/2012 | Passageiros C/ Título Transporte Pago (10 ³) | | | Passageiros C/ Título Transporte Pago segundo INQ07 (10 ³) | | |
|---------------|--|----------------|--------------|--|----------------|--------------|
| | 2012 | 2011 | VAR % | 2012 | 2011 | VAR % |
| TOTAL | 170.875 | 219.149 | -22,0 | 170.875 | 202.487 | -15,6 |

2.5.6 - PASSES

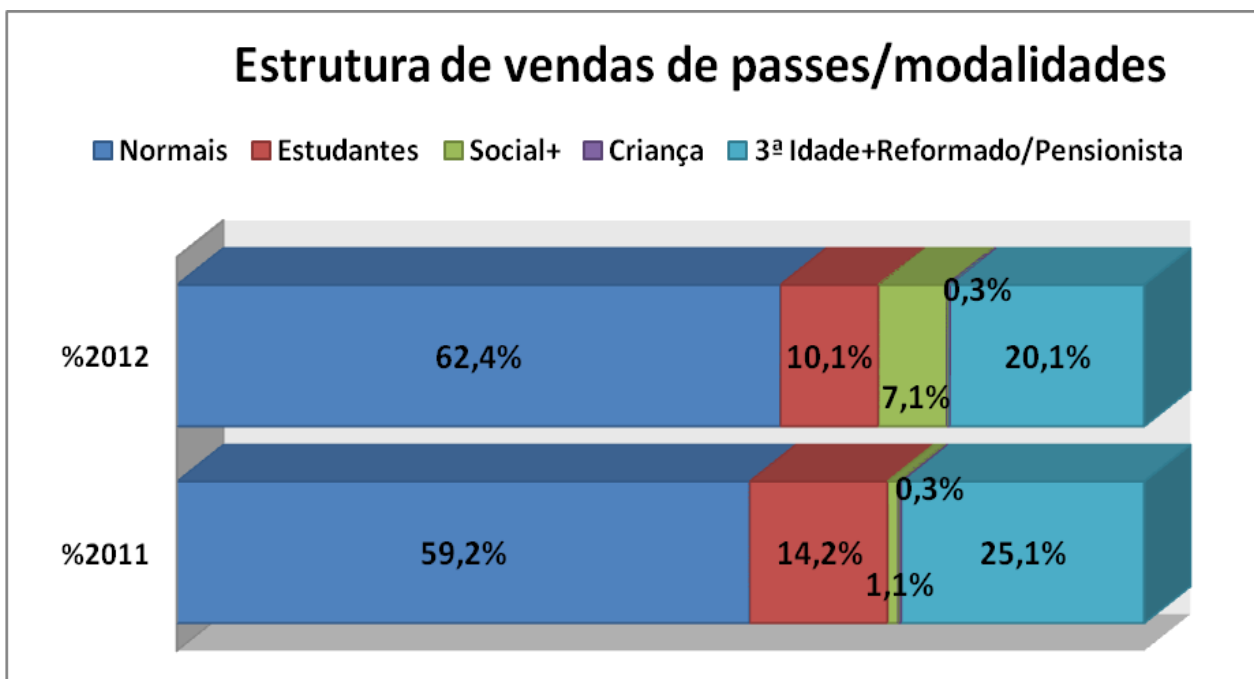
⇒ A venda de passes registou em 2012 um decréscimo de 11,1% relativamente ao ano anterior.

| Vendas | 2012 | 2011 | ABS | % |
|--------------------------|------------------|------------------|-----------------|--------------|
| Próprios 30 dias | 221.650 | 344.994 | -123.344 | -35,8 |
| Próprios Anuais | 43 | 229 | -186 | -81,2 |
| Próprios 4_18/sub23 | 40.443 | 79.553 | -39.110 | -49,2 |
| Próprios 4_18/Sub23 A | 4.855 | 0 | 4.855 | |
| Total Próprios | 266.991 | 424.776 | -157.785 | -37,1 |
| Intermodais Normais | 1.509.078 | 1.506.806 | 2.272 | 0,2 |
| Intermodais 4_18/sub23 | 231.046 | 394.887 | -163.841 | -41,5 |
| Intermodais 4_18/Sub23 A | 24.576 | 0 | 24.576 | |
| Intermodais Social + | 233.411 | 44.734 | 188.677 | 421,8 |
| Intermodais Social + A | 14.138 | 0 | 14.138 | |
| Intermodais Criança | 9.815 | 11.075 | -1.260 | -11,4 |
| Intermodais 3ª Idade | 666.720 | 932.559 | -265.839 | -28,5 |
| Intermodais R/P | 31.240 | 47.300 | -16.060 | -34,0 |
| Total Intermodais | 2.720.024 | 2.937.361 | -217.337 | -7,4 |
| Combinados Normais | 442.782 | 468.647 | -25.865 | -5,5 |
| Combinados 4_18/sub23 | 46.858 | 83.450 | -36.592 | -43,8 |
| Combinados 4_18/Sub23 A | 5.088 | 0 | 5.088 | |
| Combinados Criança | 72 | 16 | 56 | 350,0 |
| Combinados 3ª Idade | 2.047 | 3.886 | -1.894 | -47,3 |
| Combinados R/P | 34 | 55 | 34 | -38,2 |
| Total Combinados | 496.881 | 556.054 | -59.173 | -10,6 |
| Modalidades Normais | 2.173.553 | 2.320.676 | -147.123 | -6,3 |
| Modalidades 4_18/sub23 | 318.347 | 557.890 | -239.543 | -42,9 |
| Modalidades 4_18/Sub23 A | 34.519 | 0 | 34.519 | |
| Modalidades Social + | 233.411 | 44.734 | 188.677 | 421,8 |
| Modalidades Social + A | 14.138 | 0 | 14.138 | |
| Modalidades CRIANÇA | 9.887 | 11.091 | -1.204 | -10,9 |
| Modalidades 3ª IDADE | 668.767 | 936.500 | -267.733 | -28,6 |
| Modalidades R/P | 31.274 | 47.300 | -16.026 | -33,9 |
| TOTAL PASSES | 3.483.896 | 3.918.191 | -434.295 | -11,1 |

Mercê das alterações de concessão de bonificação em Fevereiro e Setembro, as modalidades de estudante reduziram significativamente as vendas (cerca de 42,9%).

As modalidades de 3ª Idade e Reformado/Pensionista sofreram grande decréscimo de vendas (-28,6% e -33,9%, respetivamente) devido à alteração da bonificação ter passado de 50% para 25% em Fevereiro.

Assim, o peso dos clientes bonificados, que em 2011 foi de 40,8% passou em 2012 a ser de 37,6%.



A extinção dos passes próprios da CARRIS e do Metro a partir de Janeiro de 2013, com limitação das vendas em 2012 a clientes cativos, originou um decréscimo de 37,1% nas vendas destes títulos na CARRIS.

Cerca de 29.000 clientes exclusivos CARRIS e Metro fizeram ao longo do ano a transição para os Intermodais Navegantes Bonificados (Urbano e Rede), mediante o desconto de 3,00 € na aquisição daqueles títulos, na modalidade normal.

A modalidade Social+ foi criada apenas em Setembro de 2011, motivo pelo qual apresenta em 2012 acréscimos de vendas muito elevados.

A venda dos passes Intermodais Navegante revelou uma evolução francamente positiva ao longo do ano, comparativamente a 2011 e aos anteriores passes CARRIS/Metro, em especial nas modalidades normais com acréscimos de vendas de 35,0% e 21,4% respetivamente no Navegante Urbano e Navegante Rede.

| Vendas Navegantes Intermodais | 2012 | 2011 | ABS | % |
|--------------------------------------|------------------|------------------|---------------|-------------|
| Navegante Urbano | 628.833 | 465.674 | 163.159 | 35,0 |
| Navegante Urbano Bonificado | 24.126 | 0 | | |
| Navegante Urbano 4_18/Sub23 | 126.485 | 191.405 | -64.920 | -33,9 |
| Navegante Urbano 4_18/Sub23 A | 14.131 | 0 | | |
| Navegante Urbano SOCIAL+ | 53.313 | 9.808 | 43.505 | 443,6 |
| Navegante Urbano SOCIAL+ A | 6.235 | 0 | | |
| Navegante Urbano Criança | 7.264 | 9.279 | -2.015 | -21,7 |
| Navegante Urbano 3ª Idade | 371.071 | 467.152 | -96.081 | -20,6 |
| Navegante Urbano Ref/Pen. | 13.560 | 17.352 | -3.792 | -21,9 |
| CA/ML Urbano- parque | 1.361 | 239 | 1.122 | 469,5 |
| L-TOTAL | 1.246.379 | 1.160.909 | 85.470 | 7,4 |
| | | | | |
| Navegante Rede | 91.459 | 75.338 | 16.121 | 21,4 |
| Navegante Rede Bonificado | 4.861 | 0 | | |
| Navegante Rede 4_18/Sub23 | 16.434 | 27.538 | -11.104 | -40,3 |
| Navegante Rede 4_18/Sub23 A | 1.279 | 0 | | |
| Navegante Rede SOCIAL+ | 8.980 | 1.627 | 7.353 | 451,9 |
| Navegante Rede SOCIAL+ A | 471 | 0 | | |
| Navegante Rede Criança | 453 | 294 | 159 | 54,1 |
| Navegante Rede 3ª Idade | 21.852 | 24.362 | -2.510 | -10,3 |
| Navegante Rede Ref/Pen. | 1.031 | 1.122 | -91 | -8,1 |
| C/ML Rede-TOTAL | 146.820 | 130.281 | 16.539 | 12,7 |

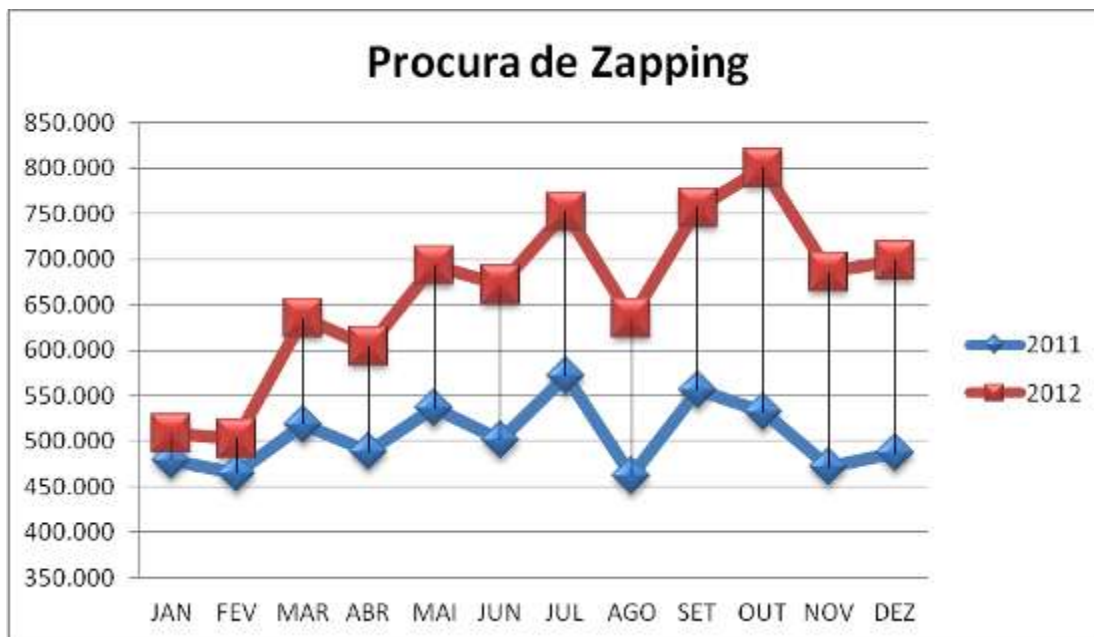
Os novos Navegantes Combinados que vieram substituir em Fevereiro os passes Intermodais L/TT e L/SL Barreiro e o combinado CARRIS/TT Sx apresentaram igualmente em 2012 acréscimos de vendas relativamente ao ano anterior.

2.5.7. Pré-Comprado (Bilhete de 1 zona) e Bilhetes

⇒ A procura de pré-comprados registou em 2012 um decréscimo de 4,0% relativamente ao ano anterior, devido sobretudo à quebra verificada no Bilhete Único;

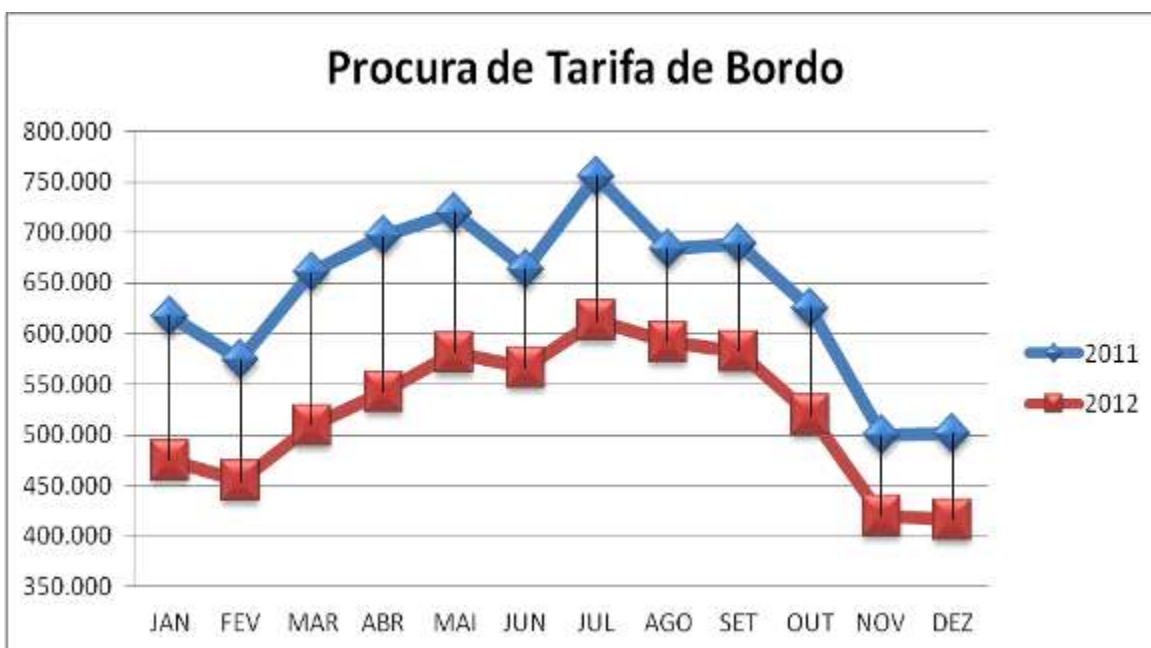
| | PASSAGEIROS C/ TTP | | |
|---------------------------|---------------------------|-------------------|--------------|
| | 2012 | 2011 | VAR % |
| Bilhete Único | 6.711.585 | 9.583.409 | -30,0 |
| Zapping | 7.945.707 | 6.069.041 | 30,9 |
| Bilhete 24 h CA/ML | 4.948.335 | 4.790.286 | 3,3 |
| Lisboa Card | 478.798 | 487.495 | -1,8 |
| PRÉ-COMPRADOS | 20.084.425 | 20.930.231 | -4,0 |

Contudo, ao longo de 2012 foi notória a grande adesão dos clientes ao Zapping, situação a que não é alheia a diferença de preço entre o Bilhete Único (1.25 €) e o valor de viagem Zapping na CARRIS (1.15 €) com a mesma validade geográfica e temporal.



⇒ A procura de Tarifa de Bordo registou um decréscimo de 18,0%.

| | PASSAGEIROS C/ TTP | | |
|-----------------------------------|--------------------|------------------|--------------|
| | 2012 | 2011 | VAR % |
| BILHETES (Tarifa de Bordo) | 6.305.439 | 7.689.824 | -18,0 |



⇒ **A receita líquida de Pré-Comprados registou um acréscimo de 15,3%**

| Ano 2011/2012 | RECEITA LIQ. CORRENTE (€) | | |
|----------------------------|---------------------------|-------------------|-------------|
| | 2012 | 2011 | VAR % |
| Bilhete Único | 6.129.369 | 6.758.273 | -9,3 |
| Zapping | 6.982.912 | 4.588.714 | 52,2 |
| Bilhete 1 Dia CA/ML | 4.034.026 | 3.563.360 | 13,2 |
| Lisboa Card | 459.995 | 354.073 | 29,9 |
| PRÉ-COMPRADOS | 17.606.302 | 15.264.421 | 15,3 |

⇒ **A receita líquida de Tarifa de Bordo registou um decréscimo de 8,3%**

| Ano 2011/2012 | RECEITA LIQ. CORRENTE (€) | | |
|-----------------------------------|---------------------------|-------------------|-------------|
| | 2012 | 2011 | VAR % |
| BILHETES (Tarifa de Bordo) | 12.242.163 | 13.352.771 | -8,3 |

2.6 – COMUNICAÇÃO E IMAGEM

2.6.1. Introdução/Enquadramento

As alterações profundas do quadro económico e social e as diferentes tendências de mudança de comportamentos e consumo, fizeram de 2012 um ano de ajustamento da estratégia à nova realidade. Neste âmbito, a CARRIS empenhou-se em reinventar o seu modelo de desempenho enquanto agente económico e social com fulcral responsabilidade no domínio da mobilidade urbana e sustentabilidade em Lisboa.

Neste contexto, a CARRIS apostou em soluções inovadoras de comunicação e marketing, procurando ir ao encontro das necessidades específicas dos seus clientes, potenciando as crescentes valências da tecnologia e do mundo digital quer enquanto meio de comunicação, quer como ferramenta para a prestação de informação relevante, tendo assim contribuído para gerar uma maior atratividade para o serviço de transporte público, promovendo o seu papel enquanto gerador de uma vivência urbana moderna, sustentável e com mais qualidade de vida. A introdução de *inputs* resultantes de estudos e de potencial de mercado, aliado a novas mecânicas de avaliação do serviço prestado e retorno das ações de comunicação, permitiu uma rápida reação e adaptação da CARRIS de forma a intensificar e ajustar a correta perceção por parte do mercado, elevando a performance competitiva da Empresa e gerando uma clara diferenciação da Empresa no sector dos transportes públicos, mas, também, no panorama do marketing nacional e internacional.

O ano 2012 foi também marcado pela instituição oficial de sinergias e articulação da comunicação com o Metropolitano de Lisboa, permitindo a otimização dos recursos e o aumento da eficiência na abordagem ao mercado através de ações conjuntas de promoção da mobilidade na cidade, o aumento da notoriedade e a consolidação do posicionamento estratégico das duas marcas.

2.6.2. Abordagem Estratégica/Objetivos

O ano de 2012 foi então um ano de ajustamento estratégico a uma nova realidade social e económica que surgiu no mercado, mas com especial enfoque e impacto no domínio da mobilidade urbana e sustentabilidade em Lisboa.

A conjuntura económica e social foi então uma das grandes barreiras à implementação do plano anual de comunicação e de marketing. O objetivo foi o de, com o mínimo investimento possível, garantir a preservação dos níveis de memorização da marca CARRIS e os valores por ela representados. Ainda neste âmbito, as condições então existentes possibilitaram a transferência de clientes do sector privado para o transporte público, tendo a empresa procurado assegurar e facilitar essa transição com a criação de um conjunto de instrumentos que apoiassem a entrada de novos clientes no mercado dos transportes públicos.

Esta transferência de clientes foi em muito facilitada pelo uso de tecnologia aplicada ao negócio da mobilidade, com a criação de ferramentas de apoio à utilização dos serviços CARRIS, que permitiram um contacto transversal com grande parte do mercado, gerando argumentos de conquista e de fidelização muito relevantes.

O Museu da CARRIS permaneceu com grande destaque na atividade e comunicação da empresa, tendo-se demonstrado como um alicerce importante na comunicação da marca.

2.6.3. Campanhas e ações desenvolvidas

2.6.3.1. A Comunicação Institucional

A campanha “Uma viagem que nos une” que marcou o ano de 2012 como o início da atividade conjunta da CARRIS e do Metro foi de fato marcante na linha estratégica de comunicação da empresa, transmitindo uma nova forma de pensar o serviço de transporte público na cidade de Lisboa, mais orientado para a intermodalidade e que melhor contribuirá para a qualidade do serviço prestado aos Clientes.

Ainda na mesma linha de atuação a CARRIS juntou-se a uma campanha internacional, lançada pela UITP (União Internacional do Transporte Público), que visou promover um crescimento sustentável da sociedade com o *headline* “Let’s travel together”. O objetivo era o de encorajar os cidadãos a viajar com outras pessoas, fazendo-os entender que ao fazê-lo, assumem um papel activo na realização da Green Economy.

Este foi ainda o ano em que a Empresa realizou alguns ajustamentos à sua oferta na cidade de Lisboa, motivada pelo contexto de fortes restrições orçamentais, com a visão contínua de otimizar o desempenho global da Empresa. As alterações visaram representar uma melhoria da articulação e complementaridade com o Metropolitano de Lisboa, decorrentes de uma redução do número de sobreposições entre as respetivas redes, assegurando alternativas de deslocação numa lógica intermodal, que garantem a mobilidade urbana.

2.6.3.2. A Tecnologia enquanto agregador dos valores da Marca

A CARRIS, enquanto operador de transporte que integra a TRANSPORTIS, associou-se ao portal SAPO no lançamento de uma aplicação para o sistema Android, bem como uma versão mobile do site otimizada para telemóveis com ecrã tátil, denominada por Sapo Transportes. A app encontra-se disponível em <http://m.transportes.sapo.pt> e consiste num

serviço gratuito e intuitivo que permite aos utilizadores de telemóvel, um rápido acesso a toda a informação sobre a rede de transportes públicos pertencentes à TRANSPORTLIS.

Já em Julho, a CARRIS e a IZIMOOVE desenvolveram a IZI CARRIS, uma aplicação gratuita, disponível no Google Play, que visa facilitar a utilização e o acesso aos serviços de transporte na cidade de Lisboa, em plataformas Android. A aplicação permite, quando ligada à internet, a consulta dos tempos de espera até à chegada dos próximos veículos da CARRIS a cada paragem. Em modo *off-line*, permite consultar o percurso das diversas carreiras da rede.

Por último, a CARRIS, em parceria com a Nokia e a Innovagency, desenvolveu uma aplicação destinada ao Windows Phone Marketplace, para telemóveis com Windows Phone 7. O *software* permite aceder a informação sobre os serviços de transporte por autocarro e elétrico da Empresa, conhecer quais as carreiras que servem uma determinada necessidade de mobilidade, que passam numa dada zona, em que paragens param e o tempo de espera dessas carreiras nas paragens. Faculta ainda a leitura das últimas notícias sobre a empresa, o sector dos transportes públicos na cidade de Lisboa e os principais contactos da empresa.

2.6.3.3. Relação emotiva com os Lisboaetas

A CARRIS e o Metro voltaram a marcar presença junto do target mais jovem, no momento de entrada na faculdade, desafiando os estudantes a viajarem de transportes públicos, convidando-os à participação nos “jogos de mobilidade”.

Numa ação de charme, a CARRIS realizou uma viagem ao passado no elétrico 28, transportando um passageiro especial- Florbela Espanca, um dos vultos mais importantes da poesia portuguesa, que aproveitou o momento para recitar alguns dos seus poemas mais conhecidos, enquanto passeou pelas artérias de Alfama e pelas ruas de Alcântara. Esta iniciativa decorreu como promoção da estreia do novo filme de Vicente Alves do Ó, “Florbela”.

Em 2012 a CARRIS e o Outjazz levaram a música a novos espaços, os transportes públicos da nossa cidade. A ação decorreu nos dias 29 de junho, no Ascensor da Bica, numa sessão com Nuno Salvado ao acordeão, dia 13 de julho, no Elevador de Santa Justa, com um duo de guitarra portuguesa e viola e, a 21 de setembro, no Ascensor da Glória, com Anglosaxofonix.

Semelhante a anos anteriores, a CARRIS associou-se à EGEAC nas comemorações das Festas de Lisboa'12 com três iniciativas, durante o mês junho. O “fado nos elétricos” 12E e 28E, “Jazz às Onze”, nos ascensores emblemáticos da cidade de Lisboa, classificados desde 2002 como monumentos nacionais e, por último, o “Omnibus”, nos nossos autocarros.

Em dezembro, o programa Carjoking invadiu os veículos da CARRIS e do Metro com uma viagem que marcou a estreia da nova temporada do Carjoking, uma iniciativa que consiste em levar o programa Café da Manhã, da RFM, aos ouvintes, dentro dos seus carros durante o trajeto casa-trabalho. O programa decorreu a bordo de uma carruagem de metro da linha azul e das carreiras 781 e 783 da CARRIS.

As ações de responsabilidade social da CARRIS e do Metro, integradas sob uma marca agregadora, “Presente Consigo - Linha da Alegria”. A ação PRESENTE CONSIGO pretende contribuir, de forma ativa, para o desenvolvimento sustentável da cidade de Lisboa, assumindo um compromisso com as várias vertentes da sustentabilidade. A ação de angariação de bens foi para a instituição ENTRAJUDA/BANCO DE BENS DOADOS.

2.6.3.4. Comunicação de Produto

A CARRIS, em conjunto com o Metro, a CP, a Transtejo, a Soflusa, os Transportes Coletivos do Barreiro e a Fertagus, lançou uma campanha alusiva à possibilidade de recarregamento do passe e zapping no Multibanco, dando a conhecer aos Clientes esta situação. Desta forma a Empresa facilita a acessibilidade do serviço de transporte público, alargando a sua rede de vendas, tornando qualquer posto de multibanco num posto de vendas de transporte público.

A CARRIS, o Metro e a CP lançaram em Fevereiro um novo passe denominado "NAVEGANTE" que permite aos clientes viajar nos três operadores na cidade de Lisboa. Na ação de comunicação desta iniciativa destacamos a campanha "disk advertising" em que estivemos presentes num formato original em Universidades de Lisboa, nas mesas dos bares e cafetarias num disco vinil aplicado sobre as mesas.

2.6.3.5. Comunicação Interna

No seguimento da ação realizada no ano anterior, em 2012 foi realizado o *follow up* da campanha de Eficiência Energética, com a divulgação de informação sobre os ganhos obtidos nesse ano, na mob tv e em cartazes nas Estações da Empresa.

O ano de 2012 foi o ano da 1.ª edição da Feira do Livro CARRIS/Metro, iniciativa conjunta com o Metropolitano de Lisboa, que teve como principal objetivo promover a leitura junto dos colaboradores, proporcionando-lhes a possibilidade de comprarem livros beneficiando de grandes descontos e a oferta de bilhetes para teatro.

2.6.3.6. Abordagem Comercial

Em 2012 a CARRIS reforçou a abordagem a Clientes Empresariais, prosseguindo o objetivo de atrair mais clientes para o sistema de transporte público. Neste âmbito, desafiou diversas empresas de grande dimensão com propostas segmentadas e dirigidas aos seus colaboradores ou clientes, apresentando-se como uma opção interessante para a mobilidade destes. Num ano particularmente difícil, a CARRIS estabeleceu 5 parcerias, tendo sido a opção de mobilidade escolhida para os eventos organizados por estas entidades. Neste particular, de salientar o feedback positivo e o reconhecimento da marca.

Foi ainda um ano de continuidade, na promoção do serviço de transporte público e do Museu da CARRIS no mercado turístico. Para o efeito, o projeto Viva Lisboa com a CARRIS, concebido para promover a cidade de Lisboa através da identificação de pontos de interesse turístico e da utilização do transporte público, foi determinante. Atualmente, este projeto é potenciado com 22 parceiros.

Dando continuidade à parceria iniciada em 2011, em 2012 a relação entre a CARRIS e a DYRUP voltou a entrosar-se com a criação de uma iniciativa denominada "Quem pinta com Dyrup, viaja grátis com a CARRIS". A ação dava a possibilidade aos Clientes Dyrup que realizassem compras a pronto pagamento, iguais ou superiores a 80 euros, nas lojas da marca na grande Lisboa, de receber cartões 7 Colinas pré-carregados com quatro viagens.

Foi mais uma iniciativa das marcas em prol de uma cidade melhor, procurando ajudar os lisboetas a renovar as suas casas, a poupar e inspirar novos hábitos como deixar o carro em casa, quando viajam na cidade de Lisboa, promovendo a sustentabilidade e a mobilidade urbana, através da utilização dos transportes públicos.

Com o objetivo de dar a conhecer aos Clientes as alterações a implementar e as principais alternativas disponíveis, a CARRIS promoveu uma campanha informativa em formatos diversos.

2.6.3.7. Presença da Marca e Reconhecimento

A CARRIS ocupou, pelo terceiro ano consecutivo, o primeiro lugar entre as empresas de transportes, no Índice ACGE (Alterações Climáticas e Gestão de Empresas), promovido pela Euronatura – Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado.

A APEE distinguiu a CARRIS pelo importante contributo no âmbito da transposição da norma nacional NP ISSO 26000:2001 que regulamenta as Linhas de Orientação de Responsabilidade Social.

A CARRIS foi, pelo 6º ano consecutivo, considerada uma das Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal, ocupando a 37.ª posição no ranking elaborado pela revista Exame e pela consultora Accenture.

A CARRIS foi finalista nos Prémios OCI 2011 (Observatório de Comunicação Interna e Identidade Corporativa) – Excelência em Comunicação Interna, na categoria de melhor estratégia de comunicação global, com o projeto Campanha do Novo Acordo Ortográfico.

O Dr. Pedro Ramos, diretor da Direção de Pessoas e Capital Humano, foi distinguido como Gestor do Ano, pela RH Magazine.

A CARRIS foi distinguida pela Associação Portuguesa de Gestão de Pessoas (APG) com o prémio APG Empresa, devido às suas práticas e projetos de excelência na área do desenvolvimento de Recursos Humanos.

2.6.3.8. Museu

Aberto desde 12 de Janeiro de 1999, o Museu da CARRIS é um testemunho do contributo que a Empresa tem dado à cidade de Lisboa, sendo, igualmente, um marco cultural na história e na vida da Cidade e de todos os que a visitam, tendo vindo a consolidar-se como um Museu de referência em Lisboa.

O ano de 2012, foi um ano de mudança no Museu CARRIS, no qual se iniciou um processo de reestruturação e dinamização dos espaços e do conceito expositivo. A realidade Museológica tem evoluído muito na última década, tendo conquistado um espaço primordial para a dinâmica cultural e a aproximação com os públicos.

Neste âmbito, o Museu CARRIS, quis continuar a acompanhar esta tendência e chegar, cada vez mais próximo dos seus visitantes, proporcionando-lhes momentos de cultura, descontração e lazer.

Esta nova dinâmica já começou a dar frutos e, para além do alargamento da área expositiva, com a inclusão do novo núcleo “veículos a aguardar restauro”, já acolheu uma residência artística com o coletivo Tempos de Vista, deu vida à Galeria do MUSEU, dedicada à arte contemporânea, através de uma parceria com a Galeria Caroline Pàges e reestruturou, ainda, a loja do MUSEU. Ainda em 2012 o Museu da CARRIS, associou-se a mais dois projetos, que a partir de 2013 já vão ser uma realidade.

O Village Underground (VU) é uma plataforma internacional para a cultura e para a criatividade, que existe em Londres e que está em fase de implementação em Berlim e em Lisboa, no Museu da CARRIS, com a criação de locais de trabalho (em 2 antigos autocarros

e dentro de contentores marítimos) para indústrias criativas e servindo também de espaço multicultural.

E porque a visita ao Museu tem de ser uma experiência única, onde para além de conhecer o Museu o visitante também quer interagir, em 2012 o Museu da CARRIS iniciou um projeto em que, a partir de meados de 2013, o visitante poderá conhecer a história da CARRIS com a ajuda de uma aplicação para Smartphone.

Fruto da nova dinâmica implementada em 2012, o Museu registou um aumento do número de visitantes, tendo também aumentado a receita global.

| | Bilhetes | Loja | Eventos | Festas de Anos | TOTAL |
|-------------|-----------------|-------------|----------------|-----------------------|--------------|
| 2012 | 13.917,01€ | 14.035,90€ | 28.407,5€ | 1.566,50€ | 57.926,91€ |
| 2011 | 13.234,94€ | 12.226,42€ | 18.950,00€ | 5.325,50€ | 49.736,86€ |

A promoção de várias iniciativas como o 13.º Aniversário do Museu, Noivas de Santo António, noite dos Museus, várias exposições na Galeria do Museu em parceria com a Galeria Caroline Pagès, realização de vários concertos e iniciativas da Banda de Música da CARRIS, inauguração do núcleo III, realização de uma obra musical em parceria com o artista Pedro Castanheira, lançamento do novo projeto Village Underground, inauguração da exposição "Zona Desactivada" do coletivo "Tempos de vista"

A promoção de várias iniciativas, como a Noite dos Museus, de diversas visitas corporate (exemplos: Microsoft, Galp Energia, comitiva do Rio de Janeiro chefiada pelo Governador do Estado), a Conferência de Mobilidade Urbana e as "Noivas de Santo António" trouxeram, também, uma acrescida notoriedade.

3 - RECURSOS HUMANOS

3.1 - ORIENTAÇÕES GLOBAIS

No âmbito da continuidade que tem sido dada ao trabalho no investimento das Pessoas, a Direção de Gestão de Pessoas e Capital Humano (DPC) da CARRIS, mais uma vez, no ano de 2012, teve um papel fulcral no que respeita ao impacto interno e externo das suas ações.

Foi deste modo possível dar a conhecer a CARRIS às suas Partes Interessadas (PI's) e envolve-las, de forma plena, na persecução dos objetivos estratégicos da organização.

3.1.2. MODELO INTEGRADO DE GESTÃO DE CAPITAL HUMANO – GESTÃO POR COMPETÊNCIAS E OBJETIVOS

O Modelo de Gestão de Desempenho, consolidado em 2012, é baseado em duas vertentes essenciais, a gestão por competências e a gestão por objetivos, que permitem operacionalizar uma gestão integrada do capital humano na CARRIS. Para esse fim, foram definidas 59 competências e quantificadas em quatro níveis de proficiência, que são por inerência positivos e crescentes.



Paralelamente, também, foram definidos objetivos através de uma estratégia *smart* e em alinhamento estratégico com os objetivos organizacionais e de grupo, numa lógica *top-down*. Este modelo assenta na definição de 73 perfis de requisitos funcionais, para todas as funções da organização.

Torna-se, assim, possível fazer uma gestão integrada, com repercussões em todas as áreas do Capital Humano – nomeadamente a gestão da formação, a mobilidade, a seleção e integração, a gestão do potencial e do desempenho. Com este modelo, o colaborador vê estabelecida uma série de objetivos individuais e de grupo, bem como um perfil ideal para as suas funções.

3.1.3. COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

Dando seguimento à contínua estratégia de envolvimento e proximidade da organização com todos os seus colaboradores, foram desenvolvidas novas ferramentas que potenciam a comunicação com os nossos colaboradores. Inserido no portal do colaborador – **myCARRIS** – encontra-se uma nova ferramenta de suporte ao modelo de gestão de desempenho, o **myRH**. Esta aplicação permitirá a todos os colaboradores acederem ao seu perfil, analisarem os seus *gaps* e potenciais de desempenho, realizarem uma pré-inscrição numa bolsa de formação, entre outros aspetos relevantes. Os colaboradores assumem, assim, um papel mais conhecedor e interventivo no seu desenvolvimento profissional, o que vem transformar a visão da organização sobre as práticas de RH.



A aplicação **Gestão de Pedidos/ Comunicações** foi disponibilizada em janeiro de 2012. Esta aplicação introduz uma maior rapidez e eficácia nos processos, substituindo modelos anteriormente utilizados em formato de papel e reforçando a forte aposta da CARRIS na melhoria do relacionamento e comunicação com os seus colaboradores. O desenvolvimento desta ferramenta tem-se revelado de grande importância e utilidade, o que se comprova pelo número de pedidos e/ou solicitações dos colaboradores – em um ano de funcionamento, foram já recebidos, encaminhados e tratados mais de 4500 pedidos.

3.1.4. PROCESSO DIGITAL DO COLABORADOR

Em 2012 demos continuidade ao processo de digitalização dos processos individuais dos colaboradores (cadastros individuais), sendo que já mais de 80% dos processos se encontram desmaterializados. Deste modo a CARRIS através da DPC reforça a política “paper free”, assentando na perspetiva da poupança económica e na boa prática ambiental.

3.1.5. PROGRAMA DRIVE

Nesta lógica de proximidade e de otimização das nossas pessoas e das suas competências, desenvolvemos um programa de apoio e desenvolvimento aos gestores de desempenho (chefias diretas) – o Programa DRIVE.



Esta terminologia, profundamente enquadrada no negócio da CARRIS, sintetiza também os princípios fundamentais da gestão de capital humano: Desenvolver, Reconhecer, Influenciar, Valorizar e Energizar.

Este Programa incide sobre três vetores estratégicos essenciais: o apoio à gestão de capital humano; a aprendizagem e desenvolvimento; e o alinhamento com a área de planeamento RH.

Com a implementação e aplicação do mesmo, é possível identificar as necessidades de formação “no terreno”, o que se reflete num maior envolvimento da organização no desenvolvimento das ações de formações e reconhecimento. Por outro lado, através do programa DRIVE, desenvolvemos estratégias de premiação e reconhecimento dos seus elementos mais competentes, ou seja, aqueles cujos perfis de competências e desempenho evidenciado mais contribuem para o sucesso da organização.

3.1.6. ACADEMIA CARRIS

Realizou-se em 2012 o primeiro ciclo da Academia CARRIS. Trata-se de um programa dirigido aos quadros mais jovens da organização, que visa desenvolver e potenciar o seu talento e uma liderança de excelência, através da disseminação de boas práticas de gestão. Para além de ações formativas em inglês e *workshops*, este programa introduziu o conceito de *mentoring* na CARRIS, reforçando a relação e a passagem de *know-how* entre os quadros mais experientes e os mais jovens.



Este primeiro ciclo de trabalhos da Academia CARRIS envolveu mais de uma centena de intervenientes e revelou-se um programa de grande qualidade, promovendo momentos de reflexão e aprendizagem. Na sessão de encerramento, os (as) formandos (as) apresentaram propostas e soluções inovadoras e criativas para a melhoria da Mobilidade e Sustentabilidade do Setor dos Transportes.

3.1.7. PRÉMIOS DESEMPENHO + E INOVAÇÃO

A CARRIS continua através deste processo a reconhecer e “premiar”, o esforço, a dedicação, a competência e o empenho dos seus colaboradores. Atualmente, e tendo em conta constrangimentos externos à empresa, estes prémios não são pecuniários.



Foram distinguidos cerca de 280 colaboradores (motoristas e guarda-freios) com o Desempenho+, no decorrer do ano de 2012.

Ainda no âmbito do reconhecimento e da participação ativa de todos os colaboradores na Organização, o Prémio Inovação, visa motivar todos para a melhoria contínua do serviço

prestado pela CARRIS. Deste modo, a aplicabilidade de ideias que visem a redução de custos, o aumento de proveitos a eficiência dos processos organizacionais, são reconhecidos internamente através deste programa.

Assim, os Prémios Inovação premeiam os trabalhos e as ideias, com componente técnica e operacional relevante e de carácter inovador, que consubstanciem contributos relevantes para o desenvolvimento, modernização e inovação da CARRIS e das empresas suas participadas.

3.1.8. ÁREA de SAÚDE

No campo da Saúde, em 2012 a CARRIS concluiu o processo de reestruturação dos postos médicos, o que consistiu na concentração de todos os postos num único que funciona no Complexo de Miraflores. Este passo permitiu oferecer um melhor serviço e em horários mais alargados aos colaboradores, concentrando e otimizando recursos materiais e humanos sendo que, desta forma, o nível de eficiência sofreu um incremento significativo.



Assim, e no decorrer do ano de 2012, esta área efetuou no âmbito da Medicina Curativa 8413 consultas de clínica geral, 820 da especialidade de urologia e 205 de psiquiatria.

No que concerne à Medicina de Trabalho. Foram efetuadas 2701 consultas, 2152 exames periódicos e 27 acompanhamentos em visitas técnicas no âmbito da Higiene e Saúde do Trabalho.

Das diversas campanhas de rastreio que decorrem anualmente, em 2012, no âmbito da prevenção de patologias como a Hipertensão arterial, o controlo da Diabetes, vacinação Antigripe, entre outras, foram realizados 2195 rastreios.

Ainda inseridos nas práticas anteriores, foram realizados 6484 atos de enfermagem.

3.1.9. HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO

No que concerne aos serviços internos de Higiene e Segurança do Trabalho, estes desenvolvem as suas atividades de identificação, avaliação, controlo de riscos profissionais e das necessidades de informação e formação associadas, no sentido da melhoria contínua das condições de trabalho, sempre partindo da análise de equipas multidisciplinares, em particular com a Medicina do Trabalho. De acordo com os objetivos estratégicos da Organização, o ano de 2012 contribuiu ativamente para a manutenção das Certificações e para o ciclo de melhoria contínua da Certificação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho, tendo sido levadas a cabo diversas ações que estão inseridas no programa anual de atividades desta equipa.

Assim, apresentam-se nos quadros seguintes as atividades que decorreram no ano 2012:

| AÇÕES DESENVOLVIDAS | |
|--|-----|
| INTERVENÇÕES DE HST – AVALIAÇÃO E CONTROLO DE RISCOS | 169 |
| PLANEAMENTO DA PREVENÇÃO | 17 |
| FORMAÇÃO, INFORMAÇÃO E CONSULTA AOS TRABALHADORES | 49 |
| OUTRAS ATIVIDADES – Benchmarking, auditorias, pareceres técnicos, etc. | 27 |
| TOTAL de ações desenvolvidas | 262 |

Ainda, inserido na Gestão de Proximidade, e de forma a mitigar os Riscos Psicossociais, dentro da ação que a CARRIS promove através da DPC, a equipa “APOIO+” esteve envolvida, no ano de 2012, nas seguintes ações:

| AÇÕES DESENVOLVIDAS | |
|---|-----------|
| INTERVENÇÕES | |
| ⇒ Intervenções em Incidentes Críticos – <i>in loco</i> , tempo real 24h (CCT) | 21 |
| ⇒ Intervenções (“em gabinete”) a pedido dos próprios ou assinalados | 6 |
| OUTRAS ATIVIDADES | |
| ⇒ Estudo sobre a situação das Penhoras Judiciais | 1 |
| ⇒ Protocolo, CARRIS/APOIARE | 1 |
| ⇒ Campanhas de divulgação ao protocolo – via GDO | 2 |
| Total de intervenções: | 31 |

3.1.10. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Durante o ano de 2012, concluímos com sucesso mais um projeto de grande dimensão e importância transversal para a organização – a Certificação em Responsabilidade Social.

Para isso foi constituída uma equipa de trabalho multidisciplinar e abrangendo várias áreas da empresa.

A CARRIS foi pioneira, no setor dos transportes na obtenção da Certificação em Responsabilidade Social pela NP 4469, tendo sido, igualmente, pioneira ao alinhar o processo com as recomendações da ISO 26000 – que constitui um referencial internacional, que promove um entendimento comum sobre a Responsabilidade Social.

Prova disso mesmo têm sido as diversas participações que a CARRIS tem tido no domínio desta matéria, bem como o reconhecimento obtido através da Associação Portuguesa de Ética Empresarial.

A competitividade do mercado, assim como a excelência do serviço prestado pelas organizações exige, das mesmas, uma mudança radical no que respeita à gestão de pessoas. A procura constante de novas políticas de recursos humanos que visam, acima de tudo, adotar programas participativos, medidas com vista a aumentar o fluxo de informação, a aposta na valorização do indivíduo na sua formação, procurando sempre construir uma relação de confiança cimentada pela utilização de uma linguagem que seja comum aos interesses de todos “obriga” a mudanças do Paradigma Organizacional.

Desta forma, a CARRIS assume um alinhamento com as práticas a nível internacional e uma consolidação das relações com as suas partes interessadas – clientes, colaboradores, comunidade local, entidades institucionais, fornecedores e outros operadores de transporte. Trata-se de mais um grande contributo para o desenvolvimento sustentável, que promove uma maior transparência na comunicação com as partes interessadas.

A Certificação em Responsabilidade Social é, sobretudo, o reconhecimento da CARRIS enquanto empresa socialmente responsável, sendo mais um fator que evidencia as boas práticas que têm vindo a ser desenvolvidas pela organização, no âmbito da gestão do seu capital humano.



3.1.11. PRÉMIOS OBTIDOS NO ÂMBITO DA GRH

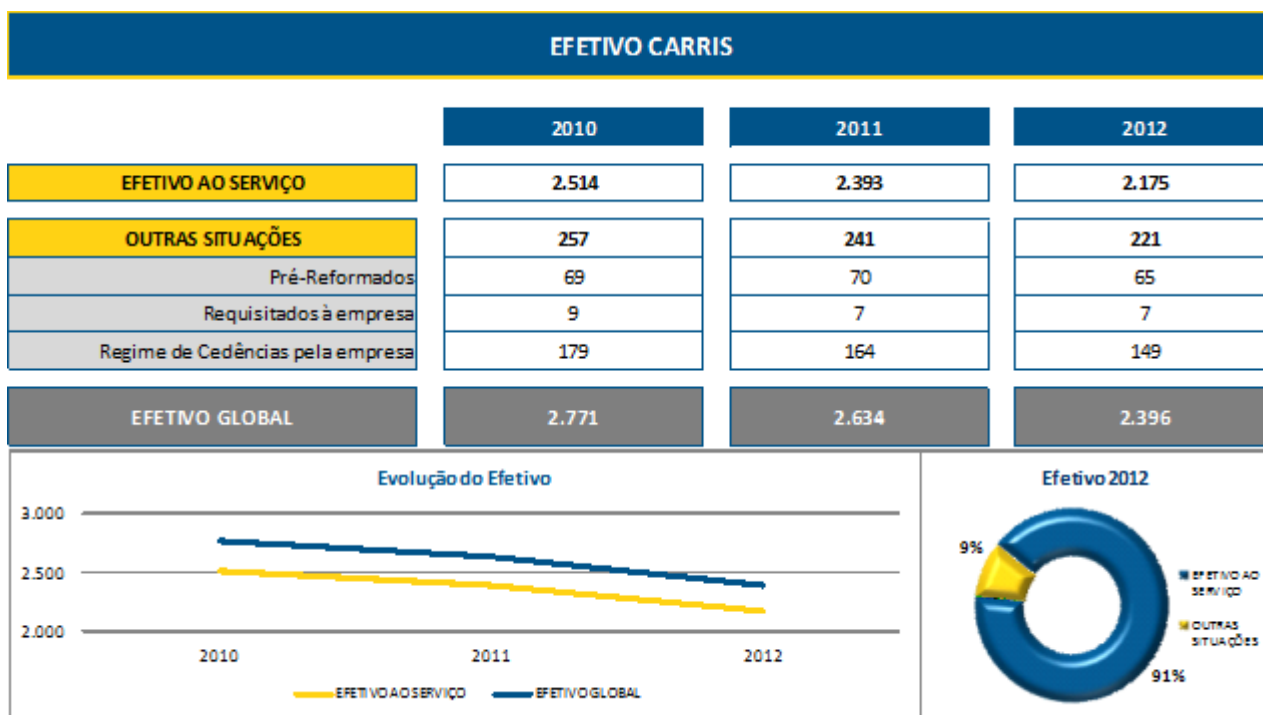
A CARRIS foi considerada uma referência e, por isso, premiada, pelas suas práticas na categoria “Desenvolvimento de Competências”.

A CARRIS tem-se destacado no âmbito da gestão do capital humano, através de um conjunto de boas práticas, focando a sua estratégia no aumento da eficácia e inovação, através de inovadoras metodologias de gestão de desempenho e do desenvolvimento de competências estratégicas.

Assim, em 2012, a CARRIS foi distinguida com dois importantes prémios – o “Prémio APG Empresa 2012”, atribuído pela Associação Portuguesa de Gestão das Pessoas, e ainda o “Prémio Excelência Sedes 2012: Boas Práticas na Gestão das Pessoas”, na categoria “Desenvolvimento de Competências”.

3.2. EVOLUÇÃO DO EFETIVO

Durante o ano de 2012 registou-se um decréscimo muito significativo do efetivo CARRIS, representando um decréscimo total de cerca de 14% entre 2010 e 2012 [375 colaboradores].

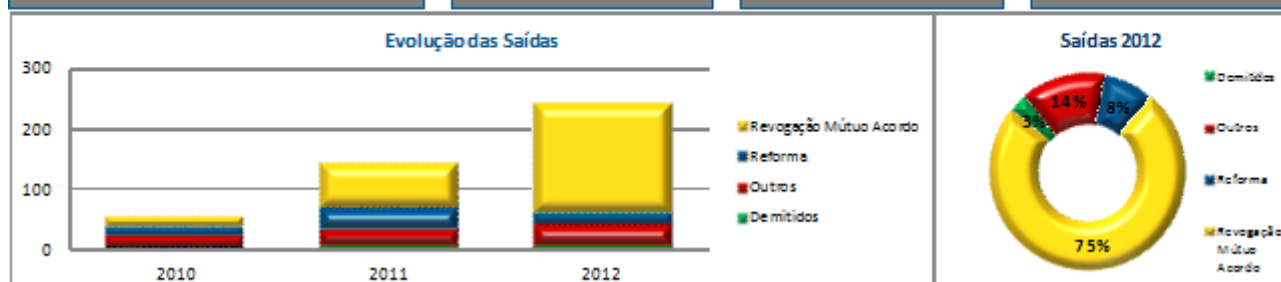


Ao longo do ano 2012, verificou-se um total de 239 saídas, das quais, cerca de 75%, foram através de Rescisões por Mútuo Acordo.

É igualmente importante salientar que, nos últimos 3 anos, se efetuaram um total de 437 saídas, acentuando uma evolução de redução de efetivo, com particular ênfase a partir de 2003.

SAÍDAS

| | 2010 | 2011 | 2012 |
|-------------------------|-----------|------------|------------|
| Reforma Invalidez | 5 | 2 | 8 |
| Reforma Limite Idade | 3 | 4 | 3 |
| Reforma Antecipada | 8 | 26 | 9 |
| Falecimento | 3 | 5 | 5 |
| Pedido Demissão | 13 | 23 | 28 |
| Demitidos | 6 | 7 | 8 |
| Revogação Mútuo Acordo | 16 | 75 | 178 |
| Cessaçao Contrato Termo | 2 | 0 | 0 |
| TOTAL DE SAÍDAS | 56 | 142 | 239 |

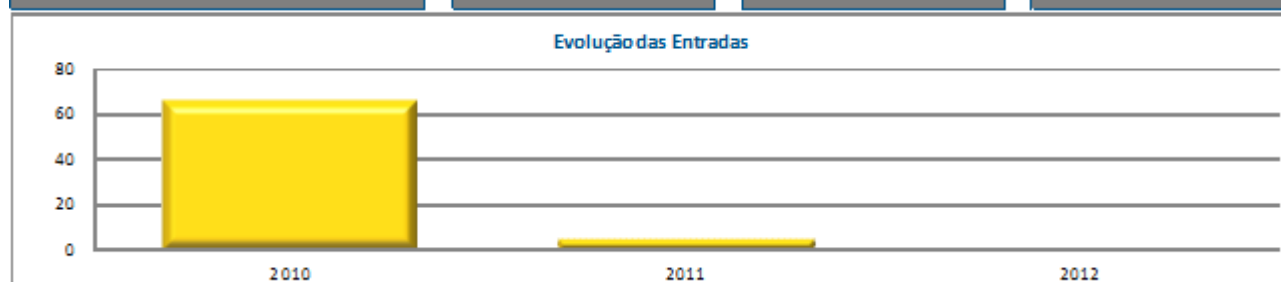


Relativamente às admissões, verificou-se apenas 1 entrada no ano 2012, que surgiu por uma readmissão.

De salientar que nos últimos 3 anos, registou-se apenas um total de 72 admissões nos quadros da CARRIS.

ENTRADAS

| | 2010 | 2011 | 2012 |
|--------------------------|-----------|----------|----------|
| TOTAL DE ENTRADAS | 66 | 5 | 1 |



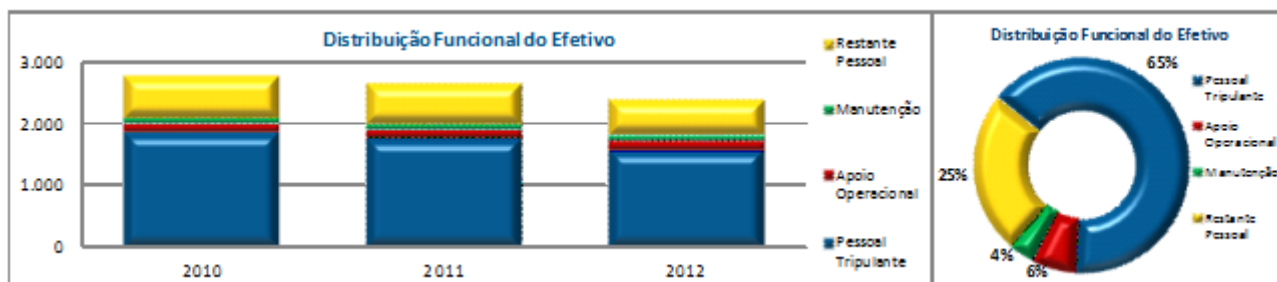
No que diz respeito à distribuição funcional do efetivo CARRIS, é importante salientar que a quota de pessoal tripulante relativa ao efetivo ao serviço é atualmente superior a 72%.

Outro dado pertinente é o facto de mais de 83% do efetivo ao serviço da CARRIS estar afeto às áreas operacionais.

DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DO EFETIVO

| | 2010 | 2011 | 2012 |
|-------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Dirigentes + Resp. Área | 43 | 39 | 36 |
| Quadros Técnicos | 81 | 86 | 85 |
| Apoio Administrativo | 298 | 286 | 247 |
| Apoio Operacional | 71 | 69 | 65 |
| Pessoal Tripulante | 1.836 | 1.738 | 1.560 |
| Controlo de Tráfego | 62 | 61 | 58 |
| Fiscalização | 17 | 19 | 33 |
| Manutenção | 93 | 94 | 91 |
| Outros* | 270 | 242 | 221 |
| EFETIVO GLOBAL | 2.771 | 2.634 | 2.396 |

* inclui pessoal em regime de cedência pela empresa, requisitados e pré-reformados.



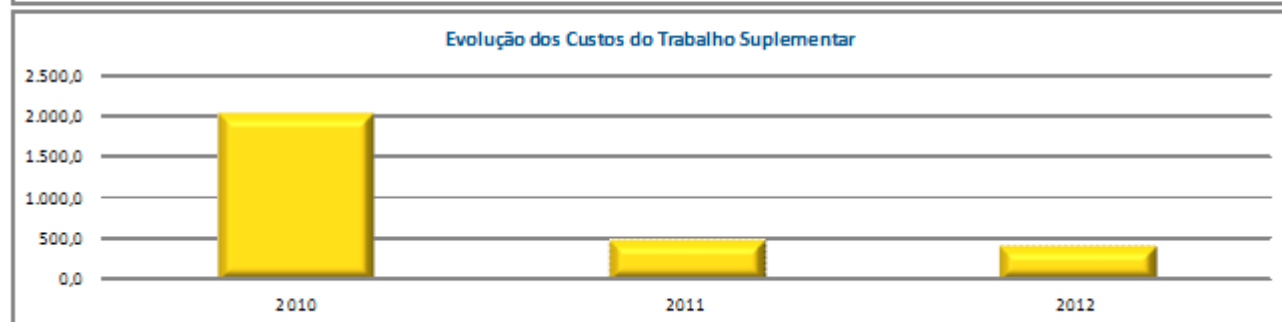
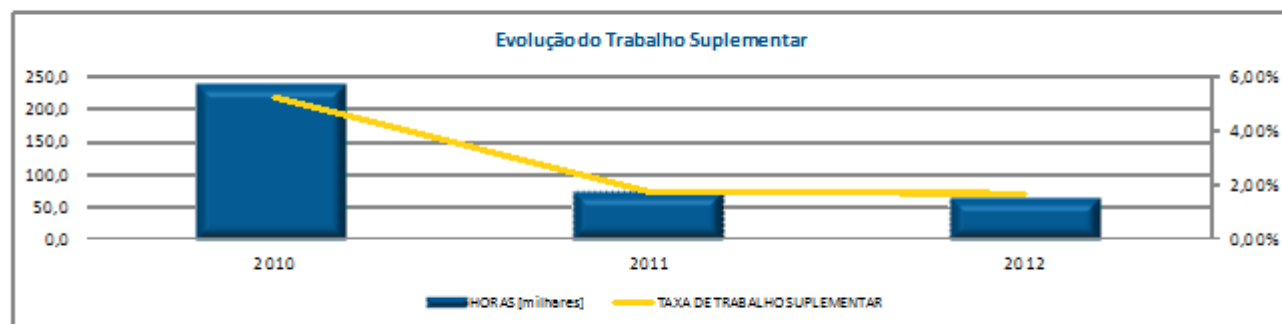
3.3. TRABALHO SUPLEMENTAR

Comparando a evolução do trabalho suplementar efetuado em 2012 e 2011, é possível constatar um decréscimo de 10% ao nível de quantidade de horas, 3% na taxa de trabalho suplementar e 15% no custo total. De salientar que a diminuição de 15% nos custos totais foi potenciada, não só pela diminuição das horas efetuadas, mas também pela alteração, oriunda do Orçamento de Estado, da fórmula de pagamento.

É importante destacar também o acentuado decréscimo na comparação entre 2012 e 2010, que se reflete na diminuição de 72% ao nível de quantidade de horas, 68% na taxa de trabalho suplementar e 79% nos custos totais.

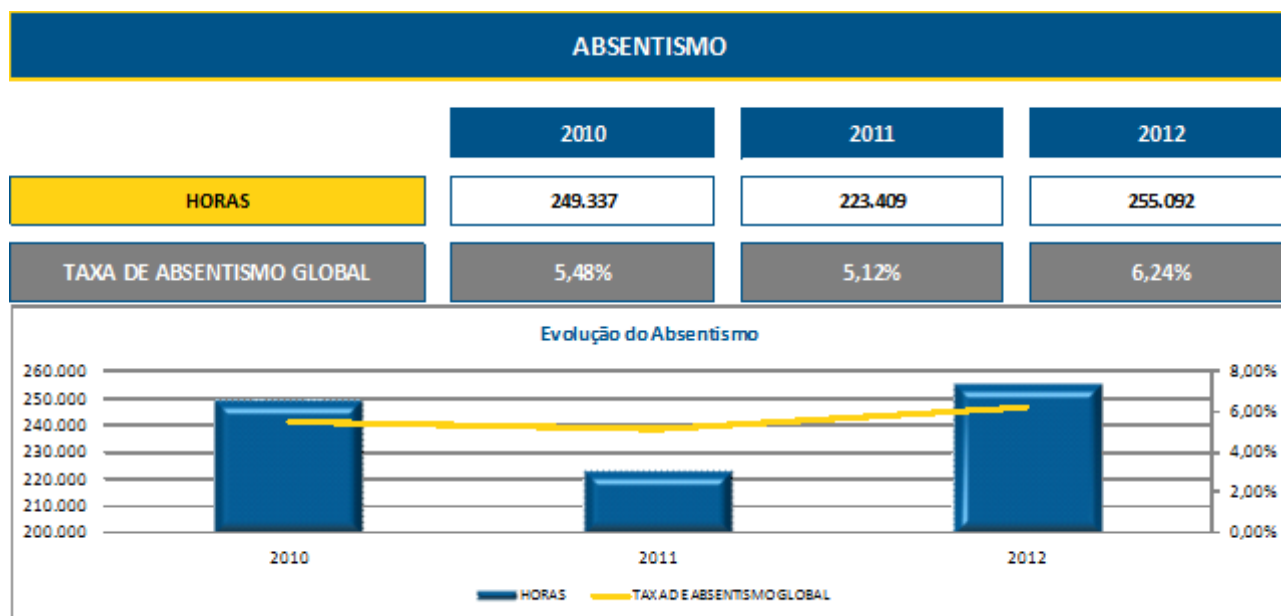
TRABALHO SUPLEMENTAR

| | 2010 | 2011 | 2012 |
|-------------------------------------|---------|-------|-------|
| HORAS [milhares] | 237,8 | 73,7 | 66,2 |
| CUSTO [m€] | 2.040,0 | 503,9 | 427,1 |
| TAXA DE TRABALHO SUPLEMENTAR | 5,24% | 1,75% | 1,70% |



3.4. ABSENTISMO

Relativamente ao absentismo de 2012, verificou-se um acréscimo da taxa em cerca de 22% e um aumento da quantidade de horas em cerca de 14%.



Este acréscimo significativo do absentismo, deve-se essencialmente a:

- Aumento do absentismo por greve, em cerca de 240%;
- Aumento do absentismo por doença (63%), esta situação deve-se muito ao pessoal com baixas prolongadas conducentes a situações de reformas por invalidez;
- Aumento do absentismo por Faltas Injustificadas, cerca de 15%;
- Aumento bastante ligeiro da taxa de absentismo relativa à Cláusula 33º a) do AE (Alínea "M"), cerca de 1%;

Por outro lado, é importante salientar:

- Forte decréscimo do absentismo por Acidentes de Trabalho (-26%), destaque bastante positivo resultante de ações de sensibilização, prevenção e fiscalização, realizadas pela área de saúde e segurança no trabalho, consequentes também da certificação alcançada pela Empresa nessa área.
- Absentismo por Faltas Justificadas apresenta uma ligeira diminuição, de cerca de 0,2%;

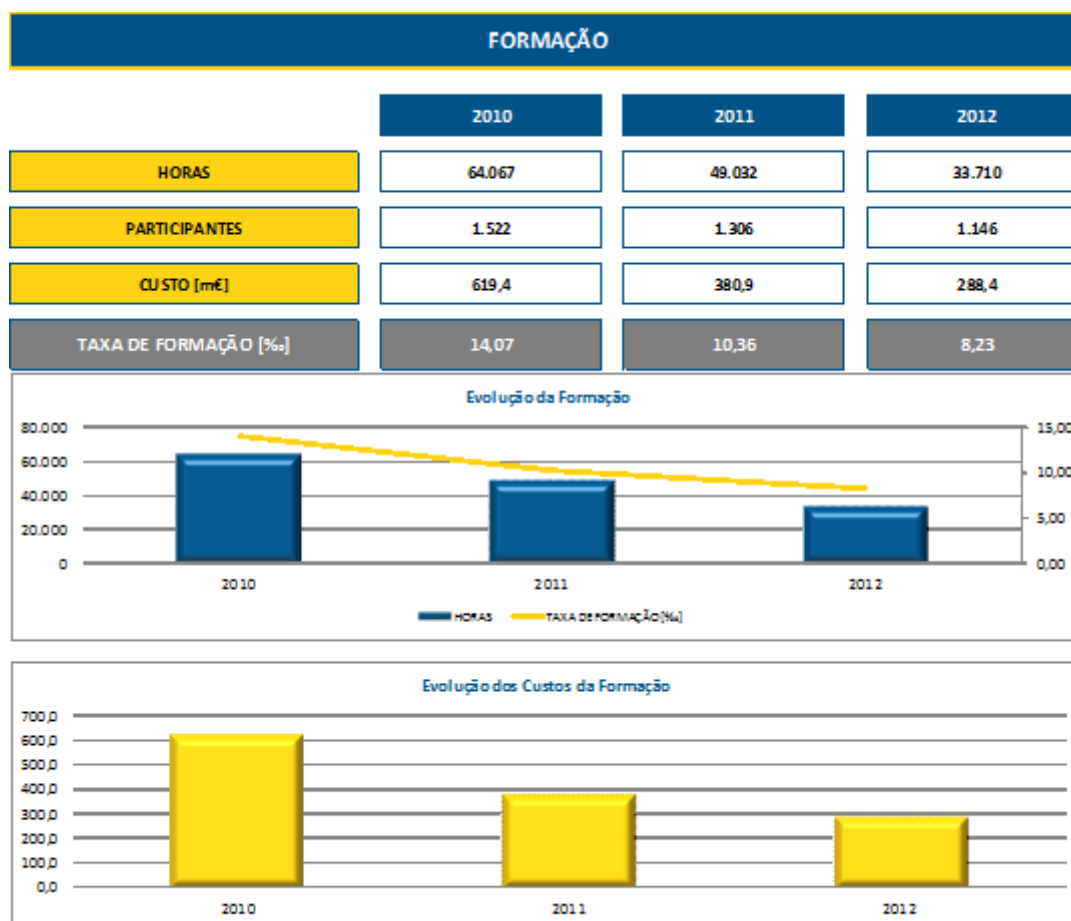
3.5. FORMAÇÃO

Em 2012, foram ministradas 33.710 horas de formação, abrangendo um total de 1.146 colaboradores. Isto resultou numa taxa de formação 8,23% menos 21% que no ano 2011. Apesar do decréscimo registado, é importante evidenciar a aposta da CARRIS no desenvolvimento cada vez mais focalizado e alinhado com as necessidades estratégicas organizacionais.

É de salientar uma forte aposta em formação CAM que envolveu 367 tripulantes e 12.841 horas de formação. Também a formação em saúde e segurança no trabalho foi enfatizada, durante

2012, abrangendo um total de 3265 horas de formação. De destacar, ainda, a formação em “Avarias para Tripulantes”, ministrada a 356 colaboradores e também a aposta na segurança pessoal dos tripulantes e dos colaboradores da fiscalização, que receberam um total de 1704 horas de formação nestas matérias. É pertinente destacar também a formação proporcionada aos gestores de desempenho da CARRIS, com vista ao desenvolvimento de competências de liderança e relacionamento interpessoal.

No que diz respeito aos custos com a formação, constatou-se um decréscimo de 24% face a 2011.



3.6. ACIDENTES DE TRABALHO

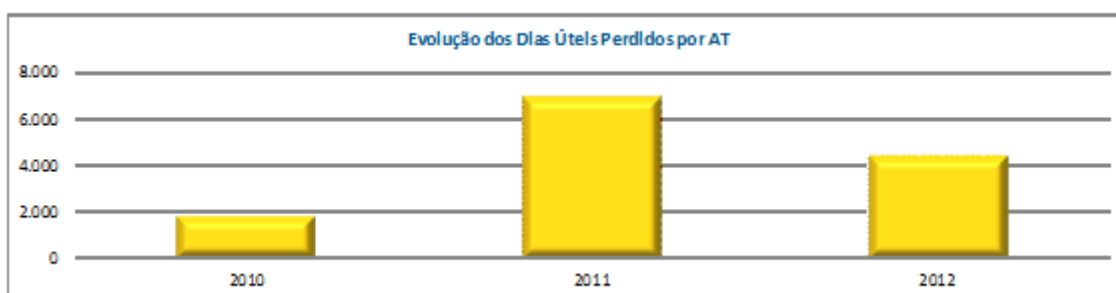
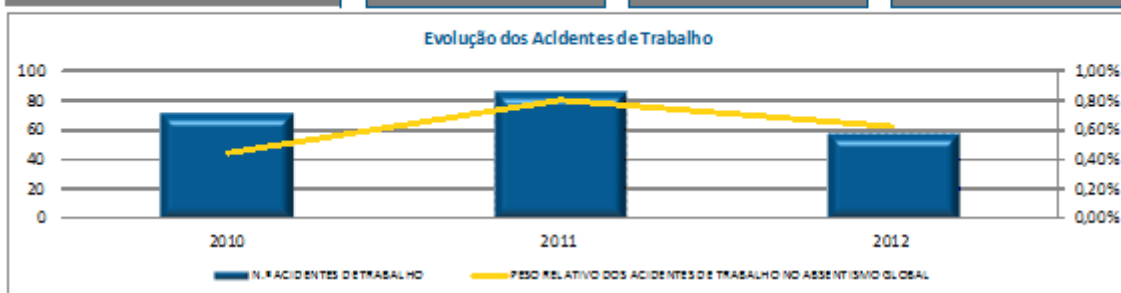
No âmbito dos acidentes de trabalho, registou-se um forte decréscimo da quantidade de acidentes de trabalho (-33%), bem como dos índices de frequência e gravidade e dos dias úteis perdidos.

Relativamente ao peso relativo que os acidentes de trabalho representam no absentismo global, é possível constatar uma diminuição superior a 23%, sendo que, em 2012, o absentismo por acidentes de trabalho foi pouco significativo.

Para este resultado contribuiu a reestruturação dos serviços médicos da CARRIS, centralizando todos os postos em Miraflores e otimizando os processos, bem como as ações de sensibilização, prevenção e fiscalização, realizadas pela área da saúde e segurança no trabalho, conseqüentes também da certificação alcançada pela Empresa nessa área.

ACIDENTES DE TRABALHO

| | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|-------|-------|-------|
| N.º ACIDENTES DE TRABALHO | 71 | 86 | 58 |
| ÍNDICE DE FREQUÊNCIA | 15,6 | 20,4 | 14,8 |
| ÍNDICE DE GRAVIDADE | 0,4 | 1,6 | 1,1 |
| DIAS ÚTEIS PERDIDOS | 1.810 | 6.909 | 4.379 |
| PESO RELATIVO DOS ACIDENTES DE TRABALHO NO ABSENTISMO GLOBAL | 0,45% | 0,81% | 0,62% |



Relativamente aos acidentes de trabalho verificados em 2012, é importante salientar que mais de 82% ocorreram no Pessoal Tripulante, e que as principais causas foram ao “serviço no veículo”, “in itinere” e por “agressão”.



4 - RECURSOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS

4.1 - FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO

4.1.1 – Situação Geral

Em 2012 a CARRIS voltou a não adquirir autocarros. Os constrangimentos impostos no contexto económico-financeiro do país, obrigaram não só a manter a contenção dos investimentos, mas, igualmente, a reformular o plano operacional de oferta, do que resultou uma redução de mais 72 veículos na frota nominal de autocarros de serviço público. A idade média dessa frota subiu assim de 7,3 anos no final de 2011 para 7,6 anos no final de 2012.

Frota de Serviço Público

| TIPO | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Autocarros | 632 | 704 |
| Standard | 488 | 562 |
| Médios | 20 | 20 |
| Minis | 34 | 35 |
| Articulados | 90 | 87 |
| Elétricos | 57 | 57 |
| Ligeiros (Automatizados) | 8 | 8 |
| Remodelados | 39 | 39 |
| Articulados | 10 | 10 |
| Ascensores + Elevador | 8 | 8 |
| TOTAL | 697 | 769 |

4.1.2 Reserva Estratégica

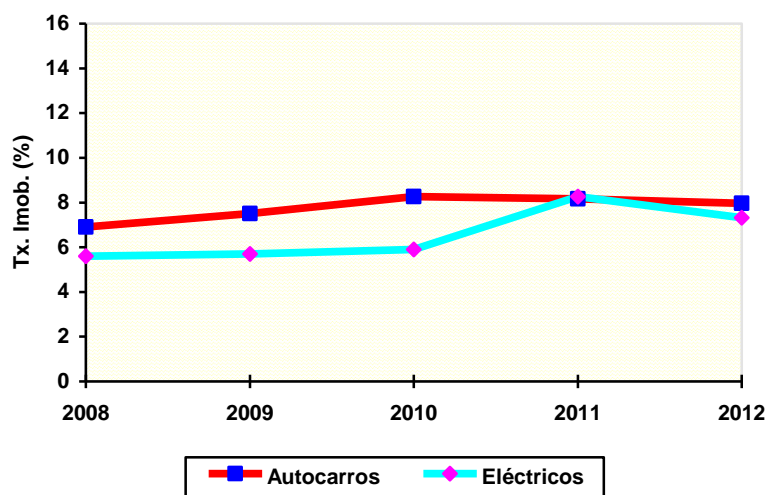
Face à evolução do plano operacional de oferta, a reserva de autocarros, constituída em 2011, foi alargada com mais 66 autocarros STD retirados da frota nominal. A reserva ficou assim constituída por um total de 97 autocarros MB O405.

4.1.3 - Taxa de Imobilização (%)

A Taxa de Imobilização de autocarros foi de 7,97%, o que representou uma melhoria face a 2011, situando-se dentro dos valores previstos e adequados ao cumprimento dos objetivos do serviço público.

| FROTA | 2012 | 2011 |
|-------------------------------------|-------------|-------------|
| Autocarros | 7,97% | 8,16% |
| Elétricos + Ascensores + Elevadores | 7,32% | 8,27% |

TAXA DE IMOBILIZAÇÃO



4.1.4 - Manutenção da Frota de Autocarros

Foram concluídas as Reparações Intercalares Paliativas aos autocarros MB O405, de que restavam 10 em operação no final do ano. Entretanto, prosseguiu o programa de Reparações Intercalares aos autocarros articulados Volvo B10M, o qual terá ainda continuidade em 2013. No total foram concluídas RI's a 12 autocarros.

O envelhecimento geral da frota e a ausência de expectativas quanto à sua renovação, nos próximos anos, obrigou a um maior esforço na manutenção dos veículos existentes. Esse acréscimo de esforço acabou por se refletir nos custos de manutenção já em 2012, nomeadamente nos montantes das avenças de diversos contratos entretanto renegociados com a CARRISbus.

| | 2012 | 2011 | Δ (%) |
|---------------------------------------|-----------|-----------|--------------|
| Custo de manutenção do Modo Autocarro | 8.015.204 | 7.390.356 | 8,45 |

4.1.5 - Frota de Eléctricos

Prosseguiu o Plano de Reparações Comerciais dos carros eléctricos remodelados tendo sido reparado um veículo e iniciada a reparação de outros dois.

Prosseguiu também o Plano de Reparação Intercalar dos carros articulados, dado estes já terem atingido metade da sua vida útil, tendo sido reparados dois veículos e encontrando-se outro em fase de reparação no final do ano.

Foi efetuada a reparação geral do ascensor da Bica.

A taxa de imobilização da frota de eléctricos desceu significativamente em relação a 2011, tendo caído para 7,32%.

4.2 INFRA ESTRUTURAS

4.2.1 - Tração Elétrica

Durante o ano de 2012 foram substituídos 1.565 m de fio de contacto, no âmbito da renovação da rede aérea.

Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pelo indicador “Taxa de Disponibilidade da Rede – Energia”, cujo valor atingiu 99,97%.

4.2.2 - Via-férrea

No ano de 2012 foram efetuadas substituições de linha nos seguintes locais:

- Rua Domingos Sequeira – 25 m;
- Pr. do Comércio – 150 m;
- Rua S. João da Mata – 7 m;
- Rua S. Domingos – 27 m;
- Rua dos Cavaleiros – 18 m;
- Cç. S. Vicente – 18 m.

No que se refere à conservação da via-férrea e seus aparelhos, foram efetuadas as seguintes intervenções, entre outras:

- 610 intervenções para limpeza de sumidouros e caixas de visita;
- 130 reparações de juntas de carril soldadas;
- 254 reparações de juntas de carril limadas;
- 349 m de reperfilagem de carril, com soldadura;
- 5441 km de correção de desgaste ondulatório;
- 348 km de canal de carril limpo.

Estas ações contribuíram para a manutenção das condições de operacionalidade e segurança e para o prolongamento da vida útil dos equipamentos da infra-estrutura.

Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pelo indicador “Taxa de Disponibilidade da Rede – Linha Férrea”, cujo valor atingiu 99,99%.

4.3 - APROVISIONAMENTO

4.3.1 - Existências em 31 de Dezembro

O montante imobilizado em existências no final do ano de 2012 teve um decréscimo de 7% relativamente aos níveis registados em 2011.

No caso particular da rubrica **GASÓLEO, GÁS NATURAL e OUTROS COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES**, apesar da variação de preços do produto com maior peso nesta rubrica, o Gasóleo, foi possível alcançar uma redução de 1,73% no final do ano de 2012, no seguimento das medidas de contenção de existências implementadas já no ano anterior.

| RUBRICAS | EXISTÊNCIAS EM 31 DE DEZEMBRO | | |
|--|--------------------------------------|------------------|----------|
| | <i>(Em Euros a Preços Correntes)</i> | | |
| | 2012 | 2011 | VAR. (%) |
| Peças e Acessórios para Veículos de Serviço Público | 539.848 | 559.969 | -3,59% |
| OUTRO MATERIAL (sem Bilhetes e Senhas) | 518.310 | 597.808 | -13,30% |
| SUB-TOTAL | 1.058.158 | 1.157.777 | -8,60% |
| GASÓLEO, GÁS NATURAL e OUTROS COMBUSTÍVEIS e LUBRIFICANTES | 309.509 | 314.957 | -1,73% |
| TOTAL | 1.367.667 | 1.472.734 | -7,13% |
| Rubricas consideradas em Outro Material : <i>Economato, Fardamentos, Rede Aérea, Via, Outro Material, Museu e Sucatas</i> | | | |

4.3.2 - Stock Médio

O stock médio total registou um valor a rondar os 1.376 milhares de euros (sem **Bilhetes e Senhas**), montante este, que traduz uma diminuição de 2,51% a que correspondeu menos 35.373 euros imobilizados em existências ao longo do ano de 2012 comparativamente com o ano anterior.

| RUBRICAS | STOCK MÉDIO | | |
|---|-------------------------------|------------------|----------|
| | (Em Euros a Preços Correntes) | | |
| | 2012 | 2011 | VAR. (%) |
| Peças e Acessórios para Veículos de Serviço Público | 533.630 | 532.478 | 0,22% |
| OUTRO MATERIAL (sem Bilhetes e Senhas) | 568.261 | 575.521 | -1,26% |
| SUB-TOTAL | 1.101.892 | 1.107.999 | -0,55% |
| GASÓLEO, GÁS NATURAL e OUTROS COMBUSTÍVEIS e LUBRIFICANTES | 274.069 | 303.334 | -9,65% |
| TOTAL | 1.375.960 | 1.411.333 | -2,51% |
| Rubricas consideradas em Outro Material : Economato, Fardamentos, Rede Aérea, Via, Outro Material, Museu e Sucatas | | | |

4.3.3 - Índice de Rotação

Este indicador teve uma pequena descida de 0,92%, devido em grande medida à diminuição dos custos suportados com **Gasóleo, Gás Natural e Outros Combustíveis e Lubrificantes**, -4,2%, mas aos quais correspondem em grande valor em termos absolutos.

| RUBRICAS | STOCK MÉDIO (Em Euros a Preços Correntes) | | | CUSTOS TOTAIS (Em Euros a Preços Correntes) | | | ÍNDICE DE ROTAÇÃO | | |
|---|--|------------------|----------|---|-------------------|----------|-------------------|--------------|----------|
| | 2012 | 2011 | VAR. (%) | 2012 | 2011 | VAR. (%) | 2012 | 2011 | VAR. (%) |
| Peças e Acessórios para Veículos de Serviço Público | 533.630 | 532.478 | 0,22% | 163.110 | 92.379 | 76,57% | 0,31 | 0,17 | 76,18% |
| OUTRO MATERIAL (sem Bilhetes e Senhas) | 568.261 | 575.521 | -1,26% | 457.389 | 375.113 | 21,93% | 0,80 | 0,65 | 23,49% |
| SUB-TOTAL | 1.101.892 | 1.107.999 | -0,55% | 620.499 | 467.492 | 32,73% | 0,56 | 0,42 | 33,46% |
| GASÓLEO, GÁS NATURAL e OUTROS COMBUSTÍVEIS e LUBRIFICANTES | 274.069 | 303.334 | -9,65% | 19.705.805 | 20.573.907 | -4,22% | 71,90 | 67,83 | 6,01% |
| TOTAL | 1.375.960 | 1.411.333 | -2,51% | 20.326.304 | 21.041.399 | -3,40% | 14,77 | 14,91 | -0,92% |

Rubricas consideradas em Outro Material: *Economato, Fardamentos, Rede Aérea, Via, Outro Material, Museu e Sucatas*

4.4 - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO (TI)

Destacam-se alguns aspetos da atividade da DLT/TI enquanto prestador de serviços de Tecnologias de Informação e Comunicação às empresas do Grupo CARRIS, durante o passado ano de 2012.

Para além de inúmeros projetos novos, salientamos, também, atividades que embora de carácter permanente são cruciais para a atividade das 3 empresas (CARRIS, CARRISTUR e CARRISBUS):

- *Help Desk* e Suporte Técnico;
- Administração de Sistemas;
- Segurança Informática;
- Telecomunicações;
- Desenvolvimento e Manutenção de Aplicações.

Processamos, em 2012, cerca de **1.500** pedidos de intervenção técnica.

4.4.1 Desenvolvimento e Manutenção de Software

Intranet

Manutenção e gestão de conteúdos da Intranet, com atualização permanente de informação.

Aplicações WEB – Novos Desenvolvimentos

- Impressos Economato;
- Parcerias CARRIS;
- Marcação de Consultas Médicas;
- Portal myCARRIS – Desenvolvimentos, melhorias e integração de aplicações no Portal:
 - **Lista Telefónica** – desenvolvimento e implementação de uma nova aplicação, compatível com as tecnologias utilizadas no portal;
 - **Academia CARRIS** – desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão de documentação associados aos *mentores* e *mentorees* da referida academia;
 - **Gestão de Pedidos** – desenvolvimentos adicionais à aplicação existente para incluir os pedidos do GDO (“Denúncias de Direitos” e “Reclamações”);
 - **Gestão de Ideias e Sugestões** – desenvolvimentos adicionais, como por exemplo: produção de relatórios e sistema de notificação do “status” das Ideias.

Portal CARRIBUS

Projeto de criação de um portal web para a CARRIBUS, tendo como etapas mais significativas:

- Migração do servidor de testes para produção;
- Integração de aplicações:
 - Módulos: Registo de Dados, Consulta e Gestão
 - Pronto-socorro
 - Radiadores – Lavagem
 - Ar condicionado – Filtros
 - Baterias – Tempo Vida
 - Equipamento embarcado
 - Equipamento embarcado – Preventiva
 - Equipamento embarcado – Discos Video Vigilância
 - Material em experiência
 - Histórico dos Registos
 - Notas EI
 - Nota EI – Ar condicionado
 - Notas AR
 - Ordens mensais – CARRIS
 - Ordem mensal – CARRISTUR
 - Equipa móvel – Ar condicionado
 - SAP XPress – Veículo
 - SAP XPress – Notas OR
 - SAP XPress – Material
 - SAP XPress – MRP
 - Pesquisa Material

-
-
- Pesquisa Material – Pedido Actual
 - Localização de Material
 - Stock – Rejeição de Material
 - Material em falta
 - Fardamento
 - Pedido de Horas
 - Frota de Apoio – Kms

Aplicações WEB – Manutenção

- Projeto da Mobilidade (PDA´S)
- Gestão de Equipamentos Telemáticos;
- Fiscalização;
- Sinistralidade;
- Controlo de Saídas com Atraso;
- Controlo de Imobilização;
- Gestão de Contratos;
- Gestão de Controlos – Protocolos;
- Gestão de Resíduos – códigos LER
- Gestão de Consumos de Água e Energia Eléctrica;
- Fichas de Dados de Segurança;
- Gestão do Património Imobiliário;
- Gestão das Folgas (*geração dos horários de trabalho por código*);
- Controlo de Avarias com Impacto no Cliente;
- Combustíveis e Lubrificantes;
- Situação da Frota (*Automatização das Imobilizações*);
- Controlo de Livretes;
- Histórico de Formação;
- Gestão de Tabelas de Referência do EAI (*integrações GIST → SAE*);
- Provedor do Cliente;
- Projeto SIIM – Sistema de Integrado de Informações de Manutenção;
- Aplicação de Avarias do SIIM;
- Gestão de Parqueamentos (*veículos privados em todas as Estações*);
- Serviço de Saúde – Módulos de Medicina Curativa e Preventiva;
- Revista da Imprensa;
- Ementa do Refeitório;
- Gestão de Ideias e Sugestões;
- Projeto da Mobilidade (PDA´S)
- Acompanhamento de Gestores de Tráfego (*UCOP/CT*).

SGO – Sistema de Gestão de Ocorrências

- Administração da aplicação;
- Controlo da execução dos pontos de integração.

EAI – Enterprise Application Integration

Lançado um projecto de “Criação de novas Integrações GIST-SAE (horários programados das carreiras, horários programados das rendições e pontos de sincronismo).

SAP R/3

Desenvolvimento de diversas RFC (remote function call) para comunicação como SAP, das seguintes aplicações desktop:

-
-
- Gestão de km, combustíveis e óleos para integração no SAP;
 - Integração de óleos especiais para integração no SAP;
 - Cadastro de pessoal para integração no SAP;
 - Controlo de saídas de armazém para integração no SAP;
 - Armazém Virtual.

Manutenção e desenvolvimentos de novas funcionalidades associadas aos módulos: FI/CO, MM e PM;

Continuação do desenvolvimento para automatização de procedimentos administrativos das oficinas da Carrisbus, concretamente Relatório de Faturação;

Vendas Diversas - entrada em produção da nova aplicação sobre SAP R/3, que permite a emissão de faturas certificadas de vendas diversas, bem como o registo automático na Contabilidade.

4.4.2 Administração de Sistemas

Esta atividade engloba tarefas, como: a análise do comportamento da rede, sistemas operativos de rede, sistemas de base de dados, hardware de servidores, sistema de correio, atualização de software e aplicação de correções de segurança. Para além do referido, salientamos a participação direta nos seguintes projetos:

Consolidação do Cluster de Virtualização

Manteve-se a aposta nesta plataforma fundamental, que nos permite maximizar recursos e minimizar custos.

Neste momento, esta plataforma suporta o funcionamento de 40 servidores virtuais, o que representa um acréscimo de 135% face ao ano anterior. Mantém-se para 2013 o objetivo de crescimento desta plataforma.

Upgrade de Infra-estrutura SAN

Como suporte ao crescimento da plataforma de Virtualização, bem como a outras plataformas presentes no nosso parque informático (SAP, Bilhética e Backups), procedeu-se ao aumento de capacidade de armazenamento da "EMC CLARiiON CX4-120", e reorganização de todos os *Raid-Groups*.

Bilhética – Migração de Storage

Ainda na sequência do incidente no sistema de bilhética em Agosto de 2011, procedeu-se à migração de todo o sistema de *storage* para o "EMC CLARiiON CX4-120". Esta medida, providencia um sistema preparado para um crescimento a médio e longo prazo, bem como oferece alta redundância e uma fiabilidade significativamente maior.

Migração de Domínio

Com os sistemas operativos (server) em constante atualização e integrando novas funcionalidades de domínio e devido ao facto de se aproximar o fim do suporte por parte da Microsoft (para a versão de rede em uso), foi necessário proceder à migração de domínio da versão Windows 2003 para a versão Windows 2008 R2.

Migração de Exchange

Com a migração de domínio para a versão 2008 e devido ao facto de, também, se aproximar o fim do suporte por parte da Microsoft ao Exchange 2003, foi necessário

proceder à migração do sistema de correio electrónico da versão Exchange 2003 para Exchange 2012.

SAP R/3

Colaboração com a ACCENTURE na implementação dos requisitos tecnológicos e respetivas ações de “ordens de transporte”, necessárias à colocação em produção das alterações aos programas ABAP. Por exemplo, as que decorrem de alterações legislativas a mapas fiscais, faturação eletrónica, comunicação de dados à Autoridade Tributária, etc.

GIST

Instalação de um novo servidor em ambiente virtualizado que irá alojar as futuras aplicações do sistema GIST.

e-BC (e-Billing Connector)

Instalação de um novo servidor em ambiente Virtualizado que suporta o novo sistema de faturação, já com as novas regras de 2013.

Migração de servidores físicos para Virtuais

Migração de servidores físicos para Virtuais, nomeadamente o sistema de Processamento Salarial (Gesven), Balanced Scorecard, Gestão Documental, servidor de comunicações da Tecmic e sistema de Faturação da CARRISBUS.

Implementação de Infra-estrutura de DFS

Implementação em ambiente virtualizado de um servidor de ficheiros com o novo sistema de “deduplicação”, que nos permite diminuir o número de ficheiros duplicados sem qualquer prejuízo para o utilizador.

Migração do servidor de Intranet

Com o servidor CARRIS2004 em fim de ciclo de vida, foi necessário criar um novo servidor em ambiente virtualizado que pudesse alojar todas as aplicações internas disponíveis na nossa Intranet.

Publicação Online do Mostra Cartão

Publicação *online* do sistema interno Mostra Cartão para consulta por parte dos postos de venda do Metro aos títulos de transporte comuns – CARRIS/Metro.

4.4.3 Suporte Técnico

Computadores (PC's)

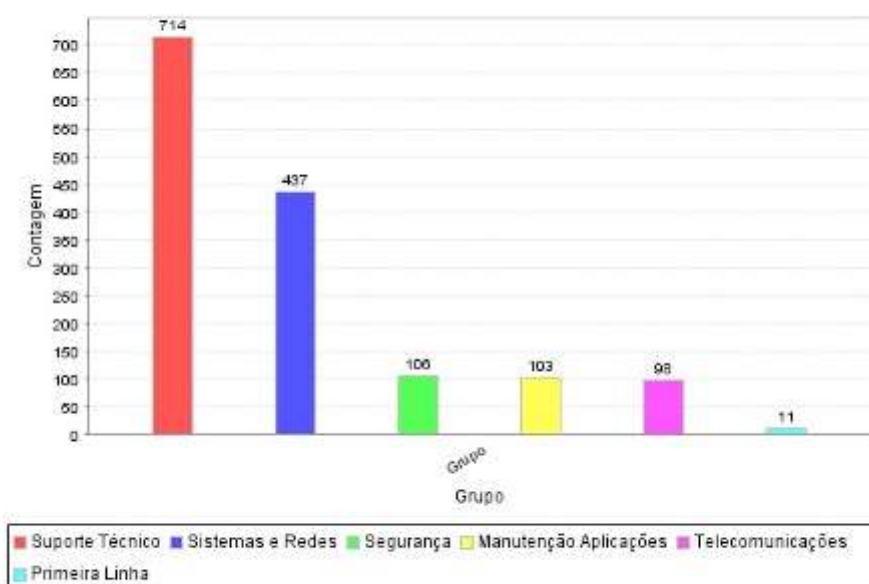
Devido à situação de contenção de custos não foi possível prosseguir com a política de renovação sustentável do parque informático, tendo-se verificado um incremento na manutenção das máquinas em utilização.

Manutenção de Equipamentos e Apoio aos Utilizadores

O parque informático manteve-se estável no que respeita a PC's (702), e impressoras (101). A distribuição dos computadores pelas empresas do grupo é a seguinte:

| | |
|-----------|-----|
| CARRIS | 575 |
| CARRISTUR | 71 |
| CARRIBUS | 56 |

Durante o ano de 2012 foram solicitados pedidos de suporte técnico, distribuídos pelas equipas especializadas da DLT/TI, de acordo com o gráfico abaixo:



Rede Móvel

Foi renegociado, com ganhos para a CARRIS, um novo contrato de serviços de telecomunicações móveis (voz e dados) com o operador de telecomunicações TMN, a vigorar em 01/01/2013.

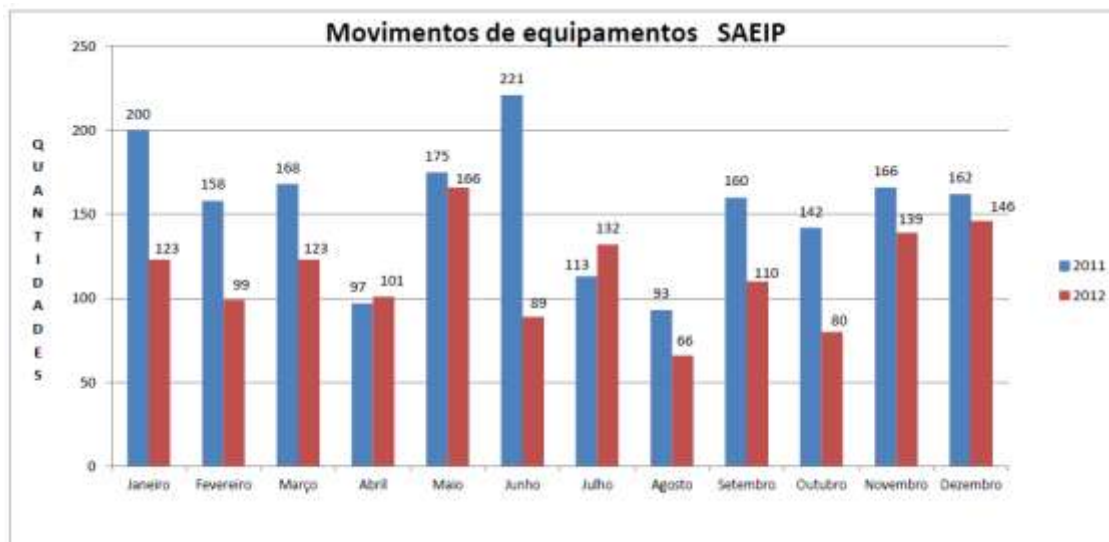
Elaboração do caderno de encargos para a adjudicação da prestação de fornecimento de um serviço de voz e dados para suporte das comunicações dos Sistemas de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros (SAEIP) e da Bilhética da CARRIS. Esta iniciativa surge na sequência do fim do contrato com a REPART em 2011.

Ao longo de 2012, procedeu-se à implementação do novo serviço de comunicações TETRA (com toda a frota) mantendo a mesma tecnologia (sem substituição dos equipamentos embarcados) tendo o operador REPART, efetuada a renovação da rede, ao nível dos "sites" na cidade de Lisboa e do comutador de comunicações em Monsanto.

Gestão de Equipamentos Telemáticos

SAEIP

Verificou-se em 2012, relativamente a 2011 uma diminuição do número de anomalias resultante da redução do número de veículos ao serviço (ver gráfico abaixo).

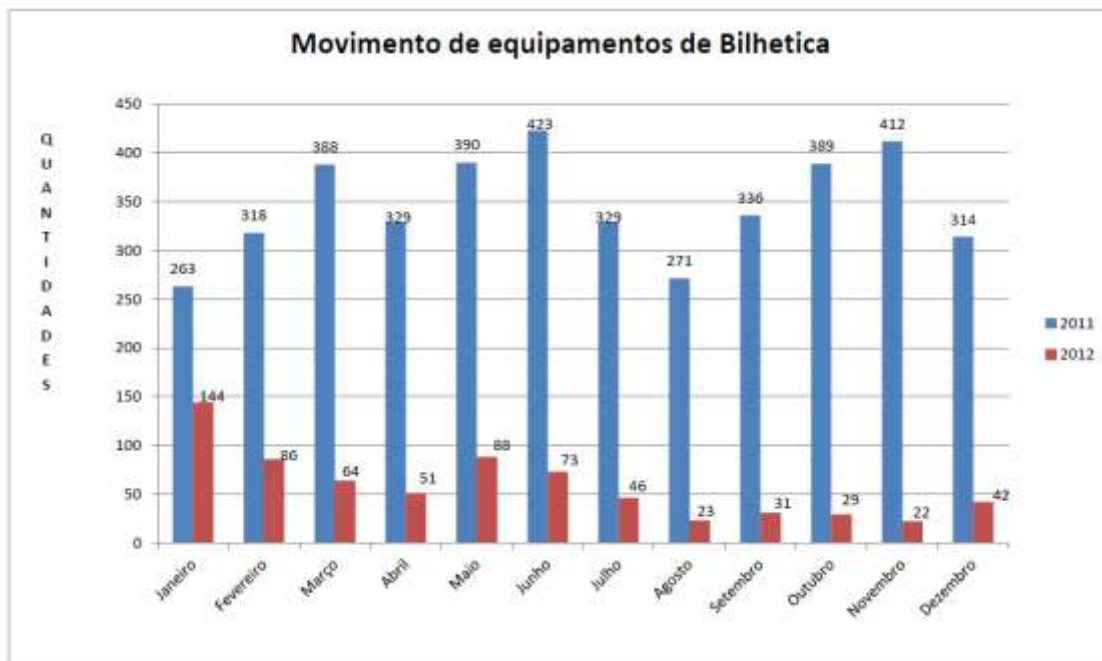


Este fator possibilitou o lançamento de um processo de Consulta Direta à empresa TECMIC, para apresentar um contrato de prestação de serviço de assistência técnica ao Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros (1.º, 2.º, 3.º e 4.º fase), ajustado à nova situação e com a conseqüente redução de custos.

Bilhética

Acompanhamento de incidentes relacionados com circuitos ADSL para interligação dos postos de venda ao sistema central de Bilhética e acompanhamento da actividade dos intervenientes (NOVABASE e PT) responsáveis por manter este serviço operacional.

Gestão da aplicação de "gestão de equipamentos telemáticos", introduzindo e atualizando os dados referentes aos equipamentos embarcados dos projectos: Bilhética e Venda a Bordo.



Verificou-se em 2012, relativamente a 2011 uma diminuição do número de anomalias resultante da redução do número de veículos ao serviço (ver gráfico acima) e da conclusão do Projeto de upgrade dos Concentradores de Bordo e da Rede WI-FI.

Desenvolvimento e implementação de um “projeto de recolha de dados de validação”, nos locais de manutenção ao cuidado da CARRISBUS (Banco de Ensaios de Validadores)

O objetivo do Projeto do banco de Ensaios de Validadores (BEV) é:

- Identificar se existem anomalias num validador ou no sistema de bilhética de um determinado veículo (cujo validador estava instalado);
- Descarregar validações que estejam “retidas” nos validadores de veículos avariados/imobilizados (importante para a faturação mensal da Empresa);
- Atualizar os validadores com versões mais recentes de software.

4.4.4 Segurança das TIC

McAfee

Renovação e atualização do *software* base da plataforma McAfee, procedendo à migração de todos os computadores da CARRIS, CARRISTUR e CARRISBUS. Deste modo o *software* local (*agente*) evoluiu da versão 4.5 para a versão 4.6.

No que respeita aos módulos de antivírus e *antispyware*, manteve-se a versão 8.8 aplicando os *patch's* de segurança/atualização de modo a manter o nível mais elevado possível.

Foram introduzidas em todas as máquinas da empresa (exceto servidores) uma nova ferramenta (*HIPS – Host Intrusion Prevention System*), que atua como proteção complementar.

Firewalls

São executadas diariamente ações de manutenção e monitorização das plataformas de firewall's (9 equipamentos), para assegurar um nível de proteção de perímetro adequada ao funcionamento de todos os sistemas.

Migração de um dos firewall (*Watchguard FBX750e*) para outro com maior nível de performance (*Watchguard XTM535*), quer ao nível do volume de dados quer ao nível da capacidade de detetar e parar novas ameaças, dispondo de motores de análise e deteção que advêm do paradigma da Web 2.0.

Ações programadas sobre o portal **MyCARRIS** para evitar tempos de *downtime*, das ações técnicas habituais, salientamos: atualizações de *firmware* e verificação de compatibilidade de *browsers* possam permitir o acesso.

VPN

Ações de manutenção das VPN's existentes, associadas a todos os postos de venda (*rede superior a 100 pontos*). Em alguns postos de venda, aplicamos uma solução de VPN alterando a infra estrutura de telecomunicações de ADSL para banda larga (3G).

Painéis de Informação ao Passageiro

Foi realizada uma alteração de tecnologia de transmissão de dados para os Painéis de Informação ao Passageiro (PIP), de CDMA para GSM/UMTS.

Esta alteração exigiu uma redefinição total das regras e rotas do sistema de defesa de perímetro (firewall's), para que a transmissão de informação para os PIP.

Estas alterações foram feitas em parceria com operador de comunicações - REPART.

5 - RECURSOS FINANCEIROS

5.1 - FLUXOS FINANCEIROS

No ano de 2012 as atividades operacionais não geraram fluxos suficientes para fazer face às restantes atividades.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(milhares de euros)

| | 2012 | 2011 |
|---|--------------|---------------|
| Fluxos das Atividades Operacionais | 4.178,5 | 16.522,5 |
| Fluxos das Atividades de Investimento | -5.875,0 | -4.288,9 |
| Fluxos das Atividades de Financiamento | 1.816,5 | -12.536,3 |
| Varição de Caixa e seus Equivalentes | 120,0 | -302,8 |

O esforço continuado que a Empresa tem vindo a desenvolver na redução dos seus gastos operacionais e a manutenção do apoio financeiro do Estado, permitiram a obtenção de um EBITDA positivo de 14,9 milhões de euros.

5.2 - INVESTIMENTO REALIZADO

Analogamente ao ano anterior, o investimento foi fortemente limitado pelas medidas de contenção financeira que a Empresa tem implementado, tendo ascendido a 3,2 milhões de euros, não tendo havido qualquer aquisição de frota nova.

Do investimento realizado em 2012, cerca de 69% está relacionado com grandes reparações nos veículos da frota da Empresa.

A CARRIS continuou a desenvolver os projetos de melhoria dos seus Sistemas de Bilhética Eletrónica e de Ajuda à Exploração e Informação ao Público (SAEIP), com um montante de investimento de 464 milhares de euros e com os quais se pretende melhorar o desempenho, a segurança e a qualidade do serviço.

INVESTIMENTOS

(milhares de euros)

| | 2012 | 2011 |
|---|--------------|--------------|
| <u>FROTA DE AUTOCARROS</u> | 1.794 | 3.418 |
| Aquisições | 0 | 0 |
| Grandes Reparações | 1.794 | 3.414 |
| Órgãos de Reserva | 0 | 4 |
| <u>FROTA DE ELÉTRICOS</u> | 418 | 346 |
| Aquisições | 0 | 0 |
| Grandes Reparações | 407 | 346 |
| Órgãos de Reserva | 11 | 0 |
| <u>INFRAESTRUTURAS</u> | 159 | 206 |
| Linha (Grandes Reparações) | 99 | 160 |
| Rede Aérea | 60 | 46 |
| Subestações Elétricas | 0 | 0 |
| Estações de Serviço | 0 | 0 |
| <u>EDIFÍCIOS</u> | 285 | 300 |
| <u>BILHÉTICA E SISTEMA DE AJUDA À EXPLORAÇÃO</u> | 464 | 727 |
| <u>OUTROS INVEST. CORPÓREOS</u> | 93 | 262 |
| <u>TOTAL INVEST. NÃO FINANCEIROS</u> | 3.213 | 5.260 |
| <u>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</u> | 22 | -32 |
| TOTAL | 3.235 | 5.228 |

5.3 - ESTRUTURA PATRIMONIAL

No final do exercício de 2012, o Ativo apresentava uma redução de 18,2 milhões de euros comparativamente com o ano anterior. Este facto resultou essencialmente do baixo volume do investimento, comparativamente com as amortizações do exercício.

VARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(milhares de euros)

| Rubrica do Balanço | 2012 | 2011 | Variação | |
|---|----------------|----------------|----------------|--------------|
| | | | em valor | Em % |
| <u>ATIVO</u> | | | | |
| Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis | 100.823 | 114.642 | -13.819 | -12,0 |
| Participações e Outros Ativos Financeiros | 5.788 | 5.115 | 673 | 13,2 |
| Ativo Corrente - Inventários | 2.453 | 2.737 | -284 | -10,4 |
| Ativo Corrente – Outros e Disponibilidades | 22.938 | 27.739 | -4.801 | 13,2 |
| TOTAL | 132.002 | 150.232 | -18.230 | -12,1 |
| <u>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</u> | | | | |
| Capital Próprio | -865.891 | -803.304 | -62.587 | 7,8 |
| Provisões | 2.238 | 3.952 | -1.714 | -43,4 |
| Passivo não Corrente | 566.797 | 664.800 | -98.003 | -14,7 |
| Passivo Corrente | 428.858 | 284.785 | 144.073 | 50,6 |
| TOTAL | 132.002 | 150.232 | -18.230 | -12,1 |

No que se refere ao Capital Próprio, verificou-se um agravamento de 62,6 milhões de euros, valor ligeiramente inferior ao prejuízo do exercício.

O conjunto do passivo corrente e do passivo não corrente, aumentou 46,1 milhões de euros, essencialmente por efeito do acréscimo do endividamento.

De referir que, em termos da evolução da dívida remunerada, que no final de 2011 ascendia a 693.787 milhares de euros, a Empresa ficou acima do acréscimo de 5%, definido pelo Governo, tendo atingido o montante de 734.895 milhares de euros, no final de 2012, isto é, com um acréscimo de 6 %, em relação ao ano anterior.

O acréscimo do endividamento em 2012 no montante de 41.108 milhares de euros resultou essencialmente do pagamento de juros, os quais ascenderam a 40.078 milhares de euros, onde se incluem 16.962 milhares de euros relativos a pagamentos de swaps. Importa salientar que a Empresa reembolsou 67.639 milhares de euros de empréstimos de médio e longo prazo, com recurso a financiamentos de curto prazo (a 30, a 60 e a 90 dias) com spreads muito mais elevados (por vezes 100 vezes mais elevados) comparativamente com os spreads dos empréstimos reembolsados.

Esta situação deve ser observada nas suas diversas vertentes. A substituição de dívida de médio e longo prazo por dívida de curto prazo aumenta fortemente a exigibilidade dos capitais, sendo que no final de 2011 a relação entre a dívida de curto prazo e a dívida de médio e longo prazo era de 32,2%, no final de 2012 ascendeu a 67,4%.

Se nada se alterar em 2013, a CARRIS irá reembolsar 84,8 milhões de euros de empréstimos de médio e longo prazo com recurso a igual montante de dívida de curto prazo, a que irá acrescer o endividamento adicional de 2013, estimando-se que a relação entre a dívida de curto prazo e a dívida de médio e longo prazo venha a ser de 122,9% no final de 2013.

Esta situação provocou um elevadíssimo acréscimo dos gastos financeiros, o qual absorveu uma parte significativa da melhoria dos resultados operacionais.

Torna-se indispensável que a dívida de curto prazo seja consolidada de forma análoga às operações realizadas em 2005, 2006, 2009 e em 2010, visto que continuarão a ser realizados desembolsos significativos nos próximos anos.

ESTRUTURA PATRIMONIAL (em % do total)

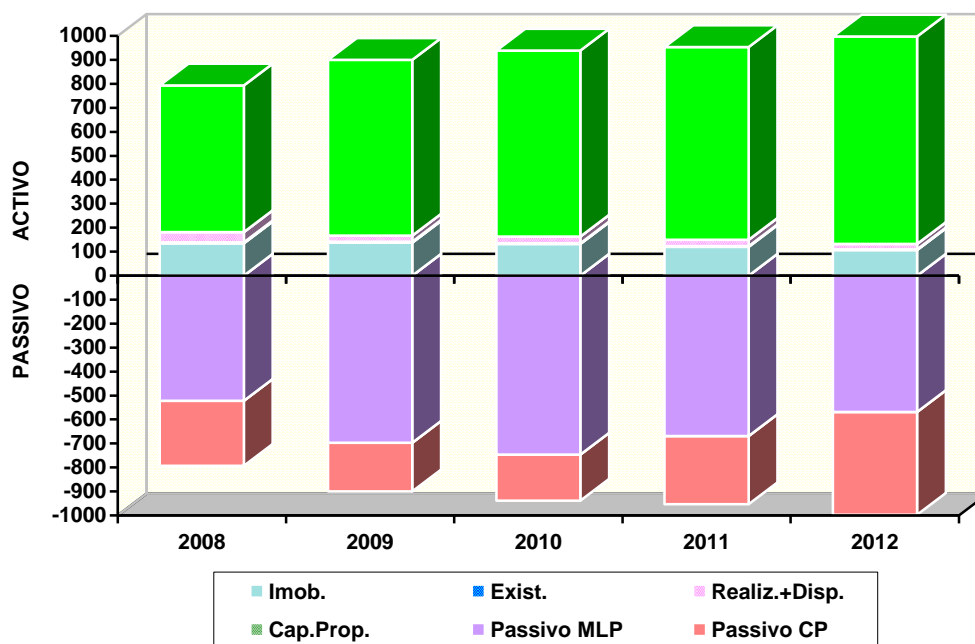
| Rubrica do Balanço | Pontos Percentuais | | |
|---|--------------------|--------------|------------|
| | 2012 (1) | 2011 (2) | Δ(1) - (2) |
| ATIVO | | | |
| Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis | 76,4 | 76,3 | 0,1 |
| Participações e Outros Ativos Financeiros | 4,4 | 3,4 | 1,0 |
| Ativo Corrente - Inventários | 1,8 | 1,8 | 0 |
| Ativo Corrente – Outros e Disponibilidades | 17,4 | 18,5 | -1,1 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 0,0 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital Próprio | -655,9 | -534,7 | -121,2 |
| Provisões | 1,7 | 2,6 | -0,9 |
| Passivo não Corrente | 429,4 | 442,5 | -13,1 |
| Passivo Corrente | 324,8 | 189,6 | 135,2 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 0,0 |

O reembolso de dívida de médio e longo prazo ascenderá a 84,8 milhões de euros em 2013, a 85,0 milhões de euros em 2014, a 91,1 milhões de euros em 2015, a 60,9 milhões de euros em 2016 e a 45 milhões de euros em 2017, prosseguindo estes níveis de esforço financeiro até 2020.

Entretanto, a estrutura patrimonial da Empresa continua cada vez mais desequilibrada, sendo necessário que o Acionista encontre soluções para a resolução do problema do capital próprio negativo em 865,9 milhões de euros, conforme determina o Artigo 35º do C.S.C.

ESTRUTURA PATRIMONIAL

(milhões de euros)



5.4 – GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Com capitais próprios negativos de 865,9 milhões de euros, a CARRIS tem uma estrutura financeira muito desequilibrada e continua a financiar a sua atividade corrente com recurso ao sistema financeiro, através de endividamento de muito curto prazo, o qual deverá ser consolidado, designadamente pelos elevados gastos que acarreta.

Não obstante o disposto no Despacho nº 101/09 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Empresa não conseguiu reforçar os seus capitais permanentes através da obtenção de empréstimos de longo prazo em 2012, conforme já foi referido.

Para repor a relação entre a dívida de curto prazo e o total do passivo numa situação aceitável em termos de exigibilidade, a Empresa precisaria de obter, em 2013, um financiamento de 230 milhões de euros, com Aval do Estado, para substituir dívida de curto prazo.

No período de 2006 a 2012, a Empresa suportou gastos efetivos com os seus financiamentos de 3,39%, 4,54%, 5,17%, 2,97%, 2,56%, 2,76% e 3,12%, respetivamente. No mesmo período, a Empresa suportou gastos financeiros de 18,6 milhões de euros em 2006, de 26,2 milhões de euros em 2007, de 34,0 milhões de euros em 2008, de 32,0 milhões de euros em 2009, de 30,4 milhões de euros em 2010, de 51,3 milhões de euros em 2011, e de 70,2 milhões de euros em 2012, o que evidencia a gravidade da sua situação financeira.

A partir de 2005, face à subida das taxas de juro, a Empresa contratou Swaps para cobertura do risco (detalhado na Nota 15 do Anexo), os quais geraram fluxos financeiros, em termos líquidos de +1,6 milhões de euros em 2006, de +5,5 milhões de euros em 2007 e de + 9,0 milhões de euros em 2008. Com a descida das taxas de juro em 2009, o fluxo financeiro líquido foi de -5,0 milhões de euros, em 2010 de -15,6 milhões de euros, em 2011 de -13,8 milhões de euros e em 2012 de -17,0 milhões de euros.

No quadro seguinte apresentam-se as acções e procedimentos adoptados na gestão do risco financeiro.

| Gestão de Risco Financeiro – Despacho nº 101/09- SETF, de 30-01 | CUMPRIDO | | | DESCRIÇÃO |
|---|----------|---|------|---|
| | S | N | N.A. | |
| <p>Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva</p> <p>Diversificação de instrumentos de financiamento</p> <p>Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis</p> <p>Diversificação de entidades credoras</p> <p>Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado</p> | X | | | <p>Empréstimos bancários e leasing</p> <p>Euribor e Eonia</p> <p>A Empresa trabalha com todos os bancos</p> <p>Em 2012 não foi contratada cobertura</p> |
| <p>Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes</p> <p>Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis</p> <p>Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação</p> <p>Minimização da prestação de garantias reais</p> <p>Minimização de cláusulas restritivas (covenants)</p> | X | X | | <p>Em 2012 não foi possível obter empréstimos de longo prazo, dadas as condições dos mercados.</p> <p>Sim, dentro das condições oferecidas</p> <p>Não foram prestadas garantias reais</p> <p>Sim, dentro das condições de mercado</p> |
| <p>Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa</p> <p>Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos</p> <p>Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP</p> <p>Utilização de auto financiamento e de receita de desinvestimento</p> | X | | X | <p>Sim, mas a exploração não gerou meios libertos</p> <p>A Empresa não beneficiou de FC ou CP</p> <p>O desinvestimento foi residual</p> |
| <p>Inclusão nos R&C</p> <p>Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos</p> <p>Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos</p> <p>Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro</p> | X | | | <p>Consta neste capítulo</p> <p>Consta neste capítulo</p> <p>Em termos descritivos</p> |
| <p>Reflexão nas DF, desde 2009, do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira</p> | X | | | <p>Foi cumprido o Despacho nº 101/09-SETF</p> |

Legenda:

FC - Fundos comunitários

CP - Capital próprio

S - Sim

N - Não

N.A.- Não Aplicável

6 - RESULTADOS ECONÓMICOS

6.1 - RESULTADOS GLOBAIS DA EMPRESA

6.1.1 – No Exercício de 2012

No exercício de 2012, o resultado antes de impostos foi negativo em 64.728 milhares de euros, o que representa um agravamento de 35.179 milhares de euros relativamente ao ano anterior, dos quais 33.489 milhares de euros correspondem à redução da indemnização compensatória.

As reduções obtidas nos gastos diretos de exploração ascenderam a 11.755 milhares de euros, foram integralmente absorvidas pelo agravamento dos resultados financeiros, por força do aumento dos “spreads”, pela substituição de dívida de médio e longo prazo por dívida de curto prazo e pelo próprio acréscimo da dívida.

RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS

(milhares de euros)

| RECEITAS, GASTOS E RESULTADOS | 2012 | 2011 | Δ % |
|---|----------------|----------------|---------------|
| Receita de Transportes Públicos | 105.263 | 137.201 | -23,3 |
| - Receita Direta (1) | 85.752 | 84.201 | 1,8 |
| - Indemnização Compensatória (2) | 19.511 | 53.000 | -63,2 |
| Gastos Diretos de Exploração TP | 95.788 | 107.543 | -10,9 |
| - Gastos de Produção e Comerciais | 81.579 | 93.040 | -12,3 |
| - Amortizações | 14.209 | 14.503 | -2,0 |
| <i>Resultado Operacional Bruto TP</i> | <i>9.475</i> | <i>29.658</i> | <i>-68,1</i> |
| Gastos Gerais | 18.085 | 19.842 | -8,9 |
| <i>Resultado Operacional TP</i> | <i>-8.610</i> | <i>9.816</i> | <i>-187,7</i> |
| Resultados Financeiros | -62.174 | -44.746 | 38,9 |
| <i>Resultado de Transportes Públicos</i> | <i>-70.784</i> | <i>-34.930</i> | <i>102,6</i> |
| Resultados de Explorações Acessórias | 1.093 | 1.189 | -8,1 |
| Outros Gastos e Proveitos (3) | 4.964 | 4.191 | 18,4 |
| <i>Resultados antes de Impostos</i> | <i>-64.728</i> | <i>-29.549</i> | <i>119,0</i> |

(1) - A receita direta de 2011 inclui a compensação do 4_18 e sub23 no montante de 4.885 milhares de euros.

A receita direta de 2012 inclui a compensação do 4_18 e sub23 no montante de 2.907 milhares de euros.

(2) – Orçamento do Estado.

(3) – Inclui Subsídios PAll e para Formação Profissional.

6.1.2 – Enquadramento dos Resultados do Ano na Evolução Anterior

Não obstante a redução dos gastos por VK, não foi possível igualar a situação de 2011, visto que a redução de 0,82 € na Indemnização compensatória não o permitiu.

RECEITAS E GASTOS POR VEÍCULO-KM

(euros / VK)

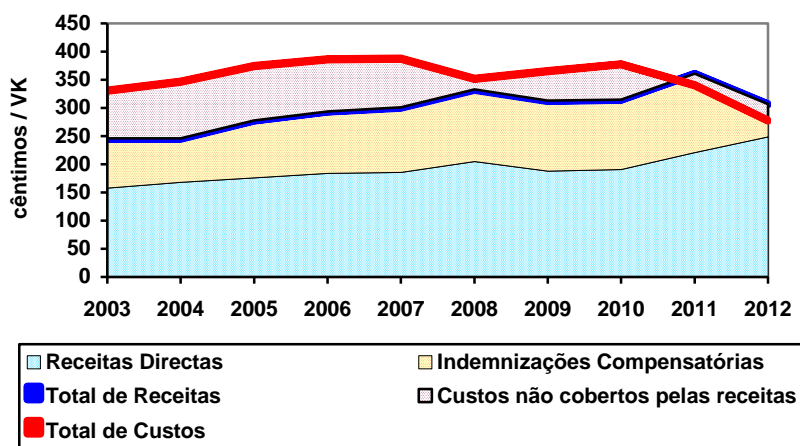
| ANOS | RECEITAS | | | GASTOS* |
|------|----------|-----------------------|-------|---------|
| | DIRECTAS | INDEMNIZ. COMPENS. | TOTAL | |
| 2003 | 1,58 | 0,87 | 2,45 | 3,29 |
| 2004 | 1,68 | 0,77 | 2,45 | 3,44 |
| 2005 | 1,76 | 1,01 | 2,77 | 3,73 |
| 2006 | 1,84 | 1,09 | 2,93 | 3,85 |
| 2007 | 1,86 | 1,14 | 3,00 | 3,85 |
| 2008 | 2,05 | 1,27 | 3,32 | 3,50 |
| 2009 | 1,88 | 1,24 | 3,12 | 3,64 |
| 2010 | 1,91 | 1,23 | 3,14 | 3,76 |
| 2011 | 2,21 | 1,39 | 3,59 | 3,38 |
| 2012 | 2,49 | 0,57 | 3,05 | 3,35 |

* Não inclui gastos financeiros nem indemnizações por rescisões por mútuo acordo

Nota: A receita direta de 2011 inclui a compensação do 4_18 e sub23 no montante de 4.885 milhares de euros.

A receita direta de 2012 inclui a compensação do 4_18 e sub23 no montante de 2.907 milhares de euros.

RECEITAS E CUSTOS POR VEÍCULO-KM



Nota: Não inclui gastos financeiros nem indemnizações por rescisões mútuo acordo

O esforço financeiro do Estado com a Empresa, em 2012, foi inferior ao do ano anterior em 33,5 milhões de euros. Se for considerado o subsídio ao 4_18 e sub23 então essa redução ascenderá a 35,5 milhões de euros.

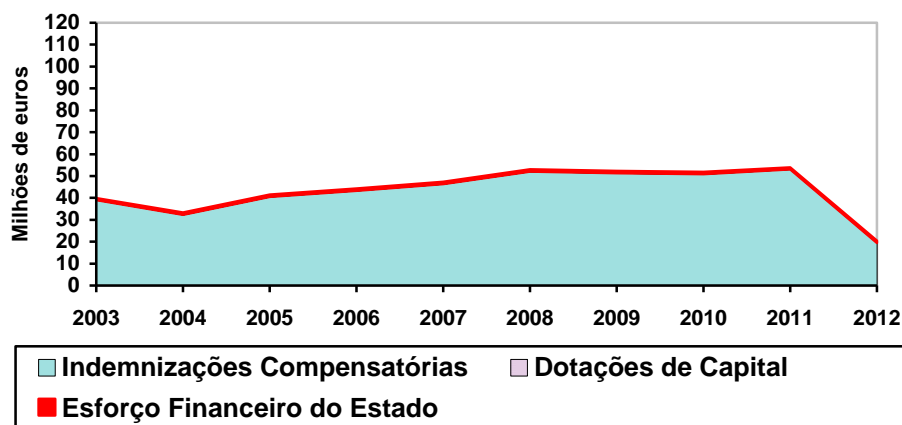
ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO

(milhares de euros)

| ANOS | INDEMNIZ. COMPENS. | DOTAÇÕES DE CAPITAL | TOTAL |
|------|-----------------------|------------------------|--------|
| 2003 | 38.968 | 0 | 38.968 |
| 2004 | 32.345 | 0 | 32.345 |
| 2005 | 40.462 | 0 | 40.462 |
| 2006 | 43.294 | 0 | 43.294 |
| 2007 | 46.308 | 0 | 46.308 |
| 2008 | 52.100 | 0 | 52.100 |
| 2009 | 51.356 | 0 | 51.356 |
| 2010 | 50.872 | 0 | 50.872 |
| 2011 | 53.000 | 0 | 53.000 |
| 2012 | 19.511 | 0 | 19.511 |

Nota: A indemnização compensatória de 2011 não inclui a compensação do 4_18 e sub23 no montante de 4.885 milhares de euros. A indemnização compensatória de 2012 não inclui a compensação do 4_18 e sub23 no montante de 2.907 milhares de euros.

ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO



6.2 - RESULTADOS POR EXPLORAÇÕES DE TRANSPORTE PÚBLICO

Em termos de graus de cobertura dos gastos diretos da exploração verificou-se um aumento de 24,9% nos autocarros e de 39,1% nos elétricos, motivados pelo acréscimo da receita e por uma redução muito significativa nos gastos, em ambos os modos.

RESULTADOS POR EXPLORAÇÃO ANTES DE INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

(milhares de euros)

| | AUTOCARRO | | | ELÉTRICO | | |
|--|-----------|---------|-------|----------|--------|--------|
| | 2012 | 2011 | Δ % | 2012 | 2011 | Δ% |
| Receita Direta (1) | 78.128 | 77.896 | 0,3 | 11.935 | 8.612 | 38,6 |
| Gastos Diretos (2) | 86.058 | 96.125 | -10,5 | 8.122 | 9.815 | -17,3 |
| Margem Bruta | -7.931 | -18.229 | -56,5 | 3.813 | -1.203 | -416,9 |
| Grau de Cobertura percentual (1) / (2) | 90,78 | 81,04 | 12,0 | 146,9 | 87,7 | 67,5 |

Nota: A receita direta de 2011 inclui a compensação do 4_18 e sub23 no montante de 4.885 milhares de euros.

A receita direta de 2012 inclui a compensação do 4_18 e sub23 no montante de 2.907 milhares de euros.

Em termos unitários, por passageiro transportado, verificou-se uma redução no défice bruto, de mais de 44% no modo autocarro e no modo elétrico e o resultado económico passou a positivo, dado o acréscimo da receita direta.

RESULTADOS ECONÓMICOS POR PASSAGEIRO

(euros)

| VALORES POR PASSAGEIRO | AUTOCARRO | | | ELÉTRICO | | |
|------------------------|-----------|--------|-------|----------|--------|-------|
| | 2012 | 2011 | Δ % | 2012 | 2011 | Δ % |
| Receita Direta | 0,466 | 0,363 | 28,4 | 0,919 | 0,537 | 71,1 |
| Gastos | 0,514 | 0,448 | 14,6 | 0,625 | 0,612 | 2,2 |
| Défice Bruto | -0,047 | -0,085 | -44,3 | 0,294 | -0,075 | 491,3 |

Nota: A receita direta de 2011 inclui a compensação do 4_18 e sub23 no montante de 4.885 milhares de euros.

A receita direta de 2012 inclui a compensação do 4_18 e sub23 no montante de 2.907 milhares de euros.

6.3 - PROVEITOS CORRENTES POR NATUREZA

Comparativamente com o ano anterior, verificou-se uma redução dos proveitos correntes por efeito da redução da indemnização compensatória em 63,2%. De salientar que a receita direta do Serviço Público apresenta um acréscimo de 1,8%.

PROVEITOS CORRENTES

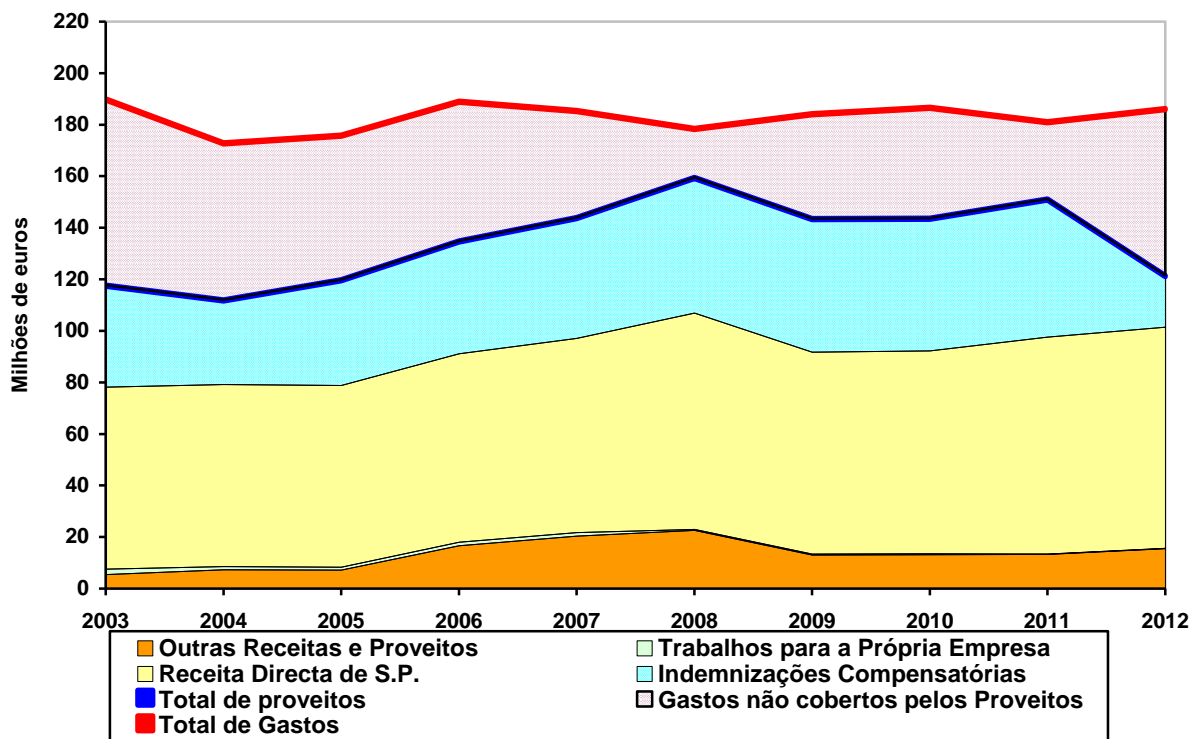
(milhares de euros)

| NATUREZAS | 2012 | | 2011 | | Δ (%) |
|--|----------------|--------------|----------------|--------------|--------------|
| | Valor | % | Valor | % | |
| Passes Sociais | 55.903 | 46,2 | 55.583 | 36,9 | 0,6 |
| Outros Títulos | 29.848 | 24,7 | 28.617 | 19,0 | 4,3 |
| Pré-Comprados | 17.605 | 14,6 | 15.264 | 10,1 | 15,3 |
| Bilhetes | 12.244 | 10,1 | 13.353 | 8,9 | -8,3 |
| Total Receita Direta S.P. | 85.752 | 70,9 | 84.201 | 55,9 | 1,8 |
| Indemnização Compensatória | 19.511 | 16,1 | 53.000 | 35,2 | -63,2 |
| Receita Serv.Público | 105.263 | 87,0 | 137.201 | 91,0 | -23,3 |
| Trab. p^a Própria Empresa | 164 | 0,1 | 170 | 0,1 | -3,7 |
| Outras Receitas e Proveitos | 15.549 | 12,9 | 13.355 | 8,9 | 16,4 |
| TOTAL | 120.976 | 100,0 | 150.725 | 100,0 | -19,7 |

Nota: A receita direta de 2011 inclui a compensação do 4_18 e sub23 no montante de 4.885 milhares de euros.

A receita direta de 2012 inclui a compensação do 4_18 e sub23 no montante de 2.907 milhares de euros.

PROVEITOS POR NATUREZA E GASTOS NÃO COBERTOS



Nota: os anos de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 incluem 35,1 17,6 14,4 15,9 e 1,7 milhões de euros de gastos com rescisões de contratos de trabalho, respetivamente

6.4 – GASTOS TOTAIS POR NATUREZA

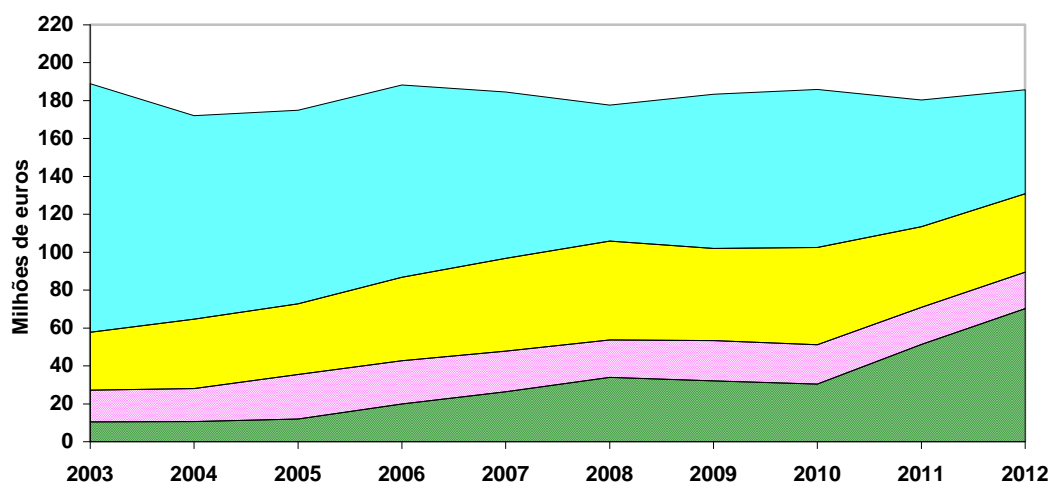
Os gastos totais da Empresa no ano de 2012, foram superiores aos de 2011 em 3%. Cabe aqui realçar que os gastos de natureza operacional tiveram uma redução de 12%, correspondente a 13,3 milhões de euros, os quais foram integralmente absorvidos pelos gastos financeiros.

GASTOS TOTAIS POR NATUREZA

(milhares de euros)

| NATUREZAS | 2012 | 2011 | Δ % |
|-----------------------------------|----------------|----------------|------------|
| Gastos de Funcionamento | 96.282 | 109.361 | -12,0 |
| Gastos com Pessoal | 54.932 | 66.893 | -17,9 |
| Consumos de Material | 20.519 | 21.251 | -3,4 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 19.880 | 20.571 | -3,4 |
| Despesas Diversas | 952 | 646 | 47,4 |
| Amortizações e Provisões | 19.227 | 19.573 | -1,8 |
| Amortizações | 19.169 | 19.388 | -1,1 |
| Provisões | 58 | 186 | -68,7 |
| Encargos Financeiros | 70.195 | 51.340 | 36,7 |
| Juros de Financiamento | 21.758 | 18.437 | 18,0 |
| Outros | 48.437 | 32.903 | 47,2 |
| TOTAL | 185.704 | 180.275 | 3,0 |

GASTOS TOTAIS



| | |
|---|----------------------------|
| ■ Enc.Financeiros | ■ Amortizações e Provisões |
| ■ Gastos de funcionamento excluindo pessoal | ■ Gastos com pessoal |

Nota: os anos de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 incluem 35,1 17,6 14,4 15,9 e 1,7 milhões de euros de gastos com rescisões de contratos de trabalho, respetivamente

Os gastos com o pessoal, sem complementos de pensões e sem as indemnizações pela cessação de contratos de trabalho por mútuo acordo, tiveram uma redução de 18,6%. O montante dos complementos de reforma e de sobrevivência pagos em 2012 e 2011, ascenderam a 10.936 milhares de euros e a 11.583 milhares de euros, respetivamente, pelo que no quadro seguinte estão apresentados apenas os valores não suportados pela provisão.

GASTOS COM O PESSOAL

(milhares de euros)

| NATUREZAS | 2012 | 2011 | Δ % |
|--|---------------|---------------|--------------|
| Remunerações | 41.006 | 50.419 | -18,7 |
| Encargos Patronais | 9.807 | 12.026 | -18,5 |
| Complementos de Pensões de Reforma (e Sobrevivência) | 2.983 | 3.027 | -1,4 |
| Indemnizações por rescisão por mútuo acordo | 14 | 27 | -47,8 |
| Outros Gastos | 1.121 | 1.393 | -19,6 |
| TOTAL | 54.932 | 66.893 | -17,9 |
| TOTAL s/ Indemniz. por rescisão e s/ compl. pensões | 51.934 | 63.839 | -18,6 |

Os gastos com o consumo de materiais reduziu 3,4% relativamente a 2011, por efeito da redução dos gastos com o combustível (4,4%).

A redução de 4,4% resulta do efeito conjugado da redução do consumo de gasóleo em 11,1% com o acréscimo do preço em 5,8% e ainda da redução do consumo de gás em 2,7% com o acréscimo do preço em 18,7%

CONSUMOS DE MATERIAIS

(milhares de euros)

| NATUREZAS | 2012 | 2011 | Δ % |
|---|---------------|---------------|-------------|
| Gasóleo e Gás | 19.248 | 20.139 | -4,4 |
| Peças e Acessórios para Veículos de Serviço Público | 292 | 166 | 76,1 |
| Outros Consumos | 978 | 946 | 3,4 |
| TOTAL | 20.519 | 21.251 | -3,4 |

6.5 - PRODUTIVIDADE

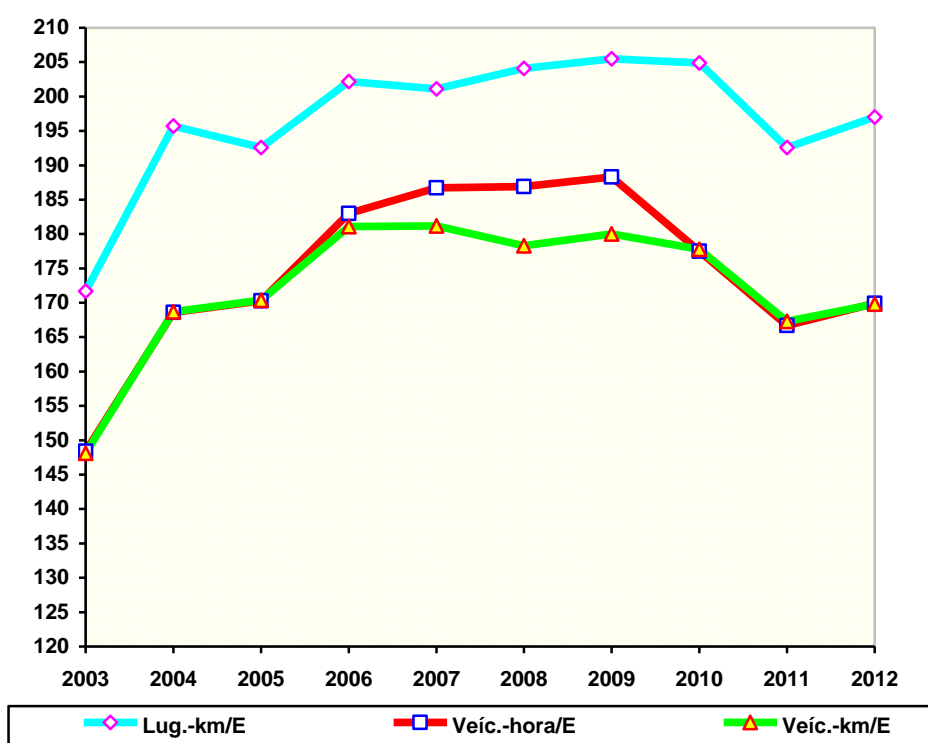
Em 2012 verificou-se uma melhoria de todos os indicadores de produtividade quer baseados em veículos-km quer em veículos-hora, decorrente do ajustamento do efetivo tripulante.

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

| INDICADORES | 2012 | 2011 | Δ % |
|--|--------|--------|-----|
| Lugares-km 10 ³ / Efetivo Médio | 1.287 | 1.258 | 2,3 |
| Veículos-hora / Efetivo Médio | 1.005 | 986 | 1,9 |
| Veículos-km / Efetivo Médio | 14.207 | 13.999 | 1,5 |

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

(Base: 1990 = 100)



7. GOVERNO SOCIETÁRIO

De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo, consignados no ponto 29 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, as empresas públicas devem:

*“incluir nos seus relatórios de gestão um **ponto relativo ao governo das sociedades** do qual conste, designadamente, os regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita, as informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas e as remunerações dos membros dos órgãos sociais, bem como uma análise de sustentabilidade e, em geral, uma avaliação sobre o grau de cumprimento dos presentes princípios de bom governo.”*

Para além da informação sobre o governo da Sociedade que consta deste Relatório, a CARRIS disponibiliza esta informação, também, na sua página na Internet e na intranet, bem como no sítio eletrónico www.dgff.pt – Sector Empresarial do Estado, mantendo-a, periodicamente, atualizada.

A CARRIS, em cumprimento do disposto na alínea i), do artigo 13.º - A, do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17, de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, Lei 64-A/2008, de 31 de Dezembro e Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro, introduziu no ponto 8 do presente Relatório, a indicação do número de reuniões do Conselho de Administração, com referência às decisões mais relevantes adotadas pelo mesmo no exercício de 2012.

7.1 MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA

7.1.1 Indicação da missão e da forma como é prosseguida

Em 23 de agosto de 2012, o Estado, na qualidade de detentor de 100% do capital social da Companhia CARRIS de Ferro de Lisboa S.A., deliberou unanimemente, a eleição dos órgãos sociais da Empresa, descritos no ponto 7.5. do presente Relatório, tendo nomeado, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei 98/2012, de 3 de maio, que aprova o regime jurídico de acumulação de funções dos membros executivos dos Conselhos de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., os membros do Conselho de Administração da Empresa, tendo designado 4 (quatro) elementos comuns para a gestão de topo das duas empresas, ao contrário do que sucedia no passado em que em cada uma das empresas existia um conselho de administração constituído por 5 elementos cada (10 (dez) elementos no total das duas empresas).

Esta nova administração tem como principal prioridade dar concretização aos objetivos definidos no PET - Plano Estratégico de Transportes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º. 45/2011, de 10 de novembro, para o transporte urbano na Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, desenvolver e concretizar o processo de integração operacional da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA e definir o modelo de concessão a privados dos serviços de transporte prestados por estas empresas.

No quadro de uma Administração comum, que tem como objetivo a integração operacional das duas empresas, pretende-se consolidar e desenvolver a qualidade do serviço de transporte público que é prestado em Lisboa, pelos diferentes modos, (elétrico, autocarro e metropolitano), reforçando a complementaridade modal e a intermodalidade, permitindo importantes ganhos de eficiência e de aumentos de produtividade mas, também, a

obtenção de vantagens para o mercado, que disporá de novas soluções mais integradas e mais sustentáveis de mobilidade urbana.

A Lei do Orçamento do Estado para 2012 determinou para a Administração Pública e para o Sector Empresarial do Estado várias medidas restritivas, incidindo, fundamentalmente, ao nível dos custos, às quais a CARRIS deu integral cumprimento, durante o período a que este relatório se refere. Nesse contexto, a CARRIS concretizou, durante o ano de 2012, um plano de contenção nas várias rubricas, no tocante a “Fornecimentos e Serviços Externos” e “Custos com Pessoal,” o qual integrou um conjunto de medidas de racionalização do serviço público de transporte prestado.

Estas medidas incidiram, fundamentalmente, em carreiras que, face a níveis relativamente reduzidos de procura e à existência de alternativas, se considerou terem um impacto reduzido no serviço prestado aos clientes, permitindo, deste modo, em 2012, continuar a garantir, globalmente, a prestação de um serviço público de transporte com qualidade, objetivo que tem vindo a ser prosseguido e concretizado pela Empresa.

Não obstante as medidas e as Orientações Estratégicas para o Sector Empresarial do Estado, impostas pela Lei do Orçamento do Estado para 2012, a CARRIS, em 2012, continuou a assumir, de forma consistente, a sua responsabilidade como agente económico e social que atua no domínio da mobilidade urbana, contribuindo para o desenvolvimento e a sustentabilidade de Lisboa e da sua área metropolitana, ajustando a sua atividade às necessidades do mercado, otimizando a utilização dos recursos, com vista ao aumento da sua eficiência empresarial e à permanente melhoria da qualidade do serviço que presta.

A missão da CARRIS visa a prestação do serviço de transporte público urbano de passageiros à superfície, orientada por critérios de sustentabilidade, contribuindo para um desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

Para atingir a sua missão, a CARRIS, em 2012, continuou a dar resposta às necessidades diárias de mobilidade de cerca de 604 mil passageiros, que utilizam os seus serviços. Para tal disponibilizou:

- Uma rede de Autocarros que engloba 74 carreiras com uma extensão de 670 km, utilizando uma frota de 632 Autocarros;
- Uma rede de Eléctricos composta por 5 carreiras com a extensão de 48 km, utilizando uma frota de 57 Eléctricos;
- Um elevador e três ascensores, perfazendo oito veículos.

A CARRIS assume a sua missão de forma clara, comprometendo-se, com os Clientes, através da “Carta do Cliente” a:

- Desenvolver a Rede, de forma a que qualquer ponto da Cidade tenha uma paragem a uma distância aceitável;
- Definir os horários de forma ajustada à procura, adaptando rapidamente medidas corretivas que se revelem necessárias;
- Disponibilizar uma informação clara e correta;
- Promover ações que garantam a segurança do Cliente;
- Adotar medidas que assegurem a regularidade, em colaboração com as entidades gestoras da via pública;
- Desenvolver a Rede de Vendas e concretizar as melhores formas para facilitar a aquisição de títulos de transporte;

- Manter os veículos em bom estado de conservação e limpeza;
- Assegurar a qualidade dos Recursos Humanos da Empresa;
- Cumprir os requisitos legais quanto a emissões poluentes, contribuindo para a proteção do meio ambiente;
- Avaliar periodicamente, através de inquérito específico, o grau de satisfação dos Clientes;
- Atender às reclamações e sugestões dos Clientes como fonte de informação para a melhoria contínua do serviço.

A CARRIS na sua atividade tem como valores estruturantes:

- Seriedade;
- Rigor;
- Credibilidade;
- Responsabilidade;
- Procura da excelência

7.1. 2 Objetivos e graus de cumprimento do Contrato de Gestão

De acordo com o proposto no Contrato de Gestão, a CARRIS assumiu um conjunto de objetivos, os quais foram largamente ultrapassados (144,93%), conforme é bem evidenciado no quadro a seguir apresentado.



OBJECTIVOS DO CONTRATO DE GESTÃO: 2012 - 2014

| OBJECTIVOS | Peso (%) | Valor 2011 | DEZEMBRO 2012 | | | | |
|--|------------|------------|-----------------|------------------|------------|---------------|------------------|
| | | | Valor Objectivo | Índice Objectivo | Valor Real | Índice Real | Desvio % índices |
| Volume de Negócios (m€) | 9,0 | 90.200 | 86.250 | 9,0 | 90.756 | 9,5 | 5,22 |
| Margem do EBITDA | 10,0 | -21,17 | -23,90 | 10,0 | -5,84 | 41,0 | 309,51 |
| Gastos Operacionais (Sem indemn. por rescisão) (m€) | 10,0 | 128.855 | 125.752 | 10,0 | 115.385 | 10,9 | 8,98 |
| Gastos Operacionais por Passageiro (€) | 10,0 | 0,55 | 0,73 | 10,0 | 0,63 | 11,6 | 15,57 |
| Taxa Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Proveitos | 10,0 | 70,00 | 68,59 | 10,0 | 78,66 | 11,5 | 14,68 |
| Peso dos títulos intermodais (%) | 12,0 | 72,11 | 72,00 | 12,0 | 78,00 | 13,0 | 8,33 |
| Emissão de poluentes (g/Lk oferecidos) | 12,0 | 14,83 | 15,70 | 12,0 | 14,57 | 12,9 | 7,76 |
| Índice de Qualidade da Oferta | 18,0 | 100,00 | 100,00 | 18,0 | 101,81 | 18,3 | 1,81 |
| PMP (dias) | 3,0 | 48,04 | 41,00 | 3,0 | 47,65 | 2,6 | -13,96 |
| Grau de cumprimento do Plano de investimentos (%) | 3,0 | 49,26 | 86,00 | 3,0 | 86,95 | 3,0 | 1,11 |
| Eficiência (Gastos operacionais/EBITDA) (%) | 3,0 | -6,75 | -6,10 | 3,0 | -21,78 | 10,7 | 257,12 |
| CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS | 100 | | | 100,00 | | 144,93 | |

INDICADORES DE QUALIDADE DA OFERTA: EVOLUÇÃO 2012 - 2014

| INDICADORES | Ponderador (%) | Valor 2011 | DEZEMBRO 2012 | | | | |
|--|----------------|------------|-----------------|------------------|------------|-------------|------------------|
| | | | Valor Objectivo | Índice Objectivo | Valor Real | Índice Real | Desvio % índices |
| Reclamações/ 10 ⁶ PK | 15 | 4,10 | 5,30 | 15 | 5,26 | 15,11 | 0,76 |
| Taxa de cumprimento de serviço (veicxkm) (%) | 30 | 98,94 | 98,60 | 30 | 98,56 | 29,99 | -0,04 |
| Taxa de cumprimento de serviço (HPM) (%) | 15 | 99,99 | 99,30 | 15 | 99,98 | 15,10 | 0,68 |
| Acidentes/ 10 ⁶ LK | 5 | 0,39 | 0,48 | 5 | 0,39 | 6,15 | 23,08 |
| Avárias/ 10 ⁶ LK | 15 | 2,89 | 3,10 | 15 | 3,01 | 15,45 | 2,99 |
| Idade média das viaturas (anos) | 5 | 7,31 | 7,62 | 5 | 7,62 | 5,00 | 0,00 |
| Veículos com AC/frota (%) | 5 | 1,00 | 1,00 | 5 | 1,00 | 5,00 | 0,00 |
| Veículos com piso rebaixado/frota (%) | 5 | 0,90 | 0,88 | 5 | 0,88 | 5,00 | 0,00 |
| Veículos com rampa/frota (%) | 5 | 0,50 | 0,55 | 5 | 0,55 | 5,00 | 0,00 |
| ÍNDICE DE QUALIDADE DA OFERTA (IQO) | 100 | | | 100,00 | | 101,81 | |

Relativamente às orientações estratégicas definidas para o ano de 2012 verificou-se, nomeadamente, a:

- Melhoria do Resultado Operacional (sem indemnização compensatória), que comparativamente com o ano anterior melhorou 15,7 milhões de euros;
- Contribuição positiva para a melhoria das condições necessárias para a prática da Intermodalidade;
- Introdução de ajustamentos na Oferta, reforçando a articulação com o Metropolitano e eliminando redundâncias;
- Introdução de ações de inovação que contribuiram para a sustentabilidade ambiental, designadamente reduzindo o consumo específico de combustível;
- Consolidação da componente social do Transporte Público;
- Consolidação de um clima de paz social na CARRIS e nas empresas suas participadas.

7.2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

Sendo a CARRIS uma sociedade anónima, pertencente ao Sector Empresarial do Estado, está sujeita, para além do previsto nos seus Estatutos, às normas constantes do Código das Sociedades Comerciais.

Considerando que o único Acionista da Empresa é o Estado está, ainda, sujeita, naquilo que lhe é aplicável, ao Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 300/2007, de 23 de agosto, Lei 64-A/2008, de 31 de dezembro e Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro e ao Estatuto do Gestor Público regulado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 7 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro e Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro.

Tendo em conta o seu objeto social – exploração do transporte público urbano de passageiros à superfície – a Empresa está sujeita ao cumprimento, entre outros, do disposto nos seguintes diplomas:

- Decreto n.º 37 272, de 31 de dezembro de 1948 - Regulamento de Transportes em Automóveis;
- Decreto-Lei n.º. 688/73, de 21 de dezembro - Contrato de Concessão de exclusividade de serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros de superfície na cidade de Lisboa;
- Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10 de janeiro - Regime Jurídico de acesso à atividade dos transportes rodoviários de passageiros por meio de veículo com mais de nove lugares;
- Lei 28/2006, de 4 de julho - Regime Sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de Transportes Coletivos de Passageiros;
- Regulamento (CE) n.º. 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007 – Serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º. 45/2011, de 10 de novembro – Plano Estratégico dos Transportes

Quanto aos procedimentos a adotar para a contratação de Empreitadas e Aquisição e Locação de Bens e Serviços, a Empresa está sujeita ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Relativamente à matéria laboral e social, a Empresa rege-se pelos Acordos de Empresa outorgados com as diferentes organizações sindicais e pelo Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Quanto às normas internas, a CARRIS dispõe de um conjunto de normas onde se encontram descritas, de forma exaustiva, as atividades e respetivos procedimentos, a desenvolver pelos diferentes Órgãos/Áreas da Empresa, das quais se destacam:

- Seleção e Avaliação de Fornecedores
- Livro de Reclamações
- Teste para Determinação da Alcoolémia
- Siglas dos Órgãos da CARRIS e Respetivo Organograma
- Análise e Tratamento de Reclamações do Cliente
- Processo de Celebração de Contratos de Empreitada
- Aquisição de Bens, Materiais ou Serviços e Abate

Estas normas internas encontram-se disponíveis na página da intranet e da Internet da CARRIS bem como no sítio eletrónico www.dgtf.pt – Sector Empresarial do Estado, mantendo a Empresa atualizada, periodicamente, esta informação.

7.3 INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Durante o ano de 2012, verificou-se a aquisição de Combustíveis e Lubrificantes efetuadas à **PETROGAL, REPSOL PORTUGUESA, REPSOL YPF LUBRIFICANTES, SPINERG e GALP GÁS NATURAL**, cujo montante foi de cerca de 20.642 milhares de euros, superior em cerca de 0,5 % relativamente a 2011, tendo representado 87,2% do valor global de aquisições de bens e serviços.

7.4 INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Assumiram particular relevância as aquisições de:

- Bens e serviços destinados à Reparação e Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas do Modo Elétrico efetuadas pelas empresas **AREIPOR, CASRAM RAIL S.P.A., CIVIPARTS, CME-CONST.E MAN. ELECTROMECHANICA, SA, GEBR. BODE GMBH, HANNING & KAHL, POLICABOS, RAILTECH PORSOL, SICORLIS, SOC.ESPAÑOLA DE FRENOS, TENSAO, TOCO & CESAR e VOSSLOH KIEPE GmbH** no montante de cerca de 290.770 euros;
- Fardamentos e Fatos de Trabalhos fornecidos pelas empresas **A. DA COSTA, J. SALAVESSA e TORFAL** no montante cerca de 91.600 euros;
- Materiais e Equipamentos de Informática e Telecomunicações fornecidos pelas empresas **EDNI, LDA., EYSSA-TESIS, IDW, INFORDELTA, OCTAL e TECMIC** no valor de 27.000 euros;
- Impressos e Material de Escritório fornecidos pelas empresas **A UM-MATERIAIS ESCRITÓRIO, ANTROP, CALBERGRÁFICA, CUSTÓDIO CARD.CABIDO E FILHOS,LDA., FERGRAFICA, GAMALILÁS, GRÁFICA, IMPRENSA NACIONAL, ISABELGRAFICA, MISSPRINT, NEWALBAN-SOLUÇÕES P/ EMPRESAS,SA, OLMAR, SERIGRAFIA RUJOCA, STAPLES PORTUGAL e XEROX PORTUGAL** no valor de cerca de 85.700 euros.

7.4.1 Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Em matéria de aquisição de bens e serviços, foram os seguintes os procedimentos mais relevantes:

- Consulta Direta:
 - N.º. 3001/2012 - Pullovers e Casacos de Malha
 - N.º. 3003/2012 - Reparação Geral Ascensor da Bica
 - N.º. 3004/2012 - Gestão de Resíduos
 - N.º. 3005/2012 - Fornecimento Energia Elétrica (01 junho a 31 agosto/2012)
 - N.º. 3006/2012 - Beneficiação de Carros Elétricos Históricos da Frota de serviço Público da CARRIS
 - N.º. 3007/2012 - Inspeção de Cabos do Ascensor Bica
 - N.º. 3010/2012 - Camisas Azuis (com manga)
 - N.º. 3011/2012 - Máquinas de Vending
 - N.º. 3012/2012 - Análise de Segurança do Ascensor da Bica

-
-
- Ajuste Direto:
 - N.º. AD/2012/02/DLT - Prestação de Serviços de Assistência Técnica ao SAEIP – Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros (1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª Fase)

7.4.2 Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não se verificou nenhuma transação que tenha ocorrido sem respeitar as condições, procedimentos e regras de mercado.

7.4.3 Concursos Públicos Internacionais

- CPI/2012/01/UCT- Fornecimento de Energia Elétrica
- CPI/2012/02/DLT - Serviços de Vigilância

Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de esta percentagem ultrapassar 1 M€)

| | |
|--|---------------|
| PETROGAL-PETROLEOS PORTUGAL, SA | 14.229.688,88 |
| CARRIBUS-MAN.REPAR.E TRANSPORTES, SA | 8.720.527,82 |
| REPSOL PORTUGUESA, S.A. | 8.462.773,82 |
| BARCLAYS BANK, PLC | 4.862.725,59 |
| HYDRAPLAN,S.A. | 3.637.568,33 |
| CAIXA LEASING E FACTORING, S.A. | 2.124.833,33 |
| ISS FAC.SERVICES-GESTAO E MAN.ED., Lda | 1.375.299,32 |
| EDP COMERCIAL-COMERC. ENERGIA, SA | 1.226.082,28 |
| GALP GÁS NATURAL, SA | 1.203.329,97 |
| CP-COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E. | 1.125.427,26 |

7.5 INDICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O capital social da CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. é composto por 32.771.998 Ações com o valor nominal de 4.99 euros cada, encontrando-se totalmente realizado e sendo integralmente detido pelo Estado.

Desde 23.08.2012

Mesa da Assembleia Geral

Mandato 2012/2014

| | Eleição |
|--|-------------------|
| Presidente Dr.ª Maria Fernanda Joanaz Silva Martins | 23.08.2012 |
| Vice-Presidente Dr.ª Luisa Maria Rosário Roque | 23.08.2012 |
| Secretário Dr. Pedro Miguel Cerqueira Abreu | 23.08.2012 |

Conselho de Administração

Mandato 2012/2014

| | Eleição |
|--|-------------------|
| Presidente Dr. José Manuel Silva Rodrigues | 23.08.2012 |
| Vogal executivo Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas | 23.08.2012 |
| Vogal executivo Dr. Luís Carlos Antunes Barroso | 23.08.2012 |
| Vogal executivo Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo | 23.08.2012 |

Conselho Fiscal

Mandato 2012/2014

| | Eleição |
|---|-------------------|
| Presidente Dr. José Emílio Castel Branco | 23.08.2012 |
| Vogal efetivo Dr. José Carlos Pereira Nunes | 23.08.2012 |
| Vogal efetivo Dr.ª Maria Onilda Oliveira Sousa | 23.08.2012 |
| Vogal suplente Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais | 23.08.2012 |

Revisor Oficial de Contas

Mandato 2012/2014

| | Eleição |
|--|-------------------|
| Efetivo Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC representada por José Duarte Assunção Dias (ROC) | 24.03.2009 |
| Suplente José Luís Areal da Cunha (ROC) | 24.03.2009 |

Auditor Externo

Deloitte & Associados, SROC S.A.

PELOUROS

Presidente do Conselho de Administração Dr. José Manuel Silva Rodrigues

- Provedor do Cliente
- Secretaria-Geral
- Gabinete de Auditoria, Qualidade e Segurança (na área da auditoria)
- Gabinete de Inovação e Desenvolvimento

Administrador Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Administrador residente no METROPOLITANO DE LISBOA

- Direção de Gestão de Pessoas e Capital Humano
- Direção de Logística e de Tecnologia de Informação (na área dos processos de contratação pública)
- Gabinete de Desenvolvimento Organizacional

-
-
- Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso
 - Gabinete de Auditoria, Qualidade e Segurança (na área da segurança)

Administrador Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Administrador residente na CARRIS

- Unidade de Controlo Operacional e Planeamento da Rede
- Unidade de Coordenação de Transportes
- Direção Financeira e de Controlo de Gestão (na área financeira)
- Direção Comercial
- Gabinete de Marketing

Administradora Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo

- Direção Financeira e de Controlo de Gestão (na área do controlo de gestão)
- Direção de Logística e de Tecnologia de Informação (com exceção dos processos de contratação pública)
- Gabinete de Auditoria, Qualidade e Segurança (na área da qualidade e ambiente)

Até 23.08.2012

Mesa da Assembleia Geral

Mandato 2009/2011

Eleição

Presidente Dr. Manuel Jorge Fonseca de Magalhães e Silva 24.03.2009

Vice-Presidente Dr. Gonçalo Gentil Anastácio 24.03.2009

Secretário Dr. Pedro Miguel Abreu 24.03.2009

Conselho de Administração

Mandato 2009/2011

Eleição

Presidente Dr. José Manuel Silva Rodrigues 24.03.2009

Vogal (1) Dra. Maria Adelina Pinto Dias Rocha 24.03.2009

Vogal (2) Dr. Fernando Jorge de Castro Moreira da Silva 24.03.2009

Vogal (3) Dra. Maria Isabel Gaspar Cabaço Antunes 24.03.2009

Vogal (4) Eng.º Joaquim José Garrido Zeferino 24.03.2009

Conselho Fiscal

Mandato 2009/2011

Eleição

Presidente Dr. José Martins de Sá 24.03.2009

Vogal (1) Dr. Mário José Alveirinho Carrega 24.03.2009

Vogal (2) Dr. João Domingos Leirinha Venâncio 24.03.2009

Vogal Suplente Dr.ª Luísa Maria Rosário Roque 24.03.2009

Revisor Oficial de Contas

Mandato 2009/2011

Eleição

Efetivo Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC representada por

José Duarte Assunção Dias (ROC) 24.03.2009

Suplente José Luís Areal da Cunha (ROC) 24.03.2009

Auditor Externo

Deloitte & Associados, SROC S.A.

PELOUROS

Presidente do Conselho de Administração Dr. José Manuel Silva Rodrigues

- Gabinete de Marketing
- Gabinete de Auditoria, Qualidade e Segurança
- Gabinete de Planeamento Estratégico
- Secretaria-Geral

Vogal do CA Dra. Maria Adelina Pinto Dias Rocha

- Direção Comercial
- Unidade de Controlo Operacional e Planeamento da Rede
- Unidade de Coordenação de Transportes, com exceção da Área de Engenharia e Gestão da Manutenção

Vogal do CA Dr. Fernando Jorge de Castro Moreira da Silva

- Direção de Gestão de Pessoas e de Capital Humano
- Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso
- Gabinete de Desenvolvimento Organizacional

Vogal do CA Dra. Maria Isabel Gaspar Cabaço Antunes

- Direção Financeira e de Controlo de Gestão
- Provedor do Cliente

Vogal do CA Eng.º Joaquim José Garrido Zeferino

- Direção de Logística e de Tecnologias de Informação
- Área de Engenharia e Gestão de Manutenção da Unidade de Coordenação de Transportes
- Gabinete de Inovação e Desenvolvimento

7.6 REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Mandato até 23.08.2012

| Cargo | Órgãos Sociais | Eleição | Mandato |
|----------------------------------|---|------------|-----------|
| Mesa da Assembleia Geral | | | |
| Presidente | Dr. Manuel J.Fonseca de Magalhães e Silva | 24.03.2009 | 2009/2011 |
| Vice-Presidente | Dr. Gonçalo Gentil Anastácio | 24.03.2009 | 2009/2011 |
| Secretário | Dr. Pedro Miguel Abreu | 24.03.2009 | 2009/2011 |
| Conselho de Administração | | | |
| Presidente | Dr. José Manuel Silva Rodrigues | 24.03.2009 | 2009/2011 |
| Vogal (1) | Dra. Maria Adelina Pinto Dias Rocha | 24.03.2009 | 2009/2011 |
| Vogal (2) | Dr. Fernando Jorge de Castro Moreira da Silva | 24.03.2009 | 2009/2011 |
| Vogal (3) | | | |
| Vogal (4) | b) Dra. Maria Isabel Gaspar Cabaço Antunes | 24.03.2009 | 2009/2011 |
| | a) Eng.º Joaquim José Garrido Zeferino | 24.03.2009 | 2009/2011 |
| Conselho Fiscal | | | |
| Presidente | Dr. José Martins de Sá | 24.03.2009 | 2009/2011 |
| Vogal (1) | Dr. Mário José Alveirinho Carrega | 24.03.2009 | 2009/2011 |
| Vogal (2) | Dr. João Domingos Leirinha Venâncio | 24.03.2009 | 2009/2011 |
| Vogal Suplente | Dra Luísa Maria Rosário Roque | 24.03.2009 | 2009/2011 |
| Revisor Oficial de Contas | | | |
| Efetivo | Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC representada por Dr. José Duarte Assunção Dias (ROC) | 24.03.2009 | 2009/2011 |
| Suplente | Dr. José Luís Areal da Cunha (ROC) | 24.03.2009 | 2009/2011 |

a) renunciou em 31.12.2011

b) renunciou em 2.04.2012

Mandato após 23.08.2012

| Cargo | Órgãos Sociais | Eleição | Mandato |
|----------------------------------|---|----------------------|---------------------|
| Mesa da Assembleia Geral | | | |
| Presidente | Dr ^a Maria Fernanda Joanaz Silva Martins | 23.08.2012 | 2012/2014 |
| Vice- Presidente | Dr ^a Luisa Maria Rosário Roque | 23.08.2012 | 2012/2014 |
| Secretário | Dr. Pedro Miguel Cerqueira Abreu | 23.08.2012 | 2012/2014 |
| Conselho de Administração | | | |
| Presidente | Dr. José Manuel Silva Rodrigues | 23.08.2012 | 2012/2014 |
| Vogal (1) | Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas | 23.08.2012 | 2012/2014 |
| Vogal (2) | Dr. Luís Carlos Antunes Barroso | 23.08.2012 | 2012/2014 |
| Vogal (3) | Dr ^a . Maria Manuela Bruno de Figueiredo | 23.08.2012 | 2012/2014 |
| Conselho Fiscal | | | |
| Presidente | Dr. José Emílio Castel Branco | 23.08.2012 | 2012/2014 |
| Vogal (1) | Dr. José Carlos Pereira Nunes | 23.08.2012 | 2012/2014 |
| Vogal (2) | Dr ^a . Maria Onilda Oliveira Sousa | 23.08.2012 | 2012/2014 |
| Vogal Suplente | Dr ^a . Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais | 23.08.2012 | 2012/2014 |
| Revisor Oficial de Contas | | | |
| Efectivo | Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC representada por Dr. José Duarte Assunção Dias (ROC) | a) 24.03.2009 | a) 2009/2011 |
| Suplente | Dr. José Luís Areal da Cunha (ROC) | a) 24.03.2009 | a) 2009/2011 |

a) Aguarda designação para novo mandato.

Estatuto remuneratório fixado

1. Mesa Assembleia Geral

Até 23 de agosto de 2012

Presidente – Senha de presença no valor de 615,98 euros

Vice-Presidente – Senha de presença no valor de 479,39 euros

Secretário – Senha de presença no valor de 343,33 euros.

Após 23 de agosto de 2012

Presidente – Senha de presença no valor de 650,00 euros

Vice-Presidente – Senha de presença no valor de 525,00 euros

Secretário – Senha de presença no valor de 400,00 euros.

A estes valores ilíquidos será aplicada a redução prevista no nº 1 conjugado com a alínea q) do nº9, ambos do artigo 19º da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro, mantido em vigor por força do nº1 do artigo 20º da Lei nº64-B/2011, de 30 de dezembro.

2. Conselho Administração

Até 31 de maio de 2010

Presidente – Remuneração fixa: remuneração mensal ilíquida de 6.923,26 paga 14 vezes por ano;

- Remuneração variável anual: não houve lugar (*) à atribuição de componente variável anual de remuneração, que se estabeleceu num máximo de 35% da respetiva componente fixa da remuneração em função do cumprimento dos objetivos anuais definidos.

Vogais: – Remuneração fixa: remuneração mensal ilíquida de 6.028,52 paga 14 vezes por ano;

- Remuneração variável anual: não houve lugar (*) à atribuição de componente variável anual de remuneração, que se estabeleceu num máximo de 35% da respetiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objetivos anuais definidos.

A partir de 1 de junho de 2010 e até 31 de Dezembro de 2010 (decorrente da Lei-12-A de 30/6 – Artº 12º)

Presidente – Remuneração fixa: remuneração mensal ilíquida de 6.577,10 paga 14 vezes por ano;

- Remuneração variável anual: não houve lugar (*) à atribuição de componente variável anual de remuneração, que se estabeleceu num máximo de 35% da respetiva componente fixa da remuneração em função do cumprimento dos objetivos anuais definidos.

Vogais: – Remuneração fixa: remuneração mensal ilíquida de 5.727,09 paga 14 vezes por ano;

- Remuneração variável anual: não houve lugar (*) à atribuição de componente variável anual de remuneração, que se estabeleceu num máximo de 35% da respetiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objetivos anuais definidos.

De 1 de janeiro de 2011 (decorrente da Lei-55-A de 2010) até 23 de agosto de 2012

Presidente – Remuneração fixa: remuneração mensal ilíquida de 5.919,39 paga 14 vezes por ano;

- Remuneração variável anual: não houve lugar (*) à atribuição de componente variável anual de remuneração, que se estabeleceu num máximo de 35% da respetiva componente fixa da remuneração em função do cumprimento dos objetivos anuais definidos.

Vogais: – Remuneração fixa: remuneração mensal ilíquida de 5.154,38 paga 14 vezes por ano;

- Remuneração variável anual: não houve lugar (*) à atribuição de componente variável anual de remuneração, que se estabeleceu num máximo de 35% da respetiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objetivos anuais definidos.

Desde 23 de agosto de 2012 (ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Dec.Lei nº71/2007, alterado pela Lei nº 64-A/2008, pelo Dec.Lei nº8/2012 e do Dec.Lei nº98/2012) - 50% destes valores são suportados pelo Metropolitano de Lisboa.

Presidente – Valor mensal ilíquido : 5.722,75 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 2.289,10€, pago 12 vezes por ano.

Vogais executivos – Valor mensal ilíquido : 4.578,20 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.831,28€, pago 12 vezes por ano.

A estes valores ilíquidos serão aplicadas as reduções previstas no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e na alínea c) do nº1, tendo em conta o disposto na alínea q) do nº9, ambos do artigo 19º da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro, mantido em vigor por força do nº1 do artigo 20º da Lei nº64-B/2011, de 30 de dezembro.

De acordo com o disposto no artigo 4º do Dec.Lei nº8/2012 e com o nº4 da Resolução de Conselho de Ministros nº36/2012, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não há lugar à atribuição de prémios de gestão.

Encontra-se suspenso o pagamento de subsídios de férias e de natal, sem prejuízo da aplicação de eventuais disposições legais que vierem a ser determinadas.

3. Conselho Fiscal

Desde 23 de agosto de 2012, 50% destes valores são suportados pelo Metropolitan de Lisboa, conforme Despacho de 5 de outubro de 2012 da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Presidente – Valor mensal líquido de 1.602,37€, pagos 14 vezes por ano.

Vogais - Valor mensal líquido de 1.201,78€, pagos 14 vezes por ano.

A estes valores líquidos serão aplicadas as reduções previstas no n.º 1 conjugado com a alínea q) do n.º9, ambos do artigo 19.º da Lei n.º55-A/2010, de 31 de dezembro, mantido em vigor por força do n.º1 do artigo 20.º da Lei n.º64-B/2011, de 30 de dezembro.

4. Revisor Oficial de Contas.

Até 23 de agosto de 2012

Remuneração de 1.625 euros, 12 vezes por ano.

* Conforme despacho n.º 5696-A/2010 de 25/03 do Ministro de Estado e das Finanças

Desde 23 de agosto de 2012

Remuneração anual líquida com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal líquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração.

A este valor líquido será aplicada a redução prevista no n.º 1 conjugado com a alínea q) do n.º9, ambos do artigo 19.º da Lei n.º55-A/2010, de 31 de Dezembro, mantido em vigor por força do n.º1 do artigo 20.º da Lei n.º64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Remunerações e outras regalias (valores anuais)

1. Mesa Assembleia Geral

| Mandato | Presidente | Vice-Presidente | Secretário |
|---------|------------|-----------------|------------|
| 2010 | 616 | 479 | 343 |
| 2011 | 616 | 479 | 343 |

Unid: €

| Mesa da Assembleia Geral Mandato I | 2012 | | |
|---------------------------------------|------------|-----------------|------------|
| | Presidente | Vice-Presidente | Secretário |
| Remuneração anual fixa | 615,98 | 479,39 | 343,33 |
| Redução remuneratória* | - | - | - |
| Remuneração anual efetiva | 615,98 | 479,39 | 343,33 |

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Unid: €

| Mesa da Assembleia Geral Mandato II | 2012 | | |
|--|------------|-----------------|------------|
| | Presidente | Vice-Presidente | Secretário |
| Remuneração anual fixa | 0 | 0 | 0 |
| Redução remuneratória* | - | - | - |
| Remuneração anual efetiva | 0 | 0 | 0 |

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

2. Órgãos de Fiscalização

Conselho Fiscal

Até 13.05.2010

Presidente - 6.923,25

Vogal - 5.192,45

Vogal - 5.192,45

A partir de 01.06.2010

Presidente - 11.838,78

Vogal - 8.879,13

Vogal - 8.879,13

| Conselho Fiscal | 2010 | | | 2011 | | |
|---|-----------|-----------|-----------|------|-----------|-----------|
| | P | V | V | P | V | V |
| Remuneração anual fixa (€) | 18.762,03 | 14.071,58 | 14.071,58 | 0 | 13.811,96 | 13.811,96 |
| Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€) | N.A. | N.A. | N.A. | 0 | 1.381,22 | 1.381,22 |
| Remuneração anual efetiva (€) | 18.762,03 | 14.071,58 | 14.071,58 | 0 | 12.430,74 | 12.430,74 |

Nota: O Presidente do Conselho Fiscal não foi remunerado em 2011.

| ROC | 2010 | 2011 ** |
|--------------------------------|--------|---------|
| Remuneração anual auferida (€) | 19.500 | 18.818 |

** Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2011 (Lei OE/2011) SIM _x_ Não__

Unid: €

| Conselho Fiscal | 2012 - Mandato I | | | 2012 - Mandato II | | |
|---------------------------|------------------|----------|----------|-------------------|----------|----------|
| | P | V | V | P | V | V |
| Remuneração anual fixa | 0,00 | 9.078,41 | 2.492,37 | 3.681,76 | 2.761,32 | 2.671,19 |
| Redução remuneratória* | 0,00 | 2.204,27 | 301,16 | 352,30 | 258,28 | 254,83 |
| Remuneração anual efetiva | 0,00 | 6.874,14 | 2.191,21 | 3.329,46 | 2.503,04 | 2.416,36 |

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Unid: €

| ROC | 2011 | 2012 |
|----------------------------|--------|--------|
| Remuneração anual auferida | 19.500 | 19.500 |
| Redução remuneratória* | 682 | 682 |
| Remuneração anual efetiva | 18.818 | 18.818 |

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

3. Auditor Externo

| Auditor Externo | 2010 | 2011 ** |
|--------------------------------|-------------|----------------|
| Remuneração anual auferida (€) | 22.500 | 22.000 |

** Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2011 (Lei OE/2011) SIM ___ Não_X__.

Não houve lugar a renovação do contrato.

Unid: €

| Auditor Externo | 2011 | 2012 |
|----------------------------|-------------|-------------|
| Remuneração anual auferida | 22.000 | 22.000 |
| Redução remuneratória* | | |
| Remuneração anual efetiva | 22.000 | 22.000 |

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Não houve lugar a renovação do contrato.

2. Conselho Administração

Remunerações 2010

| | Presidente | Vogal 1 | Vogal 2 | Vogal 3 | Vogal 4 | TOTAL |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------|
| 1. Remuneração | | | | | | |
| 1.1. Remuneração base/Fixa a) | 96.926 | 84.399 | 84.399 | 84.399 | 84.399 | 434.523 |
| 1.2. Redução decorrente da Lei 12-A (30/06/2010) | 3.115 | 2.713 | 2.713 | 2.713 | 2.713 | 13.967 |
| 1.3. Remuneração base/Fixa efetiva (1.1. - 1.2.) | 93.810 | 81.686 | 81.686 | 81.686 | 81.686 | 420.556 |
| 1.4. Senha de presença | | | | | | |
| 1.6. Acumulação de funções de gestão | | | | | | |
| 1.7. Remuneração variável | | | | | | |
| 1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) | | | | | | |
| 2. Outras regalias e compensações | | | | | | |
| 2.1. Gastos na utilização de telefones | 1.409 | 353 | 819 | 670 | 400 | 3.649 |
| 2.2. Valor de aquisição/renda das viaturas de serviço | | | | | | |
| 2.3. Valor do combustível gasto com a viaturas de serviço | | | | | | |
| 2.4. Subsídio de deslocação | | | | | | |
| 2.5. Subsídio de refeição | | | | | | |
| 2.6. Outros (identificar detalhadamente) | | | | | | |
| 3. Encargos com benefícios sociais | | | | | | |
| 3.1. Regime convencionado | 14.966 | | 14.966 | | 10.776 | 40.708 |
| 3.2. Seguros de saúde | | | | | | |
| 3.3. Seguros de vida | | | | | | |
| 3.4. Outros (CGA) | | 6.488 | | 8.001 | | 14.489 |
| 4. Parque Automóvel | | | | | | |
| 4.1 Marca | Mercedes | Mercedes | BMW | Audi | Audi | |
| 4.2 Modelo | E 350 | C220 | 320D | A6 2.0 | A6 2.0 | |
| 4.3 Matrícula | | | | | | |
| 4.4 Valor da viatura | 42.750 | 43.223 | 42.822 | 45.305 | 45.305 | |
| 4.5 N.º prestações b) | 48 | 60 | 48 | 48 | 48 | |
| 4.6 Valor de aquisição/renda mensal da viatura de serviço | 992 | 901 | 807 | 907 | 907 | |
| 4.7 Ano de aquisição da viatura | 2010 | 2008 | 2010 | 2010 | 2010 | |
| 4.8 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço | 2.870 | 1.545 | 2.403 | 2.306 | 2.480 | 11.604 |
| 5. Informações Adicionais | | | | | | |
| 5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n) | Não | Não | Não | Não | Não | |
| 5.2. Regime convencionado | | | | | | |
| 5.2.1. Segurança social (s/n) | RGSS | | RGSS | | RGSS | |
| 5.2.2. Outro (s/n) | | GGA | | CGA | | |
| 5.3. Ano de aquisição da viatura de serviço | alugada 20.01.10 | alugada 01.04.08 | alugada 05.08.10 | alugada 05.03.10 | alugada 05.03.10 | |
| 5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n) | Não | Não | Não | Não | Não | |
| 5.5. Outras (identificar detalhadamente) | | | | | | |

- a) Corresponde à remuneração anual bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem caso esta opção tenha sido autorizada.
- b) Caso a viatura tenha sido adquirida através de contratos Leasing, ALD, Renting, etc, deverá ser colocado o número de prestações contratualizadas.

3. Conselho de Administração

Remunerações 2011

| | P | V1 | V2 | V3 | V4 |
|--|----------|----------|--------|--------|--------|
| 1. Remuneração | | | | | |
| 1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€) | 96.926 | 84.399 | 84.399 | 84.399 | 84.399 |
| 1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€) | 4.846 | 4.220 | 4.220 | 4.220 | 4.220 |
| 1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€) | 9.208 | 8.018 | 8.018 | 8.018 | 8.018 |
| 1.4. Remuneração Anual Efectiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€) | 82.871 | 72.161 | 72.161 | 72.161 | 72.161 |
| 1.5. Senha de presença (€) | | | | | |
| 1.6. Acumulação de funções de gestão (€) | | | | | |
| 1.7. Remuneração variável (€) | | | | | |
| 1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€) | | | | | |
| 1.9. Outras (Fecho de contas-Fim mandato) (€) | | | | | 10.309 |
| 2. Outras regalias e compensações | | | | | |
| 2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€) | 1.560 | 1.560 | 1.560 | 1.560 | 1.560 |
| 2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€) | 1.185 | 312 | 712 | 476 | 276 |
| 2.3. Subsídio de deslocação (€) | | | | | |
| 2.4. Subsídio de refeição (€) | | | | | |
| 2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€) | | | | | |
| 3. Encargos com benefícios sociais | | | | | |
| 3.1. Regime de Protecção Social (€) | 14.297 | | 14.297 | | 13.200 |
| 3.2. Seguros de saúde (€) | | | | | |
| 3.3. Seguros de vida (€) | | | | | |
| 3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€) | | | | | |
| 3.5. Outros (CGA) (€) | | 6.488 | | 8.002 | |
| 4. Parque Automóvel | | | | | |
| 4.1. Marca | Mercedes | Mercedes | BMW | Audi | Audi |
| 4.2. Modelo | E 350 | C220 | 320D | A6 2.0 | A6 2.0 |
| 4.3. Matrícula | | | | | |
| 4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing) | ALD | Renting | ALD | ALD | ALD |
| 4.5. Valor de referência da viatura nova (€) | 42.750 | 43.223 | 42.822 | 45.305 | 45.305 |
| 4.6. Ano Início | 2010 | 2008 | 2010 | 2010 | 2010 |
| 4.7. Ano Termo | 2014 | 2013 | 2014 | 2014 | 2014 |
| 4.8. N° Prestações (se aplicável) | 48 | 60 | 48 | 48 | 48 |
| 4.9. Valor Residual (€) | 16.348 | | 4282 | | |
| 4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€) | 12.160 | 10.960 | 9.879 | 10.930 | 10.930 |
| 4.11. Combustível gasto com a viatura (€) | 2.207 | 1.685 | 2.525 | 2.396 | 2.517 |
| 4.12. Plafond anual Combustível atribuído (€) | | | | | |
| 4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€) | | | | | |
| 5. Informações Adicionais | | | | | |
| 5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n) | Não | Não | Não | Não | Não |
| 5.2. Remuneração Iliquida Anual pelo lugar de origem (€) | | | | | |
| 5.3. Regime de Protecção social | | | | | |
| 5.3.1. Segurança social (s/n) | Sim | | Sim | | Sim |
| 5.3.2. Outro (indicar) | | CGA | | CGA | |
| 5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n) | Não | Não | Não | Não | Não |
| 5.5. Outras (identificar detalhadamente) | | | | | |

Legenda: P – Presidente; V – Vogal executivo; V.N.E. – Vogal não executivo

4. Conselho de Administração

Remunerações 2012 até 23 de agosto de 2012

Unid: €

| | Presid | Vogal 1 | Vogal 2 | Vogal 3 |
|---|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Mandato | I | I | I | I |
| Adaptado ao EGP (Sim/Não) | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Remuneração Total (1.+2.+3.+4.) | 47.167,79 | 37.551,51 | 37.551,51 | 23.761.,94 |
| OPRLO | Não | Não | Não | Não |
| Entidade de Origem (identificar) | | | | |
| Entidade pagadora (origem/Destino) | | | | |
| 1.1.Remuneração Anual | 49.499,70 | 39.865,87 | 39.865,87 | 27.283,17 |
| 1.2.Despesas de Representação (Anual) | 9.828,37 | 7.381,24 | 7.381,24 | 51,89 |
| 1.3.Senha de presença (Valor Anual) | | | | |
| 1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010 | 2.758,45 | 2.196,00 | 2.196,00 | 913,37 |
| 1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011 | 5.242,81 | 4.172,39 | 4.172,39 | 1.735,38 |
| 1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal | 4.159,01 | 3.327,21 | 3.327,21 | 924,37 |
| 1.7.Reduções de anos anteriores | | | | |
| 1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7) | 47.167,79 | 37.551,51 | 37.551,51 | 23.761.,94 |
| 2. Remuneração variável | | | | |
| 3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT) | | | | |
| 4.Outras (identificar) | | | | |
| Subsídio de deslocação | | | | |
| Subsídio de refeição | 906,30 | 1.474,28 | 1.474,28 | 606,14 |
| Encargos com benefícios sociais | | | | |
| Regime de Proteção Social (ADSE/Seq.Social/Outros) | 8.509,97 | 3.770,44 | 8.231,55 | 2.767,29 |
| Seguros de saúde | | | | |
| Seguros de vida | | | | |
| Seguro de Acidentes Pessoais | 179,82 | 179,82 | 179,82 | 93,65 |
| Outros (indicar) | | | | |
| Acumulação de Funções de Gestão (S/N) | Não | Não | Não | Não |
| Entidade (identificar) | | | | |
| Remuneração Anual | | | | |

| Parque Automóvel | Presid | Vogal 1 | Vogal 2 | Vogal 3 |
|--|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Mandato | I | I | I | I |
| Modalidade de Utilização | ALD | RENTING | ALD | ALD |
| Valor de referência da viatura nova | 42.750 | 43.223 | 45.305 | 42.822 |
| Ano Inicio | 2010 | 2008 | 2010 | 2010 |
| Ano Termo | 2014 | 2013 | 2014 | 2014 |
| N.º prestações (se aplicável) | 48 | 60 | 48 | 48 |
| Valor Residual | 16.348 | | | 4.282 |
| Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço | 12.160 | 10.960 | 10.930 | 9.879 |
| Combustível gasto com a viatura | 1.705,05 | 1.075,07 | 1.873,03 | 1.951,31 |
| Plafond anual Combustível atribuído | | | | |
| Outros (Portagens / Reparções / Seguro) | 5.044,38 | 1.755,17 | 513,88 | 3.429,74 |
| Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não) | | | | |

| Outras regalias e compensações | Presid | Vogal 1 | Vogal 2 | Vogal 3 |
|--|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Mandato | I | I | I | I |
| Plafond mensal atribuído em comunicações móveis | 130,00 | 130,00 | 130,00 | 130,00 |
| Gastos anuais com comunicações móveis | 684,62 | 421,29 | 178,90 | 373,26 |
| Outras (indicar) | | | | |
| Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não) | SIM | SIM | SIM | SIM |

| Gastos c/ deslocações | Presid | Vogal 1 | Vogal 2 | Vogal 3 |
|------------------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Mandato | I | I | I | I |
| Custo total anual c/ viagens | 732,62 | | | |
| Custos anuais com Alojamento | 0,00 | | | |
| Ajudas de custo | 266,64 | | | |
| Outras (indicar) | | | | |

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Remunerações 2012 desde 23 de agosto de 2012

Unid: €

| | Presid | Vogal 1 | Vogal 2 | Vogal 3 |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Mandato | II | II | II | II |
| Adaptado ao EGP (Sim/Não) | SIM | SIM | SIM | SIM |
| Remuneração Total (1.+2.+3.+4.) | 14.450,40 | 11.755,70 | 11.755,70 | 11.755,70 |
| OPRLO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO |
| Entidade de Origem (identificar) | | | | |
| Entidade pagadora (origem/Destino) | | | | |
| 1.1.Remuneração Anual | 14.932,82 | 10.642,53 | 10.642,53 | 10.642,53 |
| 1.2.Despesas de Representação (Anual) | 4.828,59 | 3.928,38 | 3.928,38 | 3.928,38 |
| 1.3.Senha de presença (Valor Anual) | | | | |
| 1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010 | 845,01 | 687,46 | 687,46 | 687,46 |
| 1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011 | 1.604,63 | 1.306,18 | 1.306,18 | 1.306,18 |
| 1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal | 2.861,38 | 821,57 | 821,57 | 821,57 |
| 1.7.Reduções de anos anteriores | | | | |
| 1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7) | 14.450,40 | 11.755,70 | 11.755,70 | 11.755,70 |
| 2. Remuneração variável | | | | |
| 3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT) | | | | |
| 4.Outras (identificar) | | | | |
| Subsídio de deslocação | | | | |
| Subsídio de refeição | 299,43 | 319,59 | 319,59 | 319,59 |
| Encargos com benefícios sociais | | | | |
| Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros) | 2.101,23 | 2.260,29 | 1.300,29 | 2.260,29 |
| Seguros de saúde | | | | |
| Seguros de vida | | | | |
| Seguro de Acidentes Pessoais | 100,24 | 69,70 | 69,70 | 69,70 |
| Outros (indicar) | | | | |
| Acumulação de Funções de Gestão (S/N) | Não | Não | Não | Não |
| Entidade (identificar) | | | | |
| Remuneração Anual | | | | |

| Parque Automóvel | Presid | Vogal 1 | Vogal 2 | Vogal 3 |
|--|---------------|--------------------|----------------|----------------|
| Mandato | II | II | II | II |
| Modalidade de Utilização | ALD | LOCAÇÃO FINANC. | ALD | ALD |
| Valor de referência da viatura nova | 42.750 | 26.317,93 | 45.305 | 42.822 |
| Ano Início | 2010 | 2011 | 2010 | 2010 |
| Ano Termo | 2014 | 2014 | 2014 | 2014 |
| N.º prestações (se aplicável) | 48 | 36 | 48 | 48 |
| Valor Residual | 16.348 | 522,87 | | 4.282 |
| Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço | 6.080 | 428,62 | 5.465 | 4.940 |
| Combustível gasto com a viatura | 433,07 | 463,43 | 677,54 | 353,72 |
| Plafond anual Combustível atribuído | 2.935,80 | 2.348,64 | 2.348,64 | 2.348,64 |
| Outros (Portagens / Reparções / Seguro) | 1.044,90 | 475,25 | 1.247,23 | 1.348,31 |
| Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não) | SIM | SIM | SIM | SIM |

| Outras regalias e compensações | Presid | Vogal 1 | Vogal 2 | Vogal 3 |
|--|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Mandato | II | II | II | II |
| Plafond mensal atribuído em comunicações móveis | 40,00 | 40,00 | 40,00 | 40,00 |
| Gastos anuais com comunicações móveis | 171,61 | 116,09 | 115,72 | 164,23 |
| Outras (indicar) | | | | |
| Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não) | SIM | SIM | SIM | SIM |

| Gastos c/ deslocações | Presid | Vogal 1 | Vogal 2 | Vogal 3 |
|------------------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Mandato | II | II | II | II |
| Custo total anual c/ viagens | 255,31 | | | |
| Custos anuais com Alojamento | 0,00 | | | |
| Ajudas de custo | 266,64 | | | |
| Outras (indicar) | | | | |

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

7.7 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA CARRIS NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

7.7.1 Estratégias e Metas adotadas. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A CARRIS, consciente da sua função social, procede, conforme já referido, à prestação do serviço de transporte público urbano de passageiros à superfície, na cidade de Lisboa, orientada por critérios de Sustentabilidade, procurando ajustar a sua atividade às necessidades da mobilidade e do mercado, com otimização da utilização dos recursos para o aumento da sua eficácia e melhoria da qualidade do serviço prestado, assumindo-se como um agente de mobilidade urbana.

A evolução que se tem verificado nos últimos anos, com particular incidência a partir de 2003, evidenciada pela progressiva melhoria, de ano para ano, dos principais indicadores de desempenho da Empresa, permite inferir da sustentabilidade das medidas implementadas e da adequação dos princípios norteadores do seu desenvolvimento estratégico.

O reforço e a consolidação da imagem da CARRIS, que alcançou nos últimos anos novos e crescentes patamares de visibilidade, passou em 2012 pela continuação de uma atitude empresarial de grande dinamismo na comunicação com o mercado, não apenas no processo de fidelização dos seus atuais Clientes como, também, e sobretudo, na procura da conquista de novos segmentos, procurando captar novos Clientes regulares para o transporte público, tentando inverter a tendência de redução de passageiros transportados verificada a partir de 2011.

Em 2012, a CARRIS definiu como objetivos prioritários os seguintes:

- Continuação da melhoria do resultado operacional;
- Desenvolvimento do processo de integração operacional entre a CARRIS e o METROPOLITANO DE LISBOA e desenvolvimento das ações com vista à definição de um modelo de concessão a privados do serviço de transporte público da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA;
- Gestão adequada de Energia na Atividade de Transporte e no Património Edificado da Empresa, com particular ênfase na promoção da eficiência energética;
- Otimização dos sistemas telemáticos, nomeadamente dos Sistemas de Bihética sem contacto e de Ajuda à Exploração e de Informação aos Passageiros e de Vídeo-Vigilância.

A CARRIS cumpriu as metas a que se propôs, com vista a ser, cada vez mais, sustentável e a poder contribuir decisivamente para uma mobilidade sustentável na Área Metropolitana de Lisboa, tendo presente as medidas e os projetos que iniciou ou prosseguiu, no âmbito dos grandes objetivos atrás mencionados, os quais são explicitados, com detalhe, no Relatório de Sustentabilidade de 2012.

A CARRIS possui, desde 2003, um Provedor do Cliente, procurando, assim, garantir um canal mais direto e eficaz de comunicação entre a Empresa e os seus Clientes e permitindo, em diversos casos, a regularização de situações anómalas que possam vir a ocorrer.

Em 2012, a CARRIS transportou cerca de 183 milhões de passageiros, o que representa, também, uma redução, em relação a 2011, de cerca de 22%. Em conjunto, a CARRIS e o

METROPOLITANO DE LISBOA transportaram, em 2012, cerca de 337 milhões de passageiros, o que representou uma redução de cerca de 18%, em relação a 2011.

Esta quebra, que foi sentida, de forma generalizada, em todos os operadores de transporte na AML, reflete uma redução na mobilidade urbana mas, sobretudo, um acentuado aumento da fraude, como tem sido constatado nas ações de fiscalização que a CARRIS tem desenvolvido.

Para 2013, a CARRIS prevê uma melhoria gradual da procura que terá, conseqüentemente, um reflexo positivo num aumento da receita tarifária.

7.7.2 Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da Empresa

São os seguintes os principais riscos:

- Obrigação de transportar com tarifários abaixo do custo;
- Concorrência do transporte individual;
- Ausência de contratualização nos critérios de atribuição da indemnização compensatória;
- Instabilidade dos mercados financeiros, o que dificulta e agrava os custos de obtenção de fundos;
- Existência de custos históricos que são impeditivos da obtenção de custos competitivos;
- Capitais Próprios negativos em cerca de 803,3 milhões de euros;
- Risco de liberalização do mercado.

7.7.3 Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

No cumprimento do ponto 19 do anexo à RCM nº 49/2007 a Empresa dispõe de um sistema de controlo de riscos, adequado à proteção dos seus ativos, cujos normativos foram já referidos no ponto 7.2 deste relatório e disponíveis no site www.dgtf.pt.

Os membros do Conselho de Administração cumprem o estabelecido no ponto 22 do anexo à RCM nº 49/2007 sobre prevenção de conflitos de interesse, isto é, não intervêm em decisões que envolvam os seus próprios interesses e não mantêm relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

A gestão da Empresa teve sempre presente, ao longo de 2012, os princípios de Responsabilidade Social, Desenvolvimento Sustentável e de Serviço Público que devem nortear a atividade da CARRIS.

7.7.4 Responsabilidade Social

Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e de não discriminação

Em 2012, a CARRIS concluiu o Processo de Certificação em Responsabilidade Social pela Norma NP 4469 –1, em articulação com os princípios da Norma ISO 26000.

A CARRIS, mais uma vez e agindo em contra-ciclo, deu mostras do seu compromisso organizacional. Ultrapassando o enorme desafio dado pelo atual contexto económico e social, onde as forças macroeconómicas não são de todo favoráveis e surgindo na linha da frente, inovando, absorvendo e digerindo tudo o que lhe permite ser a referência mundial que é, na área da Mobilidade Urbana, concluiu com sucesso o processo de Certificação em Responsabilidade Social, tendo como base de referência as Normas NP 4469 e ISO 26000 (normas de âmbito nacional e internacional, respetivamente), tendo sido a primeira empresa portuguesa a fazê-lo. Desta forma, a CARRIS prova, mais uma vez, a aposta clara nas PESSOAS como sendo o maior ativo da sua Organização.

No decorrer deste processo, para além do compromisso da gestão de topo, foi possível envolver toda a Organização, de forma clara e inequívoca, para alcançar os objetivos inicialmente propostos. Onde, para além do envolvimento ativo dos seus "stakeholders" (partes interessadas significativas e não significativas), que contribuíram de forma inequívoca para a melhoria contínua pretendida pela CARRIS, permitiram, também, que o enfoque assentasse, de forma plena, nas dimensões internas e externas da Organização.

Assim, e de modo a destacar o papel e a filosofia da Organização CARRIS no meio empresarial e organizacional, em particular no sector onde está inserida, o compromisso de "exercício de cidadania", levou a que o reforço feito no âmbito do que são boas-práticas de referência empresarial, force a mudança nos gestores e nos parceiros que nos têm como "farol" da sua atuação.

Destaca-se, ainda, o facto de a Responsabilidade Social numa empresa com a dimensão e visão da CARRIS, onde os seus 140 anos de história falam pelo compromisso assumido desde a sua génese e sublinha-se a participação ativa que a CARRIS teve, tem e quer manter, interna e externamente no seio da Organização, privilegiando esse mesmo compromisso com todas as suas partes interessadas.

Dar relevo ao desenvolvimento da comunidade, preservar o meio ambiente, investir no bem-estar dos colaboradores e dependentes, são alguns dos aspetos de retorno positivo que a Organização CARRIS pretende manter e reforçar, garantindo sempre a satisfação dos seus clientes.

Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e de não discriminação

A natureza da atividade prestada pela CARRIS implica a manutenção cuidada de uma importante força laboral, perante a qual detém uma elevada responsabilidade social, o que constitui um pilar fundamental das políticas da empresa.

Tendo em conta o quadro legal e institucional, no âmbito das obrigações sociais, que lhe cumpre assegurar, a CARRIS pratica e promove a absoluta igualdade de oportunidades, quer ao nível do recrutamento de novos colaboradores (quando aplicável), quer ao nível da evolução profissional e rejeita qualquer prática de discriminação, designadamente, em função de género, ideologia, religião ou raça. Este princípio de equidade refletiu-se, em 2012, na revisão e na atualização do Código de Ética e Conduta da empresa. Concretizando, o acesso à CARRIS está aberto a todos os cidadãos que demonstrem reunir o perfil adequado às funções e que se candidatem, os quais, enquanto colaboradores, usufruem de um percurso profissional definido com os parceiros sociais, onde não se encontram quaisquer factos discriminatórios, em particular, quanto às retribuições salariais em relação às respectivas funções. Considerando as orientações estratégicas, delineadas pela Gestão de Topo e as imposições legais que regem as empresas do setor empresarial

do Estado (SEE), a CARRIS define, anualmente, também, Planos de Ação para a Igualdade de Género, que contemplam medidas e ações concretas para o desenvolvimento e a melhoria das práticas com foco nesta dimensão. Acresce, em 2012, a integração da CARRIS no Fórum Empresas para a Igualdade, grupo de trabalho que potencia a partilha de boas práticas e o compromisso de cumprimento de objetivos específicos de promoção da Igualdade, quer na vertente interna, quer na externa.

Gestão adequada do capital humano da Empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premiem o mérito dos colaboradores

Relativamente à gestão do capital humano a Empresa pratica e promove a manutenção da boa condição física e psíquica das pessoas que nela trabalham, através dos cuidados ao nível do cumprimento das obrigações, no âmbito da Higiene, Segurança e Saúde do Trabalho, tendo, obtido, em 2010, a Certificação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com a NP 4397/OHSAS 18001, atribuída pela APCER, além de que assegura cuidados médicos relevantes e gratuitos, do que resulta, atualmente, um baixo nível de absentismo por doença.

Em 2012, a CARRIS reestruturou os seus serviços médicos, tendo procedido à fusão de todos os postos médicos num único espaço localizado no Complexo de Miraflores. Esta reestruturação permite oferecer um melhor serviço aos colaboradores e em horários mais alargados. A Empresa promove e presta, igualmente, a formação profissional adequada, não só à atividade desenvolvida mas, também, à valorização profissional dos seus colaboradores, os quais são, cada vez mais, percecionados como dos melhores no respetivo sector de atividade.

Ainda no âmbito da gestão do Capital Humano e da Responsabilidade Social, a CARRIS dispõe de um serviço prestado pela sua Direcção de Gestão de Pessoas e Capital Humano, denominado Apoio +, que intervém na área psicossocial, o qual tem como principais objetivos promover o bem-estar psicológico e social de todos os colaboradores da organização, proporcionando um atendimento e um encaminhamento especializado nas áreas de orientação e de aconselhamento, apoio em situações de crise e terapia, no caso de perturbações diagnosticadas, numa lógica apostada na resolução de problemas e no cumprimento de objetivos, em claro alinhamento com as orientações estratégicas e a política de RH da Organização.

No que se refere à dimensão “Inovação”, a CARRIS mantém o Prémio “INOVAÇÃO CARRIS”, embora sem expressão pecuniária, mobilizando, o mesmo, não obstante, um cada vez maior número de participantes, sendo mais um reflexo da aposta em novas formas de fazer, visando a otimização na gestão dos recursos e a concretização dos objetivos estratégicos da Empresa. Foi, igualmente, implementada uma plataforma de gestão de ideias, denominada “Espaço Inovação”, através da qual os Colaboradores podem sugerir ideias inovadoras ou de melhoria contínua, analisadas pelas áreas responsáveis que, por sua vez, poderão promover o desenvolvimento ou a aplicabilidade das mesmas.

No âmbito do investimento realizado no Capital Humano, a CARRIS prosseguiu a aposta na formação individual dos seus colaboradores, incentivando a melhoria constante das suas capacidades e competências, aplicando os diversos protocolos assinados, tendo como objetivo a dinamização de cursos de aprendizagem, na ótica do reforço e da diversificação das ofertas formativas de dupla certificação de nível secundário, melhorando, desta forma, os níveis de qualificação do seu quadro de efetivos.

Durante o ano de 2012, foram realizados Workshops internos, com abordagem de temas necessários ao desenvolvimento de competências e alguns com foco no necessário equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, nomeadamente, Liderança no Desporto Aplicada à Vida Empresarial, Vida Saudável versus Horários Irregulares, Gestão do Orçamento Familiar numa altura de Crise.

Relativamente ao desenvolvimento de competências, a CARRIS apostou, ainda, num programa de formação, designado Academia CARRIS, destinado aos Quadros mais jovens da empresa, com o objetivo de potenciar o respetivo talento e a liderança. Estes colaboradores foram integrados em diversas equipas de trabalho e desenvolveram projetos inovadores, enquadrados em temas pré-definidos e de interesse estratégico para o negócio da CARRIS e para a sociedade em geral, que foram apresentados no final do ciclo do programa, perante as respetivas hierarquias. Esta abordagem inovadora permitiu, ainda, a aproximação de gerações e a partilha de experiências e conhecimentos, através do programa de *Mentoring*.

Desde 2010 que a CARRIS disponibilizou contas de correio eletrónico para todos os seus colaboradores, estimulando a comunicação e facilitando a troca de informação, de forma mais expedita, contribuindo, também, para a Sustentabilidade, já que permitiu, por esta via, a redução progressiva ao recurso do papel. Na mesma linha estratégica foi desenvolvido internamente e disponibilizado, em 2011, o novo Portal do Colaborador – myCARRIS – sendo um canal privilegiado de comunicação, informação e interação, entre a organização e o colaborador, permitindo o acesso via internet. Através deste canal, foi disponibilizado, em 2012, uma nova ferramenta: a aplicação **“Gestão de Pedidos/ Comunicações”**. Através desta nova funcionalidade, os colaboradores podem realizar os seus pedidos às respetivas áreas de trabalho, acompanhar a evolução do estado dos mesmos e aceder ao histórico de pedidos realizados. Tal como o myCARRIS, esta aplicação introduz uma maior rapidez e eficácia nos processos, substituindo modelos anteriormente utilizados em formato de papel, reforçando a forte aposta da CARRIS na melhoria do relacionamento e comunicação com os seus Colaboradores, por via da utilização das novas tecnologias, contribuindo para a mudança da cultura organizacional. O desenvolvimento desta ferramenta tem-se revelado de grande importância e utilidade, o que se comprova pelo número de pedidos e/ou solicitações dos colaboradores – em quase um ano de funcionamento, foram já recebidos, encaminhados e tratados mais de 4.300 pedidos.

O portal myCARRIS disponibiliza, igualmente, informação atualizada sobre a atividade da empresa e assuntos de interesse geral para os Colaboradores.

Com o objetivo de criar um sentimento de pertença e reforçar a coesão dos colaboradores, fomentando-se um espírito de equipa na Organização, foi lançado, em junho de 2011, o Projeto BabyKit, que prevê a oferta aos colaboradores, presenteando-os, de produtos para a primeira infância, no momento do nascimento dos seus filhos, disponibilizados à Empresa através da cedência gratuita ou em condições vantajosas no âmbito de parcerias estabelecidas.

Em 2012 foram entregues 58 kits, superando o número de entregas atribuídas no ano precedente.

A CARRIS, desde há alguns anos, que promove a celebração de **protocolos e parcerias** com diversas entidades/ organismos, beneficiando os seus Colaboradores com descontos em produtos e serviços úteis. Estas parcerias refletem, igualmente, a ligação da empresa à comunidade local, reforçando a sua participação ativa na sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento. Os contatos estabelecidos têm trazido benefícios para ambas as

partes, criando incentivos e facilidades para os Colaboradores, que usufruem de um leque diversificado de serviços, designadamente, alimentares e farmacêuticos, passando por descontos em óticas, centros de estética, ginásios, entre outros, tendo como contrapartida, para as entidades que com a CARRIS colaboram, a divulgação e a publicidade interna das várias marcas e produtos, criando, assim, novas oportunidades de negócio e/ou de fidelização de clientes. Por convenção da empresa, esta informação encontra-se disponível para consulta no portal myCARRIS e na Intranet, sendo alvo de atualizações periódicas. Considerando o contexto atual e as necessidades crescentes da sociedade e das próprias empresas, o número de parcerias aumentou significativamente no ano de 2012, permitindo um maior benefício dos Colaboradores da CARRIS e a abertura do leque de ofertas de bens e serviços. A efetivação destas parcerias permitiu, ainda, a promoção de iniciativas culturais, através da oferta de descontos e entradas em eventos e espetáculos nacionais.

A CARRIS lançou, também, o Projeto Escol@s – Andamos a pensar no civismo, que surgiu como projeto-piloto, com atuação ao nível da promoção de comportamentos corretos nos jovens em idade escolar utilizadores do transporte público, com o objetivo de combater os incidentes ocorridos nos veículos da CARRIS, nomeadamente, no percurso da Carreira 751, alvo de várias reclamações, não apenas de alguns dos Clientes, como, também, de Tripulantes e Inspetores.

O plano de ação definido para este projeto culminou, em maio de 2012, após concretização da atividade PaintWall – pintura de um mural de graffiti, subordinado ao tema “Transportes públicos e comportamentos cívicos”, com uma sessão de encerramento em que se sensibilizaram os presentes sobre a importância dos comportamentos cívicos e da validação dos títulos de transporte, apelando à continuidade de projetos com este cariz, com envolvimento da comunidade local. O retorno deste projeto foi recebido, não só através da análise de indicadores internos que espelharam a redução de reclamações e incidentes na carreira supra referida, bem como no feedback proveniente de todas as instituições que colaboraram com a CARRIS para o sucesso da iniciativa.

Adoção de práticas ambientalmente corretas

O transporte público é, sem dúvida, a resposta adequada às necessidades crescentes de mobilidade urbana, dado que, cada vez mais, as grandes cidades estão confrontadas com problemas ambientais, de congestionamento e de sinistralidade que, a par de questões económicas e sociais, tornarão insustentável o modelo em que a mobilidade urbana tem assentado, tendo como base o transporte individual e a consequente perda de quota do transporte público.

Para contrariar esta situação, a CARRIS tem implementado múltiplas medidas, em diversas áreas da sua atividade, com repercussões positivas, interna e externamente, quer a nível económico, quer social e ambiental.

Nesta perspetiva, a CARRIS prosseguiu o processo de reestruturação interna, que tem tornado a Empresa cada vez mais sustentável, por via da modernização e da otimização dos recursos disponíveis e de redução dos seus custos operacionais, da melhoria contínua da qualidade do serviço de transporte que presta, da minimização do impacto energético e ambiental inerente à sua atividade e, sobretudo, de uma postura cada vez mais centrada no Cliente, nas suas necessidades e nas suas exigências.

Releva-se o processo de renovação da frota, realizado entre 2004 e 2010, concretizado através da aquisição de 540 novos autocarros, o que permitiu em 2012, face a 2003, a melhoria da eficiência energética, a redução das emissões de CO₂, a redução do nível de

ruído e de vibrações, bem como de outras emissões poluentes, dado que os novos veículos cumprem, e nalguns casos ultrapassam, a Diretiva Comunitária sobre emissões de gases poluentes – Limite Euro 5, sendo que alguns cumprem, também, as especificações EEV (Enhanced Environmentally Friendly Vehicle).

Da atual frota de autocarros fazem parte 60 unidades de propulsão a gás natural, estando, por outro lado, a ser utilizado biodiesel em toda a frota de propulsão Diesel, numa proporção de cerca de 7% (estabelecida pela Portaria 69/2010 de 4 de fev).

A frota de autocarros que, por razões de contenção do investimento, não foi objeto de qualquer renovação em 2012, tinha uma idade média de 7,6 anos, quando, em 2003, era de 16,5 anos. Esta redução na idade média tem repercussões positivas na redução dos custos de manutenção e das taxas de imobilização e na diminuição das emissões poluentes, para além, obviamente, do aumento de qualidade inerente aos novos veículos.

Os autocarros, de modelo recente, permitem assegurar maior conforto, comodidade e segurança dos Clientes e Tripulantes. Nesta data, a Empresa dispõe de 350 autocarros com rampa para acesso para cadeira de rodas, dispondo todos os veículos de ar condicionado.

Parte da frota da CARRIS, constituída por um total de 689 veículos, está totalmente equipada com sistema de videovigilância, reforçando a segurança a bordo dos tripulantes e dos clientes, sendo que existem 80 autocarros equipados com cabina de proteção do motorista.

O objetivo é garantir melhores condições de segurança aos clientes e tripulantes, através da dissuasão de eventuais atos de delinquência e de vandalismo, permitindo, também, uma atuação mais eficaz das entidades policiais e de investigação criminal.

Os 30 autocarros articulados, rececionados em 2010, para além de estarem equipados com os equipamentos mais inovadores, estão, ainda, num projeto experimental, equipados com internet Wi-Fi grátis, o que permite aos Clientes o livre acesso à internet a partir do seu computador ou telemóvel, serviço denominado CARRIS NET BUS.

A CARRIS, enquanto Empresa ambientalmente certificada, definiu uma estratégia para o desenvolvimento de um processo de melhoria ambiental que tem contribuído para o desenvolvimento de práticas de prevenção e controlo ambiental em toda a Organização, associadas ao cumprimento dos requisitos legais.

A CARRIS, desde há longa data, assume com um grande sentido de responsabilidade o cumprimento da sua missão no âmbito da mobilidade urbana, tendo como principal objetivo estratégico a melhoria da qualidade do serviço oferecido aos seus Clientes.

Critérios de qualidade, de eficácia e de eficiência têm condicionado a aplicação de boas práticas ao nível económico, ambiental e social, numa perspetiva multidisciplinar integrada, visando a otimização da afetação dos recursos e processos, bem como do nível de oferta disponibilizada correlativo com as necessidades de mobilidade urbana.

Paralelamente, têm sido concretizadas diversas ações com o objetivo de melhorar o clima organizacional, através de um maior envolvimento de todos os Colaboradores e da consolidação do espírito de equipa, culminando no clima de Paz Social que se tem vivido, imprescindível para o bom desempenho de cada um, em particular e da Empresa, no geral. Este empenho foi espelhado e reconhecido no processo de obtenção da certificação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, a qual se concretizou em meados de 2012, conforme anteriormente referido.

A referida certificação foi o culminar de um longo caminho, iniciado em 2005, em que tem sido implementado formalmente um conjunto de Sistemas de Gestão, quer na área da Qualidade, quer ao nível Ambiental, da Segurança e Saúde no Trabalho e, por último, da Responsabilidade Social, os quais se encontram integrados num único sistema - Sistema de Gestão Integrado (SGI).

Inerente à implementação do SGI, de acordo com as normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, NP 4397/OHSAS 18001 e NP 4469-1, em alinhamento com a NP ISO 26 000, foram definidos e divulgados os seguintes Princípios Gerais da Política do Sistema de Gestão Integrado:

- Contribuir para a **melhoria** do Sistema de Transportes na Área Metropolitana de Lisboa, assegurando a mobilidade dos Clientes, em função das suas necessidades e expectativas;
- Aumentar a **eficácia** e **eficiência** do Serviço de Transporte Público de Passageiros através da adequação da oferta à procura e da racionalização dos recursos e métodos utilizados, contribuindo desta forma para a **melhoria contínua** do serviço oferecido;
- Cumprir permanentemente os requisitos e compromissos assumidos e expressos na Carta do Cliente, de forma a obter a sua **confiança** relativamente ao serviço prestado;
- Respeitar os princípios da **responsabilidade social** expressos no Código de Ética;
- **Minimizar** os **riscos** para as partes interessadas, que possam advir do desenvolvimento das suas atividades;
- Promover e assegurar um ambiente de trabalho **seguro** e **saudável** para os colaboradores e prestadores de serviços;
- Reduzir progressivamente o consumo dos recursos naturais e de energia, bem como proceder à valorização dos resíduos, a fim de **minimizar** os **impactes** e efeitos globais contribuindo para a prevenção da poluição;
- Consultar e considerar as **expectativas** dos clientes, colaboradores e outras partes interessadas significativas visando o aumento progressivo do seu **grau de satisfação**.
- Cumprir todos os **requisitos legais**, ou outros que a organização subscreva, aplicáveis às suas atividades e serviços.
- Dar a **conhecer** os princípios e compromissos anteriormente definidos e **envolver** as partes interessadas no respeito pelos mesmos.

De referir que, através da certificação ambiental, alcançada em 2008, a CARRIS formalizou a sua vontade de contribuir para a melhoria do Sistema de Transportes na Área Metropolitana de Lisboa, tendente ao aumento do grau de satisfação dos Clientes, bem como de reduzir progressivamente o consumo dos recursos naturais, o consumo de energia, as emissões poluentes e de CO₂, procedendo à valorização dos resíduos, a fim de minimizar os impactes e efeitos globais, contribuindo para a prevenção da poluição e das alterações climáticas.

A certificação de acordo com a NP 4397/OHSAS 18001, obtida em 2010, reconheceu o compromisso da Empresa em promover e assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável para os seus Colaboradores e para os colaboradores de empresas contratadas, fornecedores e outras partes interessadas. Esta certificação em Segurança e Saúde no Trabalho (SST) assenta numa melhoria contínua das condições de trabalho, dando continuidade à abordagem estruturada e planeada da gestão em SST que tem vindo a

desenvolver-se, envolvendo toda a organização, assim como, as partes interessadas significativas. A aposta no conhecimento dos técnicos internos, na atividade de identificação, avaliação e controlo de riscos profissionais e das necessidades de informação e formação associadas, operacionaliza uma visão multidimensional do ambiente ocupacional.

A Certificação em Responsabilidade Social, alcançada em julho de 2012, de acordo com a norma NP 4469-1, estando também alinhada com os princípios consagrados na NP ISO 26000:2011, envolveu um intenso trabalho de sensibilização e de auscultação de todas as Partes Interessadas Significativas da Empresa. É de relevar o especial contributo dos Colaboradores para a definição dos novos valores organizacionais – Excelência, Qualidade, Rigor, Inovação e Sustentabilidade, bem como para a definição dos Princípios da Responsabilidade Social adotados pela CARRIS, nomeadamente Responsabilização, Transparência, Conduta Ética, Respeito pelas Partes Interessadas, pelo Estado de Direito, pelas Convenções Internacionais e pelos Direitos Humanos.

Quer os Valores, quer os Princípios referidos encontram-se integrados num renovado Código de Ética, editado e divulgado em 2012.

Este processo permitiu, também, analisar e sintetizar as práticas que a Empresa tem vindo a implementar e que se inserem na temática da Responsabilidade Social, com diversos intervenientes (Partes Interessadas) e que ganharam uma visibilidade superior devido à intensa campanha comunicacional interna e externa.

Paralelamente à certificação dos “meios” (Sistemas de Gestão), a CARRIS apostou, igualmente, na certificação das suas linhas/carreiras (certificação dos “resultados”, i. é, do serviço prestado), sendo o único operador de transporte público de passageiros a ter linhas de autocarros e elétricos certificadas. Em março de 2012, foi obtida a certificação de mais 6 Linhas/Carreiras de Autocarros, pelo que, atualmente, após alguns ajustamentos na oferta, a Empresa dispõe de 61 Linhas certificadas (72,6% do total de linhas).

A Certificação do Serviço, de acordo com a NP EN 13816 e Especificações Técnicas da CERTIF (Entidade Certificadora), evidencia o comprometimento da CARRIS com a prossecução da melhoria contínua da qualidade e o seu contributo para a afirmação do Transporte Público como elemento-chave para o Desenvolvimento Sustentável, assegurando o cumprimento dos níveis de qualidade do serviço e permitindo a redução de custos da não qualidade, a melhoria da imagem da Empresa, o aumento da satisfação dos Clientes e a fidelização/aumento destes, fazendo a diferença no sector da atividade.

Na procura de um novo paradigma da mobilidade urbana, várias ações têm sido desenvolvidas quer através de um profundo processo de reestruturação, com especiais impactes na frota, na rede de exploração, na bilhética e nos recursos humanos, quer na realização de um conjunto de ações, cada vez mais, centradas no mercado e no Cliente, apostando fortemente na comunicação, visando o reposicionamento da marca CARRIS e a mudança de comportamentos. Para tal, nos últimos anos, têm sido desenvolvidas diversas campanhas de sensibilização para o uso crescente do transporte público junto de segmentos do mercado que, tradicionalmente, não o utilizam.

7.7.5 Desenvolvimento sustentável

Criação de valor para o Acionista (aumento de produtividade, orientação para o Cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)

Concetualmente, quer o Desenvolvimento Sustentável, quer a Responsabilidade Social visam o objetivo de procura simultânea do desenvolvimento económico lucrativo a par do progresso e equidade social e do respeito pelo meio ambiente, de modo a gerar valor para os acionistas, clientes, trabalhadores, parceiros e sociedade em geral. No entanto, o Desenvolvimento Sustentável posiciona-se a um nível global, intergovernamental e institucional, enquanto a Responsabilidade Social está ao nível das organizações, enquadrando a respetiva contribuição para a Sustentabilidade.

A CARRIS tem vindo nas últimas décadas a assumir-se, cada vez mais, como uma empresa responsável socialmente, entendendo que a Qualidade e a Responsabilidade Social Empresarial, nas vertentes Económica, Ambiental e Social, são as vias para a melhoria contínua da sua atividade, bem como um contributo para a Sustentabilidade e para o bem-estar social. Este contributo passa, prioritariamente, pela satisfação das exigências dos Clientes e das normas estatutárias e regulamentares, otimizando de forma adequada os recursos disponíveis.

A Empresa desenvolve a sua atividade enquadrada numa estratégia e orientação que têm por objetivos, a par de uma mobilidade mais sustentável, o equilíbrio entre as referidas vertentes, ao nível económico, ambiental e social, dando, ainda, especial atenção à qualidade / inovação e à segurança, bem como aos aspetos culturais da vida da Cidade.

Neste contexto, a mobilidade, enquanto fator de desenvolvimento económico e de coesão social, tem assumido um papel estratégico nas sociedades modernas, designadamente nas áreas metropolitanas. Sendo crescentes as necessidades de mobilidade não é possível responder-lhes adequadamente, no quadro atual, tão dependente do transporte individual, o qual representa mais de 50% das deslocações realizadas.

De facto, o congestionamento, a sinistralidade e a melhoria do ambiente determinam, entre outros, a necessidade de serem estabelecidos novos paradigmas, um novo modelo de mobilidade, em que o centro seja ocupado pelo transporte público.

Dado que os transportes são a principal fonte de poluição atmosférica (NO_x, CO, HC e PT) e um dos principais responsáveis pela emissão de CO₂ – gás com efeito de estufa, com graves repercussões nas alterações climáticas, os Operadores de Transporte, no âmbito do conceito e paradigma da Sustentabilidade, têm o dever de preservar os recursos energéticos e minimizar o impacte ambiental da sua atividade.

Neste contexto e tendo presente as referidas preocupações ambientais e de eficiência energética, a CARRIS tornou-se, desde setembro de 2007, signatária da Carta para o Desenvolvimento Sustentável, com o estatuto de “Full Charter Signatory” junto da União Internacional de Transportes Públicos (UITP), comprometendo-se, publicamente, com os princípios do Desenvolvimento Sustentável, responsabilizando-se pelo cumprimento, desenvolvimento e divulgação de boas práticas no Setor dos Transportes Públicos.

Poupança de energia, de água potável, de papel e separação de resíduos sólidos nas áreas administrativas, têm sido alguns dos assuntos focados nas campanhas de sensibilização, quer internamente, quer para os Clientes e público em geral, dentro e fora dos veículos da frota de serviço público da CARRIS.

Paralelamente, a Empresa tem aderido a diversas Organizações e projetos, sendo de realçar a sua participação, desde 2007, no BCSD (Portugal) – Conselho Superior para o Desenvolvimento Sustentável, bem como na Comissão de Desenvolvimento Sustentável da UITP.

Os aspetos principais da atividade e do desempenho da CARRIS, no âmbito das diversas vertentes da Sustentabilidade, estão pormenorizadamente documentados no Relatório de Sustentabilidade.

Contudo, não podemos deixar de referir a adesão da CARRIS, em 2012, ao Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), na sequência do qual foi lançada, dentro dos veículos da frota de serviço público, a campanha de divulgação sob o mote “Vamos viajar juntos”, com o objetivo de promover o transporte sustentável e de criar novos hábitos em prol de uma Europa mais “verde”. É um apelo aos cidadãos para o uso dos transportes públicos, sensibilizando-os para o facto de esta opção ser o caminho mais rápido para uma “economia verde”, reduzindo os impactes ambientais com importantes benefícios ao nível económico e social.

Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)

Neste campo, foi possível constatar que, no ano de 2012, 1.146 colaboradores da CARRIS receberam formação assistida, totalizando, aproximadamente, 33.710 horas de formação. É, neste capítulo, de salientar uma forte aposta em formação CAM (Certificação de Aptidão para Motoristas), que envolveu 367 colaboradores e 12.841 horas de formação.

Também a formação em saúde e a segurança no trabalho foi enfatizada, durante 2012, abrangendo um total de 3.265 horas de formação. De destacar, ainda, a formação em “Avarias para Tripulantes”, ministrada a 356 colaboradores e, também, a aposta na segurança pessoal dos tripulantes e dos colaboradores da fiscalização, que receberam um total de 1.704 horas de formação nestas matérias. Face a 2011, estes registos traduzem um decréscimo no número de participantes e no número de horas de formação, evidenciando-se, no entanto, a clara aposta da CARRIS no desenvolvimento cada vez mais focalizado e alinhado com as necessidades dos colaboradores.

7.7.6 Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade

A CARRIS presta, desde há 140 anos, um serviço de interesse económico geral de indiscutível importância para o desenvolvimento e modernização da Área Metropolitana de Lisboa, dando um contributo relevante para formas mais sustentáveis de mobilidade urbana.

Em 2012, a CARRIS transportou 183 milhões de Clientes, CONFORME REFERIDO NO PONTO 7.7.1. (pag. 113), com recurso a uma frota de 632 autocarros, 57 carros elétricos, 3 ascensores e 1 elevador.

No âmbito do Sistema de Gestão Integrado, vertente da Qualidade e da certificação do serviço de Linhas, é imprescindível monitorizar anualmente a satisfação do Cliente face ao serviço prestado. Até 2011, a CARRIS adotou, como ferramenta de cálculo, o Índice da Satisfação do Cliente (ISC), segundo o modelo de satisfação ECSI – European Consumer Satisfaction Index.

Tal como tem sido observado nos últimos anos, os resultados obtidos através do último Inquérito de Satisfação do Cliente, realizado em 2011, permitem concluir que a CARRIS continua a ser avaliada de forma positiva pelos seus Clientes, apresentando um valor médio de 67,3 em 100 pontos possíveis.

A CARRIS continua a ser vista como uma empresa importante para a sociedade, de confiança e com uma elevada preocupação, quer com os seus clientes, quer com o ambiente, sendo de referir que, tal como em anos anteriores, os inquiridos referiram que os aspetos a melhorar se prendiam com a rapidez da deslocação, implicando um menor tempo de espera nas paragens, bem como uma redução do tempo efetivo de viagem, aspetos exógenos difíceis de controlar pela CARRIS.

Face à necessidade de redução de custos, foi decidido alterar o modelo de auscultação do mercado, tendo sido adjudicado e realizado, no 2.º semestre de 2012, um novo inquérito de satisfação do Cliente.

Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da Empresa, designadamente, pela via tecnológica, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo

A competitividade da CARRIS é salvaguardada de diversas formas, ao nível dos Processos Operacionais (planeamento, realização e controlo do serviço / comunicação e vendas / identificação das necessidades dos Clientes, visando a sua satisfação) e dos Processos de Suporte (contribuição para o adequado desenvolvimento e concretização dos processos operacionais; gestão de Recursos Humanos / Áreas Técnico e Logística do Material Circulante), particularmente, pelas seguintes vias :

- Processo de reestruturação da Empresa;
- Inovação, desenvolvimento e integração de novas tecnologias;
- Participação em vários Grupos de Trabalho e Projetos nacionais e internacionais, nomeadamente no “Internacional BUS Benchmarking Group” que constitui um fórum entre empresas de transporte, de diferentes partes do mundo, para partilhar experiências, comparar desempenhos e identificar boas práticas, que tem o apoio da UITP;
- Certificação da atividade e do serviço de Transporte Público de Passageiros;
- Integração da CARRIS nas redes sociais, tendo consolidado o “movimento menos um carro”, lançado em 2009, através da integração de novos parceiros institucionais como a Câmara Municipal de Lisboa, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, a EMEL, a Tis.pt, a Siemens e uma empresa congénere, o Metropolitano de Lisboa

Planos de ação para o futuro

Merecem especial destaque os seguintes:

- Concretização de ações que contribuam para o aumento da racionalização da oferta do serviço público de transportes, definidas pelo Governo no âmbito do Plano Estratégico de Transportes (PET);
- Desenvolvimento de medidas que visem a concretização do processo de integração operacional entre a CARRIS e o METROPOLITANO DE LISBOA.
- Consolidação do processo de promoção interna da Eficiência Energética na Atividade de Transporte e no Património Edificado da Empresa, adotando, as melhores práticas com este objetivo, com identificação prévia dos domínios de intervenção da eco-eficiência;
- Difusão, experimentação e utilização de Propulsões e Combustíveis Alternativos, nomeadamente renováveis, de acordo com os objetivos estratégicos estabelecidos em termos nacionais e comunitários . A CARRIS, dentro da responsabilidade social

que lhe cabe e que assume, continuará a desempenhar um papel importante nesta matéria;

- Obtenção de melhorias inerentes à gestão do tráfego, visando melhorar as condições de circulação.

7.8 AVALIAÇÃO SOBRE O GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA

Face à atual situação económica, financeira e social que Portugal atravessa, com repercussões graves no tecido empresarial, em especial no Setor Empresarial do Estado, a atividade da CARRIS, em 2012, encontrou-se condicionada pela necessidade de ser prosseguida a redução dos custos operacionais, pela contenção acentuada do investimento e pelas dificuldades na obtenção de financiamento. Por outro lado, a Empresa dá cumprimento das orientações consagradas no Plano Estratégico dos Transportes (PET), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros 45/2011, de 10 de novembro, que estabelece as prioridades e redefine o papel do Estado no Setor dos Transportes.

É, ainda, de referir que, entre outras modificações previstas, a integração operacional da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA contribuirá para um novo modelo organizacional e de funcionamento da CARRIS, continuando a prestar o serviço de transporte público, com os elevados padrões de qualidade e segurança, de modo a poder continuar a contribuir para uma mobilidade sustentável em Lisboa.

Nos últimos anos, a CARRIS, de forma gradual, tem vindo a implementar ações, visando dar integral cumprimento aos princípios do bom governo a que está obrigada.

Neste contexto, a CARRIS e suas participadas têm continuado a dar cumprimento à missão e aos objetivos que lhes estão determinados, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficientes, conforme evidenciam os Relatórios de Gestão e de Sustentabilidade referentes a 2012.

A elaboração de planos da atividade e de orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis têm sido prática da CARRIS, em coerência com o plano de reestruturação iniciado em 2003, o qual tem vindo a ser implementado, ano após ano, com sucesso.

É de referir que a Empresa tem vindo a avaliar as suas práticas de sustentabilidade, de acordo com as normas e as orientações, quer nacionais, quer internacionais em vigor, neste domínio, continuando comprometida com a melhoria gradual e consistente da sua performance.

Assim, pode afirmar-se que a CARRIS dá integral cumprimento aos normativos que lhe asseguram boas práticas no domínio do Bom Governo empresarial, designadamente no tocante às orientações e princípios fixados na Resolução do Conselho de Ministro n.º 49/2007, de 28 de março, tendo definido e concretizado as ações necessárias ao seu cumprimento e melhorias contínuas.

7.8.1 Cumprimento das orientações do Ofício-Circular n.º 843, da DGTF de 30 de janeiro de 2013

As informações referentes ao anexo 1 constam no capítulo 7 a partir da página 87. A explicitação da divulgação da informação prevista na RCM n.º 49/2007, consta nos quadros seguintes:

Anexo 2

| Informação a constar no Site do SEE | Divulgação | | | Comentários |
|--|------------|---|-----|---------------|
| | S | N | N.A | |
| Estatutos atualizados (PDF) | X | | | |
| Historial, Visão, Missão e Estratégia | X | | | |
| Ficha síntese da empresa | X | | | |
| Identificação da Empresa: | | | | |
| Missão, objetivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento | X | | | |
| Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais: | | | | |
| Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais) | X | | | |
| Estatuto remuneratório fixado | X | | | |
| Remunerações auferidas e demais regalias | X | | | |
| Regulamentos e Transações: | | | | |
| Regulamentos Internos e Externos | X | | | |
| Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s) | X | | | |
| Outras transações | | | X | Não aplicável |
| Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental | X | | | |
| Avaliação do cumprimento dos PBG | X | | | |
| Código de Ética | X | | | |
| Informação Financeira histórica e atual | X | | | |
| Esforço Financeiro do Estado | X | | | |

| Informação a constar no Site da Empresa | Divulgação | | | Comentários |
|--|------------|---|-----|---------------|
| | S | N | N.A | |
| Existência de Site | X | | | |
| Historial, Visão, Missão e Estratégia | X | | | |
| Organigrama | X | | | |
| Órgãos Sociais e Modelo de Governo: | | | | |
| Identificação dos órgãos sociais | X | | | |
| Identificação das áreas de responsabilidade do CA | X | | | |
| Identificação de comissões existentes na sociedade | | | | Não aplicável |
| Identificar sistemas de controlo de riscos | | X | | |
| Remuneração dos órgãos sociais | X | | | |
| Regulamentos Internos e Externos | X | | | |
| Transações fora das condições de mercado | | X | | |
| Transações relevantes com entidades relacionadas | | X | | |
| Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental | X | | | |
| Código de Ética | X | | | |
| Relatório e Contas | X | | | |
| Provedor do cliente | X | | | |

7.9 CÓDIGO DE ÉTICA

A CARRIS possui e publicou em 2012 a 3.ª edição do Código de Ética, editado em 2006, assegurando a sua distribuição a todos os Trabalhadores, tendo divulgado esta publicação junto dos seus "stakeholders", designadamente junto da Comunicação Social e dos fornecedores mais relevantes.

O Código de Ética tem por objetivo enquadrar os Princípios e os Valores Estruturantes, num conjunto de regras éticas que se impõem à consciência coletiva como modelo comportamental e que devem ser observadas na ação quotidiana como instrumento de melhoria de desempenho do Grupo e dos seus Colaboradores.

As regras constantes do Código de Ética visam garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral e de cultura dos valores da CARRIS por parte de todos os seus Colaboradores em complemento das disposições legais e regulamentares que devam observar.

As regras constantes do Código de Ética impõem-se como uma referência para o público em geral no que respeita ao padrão de conduta que é exigível à CARRIS e suas participadas e aos seus Colaboradores no seu relacionamento interpessoal e com terceiros.

Este Código aplica-se, também, a todos os Trabalhadores das Empresas participadas da CARRIS e está disponível na página da intranet e da Internet, bem como no sítio eletrónico www.dgtf.pt.

7.10 PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (Ponto 19 da RCM nº 49/2007, de 28 de março)

A CARRIS tem assumido a transparência como um princípio de conduta, disponibilizando informação precisa sobre as suas políticas, práticas e processos operacionais. Paralelamente, tem combatido a corrupção, adotando uma postura preventiva e proativa na vigilância e deteção de situações de fraude e corrupção, sensibilizando os seus Colaboradores e definindo normas que acautelem a ocorrência destas práticas e assegurem um comportamento profissional ético.

Desde 2010, a Empresa dispõe de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que se destina à área de compras da Empresa, onde são identificados os principais riscos e respetivas medidas de gestão.

Ser uma empresa de referência no âmbito da promoção da ética e da integridade organizacional contribuiu para o convite que foi formulado à CARRIS, em 2012, para participar, em conjunto com um grupo de empresas portuguesas de diversos setores, no projeto "**GestãoTransparente.org**" - Guia Prático de Gestão de Riscos de Corrupção nas Organizações.

Este guia inclui um simulador de gestão de riscos de corrupção, no qual as empresas e serviços do Estado podem aferir os riscos de corrupção da sua atividade e organização em concreto. Com base nos dados fornecidos, é obtido um índice de risco, sendo sugeridas possíveis medidas para mitigar esse mesmo risco.

O site inclui, ainda, notícias atualizadas diariamente, um enquadramento teórico e jurídico sobre atos de corrupção, um glossário, uma base documental e recursos sobre o tema da prevenção e combate da corrupção, utilizando, para este efeito, um processo de melhoria contínua assente em quatro fases: diagnóstico, orientação, intervenção e monitorização.

A metodologia adotada no desenvolvimento deste projeto foi validada pelo Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) e pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC).

Está em curso o Relatório de Execução do Plano de Prevenção e Riscos referente a 2012.

Ponto 11 do Anexo 1 (ponto 22 da RCM nº 49/2007, de 28 de março)

Sobre os mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses, é de referir que os membros do Conselho de Administração não intervieram em quaisquer decisões relacionadas com os seus próprios interesses.

Anexo 3

Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações Introduzidas pelo Despacho 9870/2009

| PMP | 1ºT 2011 | 2ºT 2011 | 3ºT 2011 | 4ºT 2011 | 1ºT 2012 | 2ºT 2012 | 3ºT 2012 | 4ºT 2012 |
|---------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| PMP a Fornecedores (dias) | 48,3 | 49,5 | 50,3 | 48,0 | 48,1 | 47,3 | 46,5 | 46,7 |

O objetivo do Prazo Médio de Pagamentos não foi cumprido, dados os constrangimentos decorrentes do mercado financeiro com as inerentes dificuldades de financiamento da Empresa. Não obstante, o PMP, na CARRIS melhorou de 48,0 para 46,7 dias no final de 2012, continuando, seguramente, a ser dos melhores nas entidades públicas.

Mapa da posição a 31/12/2012 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio

| Pagamentos em Atraso | 0-90 dias | 90-120 dias | 120-240 dias | 240-360 dias | > 360 dias |
|-------------------------------|------------------|--------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Aquisições de bens e serviços | 3.147.115,37 | 30.984,36 | 125.685,83 | 87.272,02 | 158.996,22 |
| Aquisições de capital | 66.983,12 | | | 10.947,00 | 63.583,47 |

«**Atraso no pagamento**», o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

Anexo 5

Unid €

| Designação | 2010 | 2011 | 2012 |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| Gastos com pessoal (€) | 83.555.229 | 66.892.717 | 54.931.784 |
| Gastos com Órgãos Sociais (€) | 471.420 | 408.731 | 246.171 |
| Reduções decorrentes de alterações legislativas (€) | | 45.188 | 57.714 |
| Aumentos decorrentes de alterações legislativas (€) | | | |
| Gastos com Dirigentes sem O.S. (€) | 1.968.314 | 1.733.162 | 1.730.404 |
| Reduções decorrentes de alterações legislativas (€) | 0 | 165.975 | 376.980 |
| Aumentos decorrentes de alterações legislativas (€) | 0 | 0 | 0 |
| Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€) | 81.115.495 | 64.750.823 | 52.955.209 |
| Reduções decorrentes de alterações legislativas (€) | | 731.572 | 5.688.521 |
| Aumentos decorrentes de alterações legislativas (€) | | | |
| Rescisões / Indemnizações (€) | 791.717 | 1.628.976 | 4.315.034 |
| Designação | 2010 | 2011 | 2012 |
| N.º Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos) | 2775 | 2732 | 2490 |
| N.º Órgãos Sociais (O.S.) (número) | 5 | 5 | 4 |
| N.º Dirigentes sem O.S. (número) | 38 | 34 | 31 |
| N.º Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número) | 2732 | 2693 | 2455 |

Anexo 6

| Cumprimento das Orientações legais | Cumprimento | | | Quantificação | Justificação |
|--|-------------|---|------|---------------|--|
| | S | N | N.A. | | |
| Objetivos de Gestão: | | | | | |
| Objetivos previstos no Contrato de Gestão | X | | | 144,25% | Consta na página 83 |
| Gestão do Risco Financeiro | X | | | | Consta na página 69 |
| Limites de Crescimento do Endividamento | | X | | 6% | Tendo em conta os limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2012 no PEC e aprovado pela Resolução da Assembleia da República nº 29/2010, de 12 de abril, e explicitados no Despacho nº 510/10-SETF, de 1 de junho, comunicado pelo Ofício Circular nº 4348, de 1 de junho de 2010, da DGTF, refere-se que a Empresa em 2012 ultrapassou o limite de 5% fixado pelo Governo. A dívida remunerada, que no final de 2011 ascendia a 693.787 milhares de euros, teve um acréscimo de 6% fixando-se em 734.895 milhares de euros no final de 2012. A redução da indemnização compensatória em 62,8% e o acréscimo dos juros dos financiamentos, não permitiram o cumprimento do objectivo. |
| Evolução do PMP a fornecedores | | X | | -1,3 dias | Consta na página 122 |
| Atrasos nos Pagamentos ("Arrears") | | X | | | Consta na página 122 |
| Deveres Especiais de Informação | X | | | | A Empresa deu cumprimento aos deveres especiais de informação nos termos do Despacho nº14277/2008 de 23 de maio, designadamente por via do reporte à DGTF e à Inspeção-Geral de Finanças, nomeadamente através do carregamento da informação na plataforma da DGTF (sirief). |

| Recomendações do acionista na aprovação de contas: | | | | |
|---|---|---|--------------|---|
| Redução prazo médio pagamento a fornecedores – RCM n° 34/2008 de 22 fevereiro | | X | -1,3 dias | A falta de meios financeiros não permitiu o cumprimento do objetivo. |
| Remunerações: | | | | |
| Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art° 29° da Lei 64-B/2011 | X | | | Não têm sido pagos prémios de gestão. |
| Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20° da Lei 64-B/2011 | X | | 23.107,37 | |
| Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12° da Lei n.º 12-A/2010 | X | | 10.408,36 | |
| Órgãos Sociais – suspensão sub férias e natal, nos termos art° 21° da Lei 64-B/2011 | X | | 24.197,98 | |
| Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art° 22° da Lei 55-A/2010 | | X | | |
| Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos do art.º 20° da Lei 64-B/2011 | X | | 797.463,66 | |
| Restantes trabalhadores – suspensão sub férias e natal, nos termos do art° 21° da Lei 64-B/2011 | X | | 5.268.036,75 | |
| Artigo 32° do EGP | | | | |
| Utilização de cartões de crédito | X | | | Em 2012 não utilizados cartões de crédito. |
| Reembolso de despesas de representação pessoal | X | | | Não foram reembolsadas despesas de representação pessoal. |
| Contratação Pública | | | | |
| Normas de contratação pública | X | | | Quanto aos procedimentos adotados para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, a Empresa cumpre as normas previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n° 18/2008, de 29 de janeiro, conforme se encontra detalhado nos pontos 7.1 a 7.4 deste capítulo. A Empresa avalia sempre a necessidade de contratar, antes de desenvolver os processos concursais, procedendo também à avaliação da realização face às estimativas. |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---------|---|
| Normas de contratação pública pelas participadas | X | | | | |
| Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas | | | X | | |
| Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas | | X | | | |
| | | | | | A CARRIS não aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, no entanto, desenvolve os seus processos concursais através da plataforma eletrónica VORTAL. |
| Parque Automóvel | | | | -2 | |
| Princípio da Igualdade de Género | | | X | | |
| Plano de Redução de Custos | | | | | |
| Gastos com pessoal | X | | | -34,25% | Foi excedido o objetivo |
| Fornecimento e Serviços Externos | X | | | -32,39% | Foi excedido o objetivo |
| Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes | | | | | |
| N.º de efetivos | X | | | -10,3% | |
| N.º de cargos dirigentes | X | | | -18,42% | |
| Princípio da Unidade de Tesouraria | X | | | | No que se refere ao cumprimento do previsto no artigo 17º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, a Empresa em 2011, procedeu à abertura de conta no IGCP. Os valores pagos pelo Estado são creditados na conta do IGCP, donde são transferidos para os bancos comerciais para reembolso de empréstimos e pagamento a fornecedores e salários. |

8. DECISÕES MAIS RELEVANTES ADOTADAS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2012

Durante o exercício de 2012, o Conselho de Administração realizou 37 reuniões nas datas a seguir indicadas:

Ata 1478 – 05.01.2012; Ata 1479 – 12.01.2012; 1480 – 19.01.2012; 1481 – 26.01.2012; 1482 – 02.02.2012; 1483 – 09.02.2012; 1484 – 16.02.2012; 1485 – 22.02.2012; 1486 – 22.02.2012; 1487 – 01.03.2012; 1488 – 08.03.2012; 1489 – 15.03.2012; 1490 – 22.03.2012; 1491 – 29.03.2012; 1492 – 12.04.2012; 1493 – 19.04.2012; 1494 – 02.05.2012; 1495 – 10.05.2012; 1496 – 17.05.2012; 1497 – 24.05.2012; 1498 – 31.05.2012; 1499 – 18.06.2012; 1500 – 27.06.2012; 1501 – 09.07.2012; 1502 – 21.08.2012; 1503 – 24.08.2012; 1504 – 13.09.2012; 1506 – 20.09.2012; 1507 – 11.10.2012; 1508 – 18.10.2012; 1509 – 31.10.2012; 1510 – 08.11.2012; 1511 – 16.11.2012; 1512 – 22.11.2012; 1513 – 29.11.2012; 1514 – 06.12.2012; 1515 – 13.12.2012.

A seguir indicam-se as decisões mais relevantes adotadas pelo Conselho de Administração no exercício de 2012:

8.1 Decisões no domínio da aplicação das regras decorrentes do Orçamento do Estado (OE 2011) e das Orientações Estratégicas para o SEE

- Aplicação das regras sobre redução remuneratória constantes da Lei do Orçamento do Estado para 2011 (art.º 24.º), aprovada pela que se mantém em vigor nos termos da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (n.º 1 do art.º 20.º)
Ponto 1 da Ata 1479, de 12.01.2012
Ponto 1 da Ata 1489, de 15.03.2012
- Aprovação do Regulamento Interno descrevendo a aplicação à CARRIS do regime definido na Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado de 2012
Ponto 2 da Ata 1479, de 12.01.2012
- Aprovação da minuta da primeira adenda ao contrato de prestação de serviços para produção e divulgação de spots publicitários de 15" nos Painéis do Canal Lisboa, a celebrar com a Lismarketing Comercial – Informação e Comercialização de Produtos Turísticos, Unipessoal, Lda., com vista à redução do valor do contrato
Ponto 4 da Ata 1482, de 02.02.2012
- Aprovação da minuta da primeira adenda ao contrato de prestação de serviços de suporte e assistência técnica ICN_NS/2000-0020, a celebrar com a SYNCREA – Enterprise Communications, S.A., com vista à redução do valor do contrato
Ponto 11 da Ata 1483, de 09.02.2012
- Aprovação da minuta de adenda ao contrato de prestação de serviços a celebrar com a LUTER – Publicidade e Serviços, Lda., com vista à redução do valor do contrato,
Ponto 14 da Ata 1490, de 22.03.2012
- Renovação do contrato de manutenção da aplicação Glooq utilizada pela CARRIS para o Ano de 2012, com vista à redução do valor do contrato
Ponto 5 da Ata 1491, de 29.03.2012
- Aprovação da minuta de primeira adenda ao contrato de prestação de serviços para revisão periódica de guas, a celebrar com a Indústrias Eletromecânicas Guerra

Hermanos – Fabrico e Manutenção de Pórticos, Pontes Rolantes e Maquinarias de Elevação, Unipessoal, Lda., com vista à redução do valor do contrato

Ponto 6 da Ata 1492, de 12.04.2012

- Autorização para a renovação do contrato de prestação de serviços de assistência e manutenção geral das instalações, edifícios e equipamentos da CARRIS, com manutenção do valor do contrato
Ponto 9 da Ata 1492, de 12.04.2012
- Autorização para a renovação do contrato de assistência técnica e manutenção do sistema de tratamento de ar instalado no Data Center do Complexo de Miraflores para o período de 01.04.2012 a 31.03.2013, com manutenção do valor do contrato
Ponto 7 da Ata 1495, de 10.05.2012
- Autorização para a renovação do contrato para fornecimento, instalação, assistência e manutenção de sete sanitários públicos automáticos da CARRIS, com manutenção do valor do contrato
Ponto 10 da Ata 1495, de 10.05.2012
- Autorização para a renovação do contrato de prestação de serviços para alojamento do Site da CARRIS pelo período de 12 meses, com manutenção do valor do contrato
Ponto 2 da Ata 1501, de 09.07.2012
- Renovação do contrato de prestação de serviços de manutenção de subestações de tração, postos de transformação e de seccionamento para o período de outubro de 2012 a setembro de 2013, com manutenção do valor do contrato
Ponto 33 da Ata 1502, de 21.08.2012
- Aprovação do primeiro aditamento ao contrato de prestação de serviços de manutenção dos ascensores da Bica, Lavra e Glória e Elevador de Santa Justa da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., a celebrar com a CME - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO ELETROMECÂNICA, S.A., no âmbito do Concurso Público com Publicidade Internacional com a referência n.º 03/CPI/DLT/2011, com manutenção do valor do contrato
Ponto 16 da Ata 1509, de 31.10.2012
- Aprovação da minuta de primeira adenda ao contrato de prestação de serviços para implementação de Plataforma Eletrónica de Contratação VortalGOV, a celebrar com a "VORTAL – Comércio Electrónico, Consultoria e Multimédia, S.A.", com vista à redução do valor do contrato
Ponto 13 da Ata 1515, de 13.12.2012

8.2 Decisões no domínio da reestruturação do serviço de transporte público e de atualizações do tarifário

- Alterações/Ajustamentos na Oferta em 2012
Ponto 5 da Ata 1479, de 12.01.2012
Ponto 4 da Ata 1480, de 19.01.2012
Ponto 5 da Ata 1481, de 26.01.2012
Ponto 2 da Ata 1484, de 16.02.2012
Ponto 16 da Ata 1495, de 10.05.2012
Ponto 13 da Ata 1496, de 17.05.2012
Ponto 22 da Ata 1499, de 18.06.2012
Ponto 15 da Ata 1500, de 27.07.2012
Ponto 39 da Ata 1502, de 21.08.2012
- Aumento Tarifário - Preços e quotas em vigor desde 1 de fevereiro de 2012
Ponto 6 da Ata 1482, de 02.02.2012
- Indicadores CARRIS - Cálculo da procura

8.3. Aprovação de lançamento de Concursos Públicos

- Concurso Público com Publicidade Internacional para a prestação de serviços de manutenção dos ascensores da Bica, Lavra e Glória e do Elevador de Santa Justa da CARRIS n.º 03/CPI/DLT/2011
Ponto 2 da Ata 1478, de 05.01.2012
Ponto 7 da Ata 1488, de 08.03.2012
- Lançamento de Concurso Público com Publicidade Internacional para o fornecimento de energia elétrica em baixa tensão especial, em média tensão às Estações/Complexos, e em média tensão às Subestações de Tração da CARRIS n.º CPI/2012/01/UCT
Ponto 10 da Ata 1484, de 16.02.2012
Ponto 10 da Ata 1488, de 08.03.2012
Ponto 6 da Ata 1495, de 10.05.2012
Ponto 4 da Ata 1498, de 31.05.2012
Ponto 13 da Ata 1506, de 04.09.2012
- Lançamento de Concurso Público com Publicidade Internacional para a prestação de serviços de vigilância às instalações da CARRIS n.º CPI/2012/02/DLT
Ponto 4 da Ata 1502, de 21.08.2012
Ponto 12 da Ata 1506, de 04.10.2012
Ponto 3 da Ata 1510, de 08.11.2012

8.4. Aprovação de Ajustes e Consultas Diretas, de Adjudicações e de Minutas de Contratos

- Autorização para dar início de Procedimento, por Ajuste Direto, para a Prestação de Serviços de Assistência Técnica ao SAEIP (1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª Fases)
Ponto 34 da Ata 1502, de 21.08.2012
Ponto 14 da Ata 1506, de 04.10.2012
- Lançamento de Consulta Direta para execução da empreitada de manutenção de infra estruturas de tração da rede de elétricos da CARRIS
Ponto 9 da Ata 1483, de 09.02.2012
Ponto 7 da Ata 1490, de 22.03.2012
- Lançamento de Consulta Direta n.º 3003/2012 para contratação da prestação de serviços de reparação geral do ascensor da Bica
Ponto 3 da Ata 1488, de 08.03.2012
Ponto 6 da Ata 1497, de 24.05.2012
- Lançamento de Consulta Direta n.º 3004/2012 para contratação da prestação de serviços de gestão de resíduos
Ponto 4 da Ata 1488, de 08.03.2012
Ponto 5 da Ata 1493, de 19.03.2012
- Lançamento de Consulta Direta para aquisição de serviços de consultoria para a definição do modelo para abertura à iniciativa privada dos serviços atualmente prestados pela CARRIS S.A. e pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Ponto 10 da Ata 1506, de 04.10.2012

Ponto 9 da Ata 1510, de 08.11.2012

- Lançamento de Consulta Direta n.º 3010/2012 para fornecimento de blusas e camisas azuis com manga para pessoal tripulante
Ponto 20 da Ata 1506, de 04.10.2012
Ponto 13 da Ata 1513, de 22.11.2012
- Lançamento de Consulta Direta n.º 3011/2012 para Instalação e Exploração de Máquinas de Vending
Ponto 21 da Ata 1506, de 04.10.2012
Ponto 5 da Ata 1501, de 09.07.2012
Ponto 10 da Ata 1511, de 16.11.2012
Ponto 14 da Ata 1515, de 13.12.2012
- Lançamento de Consulta Direta para aquisição de serviços de assessoria jurídica para o acompanhamento da consultoria contratada para a definição do modelo para abertura à iniciativa privada dos serviços atualmente prestados pela CARRIS, S.A. e pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
Ponto 7 da Ata 1511, de 16.11.2012
Ponto 11 da Ata 1513, de 29.11.2012
Ponto 6 da Ata 1515, de 13.12.2012
- Adjudicação da Prestação de Serviços para Implementação das Alterações Tarifárias decorrentes do Despacho Normativo n.º 1/2012, de 27 de janeiro e criação de um Segundo Escalão para o Passe 4_18 e para o Passe Social+
Ponto 7 da Ata 1482, de 02.02.2012
Ponto 12 da Ata 1483, de 09.02.2012
- Adjudicação da prestação de serviços para reparação de eixos dos bogies portantes dos carros elétricos articulados (CEA)
Ponto 8 da Ata 1484, de 16.02.2012
- Adjudicação da prestação de serviços de acompanhamento da certificação do serviço de carreiras da CARRIS em 2012
Ponto 11 da Ata 1502, de 21.08.2012
- Adjudicação do fornecimento e instalação de 37 Sistemas de Gestão de Dados da Condução (XTraN DRIVE) em autocarros – Fase 2 de Implementação
Ponto 8 da Ata 1506, de 04.10.2012
Ponto 3 da Ata 1511, de 16.11.2012
- Adjudicação da prestação de serviços para conversão da componente de pagamentos eletrónicos integrada no Sistema de Bihética, nomeadamente equipamentos automáticos de prestação de contas e sistema central, para garantir a sua compatibilidade com as Normas EMV (Europay, Mastercard & Visa)
Ponto 17 da Ata 1509, de 31.10.2012
- Renovação do contrato de manutenção do sistema de gestão de base de dados Oracle responsável pelo armazenamento dos dados do Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros (SAEIP) da CARRIS
Ponto 13 da Ata 1484, de 16.02.2012

-
- Aprovação da minuta do contrato de prestação de serviços de manutenção dos ascensores da Bica, Lavra e Glória e elevador de Santa Justa da CARRIS, S.A., a celebrar com a CME – Construção e Manutenção Eletromecânica, S.A.
Ponto 7 da Ata 1488, de 08.03.2012
 - Renovação dos Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção e Reparação de Autocarros MAN da CARRIS celebrados com a HYDRAPLAN – Manutenção e Comércio de Veículos, S.A. e CARRISTUR
Ponto 7 da Ata 1491, de 29.03.2012
Ponto 6 da Ata 1500, de 27.06.2012
 - Aprovação do contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação a equipamentos do sistema de bilhética, do contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação a equipamentos do sistema Gertrude e do contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação a equipamentos do sistema de Videovigilância, a celebrar com a CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.
Ponto 8 da Ata 1492, de 12.04.2012
 - Aprovação do contrato de prestação de serviços de assistência técnica aos equipamentos de lavagem de carroçarias e Chassis, às colunas elevatórias e Gruas da CARRIS, a celebrar com a HVC – Importação, Exportação, Serviços e Equipamentos Auto, S.A.
Ponto 11 da Ata 1492, de 12.04.2012
 - Aprovação do contrato de empreitada de remodelação de espaço público da zona norte do Terreiro do Paço Lisboa – Trabalhos Específicos da CARRIS a celebrar com a OLIVEIRAS, S.A.
Ponto 8 da Ata 1495, de 10.05.2012
 - Aprovação da minuta do contrato de empreitada de manutenção de infraestruturas de tração da rede de elétricos, a celebrar com a CME – Construção e Manutenção Eletromecânica, S.A.
Ponto 9 da Ata 1495, de 10.05.2012
 - Aprovação de minuta de acordo, a celebrar com a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. e com a OPT – Otimização e Planeamento de Transportes, S.A.
Ponto 5 da Ata 1496, de 17.05.2012
 - Aprovação do contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação a 100 autocarros Standard MAN 18.280, e da segunda adenda ao acordo específico para a Estação da Pontinha, a celebrar com a CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.
Ponto 5 da Ata 1504, de 13.09.2012
 - Aprovação do contrato de prestação de serviços de manutenção e reparação a 148 autocarros standard MAN 18.310 e do acordo específico respetivo, a celebrar com a HYDRAPLAN – Manutenção e Comércio de Veículos, S.A.
Ponto 4 da Ata 1505, de 20.09.2012
 - Aprovação do contrato de prestação de serviços na área da medicina a celebrar com o Hospital de Jesus

Ponto 8 da Ata 1509, de 31.10.2012

- Aprovação da minuta de terceira adenda ao contrato de serviço telefónico móvel, a celebrar com a TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
Ponto 11 da Ata 1514, de 6.12.2012

8.5. Homologação de Planos, Programas e Outros

- Aprovação do Plano de Formação para 2012
Ponto 13 da Ata 1490, de 22.03.2012
- Aprovação do Plano de Comunicação no âmbito da Responsabilidade Social
Ponto 12 da Ata 1498, de 31.05.2012
- Aprovação da 3.ª Edição do Código de Ética
Ponto 22 da Ata 1502, de 21.08.2012
- Aprovação do Plano de Racionalização de Energia 2012/2014 e Relatório de Auditoria Energética 2011
Ponto 25 da Ata 1506, de 04.10.2012

8.6. Aprovação/ Homologação de Relatórios e Outros

- Homologação do Relatório anual do Provedor do Cliente referente ao ano 2011
Ponto 15 da Ata 1483, de 09.02.2012
- Aprovação do Relatório e Contas do Exercício de 2011
Ponto único da Ata 1485, de 22.02.2012
- Aprovação do Relatório de Sustentabilidade respeitante ao ano de 2011
Ponto 3 da Ata 1489, de 15.03.2012
- Aprovação do Orçamento de Investimentos 2013 – 2017
Ponto 19 da Ata 1502, de 21.08.2012
- Aprovação do Orçamento de Exploração para 2013
Ponto 2 da Ata 1509, de 31.10.2012

8.7. Autorizações para obtenção de Empréstimos e concessão de Garantias

- Autorização para celebração do segundo aditamento ao contrato de empréstimo, sob a forma de mútuo, celebrado com o Banco BPI, S.A em 24.11.2011 e adendado em 22.12.2011 – reforço do capital mutuado em 5.000.000,00.
Ponto 24 da Ata 1488, de 08.03.2012
- Autorização para celebração de um contrato de empréstimo, sob a forma de mútuo, no valor de 675.000,00 Euros, com o Banco BPI, S.A.
(DMS 640021)
Ponto 2 da Ata 1494, de 02.05.2012
- Autorização para celebração de um contrato de Empréstimo, sob a forma de mútuo no valor de 1.640.000,00 Euros, com o Banco BPI, S.A.
Ponto 12 da Ata 1495, de 10.05.2012
- Autorização para celebração de contratos de empréstimos e de aditamentos a contrato de abertura de crédito com a Caixa Geral de Depósitos, Banco Comercial Português e Banco Espírito Santo
Ponto 12 da Ata 1495, de 10.05.2012
- Autorização para celebração de um contrato de empréstimo, sob a forma de mútuo, no valor de 10.195.000,00 Euros, com o Banco BPI, S.A.
Ponto 31 da Ata 1499, de 18.06.2012
- Autorização para celebração de um contrato de empréstimo, sob a forma de Mútuo no valor de 2.240.000,00 Euros, com o Banco BPI, S.A.
Ponto 20 da Ata 1501, de 09.07.2012
- Autorização para celebração de contratos de empréstimos com a Caixa Geral de Depósitos e com o Banco Comercial Português
Ponto 12 da Ata 1509, de 31.10.2012
- Autorização para celebração de um contrato de empréstimo, sob a forma de mútuo, no valor de 13.535.000,00 Euros, com o Banco BPI, S.A.
Ponto 9 da Ata 1505, de 20.09.2012
- Autorização para celebração de um contrato de empréstimo, sob a forma de mútuo, no valor de 19.995.000,00 Euros, com o Banco BPI, S.A.
Ponto 10 da Ata 1515, de 13.12.2012

8.8. Homologação de Normas Internas

- Homologação do Manual de Organização Funcional – 2012 – 8.ª Edição
Ponto 5 da Ata 1492, de 12.04.2012
- Homologação do Manual do Sistema de Gestão Integrado – 9.ª Edição
Ponto 2 da Ata 1499, de 18.06.2012

8.9 Cooperação Técnica com outras entidades

- Aprovação do protocolo a celebrar com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e do contrato de exploração do atrelado de elétrico estacionado no Largo dos Jerónimos, a celebrar com o Banana Café Emporium, Lda.
Ponto 5 da Ata 1480, de 19.01.2012
Ponto 3 da Ata 1508, de 18.10.2012
- Aprovação de protocolo no âmbito do Projeto Village Underground (VU) e do contrato promessa de arrendamento, no âmbito do Projeto Village Underground (VU)
Ponto 11 da Ata 1484, de 16.02.2012
Ponto 11 da Ata 1501, de 09.07.2012
- Aprovação do protocolo de cooperação cultural no Âmbito das Festas de Lisboa, para os anos de 2012 e 2013, a celebrar com a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.E.M.
Ponto 5 da Ata 1487, de 01.03.2012
- Aprovação da minuta do protocolo de cooperação celebrado entre a CARRIS e a Associação dos Arqueólogos Portugueses/Museu Arqueológico do Carmo que visa estabelecer uma parceria entre o Museu da CARRIS e o Museu Arqueológico do Carmo
Ponto 4 da Ata 1492, de 12.04.2012
- Aprovação do protocolo de colaboração a celebrar com o Município de Almada, com vista à construção e atualização de um Sistema de Informação Geográfico (SIG) de suporte à análise e decisão sobre a rede de transportes
Ponto 9 da Ata 1494, de 02.05.2012
- Autorização para participação no Projeto de Responsabilidade Social APR – Aliança para a Prevenção Rodoviária
Ponto 6 da Ata 1496, de 17.05.2012
- Aprovação de minuta de contrato de locação a celebrar com a Galerista CAROLINE PAGÉS
Ponto 8 da Ata 1497, de 24.05.2012
- Aprovação do protocolo de colaboração, a celebrar com a APOIARE – Associação Portuguesa para a Observação, Investigação, Apoio e Reeducação em Matéria de Endividamento
Ponto 14 da Ata 1500, de 27.06.2012
- Aprovação de contrato de locação a celebrar com Inês Tique Arriaga Teles, Joana Filipa Almeida Gomes, Maria Margarida Mateus Guerra Dionísio Mateiro, Maria Sasseti Paes Ferreira da Costa e Alexandra Isabel Cruz Mangorrinha de Sousa, no âmbito do projeto “Tempos de Vista”
Ponto 12 da Ata 1502, de 21.08.2012
- Aprovação do termo aditivo n.º 01/ASJUR/2012 ao termo de cooperação técnica, a celebrar com a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística” do Rio de Janeiro
Ponto 5 da Ata 1512, de 22.11.2012

8.10. Responsabilidade Social

- Processo de certificação em Responsabilidade Social, no âmbito da qual a CARRIS é a primeira empresa portuguesa certificada em responsabilidade social
Ponto 12 da Ata 1481, de 26.01.2012
Ponto 10 da Ata 1482, de 02.02.2012
Ponto 21 da Ata 1502, de 21.08.2012
Ponto 21 da Ata 1501, de 09.07.2012
- Autorização para celebração de protocolos e parceria, no âmbito da Responsabilidade Social com diversas entidades/organismos, beneficiando os colaboradores com descontos em produtos e serviços úteis, sem qualquer responsabilidade financeira por parte da CARRIS
Ponto 18 da Ata 1484, de 16.02.2012
- Aprovação do protocolo a celebrar com a Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena no âmbito da Responsabilidade Social da CARRIS
Ponto 17 da Ata 1506, de 04.10.2012
- Aprovação do protocolo a celebrar com a Associação Reto à Esperança, no âmbito da Responsabilidade Social da CARRIS
Ponto 18 da Ata 1506, de 04.10.2012

8.11. Projetos conjuntos CARRIS/METROPOLITANO DE LISBOA

- Autorização para realização da 1.ª Edição da Feira do Livro CARRIS / METROPOLITANO DE LISBOA, que terá lugar entre os dias 26.11.2012 e 14.12.2012
Ponto 5 da Ata 1509, de 31.10.2012
- Aprovação do Contrato de Prestação de Serviços para Produção e Divulgação de Spots Publicitários nos Painéis do Canal Lisboa
Ponto 7 da Ata 1509, de 31.10.2012
- Autorização para realização da Maratona Fotográfica CARRIS/METROPOLITANO DE LISBOA
Ponto 4 da Ata 1511, de 16.11.2012
- Aprovação da campanha Elétrico de Natal 2012
Ponto 5 da Ata 1511, de 16.11.2012
- Aprovação da campanha "Presente Consigo"
Ponto 3 da Ata 1512, de 22.11.2012
- Autorização para realização do Cine Natal CARRIS/METRO/2012
Ponto 7 da Ata 1513, de 29.11.2012
- Aprovação da ação "Cria o teu Natal"
Ponto 9 da Ata 1513, de 29.11.2012

-
- Autorização para realização conjunta das iniciativas de solidariedade desenvolvidas pelo METROPOLITANO DE LISBOA
Ponto 10 da Ata 1513, de 29.11.2012

8.12 Outras decisões

- Desenvolvimento do Projeto “Cartão bancário”, apresentado pela OTLIS
Ponto 11 da Ata 1479, de 12.01.2012
- Promoção da eficiência energética tendo em vista a redução de Consumo de Combustível dos 67 Autocarros Mercedes - Benz OC 500 LE Ponto 6 da Ata 1481, de 26.01.2012
- Modernização tecnológica e melhoria da eficiência energética do Sistema de Transportes da Área Metropolitana de Lisboa – Projeto de Upgrade do Sistema de Bilhética Embarcado
Ponto 19 da Ata 1499, de 18.06.2012
- Lançamento do Cartão Aerobus sem contacto
Ponto 41 da Ata 1502, de 21.08.2012
- Acesso à Rede da CARRIS pelos Clientes dos Circuitos Turísticos da CARRISTUR
Ponto 11 da Ata 1512, de 22.11.2012

9. Auditoria do Tribunal de Contas

Ponto de situação sobre o acatamento das recomendações fixadas pelo Tribunal de Contas no Relatório n.º 30/2009 – 2.ª seção, respeitante à CARRIS- Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.

“Insistir junto das autarquias locais para que sejam reduzidas as barreiras arquitetónicas de acesso às paragens e para que sejam incrementadas as condições de conforto dos abrigos por elas concessionados”:

Não se verificaram alterações relevantes na situação relatada em 2009, dado que, salvo situações pontuais, não foram realizadas intervenções para melhorar a acessibilidade às paragens e destas aos veículos.

Fomentar investimentos na construção de parques de estacionamento fora da cidade de Lisboa com boas ligações à rede de transportes públicos:

Em 2011, foi lançada uma nova modalidade de passe – “ CARRIS/Metro Urbano + Parque 30 dias” ou “Parque& TP”. Este título é um passe que integra o estacionamento nos parques EMEL e EMPARK e a utilização da rede urbana de transportes públicos da CARRIS e do Metropolitano de Lisboa.

Implemente as medidas necessárias para a metodologia da contagem dos passageiros transportados assente nas validações registadas no sistema de bilhética sem contacto:

Não se verificaram, ainda, alterações substanciais quanto à estabilização do sistema de bilhética sem contacto que permita a contabilização dos passageiros transportados, estando a concretizar-se o seu alargamento à totalidade dos operadores da região de Lisboa.

Em futuras revisões dos Acordos de Empresa, pondere a eliminação, ainda que progressiva, de benefícios, subsídios e prémios que não incrementam nem a produtividade, nem a qualidade de desempenho:

A maioria dos prémios e subsídios existentes na CARRIS estão previstos nos acordos da Empresa e as Organizações Representativas dos Trabalhadores subscritoras não dão o seu acordo a alteração, modificação ou cessação dos mesmos, sendo certo que estes não tiveram alteração face ao disposto nos OE 2011, OE 2012 e OE 2013. Os prémios que a empresa criou como incentivo à produtividade e ao desempenho não têm expressão pecuniária neste momento, dadas as restrições impostas pelos OE 2012 e 2013 e cumprem integralmente a função para o qual foram criados.

Reveja os acordos de empresa no sentido de fixar um teto limitativo ao Complemento de Pensões de Reforma e de sobrevivência atribuído pela Empresa:

A situação continua como descrita em 2009, no entanto as responsabilidades reduziram-se de 145,9 M€ em 2009 para 117,4 M€ em 2012.

Reveja, restringindo, a política de atribuição de transporte gratuito na sua rede de transporte público e seja mais eficaz no controlo daqueles que circulam sem título de transporte válido:

Atualmente e decorrente da aplicação do OE 2013 no transporte público rodoviário, fluvial e ferroviário é vedada a utilização dos mesmos, com exceção das entidades referidas no art.º 144 da lei n.º 66 – B/2012 de 31.12.2012. A lei n.º 28/2006 que regulamenta a atividade da Fiscalização e sanções inerentes, encontra-se há longo tempo em processo de alteração com vista a melhorar a sua eficácia.

Pondere sobre a possibilidade de desenvolver o sistema de SAIEP, no sentido de contribuir para disponibilizar mais e melhor informação aos passageiros:

A partir de 2009 foram lançadas múltiplas medidas para melhoria da informação em tempo real.

Modere a limitação de transportar passageiros acompanhados de bagagens de determinadas dimensões, situação que restringe a universalidade do serviço:

Esta limitação resultou em grande medida da alteração das paragens nas “chegadas” do Aeroporto devido à realização das obras para a construção da estação do Metropolitano. Estando a obra concluída e previsto para um curto prazo o restabelecimento das paragens das carreiras da CARRIS em ponto mais afastado da Gare de chegadas do que atualmente, irá analisar-se a eventual alteração da situação e, a confirmar-se, reduzir as limitações atualmente em vigor.

Promova a maior autonomia, independência e proximidade física ao Provedor do Cliente:

O Conselho de Administração da CARRIS criou o cargo de Provedor do Cliente, em março de 2003, com competências próprias e autónomas, o qual pode desencadear as ações corretivas ou preventivas adequadas, dispondo de uma equipa técnico-administrativa para o tratamento e resposta a reclamações. Quanto à proximidade do Provedor do Cliente, cremos que nas atuais circunstâncias em que os Clientes privilegiam o e-mail como meio de comunicação, está assegurada a proximidade requerida.

Sistematize e divulgue a compilação da generalidade dos direitos e das obrigações do Clientes da Empresa:

A “Carta do Cliente” é divulgada através dos seguintes meios:

- Afixação do documento no interior dos veículos da Frota de serviço Público e nos pontos de venda;

-
-
- Disponibilização do documento na intranet no site www.carris.pt ou <http://www.carris.pt/pt/missao-visao-e-valores/compromisso> com o Cliente;
 - Disponibilização do conteúdo do documento, inserido no Manual da Qualidade, Ambiente e Segurança, na intranet da empresa (divulgação interna).

10. Quadro Síntese

Quadro Síntese, com o grau de cumprimento dos princípios definidos na RCM n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os princípios do bom governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado e, o capítulo do Relatório e Contas ou dos respetivos anexos e do Relatório de Sustentabilidade, onde se descrevem as medidas adotadas.

| Princípios do Bom Governo (RCM n.º49/2007) | Aplicado | Capítulo do Relatório |
|--|----------|-----------------------|
| • Missão, objetivos e políticas da empresa | SIM | 7 |
| • Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita | SIM | 7 |
| • Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas | SIM | 7 |
| • Informação sobre outras transações | | |
| - Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços | SIM | 7 |
| - Lista dos principais fornecedores | SIM | 7 |
| • Identificação do modelo de governo e dos membros dos órgãos sociais | SIM | 7 |
| a) Membros dos órgãos sociais e funções de responsabilidade | SIM | 7 |
| b) Auditor externo | SIM | 7 |
| • Renumeração dos membros dos órgãos sociais | SIM | 7 |
| • Análise de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental | | |
| a) Estratégias adotadas | SIM | 7 |
| b) Grau de cumprimento das metas | SIM | 7 |
| c) Políticas prosseguidas para garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental | SIM | 7 |
| d) Principais fatores de risco inerentes ao negócio | SIM | 7 |
| e) Responsabilidade Social | SIM | 7 |
| f) Desenvolvimento Sustentável | SIM | 7 |
| g) Serviço público e satisfação das necessidades da coletividade | SIM | 7 |
| h) Investigação, inovação e desenvolvimento e novas tecnologias | SIM | 7 |
| i) Planos de ação para o futuro | SIM | 9 |
| • Decisões mais relevantes adoptadas pelo conselho de Administração no exercício de 2012 | SIM | 7 |
| • Cumprimento dos princípios de bom governo | SIM | 7 |
| • Código de Ética | SIM | 7 |
| • Sistemas de controlo | SIM | 7 |
| • Conflito de interesses | SIM | 7 |
| • Provedor do Cliente | SIM | 7 |

8. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O International Bus Benchmarking Group foi criado em 2004, com a finalidade de constituir um fórum para um grupo de médias e grandes Empresas de Autocarros de diferentes partes do mundo para :

- compartilhar experiências
- comparar o desempenho
- identificar as melhores práticas
- aprender uns com os outros

Este Grupo, em que participam 13 membros, tem o apoio na promoção e coordenação de uma equipa especializada do RTSC – Centro de Investigação do Imperial College de Londres, que desenvolveu a sua atividade de investigação centrado em três temas – chave :

- ✓ os transportes públicos urbanos
- ✓ Benchmarking & medições de desempenho
- ✓ Transporte Urbano – estratégica & política

Mesmo sujeitos aos naturais constrangimentos financeiros que nos impedem de estar presentes em todas as reuniões, fomos sempre participando em tempo, em todos os trabalhos e estudos que foram decorrendo.

Estes trabalhos têm sempre um ponto de situação na reunião intermédia que decorreu em novembro 2011, e um encerramento de trabalhos na Reunião Anual que este ano decorreu em junho.

9. EVOLUÇÃO PREVISTA - PERSPETIVAS PARA 2013

No ano de 2013, a CARRIS terá de prosseguir o seu processo de modernização e de reestruturação operacional, continuando a ganhar eficiência e a aumentar a produtividade, ao mesmo tempo que prosseguirão ações de qualificação que permitirão manter elevados níveis de desempenho e de qualidade do serviço.

A preocupante e insustentável situação financeira da empresa, caso não sejam tomadas medidas de reestruturação profundas, continuará a agravar-se, absorvendo todos os ganhos operacionais que venham a ser alcançados, como, aliás, tem acontecido nos últimos anos, o que não pode deixar de constituir motivo de grande preocupação, para o que urge encontrar solução.

A integração operacional com o METROPOLITANO DE LISBOA, que está em curso, permitirá uma melhor articulação das Ofertas das duas empresas, do que resultará um reforço da intermodalidade e da integração modal, facilitando uma maior e mais racional integração tarifária, com benefício para a mobilidade urbana em Lisboa, esperando-se que daí resulte um ganho de quota de mercado, em consequência da redução da utilização do transporte individual, com o consequente aumento de passageiros.

Esta integração deverá, também, ter expressão noutros domínios da organização e do funcionamento da empresa, permitindo, por exemplo, a convergência de procedimentos, a obtenção de economias de escala, etc., o que dará um contributo relevante para a continuação da melhoria do desempenho operacional da empresa.

Ao mesmo tempo, em 2013 serão desenvolvidos os estudos técnicos, económicos e jurídicos necessários para se proceder à abertura à gestão privada da concessão de que a CARRIS é detentora, em conformidade com o determinado pelo Governo.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para cumprimento da alínea f) do número 2 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício - prejuízo de -€64.299.284,88 - sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2012, embora enquadrado por condições adversas, internas e externas, permitiu à CARRIS continuar a melhorar o seu desempenho, o que é bem evidenciado, quer pela generalizada redução dos gastos operacionais, quer pelo aumento de proveitos verificado.

Uma vez mais, o EBITDA foi positivo, não obstante a indemnização compensatória ter diminuído 33,5 milhões de Euros (63%), tendo sido, apenas, de 19,5 milhões de Euros.

Estes resultados só foram possíveis pelo trabalho em equipa, pelo trabalho competente e empenhado da grande maioria dos colaboradores da CARRIS, não obstante as medidas de ajustamento e de redução salarial que tiveram de ser implementadas, revelando o seu elevado sentido de responsabilidade e tornando claro que desejam, de forma ativa, participar no processo de recuperação que o país tem em curso.

É, por isso, devida uma palavra de justo agradecimento a todos e a cada um dos que, diariamente, dá o melhor de si, independente da função que ocupa, na Organização, para continuar a fazer da CARRIS uma empresa de referência, no seu setor de atividade, quer no plano interno, quer no plano externo.

Uma palavra de agradecimento é, também, devida às participadas CARRISTUR e CARRIBUS pelo bom trabalho desenvolvido e pelo contributo que deram para o desempenho da CARRIS.

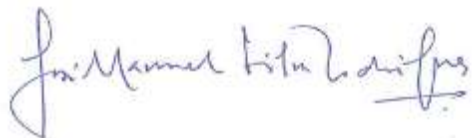
Por último, é de sublinhar a cooperação ativa e construtiva, com o Conselho de Administração, dos titulares dos demais Órgãos Sociais, sem a qual não teria sido possível assegurar o bom funcionamento da CARRIS.

Lisboa, 13 de fevereiro de 2013

J. Manuel Silva Rodrigues
Presidente do Conselho de Administração

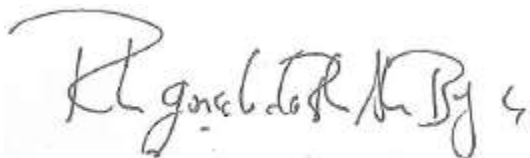
O Conselho de Administração

Presidente



Dr. José Manuel Silva Rodrigues

Vogais:



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr^a Maria Manuela Bruno de Figueiredo



Foto do arquivo de Hugo Dias | 1.º momento fotográfico consistente

CONTAS DO EXERCÍCIO

carris 

Transportes de Lisboa

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em euros)

| RUBRICAS | NOTAS | DATAS | |
|--|--------|-------------------------|-------------------------|
| | | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 5 | 100.122.048,66 | 113.432.333,14 |
| Propriedades de investimento | | - | - |
| Goodwill | | - | - |
| Ativos intangíveis | 7 | 709.703,27 | 1.209.342,67 |
| Ativos biológicos | | - | - |
| Participações financeiras - método da equivalência patrimonial | 8 | 4.730.043,86 | 4.205.431,84 |
| Participações financeiras - outros métodos | 8 | 84.937,38 | 63.508,81 |
| Acionistas/sócios | | - | - |
| Outros ativos financeiros | 10 | 973.103,19 | 845.642,51 |
| Ativos por impostos diferidos | | - | - |
| | | 106.610.836,36 | 119.756.258,97 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | 11 | 2.452.614,31 | 2.736.725,08 |
| Ativos biológicos | | - | - |
| Clientes | 12 | 1.734.489,43 | 3.917.298,40 |
| Adiantamentos a fornecedores | 12 | 26.267,86 | 26.635,41 |
| Estado e outros entes públicos | 10 | 2.278.162,54 | 238.572,95 |
| Acionistas/sócios | 12 | 81.786,66 | 81.786,66 |
| Outras contas a receber | 12 | 16.645.330,18 | 21.864.330,96 |
| Diferimentos | 17 | 441.617,80 | - |
| Ativos financeiros detidos para negociação | | - | - |
| Outros ativos financeiros | | - | - |
| Ativos não correntes detidos para venda | | - | - |
| Caixa e depósitos bancários | 4 e 12 | 1.730.679,38 | 1.610.677,04 |
| | | 25.390.949,15 | 30.478.008,49 |
| Total do ativo | | 132.001.785,51 | 150.232.266,46 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital próprio | | | |
| Capital realizado | | | |
| Ações (quotas) próprias | 13 | 163.532.270,02 | 163.532.270,02 |
| Outros instrumentos de capital próprio | | - | - |
| Prémios de emissão | | - | - |
| Reservas legais | | - | - |
| Outras reservas | | - | - |
| Resultados transitados | 13 | (1.020.889.105,76) | (991.655.273,66) |
| Ajustamentos em ativos financeiros | 8 | 1.791.682,18 | 1.791.682,18 |
| Excedentes de revalorização | 13 | 53.674.655,23 | 51.798.984,06 |
| Outras variações no capital próprio | 13 | 288.920,81 | 475.712,53 |
| | | (801.591.677,54) | (774.053.624,87) |
| Resultado líquido do período | | (64.299.264,88) | (26.260.852,33) |
| Interesses minoritários | | - | - |
| Total do capital próprio | | (865.890.962,42) | (803.304.477,20) |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | 14 | 2.237.879,26 | 3.951.604,05 |
| Financiamentos obtidos | 15 | 438.768.253,06 | 523.460.619,35 |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego | 16 | 117.427.328,00 | 130.636.827,00 |
| Passivos por impostos diferidos | 9 | 10.691.543,56 | 10.792.940,46 |
| Outras contas a pagar | | - | - |
| | | 569.035.003,87 | 668.751.790,86 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 15 | 6.142.913,73 | 7.995.385,64 |
| Adiantamentos de clientes | | - | - |
| Estado e outros entes públicos | 16 | 2.512.485,30 | 3.272.465,42 |
| Acionistas/sócios | | 10.157,67 | 10.157,67 |
| Financiamentos obtidos | 15 | 295.818.398,67 | 169.002.770,63 |
| Outras contas a pagar | 15 | 123.088.978,93 | 103.410.621,80 |
| Diferimentos | 17 | 1.288.831,78 | 1.393.546,54 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | | - | - |
| Outros passivos financeiros | | - | - |
| Passivos não correntes detidos para venda | | - | - |
| | | 428.657.744,06 | 384.784.951,80 |
| Total do passivo | | 997.692.747,93 | 983.536.742,66 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 132.001.785,51 | 150.232.266,46 |

O Anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de Dezembro de 2012

O Conselho de Administração

O Presidente: Dr. José Manuel Silva Rodrigues

Vogais: Dr. Pedro Gonçalo Brito Aleixo Borges

Dr. Luis Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

O Técnico Oficial de Contas

Dr. José Carlos Boa-Airna

J. M. A.

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | (Montantes expressos em euros) | |
|---|---------|--------------------------------|------------------------|
| | | 2012 | 2011 |
| Vendas e serviços prestados | 19 | 85.002.362,20 | 81.536.114,30 |
| Subsídios à exploração | 19 e 27 | 23.118.941,50 | 58.456.971,26 |
| Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | 8 | 595.351,45 | 426.991,55 |
| Variação nos inventários da produção | | | |
| Trabalhos para a própria entidade | | 163.661,81 | 169.819,10 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 11 | (20.518.705,15) | (21.251.164,63) |
| Fornecimentos e serviços externos | 20 | (19.879.572,42) | (20.571.417,92) |
| Gastos com o pessoal | 21 | (54.931.783,59) | (66.892.717,01) |
| Imparidade de inventários (perdas/reversões) | 11 | 6.639,08 | (1.424,51) |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | 12 | (49.130,80) | 596.951,77 |
| Provisões (aumentos/reduções) | 14 | 1.713.724,80 | 136.215,06 |
| Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões) | 10 | 126.876,51 | (131.409,09) |
| Aumentos/reduções de justo valor | | | |
| Outros rendimentos e ganhos | 23 | 2.117.691,50 | 2.755.190,71 |
| Outros gastos e perdas | 24 | (851.110,93) | (645.817,44) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 16.614.846,56 | 34.584.303,16 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 22 | (19.168.573,82) | (19.387.759,40) |
| Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões) | | | |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | (2.553.727,26) | 15.196.543,76 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 25 | 8.021.096,60 | 6.684.108,37 |
| Juros e gastos similares suportados | 25 | (70.195.269,57) | (51.340.070,76) |
| Resultado antes de impostos | | (64.727.900,23) | (29.549.418,64) |
| Imposto sobre o rendimento do período | 9 | 428.616,35 | 298.566,31 |
| Resultado líquido do período | | (64.299.284,88) | (29.250.852,33) |

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2012

O Conselho de Administração

O Presidente: Dr. José Manuel Silva Rodrigues

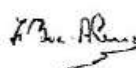
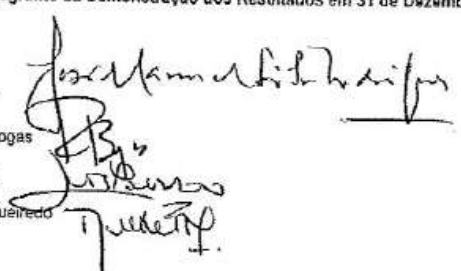
Vogais: Dr. Pedro Gonçalo Brito Aleixo Bogas

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

O Técnico Oficial de Contas

Dr. José Carlos Boa-Alma

COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em euros)

| ACTIVIDADES OPERACIONAIS | NOTAS | 2012 | 2011 |
|--|-------|----------------------|-----------------------|
| Recebimentos de Clientes | | 102.108.383,42 | 90.929.389,75 |
| Receb. de Indemnizações Compensatórias e Outros Subsídios | | 25.379.315,61 | 63.983.660,26 |
| Pagamentos a Fornecedores | | -57.355.334,19 | -59.426.247,56 |
| Pagamentos ao Pessoal (inclui encargos) | | -67.123.673,29 | -80.846.424,45 |
| Fluxos Gerados pelas Operações | | 3.008.691,55 | 14.640.378,00 |
| Outros recebimentos / Pagamentos | | 1.267.423,38 | 2.009.822,48 |
| Pagamento (-) / Recebimento do IRC | | -97.564,64 | -127.704,40 |
| FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1) | | 4.178.550,29 | 16.522.496,08 |
| ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Pagamentos respeitantes a : | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | -6.331.471,47 | -5.384.549,63 |
| Ativos intangíveis | | -7.697,41 | -33.429,30 |
| Outros ativos financeiros | | -584,17 | - |
| Recebimentos respeitantes a : | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 341.704,14 | 23.248,84 |
| Ativos intangíveis | | - | - |
| Outros ativos financeiros | | - | 68.919,17 |
| Subsídios ao investimento | | - | 875.285,04 |
| Juros e rendimentos similares | | 52.303,52 | 55.455,32 |
| Dividendos | 8 | 70.739,43 | 106.148,72 |
| FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) | | -5.875.005,96 | -4.288.921,84 |
| ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Recebimentos provenientes de : | | | |
| Utilização de financiamentos - não correntes | | - | - |
| Utilização de financiamentos - correntes | 15 | 351.746.883,40 | 212.578.000,00 |
| Empréstimos obrigacionistas | | - | - |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio | | - | - |
| Outros rendimentos e ganhos | | 133.510,60 | 76.010,88 |
| Dotações para cobertura de prejuízos | | - | - |
| Pagamentos respeitantes a : | | | |
| Amortização de financiamentos - não corrente | 15 | -61.900.000,08 | -44.400.000,08 |
| Amortização de financiamentos - correntes | 15 | -242.555.304,96 | -118.185.000,00 |
| Outros operações de financiamento | 15 | -5.413.903,24 | -5.263.466,39 |
| Amortização de empréstimos obrigacionistas | | - | -25.000.000,00 |
| Juros e gastos similares | | -40.194.727,71 | -32.341.882,19 |
| FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3) | | 1.816.458,01 | -12.536.337,78 |
| VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4)=(1)+(2)+(3) | | 120.002,34 | -302.763,54 |
| CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO | 4 | 1.810.677,04 | 1.913.440,58 |
| CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO | 4 | 1.730.679,38 | 1.610.677,04 |

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

O Conselho de Administração

O Presidente: Dr. José Manuel Silva Rodrigues

Vogais: Dr. Pedro Gonçalo Brito Aleixo Bogas

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

O Técnico Oficial de Contas

Dr. José Carlos Boa-Alma

Handwritten initials and marks in the top right corner, including a large 'J' and some scribbles.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO DE 2012

1. Nada a referir

2. Discriminação dos componentes de Caixa e seus Equivalentes:

(Montantes expressos em euros)

| Rubricas | 31-12-2012 | 31-12-2011 |
|--|---------------------|---------------------|
| Numerário | 88.097,89 | 93.213,95 |
| Depósitos bancários, imediatamente mobilizáveis | 1.642.581,49 | 1.517.463,09 |
| Equivalentes de Caixa: | | |
| - <i>Descobertos Bancários</i> | - | - |
| - <i>Overdrafts</i> | - | - |
| - <i>Hot Money</i> | - | - |
| <i>Caixa e seus Equivalentes.....</i> | 1.730.679,38 | 1.610.677,04 |
| Outras Disponibilidades | - | - |
| <i>Disponibilidades Constantes do Balanço.....</i> | 1.730.679,38 | 1.610.677,04 |

3. Existem créditos bancários concedidos e não sacados que podem ser utilizados sem restrições no montante de 6.042.500,000 euros.

4. Nada a referir.

5. Em 31.12.2012 existia uma operação de financiamento de curto prazo que, por motivo de o Banco não utilizar conta própria para o financiamento, mas sim a conta à ordem, esta apresenta saldo a descoberto no valor de € 221.273,48.

Tratando-se de operação de financiamento idêntica a outras operações realizadas com outros bancos, a mesma encontra-se reportada através da nota 15.

COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO EXERCÍCIO DE 2012

(Montantes expressos em euros)

| Notas | Capital realizado | Resultados transitados | Ajustamentos em ativos financeiros | Excedentes de reavaliação | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total do capital próprio | |
|---|-------------------|------------------------|------------------------------------|---------------------------|-------------------------------------|------------------------------|--------------------------|------------------|
| Posição no início do período 2012 | 13 | 163.532.270,02 | (991.656.273,66) | 1.791.682,18 | 51.798.984,06 | 478.712,53 | (28.250.852,33) | (803.304.477,20) |
| Alterações no período: | | | | | | | | |
| Realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis | | | | | | | 9,00 | 2.272.824,45 |
| Variações dos excedentes de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis | 6 | 17.020,21 | | -17.020,21 | | | | (179.791,72) |
| Subsídios e doações | | | | 2.272.824,45 | | | | (380.233,07) |
| Ajustamentos por impostos diferidos | 9 | | (28.250.852,33) | | | | | |
| Aplicação dos resultados de 2011 | | (1.020.889.105,78) | | 53.674.555,23 | | | | |
| | | 163.532.270,02 | (1.020.889.105,78) | 1.791.682,18 | 53.674.555,23 | 298.920,81 | | (801.391.877,54) |
| Resultado líquido do período | | | | | | (64.299.284,88) | | (64.299.284,88) |
| Resultado integral | | | | | | (64.299.284,88) | | (64.299.284,88) |
| Posição no fim do período 2012 | | 163.532.270,02 | (1.020.889.105,78) | 1.791.682,18 | 53.674.555,23 | 298.920,81 | | (865.890.962,42) |

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

O Conselho de Administração

O Presidente: Dr. José Manuel Silva Rodrigues

Vogais: Dr. Pedro Gonçalo Brito Aleixo Bogas

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

O Técnico Oficial de Contas

Dr. José Carlos Boa-Alma

Dr. José Manuel Silva Rodrigues
Dr. Pedro Gonçalo Brito Aleixo Bogas
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Dr. José Carlos Boa-Alma

COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO EXERCÍCIO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

| Notas | Capital realizado | Resultados transferidos | Ajustamentos em ativos financeiros | Excedentes de revalorização | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total do capital próprio |
|--|-------------------|-------------------------|------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| Posição no início do período 2011 | 13 | 163.532.270,02 | (946.398.240,51) | 1.791.682,16 | 50.383.450,54 | 428.318,56 | (775.609.851,36) |
| Alterações no período: | | | | | | | |
| Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis | | | | 1.969.428,20 | | | 1.969.428,20 |
| Subsídios e doações | 5 | | | | 50.392,97 | | 50.392,97 |
| Ajustamentos por impostos diferidos | 9 | | (42.257.033,15) | | | | (42.257.033,15) |
| Aplicação dos resultados de 2010 | | | (991.855.273,66) | 31.798.934,06 | 478.712,53 | | (774.053.624,87) |
| Resultado líquido do período | | | 1.791.682,16 | | | (29.250.852,33) | (29.250.852,33) |
| Resultado integral | | | | | | (29.250.852,33) | (29.250.852,33) |
| Posição no fim do período 2011 | | | 1.791.682,16 | 51.798.384,06 | 478.712,53 | (29.250.852,33) | (803.304.477,30) |

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

O Conselho de Administração

O Presidente: Dr. José Manuel Silva Rodrigues

Vogal:

Dr. Pedro Gonçalo Brito Alcázar Bogas

Dr. Luís Carlos Antunes Barros

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

O Técnico Oficial de Contas

Dr. José Carlos Boa-Aíma



Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2012

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., ("Empresa" ou "Sociedade" ou Carris) é uma sociedade anónima de capitais públicos, foi constituída em setembro de 1872 e tem por atividade principal a exploração de transportes coletivos de superfície na cidade de Lisboa por concessão em regime de exclusividade, renovada pela Câmara Municipal de Lisboa em 1973 por um período de 50 anos.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 refletem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. A Carris não irá proceder à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012, a que se encontraria obrigada pelo disposto no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, por considerar que:

- (i) Os efeitos da consolidação da subsidiária Aurora Finance, BV detida a 100% e constituída no exercício de 2004, encontram-se indiretamente refletidos nas demonstrações financeiras Individuais da Carris, em 31 de dezembro de 2012, atendendo a que esta subsidiária foi constituída apenas com o propósito de contrair um empréstimo obrigacionista no montante de € 215.000.000,00, o qual foi integralmente repassado para a Carris, encontrando-se aquele montante (líquido de reembolsos), bem como os gastos a ele relativos registados nas demonstrações individuais da Empresa em 31 de dezembro de 2012; desta forma, os efeitos decorrentes da consolidação desta subsidiária não são materialmente relevantes;
- (ii) Os efeitos da consolidação da subsidiária Carristur, Lda., detida a 100% também não são materialmente relevantes.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 21 de fevereiro de 2013. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

134
T
A

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis de natureza e uso semelhantes correspondentes aos terrenos e edifícios dos complexos de Santo Amaro, Cabo Ruivo e Miraflores encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor. Têm sido efetuadas revalorizações, com uma regularidade anual, baseadas em avaliações efetuadas pela UON Consulting, SA com referência a 31 de dezembro de 2012 (desde 2004 efetuadas pela Luso-Roux - Consultores, SA).

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização". Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é reconhecido diretamente em resultados.

Os restantes ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (ou custo considerado para os bens que no normativo anterior se encontravam registados pelo custo de aquisição acrescido de reavaliações ao abrigo de diplomas legais) ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| Classe de bens | Anos |
|---------------------------------|---------|
| Edifícios e Outras Construções: | 8 - 100 |
| Equipamento Básico: | |
| Autocarros: | 8 - 12 |
| Via Férrea: | 16 |
| Carros Elétricos: | 16 |
| Carros Elétricos Articulados: | 30 |
| Rotáveis de Autocarros: | 8 - 12 |
| Rotáveis de Elétricos: | 16 |
| Equipamento de Transporte: | 4 - 6 |
| Ferramentas e Utensílios: | 1 - 14 |
| Equipamento Administrativo: | 1 - 8 |
| Outros: | 3 - 20 |

A Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações como referido em 3.1.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

A taxa de amortização utilizada corresponde a um período de vida útil de cinco anos.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

3.6 Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3.7 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra e eventuais despesas incorridas para os colocar em condições de poderem ser utilizados pela Empresa.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio, com exceção das mercadorias comercializadas no Museu em que, existindo uma elevada proporção das mesmas em regime de consignação, se mostra mais apropriada a aplicação do método FIFO para o seu custeio.

3.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros incluem títulos de dívida pública detidos para garantia de pensões de acidentes de trabalho de que a Empresa foi autossseguradora até 8 de janeiro de 1999. Estes ativos encontram-se registados ao custo.

d) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas de acordo com o método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras contas a pagar".

f) Contratos para conceder ou contrair empréstimos

Os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas para serem classificados na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes montantes são registados, consoante a sua natureza, na rubrica "Outros ativos financeiros" ou na rubrica "Outros passivos financeiros".

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Instrumentos financeiros derivados ("swaps")

A Empresa celebrou, em exercícios anteriores, contratos de swap de taxa de juro, os quais não se configuram como de cobertura. Tais instrumentos financeiros encontram-se a ser registados ao justo valor por resultados, sendo o seu saldo no balanço registado na rubrica de "Outras contas a pagar".

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

As perdas de imparidade em contas a receber de clientes são registadas em conformidade com o artigo 34.º do Código do IRC, o qual se aproxima do valor estimado de perdas na realização das contas a receber. Adicionalmente, a Empresa procedeu em exercícios anteriores ao registo de perdas de imparidade fiscalmente não aceites como gastos, relativas a contas a receber de outros devedores (essencialmente da Câmara Municipal de Lisboa), ascendendo o seu saldo total, em 31 de dezembro de 2012 a € 1.851.277,27 (€ 2.369.744,32 em 2011).

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido:

- Se resultante da venda de bilhetes, no momento da sua utilização;
- Se resultante da venda de passes, no período a que a mesma confere o direito de utilização;
- Restantes transações/prestações de serviços, com base na percentagem de acabamento.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, atribuídas pelo Governo à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, são registadas como subsídios à exploração no exercício em que são atribuídas.

Em 2012 as compensações financeiras atribuídas pelo Governo ascenderam a € 20.682.000,00 (€ 19.511.320,78 reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2012 de 31 de maio. Em 2011 foram atribuídas compensações no valor de € 56.180.000,00 (€ 53.000.000,00 reconhecido como rédito).

Em 2012 foi ainda atribuída pelo Governo uma compensação financeira para o passe escolar 4_18 e sub23 no montante de € 2.225.687,90 (€ 2.099.705,57 reconhecido como rédito após dedução do IVA), sendo os correspondentes valores de 2011 de € 5.149.854,68 e € 4.858.353,47. Em 2012 foi ainda recebida uma compensação financeira para o passe Social +, referente ao período compreendido entre setembro de 2011 e setembro de 2012, no valor de € 855.921,67 (€ 807.473,27 reconhecido como rédito após dedução do IVA).

3.11 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) *Revalorização de ativos fixos tangíveis;*
- b) *Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;*
- c) *Registo de perdas de imparidade em ativos correntes e provisões;*
- d) *Justo valor dos instrumentos financeiros derivados ("swaps");*
- e) *Responsabilidades com benefícios de reforma.*

3.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. No caso da Empresa e porque o seu resultado tributável será significativamente negativo, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas a pagar essencialmente originadas pelos gastos incorridos no exercício com viaturas ligeiras de passageiros e mistas e outros com deslocações, ou em despesas de representação ou de relações públicas.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à

Handwritten notes:
A. B. 13
T. D.

data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

No registo dos passivos por impostos diferidos relativos às reavaliações de ativos fixos tangíveis a Empresa procede à compensação dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis até à concorrência dos passivos por impostos diferidos durante o período de reporte daqueles prejuízos.

3.13 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14 Benefícios pós-emprego

Planos de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente em resultados no ano em que são determinados.

3.15 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.16 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados,

M. B. 1312
T. J.

independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.17 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 detalha-se conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|--|---------------------|---------------------|
| Numerário | 88.097,89 | 93.213,95 |
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 1.642.581,49 | 1.517.463,09 |
| | <u>1.730.679,38</u> | <u>1.610.677,04</u> |

Em 31 de dezembro de 2012 existia uma operação de financiamento de curto prazo que, por motivo de o Banco não utilizar conta própria para o financiamento, mas sim a conta à ordem, esta apresenta saldo a descoberto no valor de € 221.273,48. Tratando-se de operação de financiamento idêntica a outras operações realizadas com outros bancos, a mesma encontra-se reportada através da Nota 15.

Existem créditos bancários concedidos e não sacados que podem ser utilizados sem restrições, no montante de € 6.042.500,00 (€ 12.025.000,00 em 2011).

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2012 e 2011 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2012

| | Terrenos e Recursos Naturais | Edifícios e Outras Construções | Equipamento Básico | Equipamento Transporte | Equipamento Administrativo | Outros Ativos Fixos Tangíveis | Ativos Fixos Tangíveis Em Curso | Total |
|--|------------------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|-----------------------|
| | 43100 | 43200 | 43300 | 43400 | 43500 | 43700 | 45300 | |
| Ativos | | | | | | | | |
| Saldo Inicial | 39.607.251,96 | 121.498.789,07 | 224.269.811,66 | 2.291.794,56 | 7.517.780,66 | 15.202.529,63 | 1.078.398,29 | 411.466.355,83 |
| Aquisições | 0 | 19.019,64 | 667.315,35 | 8.610,00 | 12.992,57 | 0 | 2.396.093,94 | 3.104.031,50 |
| Alienações | -24.849,46 | 0 | -163.891,11 | -90.774,44 | -1.097,38 | 0 | 0 | -280.612,39 |
| Transferências | 0 | 77.762,27 | 1.927.341,82 | 0 | 62.885,12 | 1.045.659,50 | -3.113.648,71 | 0 |
| Abates | 0 | -58.100,90 | -2.095,17 | 0 | -99.300,96 | -938.672,09 | -35.000,00 | -1.133.169,12 |
| Revalorizações (Nota 13) | | 2.272.824,45 | | | | | | 2.272.824,45 |
| Saldo | 39.582.402,50 | 123.810.294,53 | 226.698.482,55 | 2.209.630,12 | 7.493.260,01 | 15.309.517,04 | 325.843,52 | 415.429.430,27 |
| Amortizações Acumuladas e Perdas Imparidade | | | | | | | | |
| Saldo Inicial | 0 | 103.262.434,35 | 172.217.933,49 | 2.023.677,03 | 6.438.539,21 | 14.091.438,61 | 0 | 298.034.022,69 |
| Amortizações Exercício (Nota 22) | | 3.090.326,45 | 14.049.787,61 | 101.817,13 | 468.295,33 | 840.439,33 | 0 | 18.550.665,85 |
| Alienações | | | -123.768,13 | -59.314,40 | -1.097,38 | | | -184.179,91 |
| Abates | 0 | -58.100,90 | -2.095,17 | | -94.258,86 | -938.672,09 | 0 | -1.093.127,02 |
| Saldo | 0 | 106.294.659,90 | 186.141.857,80 | 2.066.179,76 | 6.811.478,30 | 13.993.205,85 | 0 | 315.307.381,61 |
| Ativos Líquidos | 39.582.402,50 | 17.515.634,63 | 40.556.624,75 | 143.450,36 | 681.781,71 | 1.316.311,19 | 325.843,52 | 100.122.048,66 |

2011

| | Terrenos e Recursos Naturais | Edifícios e Outras Construções | Equipamento Básico | Equipamento Transporte | Equipamento Administrativo | Outros Ativos Fixos Tangíveis | Ativos Fixos Tangíveis Em Curso | Total |
|--|------------------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|-----------------------|
| Ativos | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 39.607.251,96 | 119.397.775,62 | 221.561.725,93 | 2.467.365,86 | 7.559.612,85 | 15.053.287,88 | 589.170,75 | 406.236.190,85 |
| Aquisições | | 143.089,27 | 3.948.235,27 | 7.078,51 | 104.691,38 | 97.269,87 | 612.804,82 | 4.913.169,12 |
| Alienações | | | -1.210.728,81 | -179.882,90 | -25,08 | | | -1.390.636,79 |
| Transferências | | | 3.306,25 | | 14.569,00 | 57.297,70 | -75.172,95 | 0,00 |
| Abates | | -11.504,02 | -32.726,98 | -2.766,91 | -161.067,49 | -5.325,82 | -48.404,33 | -261.795,55 |
| Revalorizações | | 1.969.428,20 | | | | | | 1.969.428,20 |
| Saldo final | 39.607.251,96 | 121.498.789,07 | 224.269.811,66 | 2.291.794,56 | 7.517.780,66 | 15.202.529,63 | 1.078.398,29 | 411.466.355,83 |
| Amortizações acumuladas e perdas por imparidade | | | | | | | | |
| Saldo inicial | | 100.432.431,02 | 158.904.265,85 | 1.980.759,42 | 6.093.240,24 | 13.443.908,78 | | 280.854.605,31 |
| Amortizações do exercício | | 2.841.507,35 | 14.555.452,80 | 219.200,76 | 499.792,32 | 649.999,65 | | 18.765.952,88 |
| Alienações | | | -1.209.058,18 | -173.516,24 | -25,08 | | | -1.382.599,50 |
| Abates | | -11.504,02 | -32.726,98 | -2.766,91 | -154.468,27 | -2.469,82 | | -203.936,00 |
| Saldo final | 0,00 | 103.262.434,35 | 172.217.933,49 | 2.023.677,03 | 6.438.539,21 | 14.091.438,61 | 0,00 | 298.034.022,69 |
| Ativos Líquidos | 39.607.251,96 | 18.236.354,72 | 52.051.878,17 | 268.117,53 | 1.079.241,45 | 1.111.091,02 | 1.078.398,29 | 113.432.333,14 |

O equipamento administrativo em poder de terceiros tem o valor líquido contabilístico de € 20.416,51 e os edifícios e outras construções implantadas em propriedade alheia têm o valor de € 421.212,20.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, sendo registada uma quota integral no ano de aquisição e não sendo praticada qualquer quota no ano do abate se o bem ainda se encontrar em curso de amortização durante a vida útil estimada.

As amortizações do exercício, no montante de € 18.550.665,85 (Nota 22) (€ 18.765.952,88 em 2011), foram registadas nas seguintes rubricas:

| | 2012 | 2011 |
|--------------------------------|----------------------|----------------------|
| Edifícios e Outras Construções | 3.090.326,45 | 2.841.507,35 |
| Equipamento Básico | 14.049.787,61 | 14.555.452,80 |
| Equipamento Transporte | 101.817,13 | 219.200,76 |
| Equipamento Administrativo | 468.295,33 | 499.792,32 |
| Outros Ativos Fixos Tangíveis | 840.439,33 | 649.999,65 |
| | <u>18.550.665,85</u> | <u>18.765.952,88</u> |

A Empresa procede anualmente à reavaliação dos terrenos e edifícios de natureza ou uso semelhante, para o seu valor de mercado (justo valor) à data de relato, determinado por avaliações independentes efetuadas pela UON Consulting, SA, anteriormente designada por Luso-Roux, Consultores, SA. No exercício de 2012, o efeito da atualização daquelas revalorizações consistiu num aumento das reservas de reavaliação no montante de € 2.272.824,45 (Nota 13), tendo as amortizações do exercício sido aumentadas no montante de € 1.750.082,24 em resultado da amortização das reavaliações registadas até 31 de dezembro de 2012.

O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangíveis e correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2012 e 2011, líquidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, é o seguinte:

| 2012 | | | |
|--------------------------------|----------------------|--------------------------------|----------------------|
| | Custo Histórico | Excedente Revalorização (a) | Valor Revalorizado |
| Terrenos e Recursos Naturais | 1.930.449,79 | 37.651.952,71 | 39.582.402,50 |
| Edifícios e Outras Construções | 4.723.808,21 | 12.791.826,42 | 17.515.634,63 |
| Equipamento Básico | 40.198.030,95 | 358.593,80 | 40.556.624,75 |
| Equipamento Transporte | 143.450,36 | 0 | 143.450,36 |
| Equipamento Administrativo | 681.781,71 | 0 | 681.781,71 |
| Outros Ativos Fixos Tangíveis | 1.316.311,19 | 0 | 1.316.311,19 |
| | <u>48.993.832,21</u> | <u>50.802.372,93</u> | <u>99.796.205,14</u> |

(a) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais, incluídas no custo considerado dos bens.

| 2011 | | | |
|--------------------------------|----------------------|--------------------------------|-----------------------|
| | Custo Histórico | Excedente Revalorização (a) | Valor Revalorizado |
| Terrenos e Recursos Naturais | 1.942.258,83 | 37.664.993,13 | 39.607.251,96 |
| Edifícios e Outras Construções | 5.821.473,95 | 12.414.880,77 | 18.236.354,72 |
| Equipamento Básico | 51.654.492,72 | 397.385,45 | 52.051.878,17 |
| Equipamento Transporte | 268.117,53 | 0 | 268.117,53 |
| Equipamento Administrativo | 1.079.241,45 | 0 | 1.079.241,45 |
| Outros Ativos Tangíveis | 1.111.091,02 | 0 | 1.111.091,02 |
| | <u>61.876.675,50</u> | <u>50.477.259,35</u> | <u>112.353.934,85</u> |

(a) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais, incluídas no custo considerado dos bens.

Não foi apurada qualquer perda por imparidade em qualquer dos exercícios.

Handwritten notes: 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200.

6 LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Empresa mantém escriturados bens (essencialmente autocarros), como segue:

| | 2012 | | |
|---------------------------|----------------------|--|------------------------|
| | Custo | Amortiz./ perdas imp. acumuladas | Quantia escriturada |
| Equipamento básico | 32.225.898,22 | 15.958.955,48 | 16.266.942,74 |
| Equipamento de transporte | 910.140,65 | 789.670,30 | 120.470,35 |
| | <u>33.136.038,87</u> | <u>16.748.625,78</u> | <u>16.387.413,09</u> |

| | 2011 | | |
|---------------------------|----------------------|--|------------------------|
| | Custo | Amortiz./ perdas imp. acumuladas | Quantia escriturada |
| Equipamento básico | 32.225.898,22 | 11.930.718,18 | 20.295.180,04 |
| Equipamento de transporte | 997.440,84 | 759.698,71 | 237.742,13 |
| | <u>33.223.339,06</u> | <u>12.690.416,89</u> | <u>20.532.922,17</u> |

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são detalhados conforme se segue:

| | Pagamentos mínimos (a) | |
|----------------------|------------------------|----------------------|
| | 2012 | 2011 |
| Até 1 ano | 5.737.260,80 | 5.968.811,64 |
| Entre 1 ano e 5 anos | 11.201.770,44 | 17.369.230,78 |
| A mais de 5 anos | - | - |
| | <u>16.939.031,24</u> | <u>23.338.042,42</u> |

(a) Inclui juros.

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras, os quais se encontram denominados em euros.

Handwritten notes:
 13h →
 7-1

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2012 e 2011 são detalhados conforme se segue:

| | Pagamentos mínimos não canceláveis | |
|----------------------|------------------------------------|------------------|
| | 2012 | 2011 |
| Até 1 ano | 17.691,69 | 29.442,33 |
| Entre 1 ano e 5 anos | 1.738,79 | 31.380,71 |
| A mais de 5 anos | - | - |
| | <u>19.430,48</u> | <u>60.823,04</u> |

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

| | Gasto do período | |
|--------------------|------------------|-----------|
| | 2012 | 2011 |
| Pagamentos mínimos | 25.794,27 | 32.656,84 |

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2012 e 2011 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2012

| | Projetos Desenvolvimento | Programas Computador 44300 | Propriedade Industrial | Outros Ativos Intangíveis | Total |
|--|--------------------------|----------------------------|------------------------|---------------------------|--------------|
| Ativos | | | | | |
| Saldo Inicial | | 8.782.883,13 | | | 8.782.883,13 |
| Aquisições | | 109.268,57 | | | 109.268,57 |
| Alienações | | 0,00 | | | 0,00 |
| Abates | | -839,00 | | | -839,00 |
| Revalorizações | | 0,00 | | | 0,00 |
| Saldo | - | 8.891.312,70 | - | - | 8.891.312,70 |
| Amortizações Acumuladas e Perdas Imparidade | | | | | |
| Saldo Inicial | | 7.573.540,46 | | | 7.573.540,46 |
| Amortizações Exercício (Nota 22) | | 617.907,97 | | | 617.907,97 |
| Abates | | -839,00 | | | -839,00 |
| Saldo | - | 8.190.609,43 | - | - | 8.190.609,43 |
| Ativos Líquidos | - | 700.703,27 | - | - | 700.703,27 |

M. B. 2011

2011

| | Projetos Desenvolvimento | Programas Computador | Propriedade Industrial | Outros Ativos Intangíveis | Total |
|--|-----------------------------|-------------------------|---------------------------|------------------------------|--------------|
| Ativos | | | | | |
| Saldo inicial | | 8.965.728,95 | | | 8.965.728,95 |
| Aquisições | | 346.678,96 | | | 346.678,96 |
| Abates | | -529.524,78 | | | -529.524,78 |
| Revalorizações | | | | | 0,00 |
| Saldo final | - | 8.782.883,13 | - | - | 8.782.883,13 |
| Amortizações acumuladas e perdas por imparidade | | | | | |
| Saldo inicial | | 7.481.244,72 | | | 7.481.244,72 |
| Amortizações do exercício | | 621.806,52 | | | 621.806,52 |
| Abates | | -529.510,78 | | | -529.510,78 |
| Saldo final | - | 7.573.540,46 | - | - | 7.573.540,46 |
| Ativos líquidos | - | 1.209.342,67 | - | - | 1.209.342,67 |

8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido na rubrica "Participações financeiras" foi o seguinte:

2012

| | Método da equiv. patrimonial | Custo | Total |
|---|------------------------------------|-----------|--------------|
| Participações financeiras | | | |
| Saldo inicial | 4.205.431,84 | 63.508,81 | 4.268.940,65 |
| Reforço de reservas livres | | 21.428,57 | 21.428,57 |
| Aumento - Método da equiv. patrimonial | 625.461,52 | | 625.461,52 |
| Diminuição - Método da equiv. patrimonial | -100.849,50 | | -100.849,50 |
| Saldo final | 4.730.043,86 | 84.937,38 | 4.814.981,24 |

2011

| | Método da equiv. patrimonial | Custo | Total |
|--|------------------------------------|-----------|--------------|
| Participações financeiras | | | |
| Saldo inicial | 3.828.851,04 | 26.365,95 | 3.855.216,99 |
| Aumento por incorporação de reservas | | 37.142,86 | 37.142,86 |
| Aumento - Método da equiv. patrimonial | 376.580,80 | | 376.580,80 |
| Saldo final | 4.205.431,84 | 63.508,81 | 4.268.940,65 |

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Empresa recebeu o montante de € 70.739,43 relativo a dividendos da OTLIS.

Em 31 de dezembro de 2012 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e em outras empresas:

| | Sede | 2012 | | | | | | | |
|-----------------------------------|-----------|----------------|----------------|-----------------|----------------------|-------------------|----------|---------------------|------------------------|
| | | Ativo | Passivo | Capital próprio | Total de rendimentos | Resultado líquido | % detida | Saldo de Balanço | Proporção no resultado |
| Subsidiárias: | | | | | | | | | |
| Carristur | Lisboa | 8.363.003,07 | 4.343.623,51 | 4.019.379,56 | 12.277.153,12 | 504.830,52 | 100,00 | 4.019.379,56 | 594.830,52 |
| Aurora Finance, BV | Amsterdan | 121.251.000,00 | 155.428.000,00 | 495.000,00 | 1.228.000,00 | 31.000,00 | 100,00 | 495.000,00 | 30.631,00 |
| Empresas associadas: | | | | | | | | | |
| PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL | Oeiras | 1.765.620,00 | 1.286.367,00 | 479.264,00 | 959.570,00 | -224.110,00 | 45,00 | 215.664,30 | -100.849,80 |
| | | | | | | | | <u>4.730.043,86</u> | <u>524.612,02</u> |

(a) Na demonstração dos resultados estão registados os rendimentos de € 595.351,45 (e não € 524.612,02) porque inclui ainda dividendos recebidos de uma empresa relacionada (OTLIS), detida a 14,29%, no montante de € 70.739,43.

| | Sede | 2011 | | | | | | | |
|-----------------------------------|-----------|----------------|----------------|-----------------|----------------------|-------------------|----------|---------------------|------------------------|
| | | Ativo | Passivo | Capital próprio | Total de rendimentos | Resultado líquido | % detida | Saldo de Balanço | Proporção no resultado |
| Subsidiárias: | | | | | | | | | |
| Carristur | Lisboa | 10.218.092,10 | 6.793.543,06 | 3.424.549,04 | 12.451.554,04 | 256.902,93 | 100,00 | 3.424.549,04 | 311.667,93 |
| Aurora Finance, BV | Amsterdan | 155.681.512,00 | 155.417.143,00 | 464.369,00 | 2.504.335,00 | 37.276,33 | 100,00 | 464.369,00 | 36.927,00 |
| Empresas associadas: | | | | | | | | | |
| PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL | Oeiras | 1.557.551,00 | 854.187,00 | 703.364,00 | 1.393.698,00 | 59.904,00 | 45,00 | 316.513,80 | 27.785,87 |
| | | | | | | | | <u>4.205.431,84</u> | <u>376.580,80</u> |

(a) Na demonstração de resultados estão registados proveitos de € 426.991,55 (e não € 376.580,80) porque inclui ainda dividendos recebidos de uma empresa relacionada (OTLIS) detida a 14,29% no montante de € 50.410,75.

A subsidiária Aurora Finance, BV foi constituída em exercicios anteriores com o propósito único de contrair um empréstimo obrigacionista, cujo montante foi integralmente repassado para a Empresa.

9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88.º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributações autónomas sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no mencionado artigo.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.



O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|---|--------------------|--------------------|
| Imposto corrente e ajustamentos: | | |
| Imposto corrente do período (Nota 16) | 53.014,62 | 103.471,71 |
| Impostos diferidos: | | |
| Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis | -481.629,97 | -402.038,02 |
| Gasto com impostos sobre o rendimento | <u>-428.615,35</u> | <u>-298.566,31</u> |
| | | |
| | 2012 | 2011 |
| Resultado antes de imposto | -64.727.900,23 | -29.549.418,64 |
| Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 26,5% | -17.152.893,56 | -7.830.595,94 |
| Diferenças temporárias: | | |
| Reporte de prejuízos fiscais | 17.152.893,56 | 7.830.595,94 |
| Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis (amortização) | -481.629,97 | -402.038,02 |
| Tributações autónomas (Nota 16) | 53.014,62 | 103.471,71 |
| Gasto com impostos sobre o rendimento | <u>-428.615,35</u> | <u>-298.566,31</u> |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os prejuízos fiscais reportáveis (já declarados) ascendiam a € 238.840.556,89 e € 209.836.881,38, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas é conforme se segue:

| | 2012 | | 2011 | |
|-----------------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|
| | Montante | Data | Montante | Data |
| Gerados em 2006 | - | - | 49.113.793,39 | 31-12-2012 |
| 2007 | 38.058.798,58 | 31-12-2013 | 38.058.798,58 | 31-12-2013 |
| 2008 | 31.941.432,87 | 31-12-2014 | 31.941.432,87 | 31-12-2014 |
| 2009 | 41.211.289,42 | 31-12-2015 | 41.211.289,42 | 31-12-2015 |
| 2010 | 49.511.567,12 | 31-12-2014 | 49.511.567,12 | 31-12-2014 |
| 2011 | 29.003.675,51 | 31-12-2015 | - | - |
| | <u>189.726.763,50</u> | | <u>209.836.881,38</u> | |

O prejuízo fiscal relativo ao exercício de 2012, a declarar em Maio de 2013, poderá ser recuperável até 2017. Os valores de 2008 e 2009 apresentados no quadro acima foram alterados relativamente ao que constava do anexo do ano anterior, atendendo a que foram substituídas em 2012 as declarações modelo 22 referentes àqueles anos, as quais tiveram impacto no montante dos prejuízos apurados, em função de inspeção fiscal efetuada à declaração modelo 22 dos respetivos exercícios.

Impostos diferidos

A Empresa não procedeu ao registo de ativos por impostos diferidos relativamente aos prejuízos fiscais reportáveis, por se entender não ser expectável, com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, que as operações futuras irão gerar matéria coletável suficiente que permita a utilização destes prejuízos fiscais no seu período de reporte.

Contudo, tendo em consideração os prejuízos fiscais reportáveis e o seu período de reporte, os passivos por impostos diferidos registados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e respeitantes às reavaliações sobre

Handwritten notes: *1/2*, *B*, *F3h*, *A*

bens amortizáveis foram registados atendendo ao seu valor líquido contabilístico posteriormente ao exercício de 2017, tendo-se utilizado para o efeito uma taxa agregada de imposto de 26,5%.

A Empresa não procedeu ao registo de ativos por impostos diferidos relativos a perdas de imparidade e provisões registadas acima dos limites fiscais por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa que não existem atualmente expectativas de lucros tributáveis futuros que permitissem a recuperabilidade desses ativos por impostos diferidos.

No que respeita às reavaliações efetuadas sobre os terrenos, e para efeitos do cálculo e registo do correspondente passivo por imposto diferido, foi considerada a base fiscal atualizada por coeficientes de atualização monetária dos terrenos reportada a 31 de dezembro de 2012 e 2011, tendo-se utilizado para o efeito uma taxa agregada de imposto de 26,5%.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

| | Passivos por impostos diferidos | |
|--|---------------------------------|---------------|
| | 2012 | 2011 |
| Saldo inicial | 10.702.940,46 | 10.541.083,80 |
| Efeito em resultados: | | |
| Diferenças derivadas de mensurações de justo valor: | | |
| Reavaliações livres de terrenos e edifícios | -463.771,79 | -380.608,66 |
| Diferenças entre a base fiscal e a base contabilística de ativos fixos tangíveis registados no custo considerado à data de transição (que foram objeto de reavaliações legais) | -17.858,18 | -21.429,36 |
| | -481.629,97 | -402.038,02 |
| Efeito em reservas: | | |
| Diferenças derivadas de mensurações de justo valor: | | |
| Reavaliações livres de terrenos e edifícios | 380.233,07 | 563.894,68 |
| Saldo final | 10.601.543,56 | 10.702.940,46 |

10 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica "Outros ativos financeiros não correntes" apresentava a seguinte composição:

| | 2012 | 2011 |
|--|-------------------|-------------------|
| Não correntes: | | |
| Títulos da dívida pública depositados em Instituições de Crédito | 998.288,24 | 998.288,24 |
| Títulos da dívida pública depositados à ordem do Juiz | 1.498,68 | 914,51 |
| Perdas por imparidade | -26.683,73 | -153.560,24 |
| | <u>973.103,19</u> | <u>845.642,51</u> |

Esta rubrica inclui o montante de € 999.786,92 respeitante a títulos da dívida pública detidos pela Empresa para garantir pensões de acidentes de trabalho, de que foi autosseguradora até 8 de janeiro de 1999.

11 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

| | 2012 | | | 2011 | | |
|--|---------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| | Quantia bruta | Perdas por imparidade | Quantia líquida | Quantia bruta | Perdas por imparidade | Quantia líquida |
| Mercadorias | 86.602,80 | | 86.602,80 | 93.592,43 | | 93.592,43 |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 2.366.011,51 | | 2.366.011,51 | 2.649.772,33 | 6.639,68 | 2.643.132,65 |
| | <u>2.452.614,31</u> | - | <u>2.452.614,31</u> | <u>2.743.364,76</u> | <u>6.639,68</u> | <u>2.736.725,08</u> |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 existiam inventários no montante de € 2.468,29 e € 2.517,61, respetivamente, à guarda de terceiros. Tais inventários consistiam em artigos pertença do Museu entregues à consignação a outras entidades.

B
134
2

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

| | 2012 | | | |
|--|-------------|---------------------|--------|---------------|
| | Mercadorias | MP, subsid. consumo | Outros | Total |
| Saldo inicial | 93.592,43 | 2.649.772,33 | - | 2.743.364,76 |
| Compras | 4.363,52 | 20.224.471,45 | - | 20.228.834,97 |
| Regularizações | -880,27 | - | - | -880,27 |
| Saldo final | 86.602,80 | 2.366.011,51 | - | 2.452.614,31 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 10.472,88 | 20.508.232,27 | - | 20.518.705,15 |

| | 2011 | | | |
|--|-------------|---------------------|--------|---------------|
| | Mercadorias | MP, subsid. consumo | Outros | Total |
| Saldo inicial | 93.844,91 | 2.828.759,91 | - | 2.922.604,82 |
| Compras | 8.798,90 | 21.064.754,53 | - | 21.073.553,43 |
| Regularizações | -1.628,86 | - | - | -1.628,86 |
| Saldo final | 93.592,43 | 2.649.772,33 | - | 2.743.364,76 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 7.422,52 | 21.243.742,11 | - | 21.251.164,63 |

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme segue:

| | 2012 | | | | |
|---|---------------|----------|-----------|-------------|-------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Saldo final |
| Mercadorias | | | | | |
| Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo | 6.639,68 | - | -6.639,68 | - | - |
| Produtos acabados e intermediários | - | - | - | - | - |
| Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | - | - | - | - | - |
| Produtos e trabalhos em curso | - | - | - | - | - |
| | 6.639,68 | - | -6.639,68 | - | - |

| | 2011 | | | | |
|---|---------------|----------|-----------|-------------|-------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | Utilizações | Saldo final |
| Mercadorias | | | | | |
| Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo | 5.215,17 | 1.424,51 | - | - | 6.639,68 |
| Produtos acabados e intermediários | - | - | - | - | - |
| Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | - | - | - | - | - |
| Produtos e trabalhos em curso | - | - | - | - | - |
| | 5.215,17 | 1.424,51 | - | - | 6.639,68 |

12 ATIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros correntes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são detalhadas conforme se segue:

| ATIVOS FINANCEIROS | 2012 | | | 2011 | | |
|---|----------------------|----------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------------------|----------------------|
| | Montante bruto | Perdas por imparidade acumuladas | Montante líquido | Montante bruto | Perdas por imparidade acumuladas | Montante líquido |
| Disponibilidades: | | | | | | |
| Caixa e equivalentes | 1.730.679,38 | | 1.730.679,38 | 1.610.677,04 | | 1.610.677,04 |
| Ativos financeiros ao custo amortizado: | | | | | | |
| Clientes | 1.741.201,19 | 6.710,76 | 1.734.490,43 | 3.917.298,40 | | 3.917.298,40 |
| Adiantamentos a fornecedores | 26.267,85 | | 26.267,85 | 26.635,41 | | 26.635,41 |
| Acionistas/sócios | 81.766,66 | | 81.766,66 | 81.766,66 | | 81.766,66 |
| Outras contas a receber | 18.569.301,31 | 1.923.971,13 | 16.645.330,18 | 23.756.359,49 | 1.892.028,54 | 21.864.330,95 |
| | <u>20.418.537,01</u> | <u>1.930.681,89</u> | <u>18.487.855,12</u> | <u>27.782.059,96</u> | <u>1.892.028,54</u> | <u>25.890.031,42</u> |
| | <u>22.149.216,39</u> | <u>1.930.681,89</u> | <u>20.218.534,50</u> | <u>29.392.737,00</u> | <u>1.892.028,54</u> | <u>27.500.708,46</u> |

A rubrica "Outras conta a receber" inclui o montante de € 12.925.108,18 (€ 14.862.520,66 em 2011) referente a verbas a receber de outros operadores do sistema de transportes (incluindo empresas do setor empresarial do Estado), fruto da repartição de receitas de passes, e o valor a receber como compensação financeira para o passe escolar 4_18 e sub23 no montante de € 183.391,77 (€ 1.034.532,03 em 2011) (Nota 27), e o valor a receber como compensação do investimento realizado no sistema de bilhética no montante de € 150.000,00 (Nota 27).

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa registou perdas por imparidade no montante de € 49.130,80 e utilizou € 17.188,21.

13 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital Social:

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o capital da Empresa subscrito e realizado é correspondente a 32.771.998 ações ordinárias nominativas cujo valor nominal é de € 4,99, é detido a 100% pelo Estado Português.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 27 de março de 2012, a aplicação do resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de € 29.250.852,33, foi transferido para resultados transitados.

Handwritten signature and date: 14.12.12

Excedentes de revalorização:

O movimento do excedente de revalorização (rubrica "Excedentes de revalorização") no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi conforme se segue:

| | Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis |
|------------------------------------|---|
| Saldo no início do período | 51.798.984,06 |
| Revalorizações do período (Nota 5) | 2.272.824,45 |
| Realização de reservas | -17.020,21 |
| Impostos diferidos | -380.233,07 |
| Saldo no final do período | 53.674.555,23 |

A Empresa procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- *Decreto-Lei nº 430/78, de 27 de dezembro*
- *Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho*
- *Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de dezembro*
- *Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de maio*
- *Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril*
- *Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de janeiro*
- *Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro*
- *Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro.*

Como resultado das revalorizações efetuadas (as quais fazem parte integrante do custo considerado dos bens sobre os quais incidiram estas reavaliações), as amortizações do exercício findo em 2012 foram aumentadas em € 168.473,36. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Subsídios do Governo:

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, na rubrica de "Outras variações no capital próprio", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas/sócios quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis. Em 31 de dezembro de 2012 a Empresa não tinha no seu capital próprio qualquer montante passível de ser distribuível ao seu acionista.

M. B. 132
T 4

14 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

| | 2012 | | | Saldo final |
|---|---------------------|-----------------|----------------------|---------------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | |
| Impostos | 237.084,15 | 8.126,37 | | 245.210,52 |
| Garantias a clientes | | | | 0,00 |
| Processos judiciais em curso | 863.680,25 | | -269.778,06 | 593.902,19 |
| Acidentes de trabalho e doenças profissionais | 1.066.245,00 | | -7.122,00 | 1.059.123,00 |
| Matérias ambientais | 3.000,00 | | | 3.000,00 |
| Outras provisões | 1.781.594,65 | | -1.444.951,11 | 336.643,54 |
| | <u>3.951.604,05</u> | <u>8.126,37</u> | <u>-1.721.851,17</u> | <u>2.237.879,25</u> |

| | 2011 | | | Saldo final |
|---|---------------------|------------------|--------------------|---------------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reversões | |
| Impostos | 200.266,96 | 36.817,19 | | 237.084,15 |
| Garantias a clientes | | | | 0,00 |
| Processos judiciais em curso | 867.269,53 | | -3.589,28 | 863.680,25 |
| Acidentes de trabalho e doenças profissionais | 1.117.483,00 | | -51.238,00 | 1.066.245,00 |
| Matérias ambientais | | 3.000,00 | | 3.000,00 |
| Outras provisões | 1.902.799,62 | | -121.204,97 | 1.781.594,65 |
| | <u>4.087.819,11</u> | <u>39.817,19</u> | <u>-176.032,25</u> | <u>3.951.604,05</u> |

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica de provisões continha as responsabilidades inerentes às pensões de acidentes de trabalho, no montante de € 1.059.123,00 e € 1.066.245,00, respetivamente, de que a Empresa foi autosseguradora até 8 de janeiro de 1999.

O montante de € 1.444.951,11 referente a reversões de "Outras provisões" refere-se essencialmente à anulação da provisão para um processo relativo a IVA, em função da sua prescrição, no montante de € 854.251,25 e à extinção do prémio de condução defensiva no montante de € 348.469,00.

15 FORNECEDORES, EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

| | 2012 | 2011 |
|--|---------------------|---------------------|
| Fornecedores | | |
| Fornecedores, conta corrente | 4.172.741,67 | 3.722.117,64 |
| Fornecedores, fact. em receção e conferência | 684.856,05 | 790.050,24 |
| Fornecedores de Investimento | 1.285.316,01 | 3.183.221,76 |
| | <u>6.142.913,73</u> | <u>7.695.389,64</u> |

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro 2012 e 2011 são detalhados conforme se segue:

| | Entidade financiadora | 2012 | | | 2011 | | | Vencimento | Tipo de amortiza- ção |
|--|--------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------|-----------------------------|
| | | Limite | Montante utilizado | | Limite | Montante utilizado | | | |
| | | | Corrente | Não corrente | | Corrente | Não corrente | | |
| Empréstimos bancários: | | | | | | | | | |
| Conta caucionada | BCP | 2.500.000,00 | 2.500.000,00 | | 2.500.000,00 | 2.500.000,00 | | | |
| Conta caucionada | BES | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | | | |
| Conta caucionada | BES | 57.375.000,00 | 51.336.500,00 | | 12.835.000,00 | 810.000,00 | | | |
| Conta caucionada | BST | 7.500.000,00 | 7.500.000,00 | | 7.500.000,00 | 7.500.000,00 | | | |
| Emp. MLP 60 M | BEI | 33.333.333,15 | 6.666.666,73 | 26.666.666,42 | 39.999.999,87 | 6.666.666,73 | 33.333.333,14 | 15/09/2017 | semestral |
| Emp. MLP 30 M | BEI | 21.666.666,60 | 3.333.333,35 | 18.333.333,25 | 24.999.999,96 | 3.333.333,35 | 21.666.666,61 | 15/03/2019 | semestral |
| Emp. MLP 100 M | CGD | 87.500.000,00 | 25.000.000,00 | 62.500.000,00 | 100.000.000,00 | 12.500.000,00 | 87.500.000,00 | 27/03/2016 | semestral |
| Conta caucionada | BPI | 25.000.000,00 | 25.000.000,00 | | 25.000.000,00 | 25.000.000,00 | | | |
| Emp. MLP 90 M | BPI | 90.000.000,00 | | 90.000.000,00 | 90.000.000,00 | | 90.000.000,00 | 28/02/2021 | semestral |
| Emp. MLP 215 M | Aurora Fin | 120.400.000,00 | 34.400.000,00 | 86.000.000,00 | 154.800.000,00 | 34.400.000,00 | 120.400.000,00 | 17/05/2016 | trimestral |
| Emp. MLP 120 M | BBVA | 120.000.000,00 | | 120.000.000,00 | 120.000.000,00 | | 120.000.000,00 | 30/07/2022 | semestral |
| Mútuo | BPI | 19.955.000,00 | 19.955.000,00 | | 2.400.000,00 | 2.400.000,00 | | | |
| Conta caucionada | BCP | 2.500.000,00 | 2.500.000,00 | | 2.500.000,00 | 2.500.000,00 | | | |
| Mútuo | BCP | 23.380.804,96 | 23.380.804,96 | | 10.233.000,00 | 10.233.000,00 | | | |
| Conta caucionada | BP | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | | 02/01/2013 | |
| Conta caucionada | CGD | 15.000.000,00 | 14.996.000,00 | | 15.000.000,00 | 15.000.000,00 | | | |
| Mútuo | CGD | 20.544.000,00 | 20.544.000,00 | | 7.600.000,00 | 7.600.000,00 | | | |
| Mútuo | CGD | 1.650.000,00 | 1.650.000,00 | | | | | 04/01/2013 | |
| Mútuo | CGD | 17.384.000,00 | 17.384.000,00 | | | | | 25/01/2013 | |
| Mútuo | CGD | 15.767.000,00 | 15.767.000,00 | | | | | 07/02/2013 | |
| Conta caucionada | BB | | | | 20.000.000,00 | 20.000.000,00 | | 21/03/2013 | |
| Emp. MLP 40 M | BPI | 35.000.000,00 | 10.000.000,00 | 25.000.000,00 | 40.000.000,00 | 5.000.000,00 | 35.000.000,00 | 07/04/2016 | semestral |
| | | <u>724.455.804,71</u> | <u>289.913.305,04</u> | <u>428.499.999,67</u> | <u>683.367.999,83</u> | <u>163.443.000,08</u> | <u>507.899.999,75</u> | | |
| Outros empréstimos obtidos: | | | | | | | | | |
| Contratos de locação financeira | | | | | | | | | |
| | | | 5.502.497,72 | 10.979.024,97 | | 5.404.494,30 | 16.578.018,66 | | |
| | | | 5.502.497,72 | 10.979.024,97 | | 5.404.494,30 | 16.578.018,66 | | |
| Encargos financeiros suportados na emissão de dívida bancária diferidos | | | | | | | | | |
| | | | (306.627,48) | (710.771,58) | | (306.627,48) | (1.017.389,06) | | |
| Encargos com gestão de financiamento da Aurora Finance | | | | | | | | | |
| | | | 485.947,91 | | | 461.903,73 | | | |
| Descoberto bancário (Nota 4) | | | | | | | | | |
| | | | (221.273,48) | | | | | | |
| | | <u>724.455.804,71</u> | <u>296.816.396,67</u> | <u>438.768.253,06</u> | <u>683.367.999,83</u> | <u>169.002.770,53</u> | <u>523.460.619,35</u> | | |

O empréstimo de € 215.000.000,00, com aval integral do Estado Português, foi contratado à Aurora Finance, BV, sediada em Amsterdão, que constitui um special purpose vehicle (SPV), emitente de um empréstimo obrigacionista do mesmo montante, tomado integralmente pelo Depfa, SA - ACS Bank sediado em Dublin. Este empréstimo será reembolsado em 25 prestações trimestrais de € 8.600.000 com início em 17 de maio de 2010.

O empréstimo do BPI de € 90.000.000,00 tem garantia do Estado Português, e será reembolsado em 12 prestações semestrais consecutivas, vencendo-se as primeiras em 27 de agosto de 2015 e em 27 de fevereiro de 2016, e as últimas em 27 de agosto de 2020 e 27 de fevereiro de 2021.

Também têm garantia do Estado Português os dois empréstimos do BEI de € 60.000.000,00 e € 30.000.000,00 a reembolsar em 18 prestações semestrais consecutivas, vencendo-se as primeiras em 15 de março de 2009 e em 15 de setembro de 2010 e as últimas em 15 de setembro de 2017 e 15 de março de 2019, respetivamente.

O empréstimo do BPI de € 40.000.000,00 celebrado em 7 de abril de 2006 tem um período de carência de 5 anos e será reembolsado em 8 prestações semestrais consecutivas, vencendo-se a primeira em 7 de



outubro de 2012 e a última em 7 de abril de 2016. O saldo deste empréstimo em 31 de dezembro de 2012 ascende a € 35.000.000,00.

O empréstimo da CGD de € 100.000.000,00 celebrado em 27 de março de 2006 tem um período de carência de 6 anos e será reembolsado em 8 prestações semestrais consecutivas, vencendo-se a primeira em 27 de setembro de 2012 e a última em 27 de março de 2016.

Em 30 de julho de 2010 foi contraído um empréstimo do BBVA de € 120.000.000,00 com garantia do Estado Português o qual será reembolsado em 12 prestações semestrais, constantes e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de janeiro de 2017 e a última em 30 de julho de 2022.

O montante de € 485.947,91 em 31 de dezembro de 2012 (€ 461.903,73 em 2011) é relativo ao valor a pagar à Aurora Finance, BV pela gestão do financiamento contraído com esta entidade.

Existem créditos bancários concedidos e não sacados que podem ser utilizados sem restrições, no montante de € 6.042.500,00 (€ 12.025.000,00 em 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 os saldos em dívida dos empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais compreendidas, na generalidade entre 0,261% e 2,416% (1,527% e 3,706% em 2011). Nesta mesma data os saldos utilizados dos empréstimos de curto prazo (facilidades de tesouraria) venciam taxas anuais compreendidas no intervalo de 4,692% e 8,202% (2,899% e 9,588% em 2011).

Conforme referido na Nota 29, a Empresa tem responsabilidades por garantias prestadas a favor de diversas instituições bancárias para garantir empréstimos.

A parcela classificada como não corrente em 2012 e 2011 tem o seguinte plano de reembolso definido:

| | 2012 | | 2011 | |
|------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|
| | Empréstimos | Locações Financeiras | Empréstimos | Locações Financeiras |
| 2013 | - | - | 79.400.000,08 | 5.481.785,19 |
| 2014 | 79.400.000,08 | 5.601.219,60 | 79.400.000,08 | 5.636.090,02 |
| 2015 | 86.900.000,08 | 4.162.418,21 | 86.900.000,08 | 4.221.370,49 |
| 2016 | 59.700.000,08 | 1.215.387,16 | 59.700.000,08 | 1.238.772,96 |
| 2017 | 44.999.999,58 | - | 44.999.999,58 | - |
| 2018 e seguintes | 157.499.999,85 | - | 157.499.999,85 | - |
| | <u>428.499.999,67</u> | <u>10.979.024,97</u> | <u>507.899.999,75</u> | <u>16.578.018,66</u> |

Torna-se indispensável que a dívida de curto prazo seja consolidada de forma análoga às operações realizadas em 2005, 2006, 2009 e em 2010, visto que continuarão a ser realizados desembolsos significativos nos próximos anos.

O reembolso de dívida de médio e longo prazo ascenderá a 84,8 milhões de euros em 2013, a 85,0 milhões de euros em 2014, a 91,1 milhões de euros em 2015, a 60,9 milhões de euros em 2016 e a 45 milhões de euros em 2017, prosseguindo estes níveis de esforço financeiro até 2020.

Se nada se alterar em 2013, a Carris irá reembolsar 84,8 milhões de euros de empréstimos de médio e longo prazo com recurso a igual montante de dívida de curto prazo, a que irá acrescer o endividamento adicional de 2013, estimando-se que a relação entre a dívida de curto prazo e a dívida de médio e longo prazo venha a ser de 122,9% no final de 2013.

A Carris tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido, até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

A Administração da Carris entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:

| | 2012 | 2011 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Outras contas a pagar | | |
| Remunerações a liquidar | 4.765.784,97 | 5.181.182,19 |
| Acréscimos de gastos - Juros de curto prazo | 1.580.805,48 | 381.025,66 |
| Acréscimos de gastos - Juros médio e longo prazo | 1.580.250,54 | 3.294.297,28 |
| Acréscimos de gastos - "Swaps" | 114.664.622,64 | 94.078.495,88 |
| Outros credores por acréscimos de gastos | 138.254,01 | 105.090,04 |
| Outros credores | 359.261,29 | 370.530,75 |
| | <u>123.088.978,93</u> | <u>103.410.621,80</u> |

A redução verificada na rubrica de "Remunerações a liquidar" resulta das medidas aprovadas no Orçamento de Estado para 2012, o qual previu um escalonamento na atribuição do subsídio de férias e de natal aos trabalhadores das empresas do setor empresarial do Estado, onde a Empresa se insere.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica "Acréscimos de gastos - "Swaps" respeita a instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor por resultados mediante avaliações efetuadas à data de relato por entidades especializadas, como segue:

| DESCRIÇÃO | 2012 | 2011 | VARIAÇÃO |
|--|------------------------|-----------------------|-----------------------|
| SWAP Taxa de juro (215 Milhões de Euros) | -10.382.239,00 | -12.980.991,00 | 2.598.752,00 |
| SWAP Taxa de juro (90 Milhões de Euros) | -63.435.792,39 | -34.961.733,60 | -28.474.058,79 |
| SWAP Taxa de juro (100 Milhões de Euros) | -3.891.711,25 | -4.920.971,28 | 1.029.260,03 |
| SWAP Taxa de juro (100 Milhões de Euros) | -36.954.880,00 | -41.214.800,00 | 4.259.920,00 |
| | <u>-114.664.622,64</u> | <u>-94.078.495,88</u> | <u>-20.586.126,76</u> |

Foi celebrado com uma entidade bancária em outubro de 2005 um contrato SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 215.000.000,00, cabendo à Empresa efetuar pagamentos de juros trimestrais a taxas fixas de acordo com o seguinte plano:

- 1,90% - de 17-11-2005 até 19-02-2007
- 2,55% - de 19-02-2007 até 17-02-2009
- 3,60% - de 17-02-2009 até 17-02-2010
- 4,20% - de 17-02-2010 até 17-02-2011
- 4,50% - de 17-02-2011 até 17-02-2012
- 4,75% - de 17-02-2012 até 18-02-2013
- 5,00% - de 18-02-2013 até 17-05-2016

Handwritten notes: *1/3*, *B*, *13/4*, *A*

Por sua vez, a entidade bancária pagará à Empresa, nas mesmas datas, juros à taxa Euribor, 3 meses, com um *spread* de 7 bp na taxa flutuante.

Em 2006, foi igualmente celebrado com uma entidade bancária um contrato SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 90.000.000,00, com data de início em 15 de setembro, cabendo à Empresa efetuar pagamentos trimestrais à taxa inicial de 1,835% (a qual tem vindo a ser acrescida atendendo às bandas definidas contratualmente) e receber da entidade bancária pagamentos semestrais à taxa Euribor a 3 meses.

Em 2007, foi celebrado com uma entidade bancária um contrato SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 100.000.000,00, com data de início em 27 de março, cabendo à Empresa efetuar pagamentos trimestrais à taxa de 2,72% no 1º ano, 3,15% no 2º ano e 2,95%, acrescido de um *spread*, a partir do 3.º ano, recebendo da entidade bancária pagamentos semestrais à taxa Euribor para 6 meses.

Em 2007 foi igualmente celebrado com uma entidade bancária um contrato de SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 100.000.000,00, com data de início em 27 de julho, cabendo à Empresa efetuar pagamentos semestrais à taxa de 3,52% no 1º ano e de 3,52% acrescido de um *spread* nos anos seguintes e, receber da entidade bancária, pagamentos semestrais à taxa Euribor para 6 meses.

No decurso do exercício de 2009, a Empresa veio a proceder ao cancelamento deste contrato de SWAP, celebrando outro contrato, sobre o mesmo montante, com a mesma instituição financeira, como contrapartida daquele cancelamento, no qual a Empresa irá proceder trimestralmente e durante o prazo de 10 anos, com início em 10 de fevereiro de 2009, ao pagamento da taxa Euribor para 3 meses (taxa de juro anual, considerando 360 dias) acrescido de um *spread* e a receber da entidade bancária, pagamentos trimestrais à taxa Euribor para 3 meses.

16 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

| | 2012 | | 2011 | |
|---|---------------------|---------------------|-------------------|---------------------|
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas | | | | |
| Pagamentos por conta | 280.000,00 | | 280.000,00 | |
| Estimativa de imposto (Nota 9) | -53.014,62 | | -103.471,71 | |
| Retenção na Fonte | 27.454,34 | | 24.316,27 | |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares | | 463.353,49 | | 466.349,27 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 1.979.022,27 | | | 1.309.542,73 |
| Contribuições para a Segurança Social | 44.720,55 | 1.856.898,20 | 37.728,39 | 1.290.656,99 |
| Outros impostos | | 192.213,61 | | 205.916,43 |
| | <u>2.278.182,54</u> | <u>2.512.465,30</u> | <u>238.572,95</u> | <u>3.272.465,42</u> |

O aumento que se verifica em 2012 na rubrica "Contribuições para a Segurança Social" deve-se às retenções realizadas ao abrigo do art.º 25.º da Lei do OE para 2012.

17 DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Em 2012 e em 2011 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

| | 2012 | 2011 |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|
| Bilhetes e pré-comprados | 98.446,70 | 166.351,99 |
| Passes intermodais e gratuitos | 464.224,55 | 503.884,40 |
| Passes Carris | 81.658,97 | 163.786,70 |
| Vendas de passes em ATM's | 58.208,49 | 64.631,30 |
| Títulos interempresas | 553.964,85 | 479.728,15 |
| Outros rendimentos | 30.328,20 | 15.164,10 |
| | <u>1.286.831,76</u> | <u>1.393.546,64</u> |

Em 2012, no ativo, consta o valor de € 441.617,80, correspondente a prémios de seguros referentes ao exercício de 2013 a pagar por duodécimos ao longo do ano de 2013 (em 2011 ainda não havia sido recebida qualquer faturação, pelo que não se encontrava qualquer valor em saldo).

18 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência.

A avaliação atuarial do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011 pela Mercer. O valor presente da obrigação de benefícios definidos, o custo dos serviços correntes e dos serviços passados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

| | 2012 | 2011 |
|----------------------------------|--|-------------------------------|
| Idade normal de reforma | 65 anos | 65 anos |
| Pensões de reforma | Pagas 14 vezes ao ano | Pagas 14 vezes ao ano |
| Tábua de mortalidade | TV73/77-1 para a população masculina e TV88/90 para a população feminina | TV88/90 |
| Tábua de invalidez | EVK80 | EVK80 |
| Taxa de desconto | 3,50% | 5,00% |
| Taxa de crescimento dos salários | 2,0% (até 54 anos) | 2,0% (até 54 anos) |
| Taxa de crescimento dos salários | 1,5% (após 55 anos incluindo) | 1,5% (após 55 anos incluindo) |
| Taxa de inflação | 2,00% | 2,00% |
| Taxa de crescimento das pensões | 0,00% | 0,00% |
| Percentagem de casados | 80,00% | 80,00% |
| Diferença etária para o cônjuge | 3 anos (homem mais velho) | 3 anos (homem mais velho) |

M. B. x3
D.

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|---|--------------------|--------------------|
| Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo | | |
| Reformados e sobreviventes | 100.325.909 | 102.605.807 |
| Trabalhadores no ativo | 17.101.419 | 28.030.820 |
| | <u>117.427.328</u> | <u>130.636.627</u> |

Relativamente aos valores das responsabilidades determinados pela avaliação reportada a 31 de dezembro de 2012, verifica-se que, em termos totais, existiu um decréscimo de cerca de 10,1% das responsabilidades por serviços passados, com a seguinte repartição:

- Responsabilidades dos ativos diminuíram cerca de 39,0%;
- Responsabilidades da população inativa (reformados e sobreviventes) diminuíram cerca de 2,2%.

Apesar da diminuição da taxa de desconto, de 5,00% para 3,50%, os principais fatores que implicaram uma diminuição das responsabilidades foram a alteração do pressuposto da taxa de revalorização dos salários da Segurança Social, a alteração da tábua de mortalidade para a população masculina e o envelhecimento natural e decréscimo das populações ativa e inativa.

A entidade que efetuou o estudo atuarial de 2012 considerou, no mesmo, a alteração do pressuposto da tábua de mortalidade para TV73/77-1 (tabela TV73/77 ajustada de um ano), para a população masculina, porque apesar de ser um pressuposto menos conservador quando comparado com a tábua TV88/90, mostra-se mais apropriada face ao estudo recentemente preparado pelo INE, estando alinhado com as práticas das principais instituições financeiras que pertencem ao PSI 20.

O detalhe da população abrangida pelo estudo atuarial em dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

| População: | 2012 | 2011 |
|---------------|--------------|--------------|
| Ativos | 2.427 | 2.690 |
| Reformados | 2.837 | 3.096 |
| Sobreviventes | 1.639 | 1.657 |
| | <u>6.903</u> | <u>7.443</u> |

O montante registado como gasto na demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 ascende a € 2.983.456,60 e € 3.027.183,73 respetivamente (Nota 21), incluindo a variação do saldo da responsabilidade entre exercícios apurado pela Mercer e os pagamentos efetuados pela Carris aos pensionistas nos exercícios de 2012 e 2011, nos montantes de € 10.936.248,60 e € 11.583.271,21, respetivamente.

*M. B. 136
17*

19 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

| | 2012 | | 2011 | |
|---|----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| Vendas e serviços prestados | | | | |
| Venda de bens | 27.668,10 | | 28.828,70 | |
| Prestação de serviços | <u>84.974.694,10</u> | 85.002.362,20 | <u>81.507.285,60</u> | 81.536.114,30 |
| Juros e rendimentos similares | | | | |
| Juros obtidos - Swaps | | 8.021.096,60 | | 6.594.108,37 |
| Subsídios à exploração | | | | |
| Indemnizações compensatórias (inclui 4_18, sub23 e social +) | 22.418.499,62 | | 57.884.728,04 | |
| Formação e transporte 3.º idade | <u>700.441,88</u> | 23.118.941,50 | <u>572.243,22</u> | 58.456.971,26 |
| Outros | | 4.833.635,62 | | 3.826.054,62 |
| | | <u>120.976.035,92</u> | | <u>150.413.248,55</u> |

| | 2012 | 2011 |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Serviço Público | 82.518.106,61 | 79.045.167,60 |
| Alugueres | 707.645,30 | 764.979,90 |
| Aluguer de espaços para publicidade | 800.000,00 | 800.000,00 |
| Outras | <u>948.942,19</u> | <u>897.138,10</u> |
| | <u>84.974.694,10</u> | <u>81.507.285,60</u> |

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, atribuídas pelo Governo à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, são registadas como subsídios à exploração no exercício em que são atribuídas.

Em 2012 as compensações financeiras atribuídas pelo Governo ascenderam a € 20.682.000,00 (€ 19.511.320,78 reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2012 de 31 de maio. Em 2011 foram atribuídas compensações no valor de € 56.180.000,00 (€ 53.000.000,00 reconhecido como rédito).

Em 2012 foi ainda atribuída pelo Governo uma compensação financeira para o passe escolar 4_18 e sub23 no montante de € 2.225.687,90 (€ 2.099.705,57 reconhecido como rédito após dedução do IVA), sendo os correspondentes valores de 2011 de € 5.149.854,68 e € 4.858.353,47. Em 2012 foi ainda recebida uma compensação financeira para o passe Social +, referente ao período compreendido entre setembro de 2011 e setembro de 2012, no valor de € 855.921,67 (€ 807.473,27 reconhecido como rédito após dedução do IVA).

M. B. 132
7.

20 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Serviços Especializados | 13.771.348,28 | 13.809.666,50 |
| Materials | 104.615,57 | 155.046,76 |
| Energia e Fluidos | 1.251.125,83 | 1.190.922,52 |
| Deslocações, Estadas e Transportes | 77.513,76 | 84.341,65 |
| Serviços Diversos | 4.674.968,98 | 5.331.440,49 |
| | <u>19.879.572,42</u> | <u>20.571.417,92</u> |

21 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|---|----------------------|----------------------|
| Remunerações dos órgãos sociais | 253.830,10 | 408.731,37 |
| Remunerações do pessoal | 40.752.667,04 | 50.010.251,78 |
| Benefícios pós-emprego: | | |
| Benefícios definidos (Nota 18) | 2.983.456,60 | 3.027.183,73 |
| Indemnizações | 13.936,75 | 26.700,00 |
| Encargos sobre remunerações | 9.807.314,00 | 12.026.429,03 |
| Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais. | 467.338,55 | 515.419,78 |
| Gastos de ação social | 167.166,78 | 184.209,74 |
| Outros | 486.073,77 | 693.791,58 |
| | <u>54.931.783,59</u> | <u>66.892.717,01</u> |

A rubrica "Remunerações dos órgãos sociais" no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 inclui o montante de € 233.107,90 (€ 381.825,50 em 2011) relativo a remunerações do Conselho de Administração.

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa no exercício foi de 2.486 empregados, todos com contratos sem prazo (2.727 em 2011).

Adicionalmente informa-se que o número de efetivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 eram respetivamente de 2.396 e 2.634.

Handwritten signature and initials: "1/3" and "17" with a large flourish.

22 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e em 2011 é conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|---------------------------------|----------------------|----------------------|
| Ativos Fixos Tangíveis (Nota 5) | 18.550.665,85 | 18.765.952,88 |
| Ativos Intangíveis (Nota 7) | 617.907,97 | 621.806,52 |
| Saldo | 19.168.573,82 | 19.387.759,40 |

23 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e em 2011 é conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|---|---------------------|---------------------|
| Rendimentos suplementares: | | |
| Outros rendimentos suplementares | 1.596.575,37 | 1.549.292,13 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 346,03 | 196,97 |
| Ganhos em inventários | 478,41 | 0,00 |
| Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros | 52.460,05 | 52.376,30 |
| Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros | 23.284,44 | 214.936,53 |
| Reconhecimento subsídios ao investimento (Nota 27) | 329.791,72 | 824.829,07 |
| Outros | 114.755,48 | 113.559,71 |
| | 2.117.691,50 | 2.755.190,71 |

Os "Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros" referem-se, essencialmente, a rendimentos de títulos da dívida pública, e os referidos em "Investimentos não financeiros", a alienações de ativos fixos tangíveis.

Handwritten notes:
 135
 7

24 OUTROS GASTOS E PERDAS

A composição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e em 2011 é conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|--|-------------------|-------------------|
| Impostos | 495.465,58 | 365.605,24 |
| Perdas em inventários | - | 482,75 |
| Gastos e perdas em investimentos não financeiros | 59.746,66 | 60.546,47 |
| Outros | 295.898,69 | 219.182,98 |
| | <u>851.110,93</u> | <u>645.817,44</u> |

Os "Gastos e perdas em investimentos não financeiros" referem-se na sua totalidade a alienações de ativos fixos tangíveis.

25 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são detalhados conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Juros suportados | | |
| Financiamentos bancários | 21.367.650,11 | 17.785.357,61 |
| Locações financeiras | 402.834,96 | 646.100,97 |
| Empréstimos obrigacionistas | - | 22.706,25 |
| Outros gastos de financiamento (a) | 21.770.485,07 | 18.454.164,83 |
| | <u>48.424.784,50</u> | <u>32.885.905,93</u> |
| | <u>70.195.269,57</u> | <u>51.340.070,76</u> |

(a) Inclui essencialmente gastos com Swaps.

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2012 e 2011 são detalhados conforme se segue:

| | 2012 | 2011 |
|---|---------------------|---------------------|
| Juros obtidos de depósitos em instituições de crédito | 1.720,13 | 5.391,80 |
| Outros rendimentos similares (Swaps) | 8.019.376,47 | 6.588.716,57 |
| | <u>8.021.096,60</u> | <u>6.594.108,37</u> |

Handwritten signature and initials: "M. B. 13m" with a large "T" and "A" below it.

26 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pelo Estado Português.

Durante o exercício de 2012 foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração no montante de € 233.107,90 (€ 381.825,50 em 2011).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

| 2012 | | | | | | |
|---|------------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| | Compras de inventários | Compras ativos fixos | Serviços obtidos | Vendas de inventários | Vendas ativos fixos | Serviços prestados |
| Entidade que efetuou a operação: | | | | | | |
| Subsidiárias | | | | | | |
| CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. | | 40.122,98 | 1.122.946,47 | 44.839,19 | 43.939,74 | 743.610,36 |
| AURORA FINANCE, BV | | | | | | 69.044,18 |
| Associadas | | | | | | |
| PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL, SA | | | 800.000,00 | | | |
| Outras partes relacionadas | | | | | | |
| CARRIBUS - Manutenção, Reparação e Transportes, SA | 374.302,39 | | 313.580,83 | 20.584,49 | 449.679,68 | 8.250.283,64 |
| | <u>374.302,39</u> | <u>40.122,98</u> | <u>2.236.527,30</u> | <u>65.403,68</u> | <u>493.619,42</u> | <u>9.062.938,18</u> |

| 2011 | | | | | | |
|---|------------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| | Compras de inventários | Compras ativos fixos | Serviços obtidos | Vendas de inventários | Vendas ativos fixos | Serviços prestados |
| Entidade que efetuou a operação: | | | | | | |
| Subsidiárias | | | | | | |
| CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. | 34.281,66 | 210.000,00 | 1.244.310,65 | 91.397,74 | 77.245,50 | 678.705,32 |
| AURORA FINANCE, BV | | | | | | 86.022,45 |
| Associadas | | | | | | |
| PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL, SA | | | 779.932,46 | | | |
| Outras partes relacionadas | | | | | | |
| CARRIBUS - Manutenção, Reparação e Transportes, SA | 326.477,90 | 6.382,35 | 301.079,68 | 540,00 | 2.698.394,70 | 4.982.829,93 |
| | <u>360.759,56</u> | <u>216.382,35</u> | <u>2.325.322,79</u> | <u>91.937,74</u> | <u>2.775.640,20</u> | <u>5.647.557,70</u> |

M. J. 17

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

| 2012 | | | | |
|---|----------------------------|--------------------------|-------------------------------|-----------------------|
| | Contas a receber correntes | Contas a pagar correntes | Contas a pagar financiamentos | Total contas a pagar |
| Subsidiárias | | | | |
| CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. | 415.778,60 | 564.366,46 | 2.596,91 | 566.963,37 |
| AURORA FINANCE, B V | | 37.534,70 | 120.885.947,91 | 120.923.482,61 |
| Associadas | | | | |
| PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL, SA | 1.054.307,20 | | | |
| Outras partes relacionadas | | | | |
| CARRISBUS-Manutenção, Reparação e Transportes, SA | 54.661,91 | 711.408,38 | | 711.408,38 |
| | <u>1.524.747,71</u> | <u>1.313.309,54</u> | <u>120.888.544,82</u> | <u>122.201.854,36</u> |

| 2011 | | | | |
|---|----------------------------|--------------------------|-------------------------------|-----------------------|
| | Contas a receber correntes | Contas a pagar correntes | Contas a pagar financiamentos | Total contas a pagar |
| Subsidiárias | | | | |
| CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. | 3.632.580,37 | 477.941,37 | 82.891,57 | 560.832,94 |
| AURORA FINANCE, B V | | 295.474,50 | 155.261.903,73 | 155.557.378,23 |
| Associadas | | | | |
| PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL, SA | 649.751,40 | | | |
| Outras partes relacionadas | | | | |
| CARRISBUS-Manutenção, Reparação e Transportes, SA | 32.647,54 | 919.077,65 | | 919.077,65 |
| | <u>4.314.979,31</u> | <u>1.692.493,52</u> | <u>155.344.795,30</u> | <u>157.037.288,82</u> |

135
A

27 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

2012

| | Montante Atribuído em Anos Anteriores | Montante Atribuído no Ano | Montante Recebido | Montante por Receber (Nota 12) | Rédito do Período |
|--|--|---------------------------------|----------------------|--------------------------------------|----------------------|
| Subsídios à Exploração | 1.034.532,03 | 24.528.175,44 | 25.379.315,70 | 183.391,77 | 23.118.941,50 |
| Indemnização Compensatória | 0,00 | 20.682.000,00 | 20.682.000,00 | 0,00 | 19.511.320,78 |
| Indemnização Compensatória - 4_18 e Sub23 | 1.034.532,03 | 2.225.687,99 | 3.076.828,25 | 183.391,77 | 2.099.705,57 |
| Indemnização Social + | 0,00 | 855.921,67 | 855.921,67 | 0,00 | 807.473,27 |
| Programa de Apoio à Integração de Idosos | 0,00 | 604.684,70 | 604.684,70 | 0,00 | 570.457,26 |
| Formação de Pessoal | 0,00 | 159.881,08 | 159.881,08 | 0,00 | 129.984,62 |
| Subsídios Relacionados com Ativos (a) | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 | 150.000,00 | 329.791,72 |
| Subsídio do FEDER | | | | | 299.791,67 |
| Subsídio do PIDDAC | | 150.000,00 | | 150.000,00 | 30.000,05 |
| | 1.034.532,03 | 24.678.175,44 | 25.379.315,70 | 333.391,77 | 23.448.733,22 |

(a) Reconhecido por contrapartida da rubrica de "Outras variações no capital próprio".

2011

| | Montante Atribuído em Anos Anteriores | Montante Atribuído no Ano | Montante Recebido | Montante por Receber (Nota 12) | Rédito do Período |
|---|--|---------------------------------|----------------------|--------------------------------------|----------------------|
| Subsídios à Exploração | 3.083.358,31 | 61.934.833,98 | 63.983.660,26 | 1.034.532,03 | 58.456.971,26 |
| Indemnização Compensatória | 0,00 | 56.180.000,00 | 56.180.000,00 | 0,00 | 53.000.000,00 |
| Indemnização Compensatória - 4_18 e Sub23 | 3.083.358,31 | 5.149.854,68 | 7.198.680,96 | 1.034.532,03 | 4.884.728,04 |
| Programa de Apoio à Integração de Idosos | 0,00 | 578.337,38 | 578.337,38 | 0,00 | 545.601,30 |
| Formação de Pessoal | 0,00 | 26.641,92 | 26.641,92 | 0,00 | 26.641,92 |
| Subsídios Relacionados com Ativos | 0,00 | 875.285,04 | 875.285,04 | 0,00 | 824.892,07 |
| Subsídio do FEDER | 0,00 | 875.285,04 | 875.285,04 | 0,00 | 824.892,07 |
| Saldo | 3.083.358,31 | 62.810.119,02 | 64.858.945,30 | 1.034.532,03 | 59.281.863,33 |

28 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas:

Contratualmente o Revisor Oficial de Contas terá direito a faturar € 18.817,48 relacionados com a revisão legal das contas do ano de 2012. Durante o exercício de 2012 foram faturados € 9.408,74 referentes ao segundo semestre de 2011, e € 14.113,11 referentes a três trimestres de 2012.

Despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores:

Para efeito do disposto no despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, publicado na 2ª série do D.R. n.º 151 de 3/7/80, as despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores foram, no exercício de 2012, as seguintes:

| | 2012 | 2011 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Custo das Matérias Consumidas | 1.100,48 | 1.257,68 |
| Fornecimentos e serviços externos | 226,91 | - |
| Custos com o Pessoal | 508.313,69 | 531.048,14 |
| Amortizações do imobilizado corpóreo | - | - |
| | <u>509.641,08</u> | <u>532.305,82</u> |

Houve, em média, dez trabalhadores afetos, a tempo inteiro, a estas estruturas em 2012 (doze em 2011).

29 GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros ascendiam a € 25.489.972,50 e € 25.523.673,01, respetivamente, conforme segue:

| | 2012 | 2011 |
|--|----------------------|----------------------|
| Garantias a favor da D. G. Impostos | 2.718.515,88 | 2.718.515,88 |
| Garantias a favor dos tribunais | 543.109,62 | 539.109,62 |
| Garantias a favor de outras entidades ⁽ⁱ⁾ | 22.228.347,00 | 22.266.047,51 |
| | <u>25.489.972,50</u> | <u>25.523.673,01</u> |

⁽ⁱ⁾ Essencialmente ao abrigo de contratos de locação financeira

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 existem ainda garantias, sob a forma de livranças, a favor de diversas instituições bancárias, para garantir empréstimos, no montante de € 80.059.689,01 e € 80.313.087,96.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Lito
Algl de B. de B.
Jos Carlos Antunes
Paulo F.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

12.12.12



Foto do autor do Life-Sermetero | 140 anos do Carris | 1.º lugar no 1.º microbreviário fotográfico carris.melhor

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

carris 

Transportes de Lisboa

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CARRIS –
COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A.**

EXERCÍCIO DE 2012

1. INTRODUÇÃO

O Conselho Fiscal (CF) signatário foi eleito em Assembleia Geral (AG) realizada em 23 de agosto de 2012.

De acordo com o modelo de fiscalização decorrente do artigo 413º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e com o artigo 16º dos Estatutos da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (CARRIS), que contemplam, além do CF, o Revisor Oficial de Contas (ROC), estes órgãos mantiveram e desenvolveram um entendimento de cooperação mútua, com respeito pela independência e responsabilidade próprias, cooperação essa que envolveu a troca de informações e de posições técnicas tendo em vista designadamente evitar intervenções redundantes, de sobreposição ou zonas brancas relevantes na área da fiscalização.

O CF teve ainda em conta as competências que lhe advêm da alínea e) do n.º 1 do artigo 13º do Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado (SEE), aprovado pelo Decreto-Lei (DL) n.º 558/99, de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi conferida pelo DL n.º 300/2007, de 23 de agosto, do disposto no Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo DL n.º 158/2009, de 13 de julho, do artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, diploma que aprovou medidas adicionais de consolidação orçamental, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, do disposto no n.º 17 dos Princípios de Bom Governo das Empresas do SEE estabelecidos pela RCM n.º 49/2007, de 28 de março, e ainda das orientações tutelares ao longo do exercício.

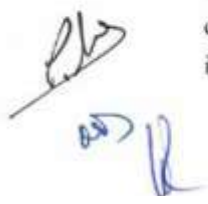
2. METODOLOGIA ADOTADA

O método adotado consistiu na aposta de cooperação estreita, franca e leal entre o Conselho de Administração (CA) da CARRIS, o CF e o ROC, bem expresso na pronta disponibilização de informação, bem como na imediata prestação dos esclarecimentos solicitados.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O CF exerceu a sua atividade de acordo com a lei, os estatutos e as boas práticas em matéria de acompanhamento e fiscalização dos procedimentos da Sociedade, sendo de referir que apenas entrou em funções no decurso do 3º trimestre do ano em análise.

Tendo em conta o modelo organizacional da CARRIS, designadamente a presença do CA, como órgão colegial, na orientação estratégica e operacional da Empresa e na decisão e monitorização dos impactos das decisões, o CF analisou todas as atas do CA, num total de 39, apreciou os documentos de



Conselho Fiscal

reporte periódico da Sociedade, nomeadamente relatórios de execução orçamental (trimestrais) e relatórios financeiros e estatísticos e de investimento (ambos mensais), analisou os relatórios semestrais do Gabinete de Auditoria, Qualidade e Segurança (auditoria interna) e os resultados das auditorias realizadas pela Inspeção-Geral de Finanças e pelo Tribunal de Contas (ambas relativas ao período de 2009 a 2011), acompanhou a evolução dos principais indicadores de atividade e económicos, nomeadamente quanto à sua consistência com as orientações estratégicas definidas pelo acionista Estado, tendo ainda elaborado, em conjunto com o ROC, os relatórios trimestrais que versaram sobre relatórios do CA com a mesma periodicidade e que apresentou à tutela financeira e ao CA, nos termos dos normativos em vigor.

4. PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

4.1. Modelo global de gestão

O CA é composto pelo presidente e três vogais, com competências distribuídas por pelouros.

Na linha da prática já assumida pelo CA, este órgão social intervém de uma forma geral em toda a atividade estratégica, operacional e de controlo dos negócios da empresa. As suas decisões são em geral amparadas por propostas dos administradores responsáveis pelos respetivos pelouros, não sendo identificáveis elementos distintos de desempenho qualitativos ou quantitativos que permitam diferenciar qualitativa ou quantitativamente o mérito individual de cada um dos administradores, num desempenho que é globalmente de rigor, qualificado e muito positivo, sendo de atribuir a todos a nota de elevado desempenho, baseado no espírito de equipa dos membros do CA e a liderança protagonizada pelo seu presidente.

O exercício de 2012 agora apreciado foi influenciado significativamente pelas incidências que a situação económica, financeira e orçamental vivida no país projetou na CARRIS, com relevo para a imposição de cortes salariais, turbulência nos mercados financeiros com repercussões nas dificuldades de acesso ao crédito, subida do seu custo, pressão de orientações tutelares no sentido de redução de custos e participação no planeamento de medidas de oferta de serviço e de tarifário (decorrentes do novo plano estratégico para os transportes na região de Lisboa).

Nesse contexto, o CA aprovou plano de contenção, nas várias componentes dos custos da empresa, contemplando as medidas restritivas da Lei do Orçamento de Estado para a Administração Pública e para o Sector Empresarial do Estado, às quais a CARRIS deu integral cumprimento. Não obstante, a redução de pessoal ficou aquém do indicado no plano de atividades para 2012, situando-se o efetivo global em 2.396 ao invés dos 2.309 previstos (em 2011 o respetivo número foi de 2.634).

Igualmente foram postas em prática algumas medidas de racionalização do serviço prestado, refletindo as exigências apresentadas pelo Grupo de Trabalho constituído pelo Despacho 13370/2011, do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações com o objetivo de adequação da rede de transportes coletivos e simplificação do sistema de tarifário da área de Lisboa. Decorrente destas medidas, a evolução da oferta de serviço público, em termos de veículos/km, apresentou um decréscimo de 9,7% relativamente a 2011 (excedendo a redução orçamentada de 7,9%).

Conselho Fiscal

Em 31 de outubro de 2012 (ata do CA n.º 1509), foram aprovados os valores base, constantes em mapas apresentados pelo Diretor do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, tendo em vista a definição dos pressupostos para elaboração do orçamento de exploração para 2013.

Embora se mantenha ainda alguma indefinição quanto à concretização do plano estratégico do setor dos transportes, a perspetiva para 2013 é a de reforçar as medidas de integração operacional com o Metropolitano de Lisboa, nomeadamente no sentido de melhorar a articulação das ofertas das duas empresas, com vista ao reforço da intermodalidade e da integração modal, facilitando uma maior e mais racional integração tarifária.

4.2. Cumprimento das obrigações legais do SEE

O CF, conforme estipulado no artigo 420º do CSC, acompanhou, em articulação com o ROC nomeado nos termos da alínea b) do n.º 2 daquele artigo, a gestão e a atividade desenvolvida pela sociedade, através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e de reuniões com a Administração e demais responsáveis pelos serviços, nas quais foram abordados assuntos de interesse para a sociedade, podendo assim emitir o parecer e conclusão expressos neste documento, apesar de apenas ter entrado em funções no decurso do 3º trimestre do ano em análise.

No ponto n.º 7 do relatório do CA, relativo ao governo societário, e tendo em conta o solicitado no ofício 843, de 30 de janeiro de 2013, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, é de notar que a CARRIS deu cumprimento às orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, nomeadamente no que concerne às reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e à informação constante do anexo n.º 4 do referido ofício.

Foram, ainda, cumpridas as instruções constantes daquele ofício circular no que concerne à inclusão de um capítulo individualizado relativo ao governo da sociedade com a informação constante dos anexos n.º 1 e 2, do ofício referido, e ao cumprimento das obrigações legais relativas à divulgação dos objetivos de gestão, da gestão de risco financeiro, do prazo médio de pagamento (correspondente ao anexo n.º 3 do ofício), dos deveres especiais de informação, dos resultados obtidos no âmbito do cumprimento das orientações do acionista, da aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (EGP), da informação referente à contratação pública, do cumprimento de medidas decorrentes do Princípio da Igualdade de Género, do Plano de Redução de Custos, da redução do número de efetivos e de cargos dirigentes (relativo ao anexo n.º 5 do ofício) e do Princípio de Unidade de Tesouraria.

4.3. Áreas específicas

O relatório do CA desenvolve com abrangência, fidelidade, profundidade e acessibilidade a evolução das áreas específicas da vida da Sociedade, o que facilita a compreensão dos resultados do desempenho anual. Essas áreas, arrumadas por capítulos como, serviço prestado, recursos humanos, recursos materiais e tecnologias, recursos financeiros, resultados económicos, governo societário e decisões mais relevantes adotadas pelo Conselho de Administração, apresentam também as perspetivas a curto prazo da CARRIS.

P. A. S.
12/1

5. ACOMPANHAMENTO E CONTROLO

A CARRIS dispõe de uma unidade segregada de controlo interno designada como Gabinete de Auditoria, Qualidade e Segurança, colocado na direta dependência do presidente do CA. A atividade anual deste Serviço encontra-se refletida em dois relatórios semestrais de auditoria interna.

A CARRIS dispõe ainda de um auditor externo contratado, a Deloitte & Associados, SROC, SA, o qual emitiu no seu relatório de auditoria, a opinião de que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da CARRIS, em 31 de dezembro de 2012, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A CARRIS foi também objeto de auditorias da Inspeção-Geral de Finanças e do Tribunal de Contas, ambas relativas ao período de 2009 a 2011, cujos relatórios foram apreciados pelo CA.

A CARRIS dispõe de Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (ver ponto 7.10 do relatório de gestão) credível, de uma norma específica para definir a atividade de seleção, avaliação e qualificação de fornecedores de bens e serviços, disponibilizou no seu site na Internet informação com impacto no capítulo da transparência e apresenta um modelo de gestão e pratica um processo de decisão (como supra descrito), ele próprio portador de transparência e indutor de boas práticas.

O ROC acompanhou os negócios e registos da CARRIS, articulando a sua atividade com o CF nos termos acima referidos, produziu relatórios trimestrais em conjunto com o CF e o seu qualificado e abrangente relatório anual, bem como a certificação legal das contas do exercício de 2012, sem reservas, e com as duas ênfases que aqui se dão como reproduzidas. Dirigiu ainda o ROC ao CF a declaração conforme ao artigo 62º-B do Estatuto da Ordem dos ROC, aprovado pelo DL n.º 224/2008, de 20 de novembro, relativo ao trabalho de auditoria às contas de 2012 da CARRIS.

6. SITUAÇÃO FINANCEIRA

O Relatório e Contas do CA refletem com fidelidade a situação económica, financeira e patrimonial da CARRIS, sendo de realçar o seguinte:

- As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o DL n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, contudo, refletem apenas as contas individuais da Sociedade. De facto, a CARRIS não apresentou demonstrações financeiras consolidadas, reportadas a 31 de dezembro de 2012, por considerar que os efeitos da consolidação das subsidiárias Aurora Finance, BV e Carristur, Lda. não são materialmente relevantes;
- Apesar da revisão tarifária de 1 de fevereiro de 2012, cujo aumento médio ascendeu a 14,9%, a receita de transportes públicos diminuiu 23,3% (de 137,2 para 105,3 milhões de euros), sobretudo pelo forte decréscimo das indemnizações compensatórias (IC) atribuídas pelo Estado (-63,2%,

Conselho Fiscal

passando de 53,0 para 19,5 milhões de euros). De realçar também, em sentido desfavorável, a significativa quebra da procura (decorrente da situação económico e social atual) e a transferência de receita da CARRIS para o Metropolitano de Lisboa, S.A. (ML) em cerca de 5,0 milhões de euros, por via da aplicação, em 2012, do Inquérito à utilização dos passes sociais realizado em 2007;

- O resultado operacional registou uma evolução desfavorável, que se traduziu numa variação absoluta de 17,8 milhões de euros, passando de 15,2 para -2,6 milhões de euros, decorrente da redução das IC, já que os gastos operacionais (sem amortizações e provisões) evoluíram favoravelmente (redução de 12,0%, ou seja -13,1 milhões de euros);
- O investimento realizado ascendeu a 3,2 milhões de euros, representando uma diminuição de 2,0 milhões de euros, em resultado das medidas de contenção financeira que a CARRIS tem implementado. De referir que não houve aquisições de frota nova;
- Os gastos e perdas de financiamento atingiram o montante de 70,2 milhões de euros, traduzindo um agravamento de 18,9 milhões de euros (+36,7%) face ao exercício anterior, pelo acentuado aumento dos spreads em resultado da substituição de dívida de médio e longo prazo por dívida de curto prazo. De realçar também que naqueles gastos estão incluídos 17,0 milhões de euros (13,8 milhões de euros em 2011) de perdas com swaps para cobertura de risco com taxas de juro;
- O resultado líquido situou-se em -64,3 milhões de euros (evolução desfavorável de 119,5%, face aos -29,3 milhões de euros do exercício anterior) refletindo-se num agravamento dos capitais próprios que à data de 31 de dezembro de 2012 ascendiam a -865,9 milhões de euros;
- A atual estrutura financeira da CARRIS, já muito desequilibrada, tenderá a piorar na medida em que a empresa continuar a financiar a sua atividade corrente com recurso ao sistema financeiro, através de endividamento de muito curto prazo. Neste contexto, para repor a relação entre a dívida de curto prazo e o total do passivo numa situação razoável, em termos de exigibilidade, a Sociedade precisaria de obter, em 2013, um financiamento de 230,0 milhões de euros, para substituir dívida de curto prazo.

7. PARECER

O CF tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas realizada pela SROC Alves da Cunha, A. Dias & Associados, bem como do parecer dos auditores externos Deloitte & Associados, SROC, SA, os quais merecem a nossa concordância.

O CF analisou as demonstrações financeiras preparadas em conformidade com os princípios geralmente aceites em Portugal, tendo concluído que tais elementos transmitem a verdadeira situação patrimonial e financeira da CARRIS a 31 de dezembro de 2012 e o modo como se formaram os resultados do exercício findo naquela data.

No âmbito das nossas funções, verificamos que, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o correspondente

P. Alves
15/12/12

Conselho Fiscal

anexo, apresentados pela CARRIS, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Sociedade, dos seus resultados e fluxos de caixa.

O Relatório e Contas de 2012 integra um ponto sobre o governo societário, o qual cumpre os princípios de bom governo constantes da RCM n.º 49/2007, de 28 de março.

O mesmo Relatório e Contas é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspetos mais significativos.

Assim, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

- Seja aprovado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2012 apresentado pelo Conselho de Administração da CARRIS;
- Sejam aprovadas as demonstrações financeiras atentas as ênfases constantes da Certificação Legal das Contas emitida pela SROC Alves da Cunha, A. Dias & Associados;
- Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados formulada pelo CA no seu Relatório.

Lisboa, 5 de março de 2013

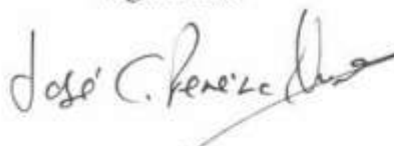
O Conselho Fiscal

Presidente



(José Emilio Castel-Branco)

Vogal efetivo



(José Carlos Pereira Nunes)

Vogal efetiva



(Maria Onilda Sousa)



CARRIS

486



**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS**



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 132.001.786 euros e um total de capital próprio negativo de 865.890.962 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 64.299.285 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A 70



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.* em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos n.ºs 7 e 8, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- 9.1. A actividade de exploração de transportes colectivos de superfície que a CARRIS desenvolve na cidade de Lisboa tem vindo a gerar elevados prejuízos, não obstante as indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado como contrapartida da prestação de um serviço público com tarifas fixadas administrativamente, as quais em 2012 atingiram 22.418.500 euros. Como consequência, o Capital próprio em 31 de Dezembro de 2012 apresenta-se negativo no montante de 865.890.962 euros, pelo que, nos termos do disposto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, a continuidade da Empresa está dependente das medidas que vierem a ser adoptadas pelo Estado na qualidade de accionista único.



- 9.2. Conforme referido na Nota 1 do Anexo às demonstrações financeiras, a CARRIS apenas elaborou contas individuais, por considerar que o efeito da consolidação das subsidiárias, apresentadas na Nota 8 do Anexo, não seria materialmente relevante.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2013

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Duarte Assunção Dias

Sede Executiva

Endereço: Alameda António Sérgio, n.º 62
Complexo de Miraflores
2795-221 Linda-A-Velha
Telefone: 21 361 30 00

Sede Social

Endereço: Rua 1.º de Maio, 103
1300-472 Lisboa

www.carris.pt